

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Análise do Comportamento e Planejamento Cultural:
Utopia ou Distopia?

César Antonio Alves da Rocha

São Carlos
2018

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Análise do Comportamento e Planejamento Cultural:
Utopia ou Distopia?¹

César Antonio Alves da Rocha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador: Júlio César Coelho de Rose

Coorientadora: Carolina Laurenti

São Carlos

2018

¹ Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de doutorado (processo 2014/02981-1).



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO

César Antonio Alves da Rocha

São Carlos, 24/09/2018

Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose (Orientador e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Robson Nascimento da Cruz
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / PUC - Belo Horizonte

Prof.ª Dr.ª Maria Helena Leite Hunziker
Universidade de São Paulo/ USP - São Paulo

Prof.ª Dr.ª Marina Souto Lopes Bezerra de Castro
Faculdade de Tecnologia de São Carlos/ FATECE - Pirassununga

Prof.ª Dr.ª Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do **Prof. Dr. Robson Nascimento da Cruz** e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do aluno César Antonio Alves da Rocha.

Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose (Orientador e Presidente)

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 14:00h no dia 24/09/2018.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Julio Cesar Coelho de Rose
Prof. Dr. Robson Nascimento da Cruz
Prof.ª Dr.ª Maria Helena Leite Hunziker
Prof.ª Dr.ª Marina Souto Lopes Bezerra de Castro
Prof.ª Dr.ª Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil

Homologada pela CPG-PPGpsi na
_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.ª Dr.ª Débora Hollanda de Souza
Coordenadora do PPGpsi

*Em memória de Samuel Eggers,
e de nossas discordâncias construtivas.*

AGRADECIMENTOS

À Neusa Israel, mãe, pela confiança e por me mostrar a virtude da serenidade.

Aos tantos amigos de além dos muros da universidade, sem os quais os últimos quatro anos e meio não teriam sido tão divertidos, excêntricos e enriquecedores.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela qualidade da formação propiciada, e aos colegas discentes, pelo companheirismo, especialmente à Fernanda Calixto, à Táhcita Mizael, à Fanny Silveira e ao Henrique Pompermaier.

À Marinéia Duarte, pela solicitude no auxílio com tarefas burocráticas.

Ao John Staddon, pela cortesia com que me recebeu na Duke University durante o período de estágio, por tornar cada conversa um desafio intelectual, pelo exemplo de erudição e de bom-humor, e por me fazer compreender e concordar que *“não há como se dar ao luxo de ser um iconoclasta sem perturbar os sacerdotes”*.

Ao Julio de Rose, por arranjar tão habilmente as contingências que me permitiram superar inseguranças sem perder a despreensão, por ser um modelo de pensador livre e independente, e por sempre ter me encorajado à originalidade, a ousar com responsabilidade e a me expressar com franqueza e autonomia.

À Carolina Laurenti, por ter proporcionado a disciplina sem a qual esse trabalho não seria possível, pela paciência e pela cordialidade desde o primeiro momento, por ser essa referência extraordinária de excelência acadêmica e por me ensinar a nunca aceitar nada menos que a melhor versão possível de mim mesmo.

Aos professores que compuseram a banca de defesa desta tese, titulares e suplentes, por gentilmente aceitarem avaliar o meu trabalho e pelos comentários valiosos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento deste trabalho (processo 2014/02981-1).

*“A função da imaginação não é tornar estabelecidas as coisas estranhas,
mas tornar estranhas as coisas estabelecidas.”*

G. K. Chesterton

Rocha, C. A. A. (2018). *Análise do comportamento e planejamento cultural: utopia ou distopia?* Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

RESUMO

A noção de ciência sofreu transformações contínuas ao longo da história, da concepção aristotélica de conhecimento contemplativo ao ideal moderno de saber operativo. A perspectiva moderna sobre a ciência foi recepcionada com expectativas antagônicas no âmbito filosófico. De um lado, o que se identifica como narrativa prometeica ressalta a potencialidade da ciência como meio para a emancipação da humanidade e catalisação do progresso humano; de outro, a narrativa fáustica representa expectativas opostas, alertando para os perigos envolvidos no emprego da ciência e seus subprodutos para o domínio do mundo natural. Levadas ao extremo, essas duas tendências simbolizam o que, no contexto literário, se pode identificar como a antítese estabelecida entre utopia e distopia. Em princípio aplicável à ciência em geral, essa dualidade opositiva encontra paralelo na maneira como foram recepcionadas as ideias de B. F. Skinner, teórico da análise do comportamento e proponente da noção de planejamento cultural. Vistas com entusiasmo por alguns e suspeição por outros, as ideias de Skinner acerca da ciência do comportamento, em geral, e do gerenciamento da vida em sociedade, em particular, foram alvo de controvérsias ainda hoje irresolutas. Esse trabalho objetivou um exame detalhado acerca das afinidades da proposição skinneriana de planejamento cultural com as noções de utopia e distopia, com especial atenção às eventuais relações com a segunda noção, a fim de responder à questão apresentada no título: implicaria o planejamento cultural a utopia ou a distopia? Como estratégia analítica, a díade prometeico-fáustica foi empregada como chave de leitura para interpelar o texto skinneriano, capítulo a capítulo, em busca de inclinações a cada uma dessas tendências. O expediente percorrido envolveu, inicialmente, uma análise da visão skinneriana sobre ciência, tecnologia e o controle do comportamento; em seguida, o alvo foi sua formulação teórica acerca do planejamento cultural; posteriormente, investigou-se como a proposição fora ilustrada pelo autor em sua obra ficcional, *Walden Two*; finalmente, partindo de um panorama sobre a gênese e o desenvolvimento das noções de utopia e distopia, foram sondadas afinidades entre a proposta de planejamento cultural e essas duas noções. Os resultados revelam ser possível identificar inclinações tanto à noção de utopia quanto à noção de distopia, porém que a complexidade do pensamento skinneriano impede uma resposta inequívoca à pergunta-título. Tal resultado conduziu a uma conclusão que propõe uma releitura sobre a proposta de planejamento cultural, que a relativize e a conceba fora da díade utopia-distopia. A tese avançada neste trabalho propõe uma perspectiva parcimoniosa, que atualize a proposição de planejamento cultural à luz de objeções contextualistas e pluralistas, preservando alguns de fatores originais mais auspiciosos, como a atitude experimentalista, e abandonando seus feitos anacrônicos, como a plataforma tecnocrática. Assim, a proposta de planejamento cultural passa a ser concebida como um esforço gradualista de testar arranjos de contingências alternativos aos arranjos institucionais então vigentes, focado em reformas em pequena escala, que privilegie, na medida do possível, o controle das pessoas pelas pessoas, e não como um meio para transformações radicais ou o estabelecimento de cenários utópicos.

Palavras-chave: Planejamento cultural; Utopia; Distopia; B. F. Skinner; Análise do Comportamento.

Rocha, C. A. A. (2018). *Behavior analysis and cultural design: utopia or dystopia?* PhD thesis, Graduate Program in Psychology, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brazil.

ABSTRACT

The notion of science has undergone continuous transformations throughout history, from the Aristotelian conception of contemplative knowledge to the modern ideal of operative knowledge. The modern perspective on science as knowledge was received with antagonistic expectations in the philosophical sphere. On one hand, what is identified as a Promethean narrative highlights the potentiality of science as a means for the emancipation of humanity and the catalyzing of human progress; on the other, the Faustian narrative represents opposing expectations, alerting to the hazards involved in the employment of science and its by-products to the domain of the natural world. Taken to the extreme, these two tendencies symbolize what, in the literary context, can be identified as the established antithesis between utopia and dystopia. In principle applicable to science in general, this oppositional duality is paralleled in the manner in which the ideas of B. F. Skinner, theoretician of behavioral analysis and proponent of the notion of cultural design, were received. Seen with enthusiasm by some and suspicion by others, Skinner's ideas about the science of behavior in general and the management of life in society in particular have been the subject of controversies still unresolved today. This work aimed at a detailed examination of the affinities of the Skinnerian proposition of cultural planning with the notions of utopia and dystopia, with special attention to possible relations with the second notion, in order to answer the question presented in the title: would cultural design implicate utopia or dystopia? As an analytical strategy, the Prometheus-Faustian duality was used as a key to read and examine the Skinnerian text, chapter by chapter, in search of inclinations for each of these tendencies. The path pursued initially involved an analysis of the Skinnerian view on science, technology and behavioral control; then the target was the theoretical formulation of cultural design; later, it was investigated how the proposition was illustrated by the author in its fictional work, *Walden Two*; finally, starting from a panorama on the genesis and development of the notions of utopia and dystopia, affinities were probed between the proposal of cultural design and these two notions. The results reveal that it is possible to identify inclinations both to the notion of utopia and to the notion of dystopia, and that the complexity of Skinnerian thought prevents an unequivocal answer to the title question. This result led to a conclusion that proposes a re-reading about the proposal of cultural design that relativizes and conceives it outside the dyad utopia-dystopia. The thesis advanced in this work proposes a parsimonious perspective, which updates the proposition of cultural design in light of contextualist and pluralistic objections, preserving its most auspicious factors, such as the experimentalist attitude, and abandoning its anachronistic traits, such as the technocratic platform. Thus, the proposal of cultural design is conceived as a gradualist effort to test contingency arrangements alternative to those institutional arrangements then in development, focusing on small-scale reforms that prioritize, as far as possible, the control of people by people, not as means for radical transformations or the establishment of utopian scenarios.

Keywords: Cultural planning; Utopia; Dystopia; B. F. Skinner; Behavior Analysis.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – O controle deliberado como finalidade: a identidade operativa da análise do comportamento	25
1.1) A visão skinneriana de ciência e os objetivos da análise do comportamento	27
1.2) <i>Como e com o que</i> trabalha o analista do comportamento: método e teoria.....	33
1.3) Além da ciência: uma <i>tecnologia</i> para a resolução de problemas humanos	39
1.4) Problemas envolvidos no controle científico e tecnológico do comportamento.....	48
1.5) A ciência como uma agência controle do comportamento humano.....	56
1.6) Considerações finais.....	61
Capítulo 2 - Planejamento cultural: engenharia comportamental aplicada à transformação do mundo	63
2.1) Do planejamento experimental ao planejamento cultural	63
2.2) Por que planejar?.....	73
2.3) <i>Como</i> planejar e <i>quem</i> planejará?.....	80
2.4) Ressalvas e condicionalidades para o planejamento cultural.....	87
2.5) Considerações finais.....	93
Capítulo 3 - <i>Walden Two</i>: um estudo de caso sobre o planejamento cultural	97
3.1) O que é planejado? Um panorama das práticas de <i>Walden Two</i>	98
3.2) Por que se planeja em <i>Walden Two</i> ?.....	108
3.3) <i>Como</i> se institui o planejamento e <i>quem</i> são os planejadores em <i>Walden Two</i> ?.....	114
3.4) Pós- <i>Walden Two</i> : ratificações e retificações do projeto skinneriano	129
3.5) Considerações finais.....	134

Capítulo 4 – Para além dos sonhos utópicos e pesadelos distópicos: a complexidade do projeto imaginado por B. F. Skinner	136
4.1) Breve histórico sobre o pensamento utópico.....	136
4.2) Do problema com as utopias à gênese das distopias	142
4.3) O lugar do planejamento na utopia e na distopia	148
<i>4.3.1) O planejamento na utopia</i>	149
<i>4.3.2) O planejamento na distopia</i>	154
4.4) Intersecções entre planejamento cultural e a noção de distopia.....	160
4.5) Há lugar para o planejamento cultural fora da antinomia utopia-distopia?	165
4.6) Considerações finais.....	175
CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

Breve preâmbulo pela história e filosofia da ciência

O termo “ciência” apresenta acepções diversas, tendo adquirido sentidos mais ou menos específicos em diferentes momentos históricos. Recorrendo a alguns dos expoentes da história e da filosofia da ciência apenas do século XX, verifica-se uma ampla diversidade de perspectivas. Se os pragmatistas das primeiras décadas insistiam que a verdade, inclusive em ciência, deveria tomar como critério a efetividade, os neopositivistas, cujo movimento ganhou força a partir principalmente da década de 1920, propuseram uma sistematização puramente lógica e formal para o empreendimento científico, prescrevendo a indução como procedimento e o verificacionismo como critério capaz de garantir um conhecimento solidamente objetivo. Em resposta a tal movimento, seguiu-se uma crítica falibilista, que reconhecia a incerteza e a provisoriedade do conhecimento científico: é o caso do racionalismo crítico (Popper, 1959/1972), que concebia a ciência segundo uma dinâmica de conjecturas e refutações, e propunha a falseabilidade como a característica mais distintiva de enunciados científicos.

A partir da segunda metade do século XX, surgiram perspectivas epistemológicas historicamente orientadas, mais descritivas que propositivas, e que passaram a discutir a natureza da ciência não apenas em termos de seus aspectos formais, mas, principalmente, dando relevo aos fatores sociais e culturais da produção de conhecimento científico. Foram propostas visões menos objetivistas, algumas reconhecendo que o desenvolvimento das ciências não obedece a um processo contínuo e cumulativo, mas descontínuo e “revolucionário” (Kuhn, 1962/1992); outras, criticando tentativas de sistematização de uma matriz metodológica universal (Feyerabend, 1975/1993), questionaram a legitimidade de a ciência operar como árbitro na regulação da vida em sociedade. Tais esforços são apenas alguns dos numerosos exemplos que ilustram como é notadamente plural o campo das teorias sobre a ciência. Se ao leigo o termo *ciência* pode aparentar designar um campo monolítico, àquele minimamente familiarizado com a história e a filosofia das ciências não espanta a constatação da inexistência de definições universais.

Indo um pouco mais longe na história e sondando as raízes etimológicas da palavra *ciência*, é possível alcançar um sentido lato, mais inespecífico e generalista: o termo *scientia* referia-se à faculdade humana do *conhecimento*. Uma vez que se parta dessa acepção, a

história das ciências poderia ser genericamente pensada como uma história sobre as maneiras por meio das quais a humanidade desenvolveu estratégias para promover o conhecimento do mundo. Da tradição grega, encontram-se em Aristóteles, considerado por alguns o primeiro filósofo da ciência (Losee, 1972/2001), formulações precursoras do que posteriormente viria a ser reconhecido como *método científico*: “Aristóteles via a investigação científica como uma progressão das observações para princípios gerais, e de volta às observações” (p. 4).

Mas para além de aspectos que envolvem a lógica e o método da ciência, dos gregos herdou-se também uma noção relativa aos *objetivos* do conhecimento. Naquele contexto, a ciência era concebida como meio pelo qual se poderia alcançar um contato íntimo com a realidade. Atravessando a barreira das aparências, a ciência permitiria a contemplação da natureza tal como é: o mundo verdadeiro. Dessa perspectiva, o conhecimento da natureza é um fim em si próprio: “se foi para escapar da ignorância que os primeiros filósofos se dedicaram à filosofia, é evidente que eles perseguiram a ciência em vista apenas do conhecimento, e não para um fim utilitário” (Aristóteles, trad. 1984, pp. 3348-3349).

Esse ponto de vista, próprio da antiguidade clássica e ratificado ao longo da era medieval, viria a ser frontalmente contrariado a partir do que muitos consideram um momento áureo na história do conhecimento, em que começa a tomar forma uma perspectiva muito diversa sobre a ciência, especialmente com respeito a seus objetivos. Trata-se da nominada *revolução científica*, expressão cunhada por Alexander Koyré (1934/1986), que envolveu um conjunto de transformações em ciências como a física e a astronomia, no intervalo compreendido entre os séculos XVI e XVIII. Mais que isso, a ciência da idade moderna implicou uma revolução nas visões de ser humano e de mundo até então apregoadas, destituindo de crédito o modelo ptolomaico e obrigando uma revisão sobre o lugar do humano no cosmo.

Às descobertas científicas modernas, a exemplo da teoria da gravitação universal, das primeiras leis dos movimentos planetários e do sistema heliocêntrico, seguiram-se reconstruções filosóficas sobre a natureza e os objetivos do conhecimento. Avanços em achados científicos da época outorgaram à humanidade possibilidades de ação outrora inimagináveis. Com isso, na modernidade à ciência se conferiu um novo caráter, fundamentalmente *operativo*. A ciência moderna preocupa-se em operar sobre o mundo, transformá-lo, e sempre de modo a satisfazer fins humanos; o conhecimento perde seu aspecto meramente contemplativo, passando a atuar como ferramenta que permite o domínio sobre o mundo: “o homem moderno procura *dominar a natureza* [itálicos adicionados], ao passo que

o homem medieval ou antigo se esforçava, antes de mais, por a contemplar” (Koyré, 1934/1986, p. 12).

Do ponto de vista filosófico, talvez não haja melhor representante da visão moderna de ciência do que Francis Bacon. De sua obra deriva-se uma concepção de ciência como saber definitivamente comprometido com finalidades utilitárias. Como comenta Losee (1972/2001),

Bacon aceitou como um imperativo moral que o homem recupere o domínio sobre a natureza que perdeu em sua queda. Ele repetidamente enfatizou que os homens devem controlar e redirecionar as forças naturais, de modo a melhorar a qualidade de vida de seus companheiros seres humanos . . . o objetivo final da investigação científica é o poder sobre a natureza. A ênfase de Bacon sobre a aplicação prática do conhecimento científico está em contraste marcante com a posição de Aristóteles, de que o conhecimento da natureza é um fim em si mesmo. É esta ênfase no controle das forças naturais que mais claramente distingue a filosofia de Bacon da filosofia aristotélica, que ele esperava derrubar. (p. 61)

Intimamente relacionados ao ideal de domínio da natureza estão dois outros traços proeminentes da tradição moderna: a dicotomia estabelecida entre fatos e valores e a prioridade do método experimental. Boa parte dos esforços de teóricos da ciência moderna tem como alvo a garantia de um conhecimento sobre o mundo que fosse imparcial e objetivo. Um método autônomo e suficiente seria capaz de garantir conhecimento sobre fatos que não dependesse de julgamento valorativo, de autoridade, como era próprio da filosofia escolástica do fim da era medieval (Mariconda, 2006).

Desse modo, os modernos rebelam-se contra toda forma de dogmatismo e apelo à autoridade, desconfiando sistematicamente dos dados colhidos pela experiência. Por isso, prescrevem a necessidade de despir-se ao máximo dos condicionantes sociais e epistêmicos que enviesam ou interditam o contato entre homem e natureza, o que se expressa de modo icônico na doutrina dos ídolos de Bacon (1620/1979)². Isso porque somente um conhecimento

² Tal doutrina professa o alcance da neutralidade do conhecimento científico, tão caro à ciência moderna. Nela, Bacon (1620/1979) descreve como condição para a produção de conhecimento científico a eliminação de todos os vieses que possam se interpor entre o sujeito conhecedor e o mundo sensível, denominando “ídolos” as diferentes categorias de condicionantes que poderiam enviesar o conhecimento. Dentre esses condicionantes, estariam desde a constituição biológica até fatores relativos à história pessoal. O sujeito do conhecimento ideal, para Bacon (1620/1979), deveria ser tão puro quanto o possível, tanto que tal sujeito é comparado à figura inocente de uma criança.

fatual e imparcial da natureza, viabilizado pela aplicação do método científico, proporcionaria efetivamente a previsão e o controle, chaves para o domínio do mundo natural.

O ideal moderno de ciência operativa traduz-se, dentre outras formas, na prioridade reservada ao método experimental. Conforme Mariconda (2006), desde que introduzido no âmbito da ciência, no século XVII, o método experimental produziu um ciclo que se retroalimenta entre a elaboração teórica, os instrumentos produzidos pela ciência e a própria experimentação:

As possibilidades de intervenção são verificadas sob condições experimentais controladas, de modo que conta como resultado científico a confirmação experimental da possibilidade de controle de eventos naturais. Essa possibilidade de controle gera, por assim dizer, um problema técnico, na medida em que envolve a produção de um mecanismo ou dispositivo material por meio do qual o controle pode efetivar-se. . . . todo esse processo ocorre porque há um valor de base, que direciona toda a pesquisa científica – o controle da natureza –, que é o valor maximizado pelas práticas tecnocientíficas e em torno do qual se organiza a hierarquia dos valores envolvidos na atividade científica. (pp. 467-468)

Assim, a experimentação altera a concepção de ciência de tal maneira que qualquer forma de elaboração teórica que se pretenda científica passa a ser avaliada segundo seu potencial instrumental: “Cada vez mais, a especulação científica se fundamentaria nas próprias atividades práticas, abrindo assim a possibilidade de que as teorias científicas fossem julgadas não só por seu valor teórico, mas também e principalmente pelo aporte que fornecem à solução de problemas práticos” (Mariconda, 2006, p. 469). A emergência desse ciclo foi o que determinou o caráter tecnocientífico dos tempos presentes no mundo ocidental.

A descoberta de leis invariáveis sobre o funcionamento da natureza constitui parte fundamental da empresa científica, mas essa só se vê completa com a manipulação experimental, que funciona como confirmação da possibilidade de domínio sobre eventos naturais. A própria noção de racionalidade científica se transforma, passando a ser pautada pela técnica. Como avalia Mariconda (2006), a ciência moderna

não separa mais *episteme* e *techne*, ciência e artes mecânicas, mas é uma ciência útil, no sentido não apenas de ter consequências práticas, isto é, de incluir um tratamento matemático de muitos problemas físicos de caráter prático, mas também de poder ser

controlada, testada e avaliada do ponto de vista de sua verdade ou falsidade por essas consequências práticas. Ora, a essa nova concepção de ciência está ligada uma nova concepção da racionalidade científica, para a qual há uma estreita relação entre o trabalho científico e o trabalho técnico. (p. 468)

Em suma, importa destacar como a ideia de ciência como uma forma de saber comprometido com o domínio da natureza e com a técnica³ não é algo perene e atemporal, mas uma construção moderna. É na modernidade, concomitantemente à revolução científica, que emerge a ideia de uma ciência útil, operativa (Losee, 1972/2001), ao que se segue o ideário positivista de progresso como inerente à história, e passível de ser catalisado pela ação humana (Rossi, 1995/1996). Do positivismo clássico, de pensadores como Auguste Comte e Conde de Saint-Simon, disseminou-se uma ideia de uma continuidade intrínseca ao processo histórico, que obedeceria uma ordem progressiva, sendo o presente superior ao passado, e o futuro ao presente⁴. Ainda que haja variedade de perspectivas entre autores modernos sobre a relação da ciência e da técnica com a ideia de progresso (Rossi, 1995/1996), persiste emblemática a imagem da modernidade como período que marcou uma visão então inédita sobre o papel do conhecimento e seus subprodutos.

Não obstante, se, por um lado, a emergência do que se reconhece como paradigma moderno de ciência pode ser celebrada como episódio glorioso, símbolo do triunfo da

³ Convém aqui esclarecer a distinção entre *técnica* e *tecnologia*. Com relação à técnica, Abbagnano (1971/2007) postula que “o sentido geral desse termo coincide com o sentido geral de *arte* . . . compreende qualquer conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade qualquer” (p. 939), ao passo que por tecnologia se entende o “estudo dos processos técnicos de determinado ramo” (p. 942). Posterior à técnica, a tecnologia parece implicar uma especialização e refinamento em relação às artes técnicas, em muito resultante da emergência do método experimental no contexto da ciência moderna.

⁴ A análise de Rossi (1995/1996) acerca da noção de progresso na modernidade ressalva que, apesar de ser comumente assumida como marca distintivamente moderna a relação entre progresso tecnocientífico e progresso moral/político, tal assunção representaria uma visão parcial, que não captaria a complexidade do pensamento de autores icônicos do período, como Bacon. Sobre o pensamento baconiano, Rossi (1995/1996) pontua que por ele seriam compatibilizados elementos, à primeira vista, contraditórios, como a esperança no progresso, por um lado, e a visão cíclica da história, por outro (p. 38). O autor ressalta que foram o “tardo-iluminismo” e o positivismo de autores como Saint-Simon e Comte os principais responsáveis pela disseminação de noções apontadas como tipicamente modernas: “A cultura do tardo-iluminismo e do positivismo . . . tende a conceber o progresso como uma lei da história . . . tende a identificar o progresso da ciência e da técnica com o progresso moral e político e a fazer o segundo depender do primeiro” (p. 98). Em resumo, a análise de Rossi (1995/1996) destaca que a ideia de progresso e de domínio da natureza pela ciência conforme o arbítrio humano é, em grande parte, um “mito oitocentista”, que embora propagado como arquetípico da modernidade, não descreve fielmente a visão de muitos autores da época: “Para Bacon e para Boyle, como para Galileu, Kepler, Leibniz e Newton, enfim, a vontade humana e o desejo de poder não constituem o princípio mais alto. A natureza é – simultaneamente – objeto de domínio e objeto de reverência. Ela deve ser ‘torturada’ e ‘dobrada a serviço do homem’, mas ela é também o ‘Livro de Deus’, que deve ser lido com espírito de humildade, como expressão de seu poder e manifestação da sua presença. *Projetar – como foi feito várias vezes – a nossa imagem do progresso sobre os chamados pais fundadores da ciência moderna pode levar a resultados realmente discutíveis e de certo modo muito parciais* [itálicos adicionados]” (p. 100).

racionalidade humana sobre o obscurantismo, por outro lado, no âmbito da filosofia da ciência e da técnica tem se desenvolvido uma perspectiva crítica, que tenta lançar luz sobre limites e embaraços do paradigma moderno. Um dos principais alvos dessa crítica é a inclinação moderna à primazia tecnológica sobre a ciência, e ao apregoado domínio da natureza. Argumentos a esse respeito são delineados por Hermínio Martins (1997), que invoca as figuras míticas de Fausto e Prometeu como alegorias de duas tendências identificáveis nesse contexto:

as referências ao “domínio da natureza” na literatura sociológica têm sido bastante indiferenciadas e as atitudes que lhes subjazem têm sido largamente denominadas, de maneira muito permutável, Prometeicas ou Fáusticas . . . Abreviadamente, a tradição Prometeica liga o domínio técnico da natureza *a fins humanos e sobretudo ao bem humano* [itálicos adicionados], à emancipação da espécie inteira e, em particular, das “classes mais numerosas e pobres” . . . A tradição Fáustica esforça-se por desmascarar os argumentos Prometeicos, quer *subscrevendo*, quer procurando ultrapassar (sem solução clara e inequívoca) o nihilismo tecnológico, condição pela qual a técnica *não serve qualquer objetivo humano para além de sua própria expressão* [itálicos adicionados]. (p. 290)

A maneira como Martins (1997) vale-se das alegorias de Fausto e Prometeu para ilustrar diferentes atitudes em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico é de especial interesse à discussão de temas típicos da tecnociência contemporânea: engenharias genéticas, biotecnologias e inteligência artificial são algumas das tecnologias diretamente abordadas pelo autor. Se a narrativa prometeica vê em tais possibilidades algumas das mais promissoras esperanças para a emancipação da espécie humana, os fáusticos alertam para os aspectos periclitantes do emprego dessas ciências e tecnologias em nome de um “bem maior” para a humanidade.

Martins (1996) ressalva que em ambas as tendências, prometeica e fáustica, verificam-se dissensos relevantes, como entre os prometeicos tecnocráticos e não-tecnocráticos, ou fáusticos mais ou menos pessimistas. Todavia, isso não impede adotar uma acepção geral razoável, que mantenha tais tendências como categorias basilares. No caso do “prometeísmo”, o predicado mais importante diz respeito a um certo entusiasmo e um otimismo em relação ao domínio da natureza subordinado a fins humanos, e empregado em função do alcance do bem comum. Vem daí a alusão ao mito de Prometeu: segundo a narrativa de Ésquilo

(415c.C./2005), trata-se daquele que furtou uma centelha do fogo divino e a entregou à humanidade, a qual, então “esclarecida”, pôde prosperar: “Apoderei-me do fogo, em sua fonte primitiva; ocultei-o no cabo de uma férula, e ele tornou-se para os homens a fonte de todas as artes e um recurso fecundo” (p. 6).

A narrativa fáustica, em contrapartida, oscila entre ceticismo e desencanto, quando não o pessimismo, em relação ao potencial da ciência para a emancipação da humanidade, alertando para eventuais riscos da primazia tecnológica. Por isso recorre a Fausto, figura lendária e popularizada principalmente pelo poema trágico de Goethe (1808/2006), que apesar da potência extraordinária que logra ao entregar sua alma a um demônio – Mefistófeles –, culmina em desgraça: “Quanta ciência em mente de homem cabe, toda em balde juntei; por mais que explore, força nenhuma se criou cá dentro; não cresci a grossura de um cabelo, e em nada do infinito estou mais perto” (p. 82).

Distinção relevante entre as duas tendências supracitadas diz respeito às relações hierárquicas entre ciência e tecnologia. Surgiria a tecnologia como um desdobramento linear e natural da ciência – o fruto esperado de um desenvolvimento científico que inicia puro, desinteressado, e para só posteriormente ser aplicado à resolução de problemas práticos? Ou teria a tecnologia prioridade em relação à ciência, de tal modo que a ciência está desde sempre vulnerável à orientação tecnológica?

Perspectivas epistemológicas contemporâneas parecem ver pouco sentido em atestar uma independência estrita entre ciência e tecnologia. Como observa Kuhn (1962/1992), “uma nova teoria é sempre anunciada juntamente com suas aplicações a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais; sem elas *não poderia nem mesmo candidatar-se à aceitação científica* [itálicos adicionados]” (p. 71). Essa parece ser uma avaliação própria do ponto de vista fáustico, segundo o qual a ciência está sempre e irremediavelmente subordinada à tecnologia:

A ciência, ou antes, a ciência natural moderna, pode parecer liberta de compromissos pragmáticos ou tecnicamente infrutífera durante longos períodos de tempo. Contudo, o argumento fáustico é que a ciência serve sempre um “a priori tecnológico” . . . [teóricos fáusticos] partem do programa tecnológico oculto da ciência e não encaram a fecundidade tecnológica da ciência como um subproduto das virtudes epistemológicas ou dos méritos metodológicos previamente existentes e independentemente caracterizáveis . . . *os fáusticos haveriam de afirmar que o modo de percepção da ciência moderna é de molde a ver as entidades e os processos naturais apenas e*

exclusivamente na perspectiva da sua acessibilidade à manipulação experimental e ao controle prático [itálicos adicionados]. Assim, os procedimentos e os esquemas científicos pressupõem uma orientação técnica até mesmo quando não conduzem a verdadeiras experiências físicas ou a aplicações práticas bem-sucedidas por longos períodos de tempo histórico. (Martins, 1997, pp. 307-308)

No cerne da tese de Martins (1997) jaz a suposição de ser possível agrupar em duas divisões principais as expectativas relativas ao domínio da natureza pela ciência e pela tecnologia. O prometeísmo parece herdeiro de uma tradição identificada com parte da modernidade, e ao que Rossi (1995/1996) e Berlin (2000) se referem como uma tendência oitocentista, fruto do positivismo comteano. Nas palavras de Berlin (1976/1998), “o grande mito do século XVIII era o de um progresso constante, se não inevitável, pelo menos virtualmente certo . . . O que implicava a visão de todos os séculos anteriores como passos rumo à vida superior do presente e à vida ainda mais maravilhosa do futuro” (pp. 407-408). Aliada à ideia de progresso, caminharia aquela de que o domínio científico e tecnológico, proporcionado a partir da revolução científica, teria papel fundamental para a emancipação humana, e o alcance de uma sociedade ideal, ao que comumente se refere pelo termo *utopia*.

De acordo com Abbagnano (1971/2007), ao lado da comum aceção de utopia como “realização difícil ou impossível”, é possível afirmar que a palavra geralmente

representa correção ou a integração ideal de uma situação política, social ou religiosa existente. Como muitas vezes aconteceu, essa correção pode ficar no estágio de simples aspiração ou sonho genérico, resolvendo-se numa espécie de evasão da realidade vivida. Mas também pode tornar-se força de transformação da realidade, assumindo corpo e consistência suficientes para transformar-se em autêntica vontade inovadora e encontrar os meios da inovação. (p. 987)

A noção de utopia encontra sua contraparte no que convencionalmente se identifica como *distopia*. Tal noção, por sua vez, implicaria que, no lugar de correção e integração, próprias da sociedade utópica, estariam a incorreção, comumente representada por uma crise ou inversão de valores, e desintegração, sugerida pela imagem da desordem e do caos. De acordo com Sargent (2006), há controvérsia sobre a origem do termo “distopia”, mas, em aceção ampla, tal palavra se refere a “uma sociedade inexistente, descrita em detalhes consideráveis, e normalmente localizada em tempo e espaço cujo autor pretende que um leitor

contemporâneo veja como consideravelmente pior do que a sociedade em que viveu esse leitor” (p. 15).

Imagens de um mundo utópico, idealizado, alcançado mediante o emprego do conhecimento científico e de seus desdobramentos tecnológicos, são comuns na literatura ficcional. Algumas dessas utopias foram vislumbradas, inclusive, por cientistas e filósofos da ciência, a exemplo da *Nova Atlântida*, de Bacon (1624/1984). Na utopia baconiana, a ilha de *Bensalém* é gerida por sábios líderes, que, congregados na *Casa de Salomão* – instituição que funciona como um grande laboratório e que reúne o conhecimento produzido para a resolução de problemas humanos dos mais diversos tipos – proveem o que é necessário para uma organização social virtuosa. Utopias tecnológicas, dessa forma, representam elaborações tangíveis, conquanto ficcionais, da esperança prometeica.

Em contrapartida, especialmente a partir do século XX, se popularizam narrativas ficcionais distópicas, as quais, invertendo expectativas em relação à racionalidade científica e seus subprodutos, ilustraram cenários hostis, em que o domínio da natureza, em vez de servir a fins de emancipação da humanidade, passa a ser empregado às vezes para sua homogeneização, às vezes para sua subjugação, e às vezes para ambos. São os casos, por exemplo, dos clássicos *1984*, de George Orwell (1949), e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (1932/2002). Assim sendo, o viés crítico inerente às distopias parece compartilhar o receio dos fáusticos, que veem com suspeição as possibilidades oferecidas pelo avanço científico e tecnológico para fins pretensamente humanitários.

A época de publicação de ambos os romances distópicos mencionados coincide com o período identificado por Rossi (1995/1996) como o início de um profundo desencanto com a ideia de progresso: “A crise da ideia de progresso e a identificação dessa ideia com um mito oitocentista estão ligadas às perspectivas da cultura europeia do segundo e do terceiro decênio do século XX, à sensação do ‘inútil massacre’ da Primeira Guerra Mundial, à grande crise dos anos 30. A guerra e a crise destruíram o mundo da segurança; a Ciência, o Progresso, a Europa, não aparecem mais no centro da história humana; a história aparece privada de tendências, de perspectivas de direção; a realidade se configura como uma luta desigual entre o indivíduo e as forças cegas e incontroláveis que operam na história; a sociedade parece uma máquina devastadora da natureza autêntica do homem” (pp. 96-97).

É relevante notar que a ideia de *planejamento* da sociedade é aspecto central tanto no caso das utopias quanto no caso das distopias. Nas utopias, o planejamento frequentemente cumpre função de estabelecer, organizar e aprimorar uma determinada ordem social: a construção do mundo idealizado na utopia parece depender da intervenção deliberada, que

implica planejamento. No caso da distopia, a diferença fundamental parece ser que o planejamento se degenera, afastando-se dos professados objetivos humanitários da utopia, e servindo de esteio à construção e manutenção de uma ordem social nefasta. Ressalte-se, porém, que a distopia *não* implica simplesmente “utopia às avessas”. Como defendem Gordin, Tilley e Prakash (2010),

Apesar do nome, distopia não é simplesmente o oposto de utopia. Um verdadeiro oposto de utopia seria uma sociedade totalmente *não planejada* ou planejada para ser deliberadamente aterrorizante e terrível. A distopia, como normalmente é chamada, não é nenhuma dessas coisas; ao contrário, *é uma utopia que deu errado*, ou *uma utopia que funciona apenas para um determinado segmento da sociedade* [itálicos adicionados]. (p. 1)

Utopia, distopia e a proposta de “planejamento cultural”

Dentre os entusiastas da ideia de uma sociedade planejada esteve B. F. Skinner (1904-1990), cientista estadunidense, prógono do *comportamentalismo radical*, filosofia subjacente à sua proposta científica, a *análise do comportamento*. Suas primeiras publicações relatavam experimentos com ratos e pombos, avançando, nas décadas posteriores, para uma extrapolação dos achados experimentais para a compreensão do comportamento humano, à luz de uma perspectiva seletcionista⁵. Em suas reflexões sobre as relações entre análise do comportamento e sociedade, Skinner (1971/1973) propôs o emprego de tecnologias comportamentais aplicadas para a resolução de problemas humanos em larga escala, ao que deu o nome de *planejamento cultural*.

Em *O comportamento dos organismos*, primeiro livro publicado por Skinner (1938), consta uma compilação sobre resultados de estudos experimentais que descrevem processos comportamentais básicos. Nessa obra, o autor introduz o escopo e o método relativos à ciência por ele desenvolvida, propõe distinções teóricas entre comportamento respondente e operante, além de descrever os seus achados sobre processos como condicionamento, extinção

⁵ Por perspectiva seletcionista entenda-se a abordagem evolucionária do comportamento desenvolvida ao longo da obra de Skinner, sistematizada no ensaio “Seleção pelas consequências” (Skinner, 1981). Trata-se, resumidamente, de uma abordagem para a explicação da evolução filogenética, ontogenética e cultural, sempre pautada pela ação do ambiente que atua selecionando variações no nível dos organismos, do comportamento individual e das práticas culturais. Uma explicação do comportamento que leve em conta sua complexidade, diz Skinner (1981), só pode ser alcançada com a consideração desses três diferentes níveis.

e discriminação. Na descrição de tais processos, Skinner (1938) enumera leis, tais como as leis estáticas e dinâmicas do reflexo (pp. 12-19), que descrevem regularidades observadas em diferentes tipos de relação entre o organismo que se comporta e o ambiente circundante.

A obra inaugural de Skinner, assim, constituiu um esforço para a sumarização de proposições teóricas extraídas da observação sistemática do comportamento, alicerçando o que se construiria como um sistema científico coeso. As publicações que se seguiram demonstraram um claro interesse de Skinner por expandir a níveis de análise mais amplos seu projeto científico. Em *A análise operacional dos termos psicológicos*, por exemplo, Skinner (1945) propõe uma alternativa aos tradicionais métodos da psicologia daquela época, defendendo que, por complexo que fosse, o comportamento humano seria passível de uma análise operacional⁶.

As proposições skinnerianas avançaram para o estudo de fenômenos cada vez mais intrincados, consolidando um modelo para a compreensão do comportamento com a publicação, em 1953, de *Ciência e comportamento humano*. Ali, além de um refinamento e correções de algumas das noções apresentadas em seu livro inaugural, Skinner (1953/2005) passa a abordar questões relativas ao comportamento humano, tanto em nível individual quanto em nível social. Ademais, há em *Ciência e comportamento humano* uma espécie de manifesto pelo emprego do conhecimento científico acerca do controle do comportamento: afastando-se da noção de ciência como contemplação, a trama conceitual fornecida por uma análise comportamental se interessa por *explicar, prever e controlar* seu objeto de estudo, e provê recursos para o desenvolvimento de tecnologias capazes de intervir sobre problemas humanos de variados tipos.

Tratar questões relativas ao comportamento humano sob um ponto de vista científico, e se valer do conhecimento produzido sob tal viés para intervir sobre problemas humanos – essa parece ser uma mensagem fundamental de *Ciência e comportamento humano* (Skinner, 1953/2005), cujo primeiro capítulo finda assim:

⁶ O operacionismo, ou operacionalismo, constitui uma tradição na filosofia da ciência que reclama que enunciados científicos se aparam em eventos observáveis e mensuráveis. Como Sérgio (2005) resumiu, “Em termos bem gerais, o operacionismo apresenta-se como um procedimento para garantir que os cientistas fundamentem todo o conhecimento produzido em fenômenos diretamente mensuráveis, de forma a evitar problemas ocasionados pela inclusão, nas descrições e explicações científicas, de conceitos que envolvem elementos não fundamentados em observações, conceitos que não têm base empírica” (p. 250). No caso de Skinner, sua tendência operacionista estaria refletida na recomendação por descrições focadas nos intercâmbios dinâmicos entre organismo e ambiente, que são expressos em termos de relações funcionais: explica-se um dado comportamento descrevendo as variáveis ambientais das quais é função.

Uma formulação científica [sobre o comportamento humano] é nova e estranha. Pouquíssimas pessoas têm qualquer noção da extensão na qual uma ciência do comportamento é realmente possível. De que maneira o comportamento de um indivíduo ou de grupos de indivíduos pode ser predito ou controlado? Como são as leis do comportamento? Que concepção geral do organismo humano como um sistema que se comporta emerge? Apenas quando tivermos respondido essas questões, pelo menos de uma maneira preliminar, poderemos considerar as implicações de uma ciência do comportamento humano com respeito à teoria da natureza humana ou à condução dos assuntos humanos. (p. 10)

Nas décadas que se seguiram, Skinner adensou suas considerações acerca dos desdobramentos da ciência comportamental em termos tecnológicos e suas aplicações a questões sociais. Em *Tecnologia do ensino* (Skinner, 1968), foram detalhadas possibilidades de aplicações da tecnologia comportamental para a promoção de sistemas educativos efetivos, bem como para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, da criatividade e da motivação do estudante. Nos subsequentes *Contingências de reforçamento* (Skinner, 1969) e *Para além da liberdade e dignidade* (Skinner, 1971/1973), o manejo do comportamento de indivíduos em grupo é detalhado, com formulações sobre o desenvolvimento de comunidades experimentais, e do planejamento deliberado de práticas culturais. Reflexões complementares sobre esses temas surgem ulteriormente, como na coletânea *Reflexões sobre comportamentalismo e sociedade* (Skinner, 1978) e *Questões recentes na análise do comportamento* (Skinner, 1989).

Em suma, um panorama que buscasse caracterizar a produção científica de Skinner a partir das temáticas abordadas de época a época revelaria uma pretensão crescente em expandir as possibilidades de aplicação da análise comportamental. Passando de estudos básicos sobre processos comportamentais em sujeitos não-humanos, para uma extrapolação dos achados para o nível do indivíduo humano e, posteriormente, para contextos sociais e culturais, a obra de Skinner proveu subsídios para pensar e intervir sobre contextos diversos, do laboratório à sociedade.

Considerando a progressiva aproximação da obra skinneriana de temas relativos ao campo político e social, especialmente no que tange a estratégias para o gerenciamento da vida em sociedade, convém pensar sobre os problemas que podem emergir dessa relação. Como já destacado, é próprio da imagem moderna da ciência não apenas uma espécie de primazia tecnológica sobre a ciência, mas também o pressuposto de um caráter operativo da

ciência, a qual, comprometida com o bem humano, poderia ser empregada para a resolução de problemas diversos. Estudos teóricos recentes têm argumentado que uma das identidades epistemológicas da análise do comportamento coincide com aspectos do paradigma científico moderno (Laurenti, 2012; Moxley, 1999)⁷.

Assim como são muitos os críticos e defensores da ideia de que a ciência possuiria um compromisso irrevogável com o domínio da natureza, também a noção de planejamento cultural atrai tanto elogios quanto censuras. Tecnologias como outras quaisquer, aquelas destinadas ao planejamento da cultura também são vulneráveis a visões indulgentes e inclementes: o conflito entre fáusticos e prometeicos, descrito por Martins (1997) no contexto mais amplo da filosofia e sociologia da ciência, parece encontrar algo equivalente no contexto da análise do comportamento.

De uma perspectiva mais entusiasta, Rachlin (2015) nota que uma forma de planejamento que operasse de modo a minimizar o controle por consequências imediatas poderia ser desejável, por ampliar o controle do indivíduo sobre as circunstâncias que o cercam, sendo assim importante aliado, e não inimigo, da liberdade: “Se a vida fosse um barco, em que tipo de barco você preferia estar? Em um pequeno barco a remo jogado para cima e para baixo pelas ondas, ou em um transatlântico que cruza sobre elas?” (p. 126). Também demonstrando uma visão positiva sobre a proposta de planejamento cultural, Dittrich (2007) destaca o modo como Skinner a apresenta como uma iniciativa importante, se não imprescindível, às culturas preocupadas com sua própria sobrevivência.

Biglan (2015), ainda na mesma linha, descreve variadas possibilidades e iniciativas concretas de aplicação dos achados da ciência comportamental na cultura de modo amplo, enaltecendo o potencial do reforçamento aplicado ao campo social:

Peço-lhe para permanecer aberto à possibilidade de que poderíamos melhorar o bem-estar humano aumentando o reforço positivo para todas as coisas pró-sociais que as pessoas fazem . . . No processo, vamos construir uma sociedade de pessoas altamente qualificadas, aptas a construir o seu caminho no mundo e fortemente motivadas para contribuir para o bem-estar dos outros. (p. 25)

⁷ Esses mesmos estudos, contudo, destacam uma segunda possibilidade de interpretação: como proposta por Skinner, a análise do comportamento encerraria pontos comuns com o que se identifica como ciência pós-moderna; uma visão sobre a ciência que questiona cânones consagrados na modernidade, a exemplo da ideia de progresso e, mais especificamente, de que o progresso humano estaria necessariamente condicionado ao progresso científico-tecnológico (cf. Abib, 1999; Laurenti, 2012; Moxley, 1999).

Críticos à proposta de uma cultura planejada, por sua vez, levantam suspeitas sobre sua razoabilidade, duvidam de seus professados fins humanitários e emancipatórios, e chegam até mesmo a classificá-la como fiadora de uma forma velada de totalitarismo. Em uma análise sobre o legado skinneriano, classificado como uma “filosofia de ajustamento”, apesar da “retórica de mudança”, Prilleltensky (1994) considera que “o legado de Skinner para a sociedade é uma história de promessas não cumpridas”: comportamentalistas falhariam principalmente pela “negligência a questões de poder”, e por subscrever “a noção de que a ciência poderia resolver dilemas morais” (p. 134).

Hocutt (2013), em uma crítica libertária às ideias de Skinner voltadas à reforma da sociedade, reconhece sua excelência como cientista básico e como experimentador, mas nota que essa expertise “não transita para suas incursões na filosofia moral e na fantasia utópica, onde seu raciocínio não só era discutível, mas também viciado por erros que ainda estão sendo feitos por pessoas ansiosas para aumentar o controle estatal sobre nós” (p. 277). Engrossando esse coro, Staddon (2014) reitera a avaliação de que a proposta de planejamento cultural teria um caráter paternalista, o qual, na sua ótica, soa como algo virtualmente totalitário. Para esse autor, as ideias de Skinner relativas ao planejamento da vida social, embora pretensamente inovadoras, seriam apenas uma expressão ordinária do espírito da época, o que garantiu sua influência apesar dos problemas inerentes a tais ideias:

Aparentemente tão inovador em seus planos para refazer a sociedade, Skinner estava, na verdade, em sintonia com o *Zeitgeist* intelectual. Essa é uma das razões pelas quais suas ideias, que examinadas de perto se revelam erradas, simplistas e paternalistas, para não dizer cripto-totalitárias, provaram ser surpreendentemente influentes. (p. 126)⁸

⁸ Buscando compreender a recepção às propostas de Skinner, Rutherford (2003, 2017) produziu estudos que sondaram as relações entre o desenvolvimento de ideias na obra skinneriana e o contexto histórico relativo. Em artigo recente em que investiga paralelos entre a visão social de Skinner e o movimento tecnocrático americano da primeira metade do século XX, a autora destaca variados pontos de convergência (Rutherford, 2017), o que reitera o argumento de Staddon (2014). Em uma análise sobre a obra posterior de Skinner, mais especificamente focada nas ideias desenvolvidas em *Para além da liberdade e dignidade*, publicado em 1971, Rutherford (2003) observou que o contexto daquela época foi bem menos receptivo: “A visão de Skinner para a reforma cultural e os valores que orientam BFD [Para além da liberdade e dignidade] colidiram com a atmosfera antitecnocrática e anti-intelectual do início da década de 1970. Assim, 1971 foi um momento histórico, particularmente auspicioso, para o aparecimento do livro. Juntamente com este sentimento anti-tecnocrático estava a intensa reação contra o controle governamental e autoridade, que acompanhava a oposição ao envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Assim, em vez de escapar despercebido para as prateleiras de alguns acadêmicos, BFD atraiu interesse generalizado e incitou grande crítica” (p. 13).

Tanto quanto não há consenso na avaliação da proposta de planejamento cultural como algo desejável ou censurável, as relações entre análise do comportamento e utopismo outrossim são motivo de pendências ainda hoje irresolutas. Se a ideia de utopia parece ressoar a imagem positivista do progresso, da ciência comprometida com o domínio da natureza, e da aplicação do conhecimento em benefício do bem humano, no caso da análise do comportamento, uma alegoria do utopismo inerente à ideia de planejamento cultural seria a sociedade descrita no romance *Walden Two* (Skinner, 1948/2005). Como destaca Moxley (2006), “algumas utopias/distopias modernas refletem o lado literário de questões positivistas, e *Walden two* se encaixa nessa tradição” (p. 22).

Em tal romance descreve-se uma sociedade idealizada, igualitária, na qual cidadãos gastariam poucas horas diárias com trabalho, e sem que fossem obrigados a tal; as artes e a ciência floresceriam e seriam incentivadas; teoricamente, estariam abolidas quaisquer formas coercitivas de controle. Para garantir o ideal funcionamento da comunidade, uma junta de especialistas em comportamento humano concentraria a prerrogativa de planejar práticas culturais, conduzindo uma espécie de “gestão experimental” da cultura, na emblemática busca utópica por um “mundo melhor”.

Mas apesar de projetado como uma utopia (não no sentido de que descreveria algo irrealizável, mas algo desejável, a ser alcançado), o romance de Skinner foi considerado, por alguns, uma distopia. Conforme Newman (1993), “*Walden Two* é interessante do ponto de vista literário, pois muitos não-analistas do comportamento não acreditavam que Skinner estava falando sério quando escreveu seu romance; acreditavam que ele estava sendo satírico e apresentando uma distopia” (p. 167). A reação depreciativa ao romance parece orbitar aspectos da obra que coincidem com traços distintivos do pensamento moderno, a exemplo da suposição de um determinismo absoluto, e das possibilidades tecnológicas que eventualmente outorgaria à engenharia social.

Desse modo, a proposta de planejamento cultural figura como um núcleo de discordâncias e, apesar de concebida como um caminho para a utopia sob alguns pontos de vista, de outras perspectivas parece constituir a via que levaria a um mundo distópico. Como idealizado por Skinner, o planejamento cultural parece refletir a ideia moderna de que ciência e tecnologia são ferramentas a serem empregadas em função do bem humano, e como motores do progresso moral e político.⁹ Tanto quanto a noção moderna de progresso ascende e decai, a ideia de planejamento cultural é ora enaltecida, ora rechaçada.

⁹ Apesar disso, tendo em vista apontamentos de comentaristas contemporâneos que apesar de reconhecerem na obra de Skinner aspectos inconfundivelmente modernos em sua obra, destacam também traços de uma visão

Considerando o acima exposto, o objetivo deste trabalho é investigar de maneira detalhada as afinidades da ideia de planejamento cultural com as noções de utopia e distopia, intentando responder à questão apresentada no título – implicaria o planejamento cultural a utopia ou a distopia? Uma vez que a relação com a ideia de utopia é a que tradicionalmente soa mais óbvia, esta pesquisa busca um maior detalhamento sobre eventuais afinidades em relação à noção de distopia. Constituindo-se como uma pesquisa de natureza teórico-conceitual, este trabalho usa a distinção proposta por Martins (1997) sobre narrativas fáustica e prometeica como chave de leitura para interpelar os textos sob exame, e toma como referência capital obras escolhidas de B. F. Skinner, uma vez que o alvo de análise é a proposta de planejamento cultural conforme formulada por este autor. Em uma leitura preliminar, constatou-se que os principais textos que tratam das questões de interesse ao objetivo deste trabalho são aqueles publicados a partir da década de 1950 – à exceção do romance *Walden Two*, publicado em 1948.

O trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo serão exploradas as concepções de Skinner sobre ciência, tecnologia e controle do comportamento humano. O segundo capítulo investigará a noção de planejamento cultural, sua definição e objetivos, os obstáculos inerentes à proposta, e as condicionalidades relativas à sua consecução. O terceiro capítulo examinará o exemplo emblemático de aplicação do planejamento cultural: a sociedade descrita no romance *Walden Two*. O quarto capítulo, finalmente, resgatará aspectos discutidos nos capítulos anteriores, bem como reflexões provenientes da literatura filosófica e exemplos da literatura ficcional utópica e distópica, examinando a proposta de planejamento cultural à luz das noções de utopia e distopia.

crítica à modernidade, seria possível inquirir sobre a possibilidade uma perspectiva de inspiração skinneriana e mais crítica ao já descrito “mito oitocentista” – uma perspectiva skinneriana, nos termos dos comentadores, *pós-moderna*. Ver Moxley (1999), Laurenti (2012) e Rocha (2015) para discussões a esse respeito.

CAPÍTULO 1 – O controle deliberado como finalidade: a identidade operativa da análise do comportamento

“Uma rejeição da ciência nesse momento, em uma tentativa desesperada de preservar uma concepção de homem amada, porém imprecisa, representaria um indigno recuo de continuar o esforço do homem para construir um mundo melhor” (Skinner, 1955/1961a, p. 23)

As questões abordadas neste capítulo remetem a considerações de B. F. Skinner sobre a natureza da ciência, em geral, e da análise do comportamento, em particular. Como já exposto brevemente, uma incursão pela história e a filosofia das ciências revela não apenas que o conceito de ciência não é consensual, mas que também não são consensuais as visões acerca das relações entre ciência e as tecnologias dela derivadas, tampouco do papel da ciência e da tecnologia na promoção do progresso e na resolução de problemas humanos. Se tal raciocínio se aplica às ciências e à tecnologia em geral, é possível supor que também se aplique à proposta científica de B. F. Skinner. Considerando isso, na análise aqui empreendida busca-se compreender a visão de Skinner acerca da natureza e dos objetivos da ciência e da tecnologia por ele desenvolvidas.

A defesa da possibilidade de uma ciência do comportamento remonta às primeiras décadas do século XX. Deve-se a Watson (1913), em seu antológico manifesto *A psicologia como o comportamentalista a vê*, a formulação precursora de um sistema filosófico subjacente a uma ciência do comportamento, nomeadamente, o *comportamentalismo*. Contudo, estudos contemporâneos sugerem que apenas com o advento do comportamentalismo radical, de B. F. Skinner, é que surge uma filosofia da ciência de fato autônoma, genuinamente comportamentalista. Na interpretação de Abib (2005), apenas o comportamentalismo skinneriano teria sido capaz de produzir uma perspectiva que garantisse independência epistêmica e ontológica ao conceito de comportamento. Trata-se, pois, de uma filosofia da ciência que faz do comportamento protagonista, e não mais mero coadjuvante, considerando-o

um objeto de estudo por si próprio, impassível de redução à fisiologia subjacente, ou explicado por meio de construtos hipotéticos¹⁰.

Os primeiros estudos de Skinner datam do início da década de 1930, com relatos de experimentos realizados com ratos e pombos, em que se investigavam processos comportamentais básicos, como condicionamento, discriminação e motivação. Em seu primeiro livro, *O comportamento dos organismos*, publicado em 1938, consta uma sistematização de seus achados experimentais, bem como uma formulação inicial sobre os pressupostos de uma ciência do comportamento. A ciência ali descrita encerrava feições positivistas¹¹, e os dados sobre os quais se baseava resultavam todos de experimentos com animais não-humanos. A formulação de um sistema científico voltado ao estudo do comportamento humano só viria a ser apresentada de modo consistente e detalhado em 1953, em *Ciência e comportamento humano*.

Skinner (1953/2005) inicia esse livro observando como os maus usos da ciência têm fomentado suspeição sobre seu potencial humanitário: “o poder do homem parece ter aumentado desproporcionalmente à sua sabedoria . . . Os sonhos de progresso em direção a uma civilização superior foram destruídos pelo espetáculo da morte de milhões de inocentes” (pp. 16-17). Tais maus usos fizeram com que a ciência passasse à posição de “bode expiatório”, com registro de visões anacrônicas sobre o empreendimento científico, por vezes sugerindo que o abandono da ciência seria preferível à sua manutenção. Alternativamente, Skinner (1953/2005) defende uma visão otimista: “talvez não seja a ciência que está errada, mas sua aplicação. Os métodos da ciência têm sido um sucesso enorme onde quer que tenham sido experimentados. Apliquemo-los, então, aos assuntos humanos” (p. 19).

¹⁰ O argumento de Abib (2005) sustenta-se em uma análise das formas de comportamentalismo propostas por John Watson, Edward Tolman e B. F. Skinner. Nessa análise, o autor investiga compromissos epistemológicos e metafísicos envolvidos em cada uma dessas propostas de comportamentalismo, identificando um fisicalismo reducionista em Watson, e uma forma de mentalismo emergencialista em Tolman. Na ótica de Abib (2005), essas características permitiriam concluir que as propostas de tais autores não propõem o comportamento como objeto de estudo por si próprio, já que repousam a explicação do comportamento em outros níveis (fisiológico e mental), que ultrapassam a dimensão comportamental. Baseado nisso, conclui que “de uma perspectiva filosófica, somente o comportamentalismo radical [de Skinner] define o comportamentalismo. Mas, então, o termo ‘radical’ realizou seu desígnio e não tem mais razão de ser: comportamentalismo radical e comportamentalismo significam a mesma coisa. À pergunta: ‘O que é comportamentalismo?’ Responde-se: é comportamentalismo radical. Não se está dizendo que comportamentalismo radical é uma versão do comportamentalismo (essa é a tese tradicional), mas, isto sim, que comportamentalismo é somente comportamentalismo radical” (p. 60).

¹¹ A relação da proposta científica skinneriana com o positivismo decorre, principalmente, de sua tendência operacionalista, que parece próxima da forma de positivismo proposta por Ernst Mach. Mais especificamente, a influência sobre Skinner decorre do descritivismo machiano, que propõe a substituição da tradicional busca de causas por uma explicação em termos de relações funcionais entre eventos observáveis. Para uma discussão detalhada sobre o assunto, ver Laurenti e Lopes (2009).

Esse patente otimismo sobre a ciência – e sua relação com “sonhos de progresso” –, que atravessa a primeira parte de *Ciência e comportamento humano*, já configura um indício da inclinação de Skinner à uma visão mais alinhada com aspectos do pensamento moderno. A ciência é celebrada como o mais seguro caminho para a compreensão de problemas humanos, seja em nível individual ou social. Além disso, mais que prover conhecimento *sobre* o mundo, a ciência é vista por Skinner (à semelhança de Bacon) como conhecimento *útil* à transformação do mundo e dos problemas humanos. Não é sem protesto, porém, que a emergência de tal ciência se realiza. Um primeiro desafio à aplicação dos métodos da ciência no campo dos assuntos humanos seria a ameaça à liberdade potencialmente acarretada. Essa ameaça seria ocasionada porque uma ciência do comportamento traria consigo mais do que recomendações metodológicas sobre como tratar de assuntos humanos: ele carregaria também uma nova concepção sobre o objeto em estudo. Nas palavras de Skinner (1953/2005):

A ciência não se preocupa somente com o “obter os fatos”, depois do que se poderia agir, de maneira não-científica, com mais sabedoria. A ciência fornece sua própria sabedoria. Conduz a uma nova concepção do assunto, um novo modo de pensar sobre aquela parte do mundo a que se dedicou. Se quisermos desfrutar das vantagens da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos estar preparados para adotar o modelo de comportamento para o qual a ciência inevitavelmente conduz. Mas poucos dentre os que defendem a aplicação de métodos científicos aos problemas atuais estão desejosos de ir tão longe. (pp. 19-20)

Ao notar que a ciência “fornece sua própria sabedoria”, Skinner (1953/2005) sugere que o pensamento científico não se restringe à recomendação dos meios pelos quais é possível o conhecimento do mundo. Indo além, a ciência implicaria uma nova *maneira de pensar* a respeito do mundo (ou ao menos a parte do mundo a qual se dedica a estudar). Aceitar esse modo de pensar sobre o mundo seria, segundo o autor, necessário para que seja possível desfrutar efetivamente dos benefícios proporcionados pela ciência e seus desdobramentos. Mas em que precisamente consistiria esse tal “modo de pensar”? E quais seriam os objetivos da proposta científica delineada por Skinner?

1.1) A visão skinneriana de ciência e os objetivos da análise do comportamento

Para Skinner (1953/2005), pensar cientificamente implicaria a assunção de algumas suposições basilares. Uma delas seria a de que o comportamento não é algo fortuito, ditado pelo capricho – tratar-se-ia, em vez disso, de um fenômeno ordenado e determinado. Àquele interessado de fornecer uma *explicação* do comportamento razoável, essa seria uma suposição imprescindível. Além disso, seria próprio da ciência um caráter preditivo: mais que descrever, a ciência se interessa em especificar condições capazes de *prever* ações. Juntos, esses dois aspectos garantiriam uma possibilidade operativa ao cientista, que, divisando condições das quais o comportamento decorre, seria capaz de rearranjá-las de modo a *determinar a conduta*. Dando a palavra a Skinner (1953/2005): “Devemos esperar descobrir que o que o homem faz é o resultado de condições que podem ser especificadas e que, uma vez determinadas, poderemos antecipar e *até certo ponto determinar as ações* [itálicos adicionados]” (p. 20).

Concebida como uma forma de conhecimento comprometida com o controle sobre o mundo natural e social, e não apenas sua contemplação, a ciência na visão skinneriana adquire um caráter operativo, e uma visão de mundo subjacente que desafia concepções há muito arraigadas na cultura ocidental. Para Skinner, (1953/2005), àqueles interessados em fazer ciência do comportamento, o compromisso com o rigor próprio da visão científica se revela imperativo: “Se quisermos aprofundar a compreensão do comportamento humano e melhorar os métodos de controle, devemos estar preparados para o caráter rigoroso do pensar que a ciência requer” (p. 51).

Logo no início de *Ciência e comportamento humano*, algumas características que definiriam o mencionado rigor do ponto de vista científico são listadas por Skinner (1953/2005). Uma delas diz respeito à disposição do cientista em rejeitar argumentos baseados em autoridade: “A ciência rejeita mesmo suas próprias autoridades quando elas interferem com a observação da natureza. A ciência é uma disposição de aceitar os fatos mesmo quando eles são opostos aos desejos” (p. 25). O compromisso dos cientistas, dessa forma, deveria ser com a investigação dos fatos tais como são, fazendo parte da atitude científica uma disposição em rejeitar o que se interponha entre eles e suas observações, sejam argumentos de autoridade propagados por outros, sejam suas próprias expectativas em relação àquilo que em suas investigações esperava encontrar.

Essa primeira característica destacada por Skinner coincide em pelo menos dois pontos com o legado da ciência moderna. Em primeiro lugar, observa-se em Skinner a rejeição à autoridade como fundamento para o conhecimento, algo próprio dos modernos em resposta à escolástica da era medieval (Mariconda, 2006). Em segundo lugar, o compromisso com a investigação dos fatos independentemente dos “desejos” que se interponham na relação

entre o mundo e o sujeito conhecedor é ponto coincidente com a teoria baconiana dos ídolos, e sua preconização de um conhecimento purificado, não contaminado por vieses do conhecedor (Bacon, 1620/1979)¹².

Cabe ressaltar que o “compromisso com os fatos” a que Skinner alude não necessariamente decorreria de uma visão ingênua sobre o caráter do cientista como alguém honesto “por natureza”. A honestidade não é vista como um “traço de caráter” do cientista: em vez disso, Skinner (1953/2005) considera que o que ocorre é que a comunidade científica opera de tal maneira que equívocos e desonestidade seriam prontamente descortinados e corrigidos. A ciência possuiria um caráter autocorretivo, funcionando sempre de modo a isolar vieses, expectativas e distorções, deliberadas ou não, do conhecimento factual: “Os experimentos nem sempre dão o resultado que se espera, mas devem permanecer os fatos e perecer as expectativas” (p. 25).

Outra característica relevante do pensamento científico diz respeito ao cuidado tomado para evitar conclusões prematuras. Afirma o autor: “Requer considerável treino evitar conclusões prematuras, deixar de fazer afirmações onde as provas sejam insuficientes e de dar explicações que sejam puras invencionices” (Skinner, 1953/2005, p. 25). Assim, ao lado da honestidade, a perseverança seria uma outra virtude distintiva da atitude científica. Deve o cientista ser capaz de esperar até que haja bases factuais suficientemente robustas para sustentar suas conclusões.

Em sua investigação do mundo natural, o cientista iniciaria com a observação e a descrição de episódios singulares, buscando apurar uniformidades e regularidades. A constatação de uma permanência relativa na relação entre eventos do mundo é o que permite a elaboração das primeiras leis científicas. A lei científica deve expressar uma relação ordenada entre determinados tipos de eventos, e sua elaboração é procedimento preliminar no empreendimento científico. A ele se segue um estágio mais elaborado, no qual se colecionam leis científicas, constituindo “sistemas”, e passam a ser formuladas leis a respeito das próprias

¹² A influência da obra de Francis Bacon é admitida por Skinner em diferentes momentos, sendo que talvez os trechos finais de sua autobiografia sejam os que demonstram isso de forma mais contundente: “. . . me tornei um ardente baconiano. Eu li muito mais sobre Bacon do que eu poderia entender à época . . . Meus experimentos derivaram de outros experimentos, não de teorias. Meus livros foram escritos a partir da natureza, não de outros livros. Dizer, como disse Bacon, que conhecimento é poder é simplesmente dizer que é ação efetiva. É o que fazemos com o mundo, e não uma representação do mundo conservada na memória” (Skinner, 1983, p. 407).

leis, estabelecendo modelos para a investigação. Essa descrição de Skinner (1953/2005) acerca do proceder do cientista demonstra sua vinculação com uma perspectiva indutivista¹³.

Conquanto suas qualidades inerentes – ser um fenômeno processual, mutável, fluido, evanescente (p. 27) – imponham dificuldades particulares aos cientistas, não haveria nada na natureza do comportamento que representasse uma barreira intransponível para uma abordagem científica a respeito. O caráter mutável do comportamento não interdita a identificação de ordem e uniformidades, pois “um vago senso de ordem emerge de qualquer observação demorada do comportamento humano . . . Os métodos da ciência destinam-se a esclarecer estas uniformidades e torná-las explícitas” (p. 28).

As observações de Skinner (1953/2005) sobre diversas características que seriam distintivas da ciência funcionam como preâmbulo para sua tarefa subsequente, qual seja, a de introduzir uma visão científica específica para assuntos humanos. Com efeito, esforço central do autor em *Ciência e comportamento humano* consiste em mostrar como as características consideradas comuns a qualquer empreendimento científico seriam, ao menos em princípio, aplicáveis ao comportamento humano. Distanciando-se da visão aristotélica sobre os objetivos da ciência – que professava uma função meramente contemplativa do conhecimento –, a ciência proposta por Skinner (1953/2005) se compromete explicitamente com objetivos de *explicação, previsão e controle*.

Com relação à explicação do comportamento, na ótica skinneriana, explicar não é tido como sinônimo de “busca de causas”: o tradicional par “causa e efeito” seria substituído por dois tipos de variáveis. Assim, a explicação do comportamento envolveria uma investigação sobre *variáveis independentes*, as quais seriam responsáveis por mudanças em aspectos do comportamento em estudo – *variáveis dependentes*. Nos termos de Skinner (1953/2005), “uma causa vem a ser uma ‘mudança em uma variável independente’ e um efeito, uma ‘mudança em uma variável dependente’. A antiga ‘relação de causa e efeito’ transforma-se em uma relação funcional” (p. 34). Interessado em compreender os processos por meio dos

¹³ De acordo com Skinner (1969), “Muitas instâncias do comportamento de resolver problemas se chamariam *indução*. O termo se aplica se o estímulo que evoca o comportamento apropriado a um conjunto de contingências é derivado da exposição a contingências ou da inspeção direta de um sistema reforçador. Nesse sentido, indução não consiste em derivar uma regra geral de instâncias específicas, mas a construção de uma regra que produz um comportamento apropriado a um conjunto de contingências. Regra e contingência são diferentes tipos de coisas; elas não são enunciados gerais e específicos da mesma coisa” (pp. 144-145). Essa é uma observação relevante porque não é incomum que por *indutivismo* entenda-se *indutivismo* ingênuo, que consistiria em extrair afirmações universais a partir de afirmações singulares (ver Chalmers, 1976/1993, pp. 25-29). No caso de Skinner (1969), a indução parece caracterizada pela construção de regras que descrevam contingências específicas que produziriam dado comportamento específico, sendo tais regras derivadas da inspeção direta. A construção de regras, nesse caso, não se caracterizaria por uma generalização pautada na observação de instâncias singulares.

quais os indivíduos se comportam, o analista do comportamento procede pela análise da interação entre os dois tipos supracitados de variáveis. A tal empreendimento dá-se o nome de *análise funcional*.

Cabe notar que já nessa proposição sobre a explicação do comportamento, é possível identificar a tendência a uma visão operativa de ciência. Desvinculando a ideia de explicação científica da mera “busca de causas”, e introduzindo como alternativa a identificação (e potencial manipulação) de variáveis ambientais, Skinner (1953/2005) já prenuncia em sua visão de ciência um compromisso com a possibilidade de manipulação do mundo e, mais precisamente, com o método experimental. Mais: a priorização do método experimental no contexto da história da psicologia parece revelar uma tentativa de fundamentação da ciência psicológica como um saber prático, capaz de produzir conhecimento socialmente relevante (Winston & Blais, 1996). Levando em conta esse aspecto contextual, é possível notar como a própria noção de explicação científica em Skinner (1953/2005) parece, em alguma medida, já pautada pela ideia de uma ciência comprometida com a intervenção sobre problemas práticos¹⁴.

Se proposta de explicação do comportamento – baseada na identificação de interações entre variáveis e no enunciado de leis que descreverem regularidades dessas interações – já demonstra um aspecto operativo da ciência skinneriana, o que dizer dos demais proclamados objetivos de tal ciência? Como mencionado, para Skinner (1953/2005), sistemas de leis científicas têm como finalidade explícita proporcionar uma melhor forma de lidar com seu assunto de interesse, o que significa maior possibilidade de *previsão* e *controle*. Na ótica skinneriana, esses seriam objetivos inerentes à própria ciência: “a ciência implica previsão e, na medida em que as variáveis relevantes podem ser controladas, implica o controle” (p. 322). Dito de outra forma, uma vez que a própria maneira de fazer ciência envolve a manipulação de variáveis, a relação entre ciência e controle é presumida como inextricável. É próprio da

¹⁴ É curioso notar que a noção de *experimento* nunca foi exatamente consensual na psicologia americana. Conforme Winston e Blais (1996), a despeito de variados pesquisadores considerarem o método correlacional como uma forma legitimamente “experimental” de fazer ciência, verifica-se na história da psicologia americana uma progressiva primazia pela manipulação direta de variáveis (ganhando força especialmente entre as décadas de 1930 e 1970), o que revela que a visão de experimento que melhor inspira a prática de pesquisa em psicologia derivaria de áreas aplicadas (como agronomia, educação e engenharia), em vez de básicas (como a física). Nas palavras dos autores: “a visão padrão de metodologia em livros didáticos de psicologia, em que uma forma particular de experimentação é elevada a um *status* favorecido, pode ser entendida como uma tentativa de legitimar a psicologia como uma ciência fundamentalmente prática . . . experimentos fariam mais do que revelar a natureza do mundo; eles proveriam informação socialmente útil” (pp. 611-612). Esse é um aspecto relevante por contextualizar as formulações de Skinner: sua concepção sobre a ciência como um saber comprometido com o controle da natureza e com a prioridade do método experimental – definido como controle direto de variáveis – esteve em consonância com seu contexto histórico, e revela uma noção derivada de ciências aplicadas.

ciência skinneriana um compromisso declarado com a possibilidade de operar sobre o mundo, de modificá-lo:

O “sistema” científico, como a lei, *tem por finalidade capacitar-nos a manejar um assunto do modo mais eficiente* [itálicos adicionados]. O que chamamos de concepção científica de determinada coisa não é conhecimento passivo. A ciência não se preocupa com a contemplação. Quando já tivermos descoberto as leis que governam uma parte do mundo ao nosso redor, e quanto tivermos organizado essas leis em um sistema, estaremos então preparados para lidar eficazmente com essa parte do mundo. Ao prevermos a ocorrência de um acontecimento somos capazes de nos preparar para ele. Dispondo as condições nos moldes especificados pelas leis de um sistema, *não somente prevemos, mas o controlamos: “causamos” que um acontecimento ocorra ou assumam certas características* [itálicos adicionados]. (p. 26)

A defesa de uma investigação científica em termos de variáveis dependentes e independentes decorre de uma rejeição, por parte de Skinner (1953/2005), de perspectivas internalistas de explicação do comportamento. No caso específico de modelos explicativos sobre o comportamento, a causalidade internalista frequentemente recorre a causas neurais (compreendendo que eventos ocorridos no sistema nervoso central seriam causa primeira do comportamento), psíquicas (a exemplo de explicações psicodinâmicas sobre a constituição daquilo que é denominado “aparelho psíquico”) e conceituais (em que as noções como “hábito” e “inteligência” é atribuída função causal). Skinner (1953/2005) considera que recorrer a uma “causalidade” internalista não seria relevante, tampouco necessário, para um escrutínio científico sobre o comportamento humano.

Voltar-se para o ambiente e para a história de interações do organismo é importante característica da ciência na ótica skinneriana, e especialmente relevante no caso específico da ciência do comportamento:

O hábito de buscar dentro do organismo uma explicação do comportamento tende a obscurecer as variáveis que estão ao alcance de uma análise científica. Essas variáveis estão fora do organismo, *em seu ambiente imediato e em sua história ambiental* [itálicos adicionados]. Possuem um *status* físico para o qual as técnicas usuais da ciência são adequadas e permitem uma explicação do comportamento nos moldes de outros objetos explicados pelas respectivas ciências. Estas variáveis independentes são

de várias espécies e suas relações com o comportamento são quase sempre sutis e complexas, mas não se pode esperar uma explicação adequada do comportamento sem analisá-las. (p. 42)

Note-se que traços importantes da concepção de ciência em Skinner (1953/2005) são a busca por uma descrição operacional dos eventos, pela garantia de que seja possível recorrer às convencionais estratégias de investigação científica, e uma recomendação de que a análise deve ser, a um só tempo, corrente e histórica. Seriam esses alguns dos princípios a serem respeitados na execução de uma análise funcional do comportamento, e que possibilitam seus declarados objetivos de previsão e controle, considerando que, nos termos de Skinner, ciência *implica* prever e controlar.

A ênfase na busca por relações entre variáveis, a par do foco na relação organismo-ambiente, merece destaque porque já revela um viés operativo da análise do comportamento. Ao condicionar a noção de explicação científica à possibilidade de escrutínio sobre variáveis em interação, Skinner (1953/2005) demonstra uma concepção de ciência pautada por uma lógica experimental. Ou seja, a própria noção de explicação do comportamento já surge guiada por um viés experimentalista: o método experimental parece orientar o desenvolvimento da teoria analítico-comportamental de modo pervasivo, de tal maneira que as questões consideradas relevantes para a análise do comportamento parecem ser sempre aquelas orientadas direta ou indiretamente à aplicação tecnológica.

Cabe adensar, portanto, a análise sobre a visão skinneriana acerca de tal método e sua relação com a teoria por ele desenvolvida.

1.2) Como e com o que trabalha o analista do comportamento: método e teoria

Em relação ao material analisado pelo cientista interessado em comportamento humano, Skinner (1953/2005, pp. 46-47) enumera diferentes fontes possíveis. Uma delas é o que denomina *observação casual*, que apesar das óbvias fragilidades, seria relevante especialmente nos primeiros estágios de investigação. Maior precisão e uniformidade são proporcionadas por *observações de campo controladas*, comuns em disciplinas como a antropologia. Igualmente relevante pode ser a *observação clínica*, em que podem ser empregados métodos padronizados de entrevista e teste. *Observações amplas do comportamento* realizadas em contextos como o industrial e o militar constituem mais uma

alternativa, a qual diferiria das anteriores pela maior possibilidade de emprego do método experimental.

Apesar de Skinner (1953/2005) enumerar diferentes fontes às quais poderia recorrer o cientista do comportamento, uma dela é ressaltada como superior: trata-se daquela que provê dados via experimentos realizados em condições controladas em laboratório: “Os estudos em laboratório do comportamento humano proporcionam material extremamente útil. O método experimental inclui o uso de instrumentos que melhoram nosso contato com o comportamento e as variáveis das quais é função” (p. 47). Essa declaração, note-se, revela mais do que um enaltecimento do método experimental como fonte de informação: tal método aprimora o *contato* do cientista com o mundo. A prioridade da experimentação se justifica não apenas por fornecer informação útil sobre o mundo, mas por possibilitar ao cientista estabelecer um contato íntimo com o mundo.

É reconhecido que o emprego da experimentação para o estudo do comportamento humano envolve dificuldades diversas, seja pela comum artificialidade característica do ambiente laboratorial, seja pela complexidade envolvida em isolar ou mimetizar os aspectos do comportamento relevantes à análise em questão. Contudo, garantindo que as condições relevantes sejam passíveis de identificação, a experimentação seria o caminho ideal a ser trilhado pelo cientista. Para Skinner (1953/2005), tal identificação seria, ao menos em princípio, irrestrita. Como declara, mesmo a órbita do voo de uma mosca poderia ser traçada com precisão, e se ninguém o fez até hoje foi simplesmente porque não houve interesse em fazê-lo (p. 20).

Atualmente, a pesquisa experimental do comportamento humano não é às vezes tão ampla quanto se poderia desejar. Nem todos os processos comportamentais são fáceis de estabelecer no laboratório, e a precisão nas medidas é às vezes obtida às custas da irreabilidade nas condições. Aqueles que se preocupam principalmente com a vida cotidiana dos indivíduos muitas vezes se impacientam com esses artificialismos, *mas na medida em que relações relevantes podem ser submetidas a controle experimental, o laboratório oferece a melhor oportunidade para obter os resultados quantitativos necessários para uma análise científica* [itálicos adicionados]. (p. 47)

É possível notar que a justificativa de Skinner (1947/1961) pela prioridade do método experimental baseia-se em diferentes argumentos. Um deles diz respeito à *precisão* garantida por tal método: “A psicologia experimental representava precisão *versus* a observação casual,

a validação experimental *versus* a impressão geral, o fato *versus* a opinião” (p. 225). Parte importante de tal manipulação envolve o manejo deliberado das variáveis independentes em questão, a fim de observar diretamente as mudanças subsequentes: “Na psicologia, como em qualquer ciência, *o coração do método experimental é o controle direto da coisa estudada* [itálicos adicionados]. Quando dizemos: ‘Vamos tentar uma experiência’, queremos dizer: ‘Vamos fazer alguma coisa e ver o que acontece’” (p. 225).

Em paralelo ao controle “direto da coisa estudada”, o método experimental, como descrito por Skinner, não se compromete com a testagem de hipóteses, como no caso do método hipotético-dedutivo¹⁵. Descrevendo exemplos concretos de experimentos por ele planejados, Skinner (1956) revela que a única suposição que o orientava no planejamento experimental era a de que o comportamento era ordenado. Não haveria, portanto, qualquer tipo de “a priori” teórico que guiasse a seleção de dados ou o planejamento do experimento de modo fixo:

Claro, eu estava trabalhando sobre uma suposição básica – que havia ordem no comportamento, se eu pudesse descobri-la – mas tal suposição não deve ser confundida com as hipóteses da teoria dedutiva. Também é verdade que eu exerci uma certa seleção de fatos, mas não por causa de relevância para a teoria, mas porque um fato era mais ordenado do que outro. Se eu me engajei em planejamento experimental foi simplesmente para completar ou ampliar alguma evidência de ordem já observada. (p. 227)

Skinner (1947/1961) reconhece que relações funcionais poderiam ser verificadas por meio de métodos não experimentais, a exemplo do método correlacional; todavia, nenhuma análise do gênero permitiria uma abordagem tão precisa e completa quanto aquela possibilitada pela manipulação experimental. Aqui, o autor justifica a escolha pela experimentação como alternativa aos métodos correlacionais dadas as possibilidades de manipulação proporcionadas pela primeira. Experimentando, é possível observar as modificações nas variáveis dependentes concomitantemente às manipulações das variáveis

¹⁵ A título de contextualização, esse fora um dos motivos responsáveis pela resistência inicial às ideias de Skinner no contexto da psicologia estadunidense, segundo Cruz (2011): “A recepção negativa de seu primeiro livro, *The Behavior of Organisms*, e as críticas, em especial, ao seu método de pesquisa, revelam como a proposta de Skinner de uma ciência experimental do comportamento baseada em um novo tipo de experimentação soou como estranha naquele contexto. Em outras palavras, incompatível com a tradição experimentalista norte-americana que naquele momento adere de forma maciça a métodos estatísticos e ao uso de grupos controle como procedimentos indispensáveis na pesquisa experimental em Psicologia.” (p. 552).

independentes: o conhecimento do mundo praticamente se confunde com a operação sobre o mundo, e é esse o tipo de conhecimento priorizado por Skinner:

Uma consequência interessante de definir a psicologia experimental como um ramo da ciência em que podemos controlar as variáveis que governam o comportamento é que se exclui, assim, a maioria das investigações usando métodos correlacionais. Pode ser possível comprovar a existência de uma relação funcional do tipo aqui em questão executando uma correlação entre algum aspecto do comportamento e algum aspecto do ambiente, mas se somos capazes de manipular o aspecto do ambiente, deixando-o tomar valores diferentes em momentos diferentes, podemos obter um relato muito mais completo da relação. (p. 226)

Outra justificativa para a priorização do método experimental baseia-se na constatação de que a experimentação funciona como um liame entre a pesquisa básica e a aplicação da análise do comportamento para a resolução de problemas práticos. Skinner (1947/1961) comenta que o fato de métodos correlacionais serem ainda dominantes sobre assuntos de interesse aplicado não se deve a que tais assuntos seriam de natureza distinta daqueles estudados em laboratório, mas simplesmente porque até então não foi possível uma abordagem distinta para tais assuntos. O problema do psicólogo experimental *não* seria inerente a seu objeto de interesse, mas um problema relativo à sua prática.

Conforme Skinner (1947/1961), o psicólogo experimental “deve obter controle sobre material relativamente complexo – se não controle direto . . . o cientista aplicado, conforme ganha controle sobre seu material, vê fortalecida conexão com a ciência pura ou de laboratório” (p. 226). O que se vislumbra aqui é a possibilidade de uma ciência que avança do básico ao aplicado, mas cujo *modus operandi* permanece inalterado. Se, por um lado, a analogia estabelecida entre o controle exercido pelo cientista básico e aquele dedicado a problemas práticos pode ser pensada como metafórica, o ideal objetivado por Skinner parece ser uma extensão literal do controle experimental a contextos aplicados.

A conexão entre a pesquisa comportamental de base e a aplicação, incluídos aí os desdobramentos tecnológicos envolvidos, se revela dependente do método experimental, porém na ótica skinneriana ela dependeria de algo a mais. A experimentação parece ser condição necessária, porém não suficiente para ensejar tal conexão: faz-se imperativa, além disso, a formulação de uma *teoria* consistente. Nas palavras de Skinner (1947/1961), “o

comportamento só pode ser satisfatoriamente compreendido indo além dos fatos em si. O que é necessário é uma teoria do comportamento” (p. 229)¹⁶.

Skinner (1947/1961) observa que, “por causa do infeliz destino de tantas teorias psicológicas do passado, uma teoria sólida de comportamento deve se empenhar contra o fardo de indiferença, e fazer até oposição ativa” (p. 237). Mencionando como exemplo a avaliação de práticas educacionais, o autor a classifica como um “programa de engenharia psicológica”, cujo sucesso dependeria de uma teoria sólida sobre o comportamento. Uma teoria do comportamento, conforme vislumbrada por Skinner, deveria instruir a prática, servindo à resolução de problemas concretos e, por isso, deveria substituir teorias preexistentes:

A falta de uma adequada compreensão do comportamento *humano* é mais cruelmente sentida no campo do governo e questões internacionais. Somos confrontados com o espetáculo desolador de centenas de homens de boa vontade que elaboram projetos para o mundo do futuro, enquanto fazem suposições sobre a natureza humana que a maioria de nós sabe como inválidas. Duas guerras mundiais não foram travadas sobre coisas tão simples como comércio mundial ou fronteiras. Estamos na transição de uma concepção do homem para outra, e para uma compreensão eficaz das possíveis relações que possam existir entre os homens . . . *Um papel importante de uma teoria científica do comportamento, então, é substituir as teorias que agora permeiam o nosso pensamento* [itálicos adicionados], que fazem parte da nossa fala cotidiana, que influenciam todas as nossas relações com nossos semelhantes, e que se interpõem no caminho da aplicação dos métodos da ciência para os assuntos humanos. (p. 239)

Convém destacar que o argumento por uma teoria “adequada” sobre o comportamento humano é avançado por Skinner com base em uma preocupação segundo a qual demais teorias se interporiam na aplicação do método científico. Dado que, na visão do autor, é o método experimental aquele mais adequado ao estudo do comportamento humano, seu argumento funciona como uma reivindicação a que o estudo de assuntos humanos esteja sempre sob o crivo de um enfoque experimentalista. Logo, a única teoria do comportamento

¹⁶ Cabe notar que a concepção de teoria em Skinner (1947/1961) possui caráter bastante específico. Não é como se a teoria existisse em contraste ou independentemente dos fatos, “fatos e teorias não estão em oposição entre si. A relação, em vez disso, é a seguinte: teorias são baseadas em fatos, pois são declarações sobre a organizações dos fatos” (p. 230). Como descrito anteriormente, a perspectiva skinneriana subscreve uma abordagem indutivista, e por isso a teoria se deriva dos fatos, e não é algo construído preliminarmente para ser contrastada com dados da experiência.

possível nesse contexto deve ser aquela que despose uma visão de mundo tal que permita uma abordagem experimental dos fenômenos. Mais: afirma-se que o campo do *governo* é um dos que mais sofre com a ausência de uma teoria que viabilize um tratamento experimental das questões relevantes nesse campo – daí a analogia estabelecida entre experimentação e planejamento da cultura, como se verá adiante.

Em suma, ao apresentar sua perspectiva acerca da ciência, e sua proposta particular para uma ciência do comportamento, Skinner (1953/2005) reivindica uma série de pressupostos teóricos que julga serem fundamentais de um ponto de vista científico. Dentre eles se destacam o foco seja sobre a relação organismo-ambiente, a consideração de que variáveis independentes devem ser encontradas no ambiente, o compromisso com os fatos e com a precisão, a suposição de que a natureza, tanto quanto o comportamento, é ordenada, e o compromisso com a experimentação como a mais segura forma de proceder em ciência. Em outras palavras, Skinner (1953/2005) assevera que o fazer ciência implica: 1) o compromisso com o método experimental, e 2) com uma teoria que, por si só, já parece orientada por uma visão experimentalista do mundo.

A teoria do comportamento proposta por Skinner possibilitaria formas de explicação, previsão e controle que se poderiam aplicar a assuntos diversos. Muito além de prover recursos para a investigação sobre processos básicos do comportamento, essa teoria do comportamento se aplicaria a assuntos humanos de grande complexidade, como questões relativas ao governo e a projetos que idealizam realidades futuras. A teoria do comportamento viria a dar conta de problemas sociais, instrumentalizando aqueles interessados na resolução de tais problemas para intervenções mais efetivas. Eis aqui uma clara tendência prometeica: não se trata de uma teoria desinteressada, mas uma teoria que vem a servir objetivos humanitários.

O rigor e as suposições implicadas por uma tal teoria, contudo, não seriam aceitos sem protesto. Em “Liberdade e o controle do homem”, Skinner (1955/1961b) destaca um paradoxo próprio das democracias contemporâneas com relação à ciência: se, por um lado, permitiram a emergência das ciências e do atual modo de pensar científico, por outro lado, talvez a filosofia subjacente a tais democracias represente o principal obstáculo para que humanos possam se beneficiar dos produtos e subprodutos da ciência:

Embora a democracia ocidental tenha criado as condições responsáveis pela ascensão da ciência moderna, é agora evidente que não pode lucrar completamente com essa conquista. A chamada “filosofia democrática” do comportamento humano a que

também deu origem está cada vez mais em conflito com a aplicação dos métodos da ciência para assuntos humanos. (p. 3)

A visão de ser humano própria do que se nomeia como “filosofia democrática” seria inapropriada por supor um sujeito livre, algo que, de acordo com Skinner (1953/2005), não resistiria a uma análise funcional, que revelaria condições determinantes do comportamento humano. Mencionando a filosofia humanista novecentista, o autor ainda comenta que “uma ciência do homem compartilha do otimismo dessa filosofia e fornece suporte à fé de que os homens podem construir um mundo melhor e, por meio dele, homens melhores” (p. 3). Um grande desafio para uma ciência do comportamento humano parece ser a demonstração de que a aplicação de seus métodos para a resolução de problemas humanos não interditaria a realização de ideais democráticos. Em vez disso, viria ela a servir justamente para uma expansão de objetivos humanitários caros à cultura democrática, iluminando o caminho para o desenvolvimento humano, como professa a narrativa prometeica acerca do desenvolvimento tecnocientífico (Martins, 1997).

Para Skinner (1955/1961b), a preocupação de que a ciência poderia vir a comprometer a realização de ideais democráticos seria descabida, pois o que a ciência do comportamento proporciona seria justamente um maior poder ao ser humano para encaminhar seus próprios rumos, mediante a manipulação do mundo físico e social que o cerca: “O simples fato é que o homem é capaz, e agora como nunca antes, de levantar-se por seus próprios cadarços. Ao atingir o controle do mundo do qual ele faz parte, ele finalmente pode aprender controlar a si próprio” (p. 4). Nesse empreendimento, contudo, extrapolam-se os limites de uma ciência do comportamento: faz-se necessária uma *tecnologia do comportamento*.

1.3) Além da ciência: uma *tecnologia* para a resolução de problemas humanos

Mais que uma proposta científica, a obra de B. F. Skinner proveu o projeto de uma tecnologia do comportamento. De uma perspectiva skinneriana, a resolução de problemas humanos deveria ser pensada como uma questão tecnológica e de engenharia comportamental. Em uma análise sobre o funcionamento de instituições dedicadas ao controle deliberado do comportamento humano, Skinner (1961) escreveu que

Instituições governamentais, religiosas, educacionais e terapêuticas têm sido analisadas de várias maneiras, por exemplo, como sistemas que exaltam entidades tais como soberania, virtude, utilidade, sabedoria e saúde. *Há uma considerável vantagem em considerar essas instituições como simplesmente tecnologias comportamentais* [itálicos adicionados]. Cada uma usa um conjunto de técnicas identificáveis para o controle do comportamento humano, que se distinguem pelas variáveis manipuladas. A descoberta e invenção de tais técnicas, e seu posterior abandono ou uso continuado, em suma, sua evolução, deve ser uma parte da história da tecnologia. (p. 36.09)

O conhecimento científico e seus desdobramentos aplicados são recorrentemente invocados em vias de solucionar problemas humanos. Skinner (1971/1973) nota que, nesse contexto, “nosso campo de atuação é o do poder, ou seja, o da ciência e da tecnologia” (p. 9). A classificação da ciência e da tecnologia como um campo de “poder” uma vez mais remete ao ideal baconiano *scientia potentia est*, isto é, conhecimento é poder. O contexto a que remete o pronome “nosso” na declaração de Skinner trata da comunidade científica e, particularmente, de analistas do comportamento. Além disso, envolve preocupações do autor acerca de problemas correntes enfrentados pela humanidade, e para os quais o conhecimento até então disponível parece ter sido insuficiente para, ou mesmo incapaz de, solucioná-los satisfatoriamente. Aqui, já não se fala mais de ciência “pura”: há quase que uma equalização entre ciência e tecnologia em termos de suas funções. Ambas serviriam, de uma maneira ou outra, como um exercício de poder sobre o mundo. A ciência opera, é claro, investigando processos básicos do comportamento, porém as questões de interesse parecem invariavelmente atreladas a ideais tecnológicos: o “como funciona?” desvendado pela ciência serve como fonte do “para que funciona?”, uma questão tecnológica (e.g., Skinner, 1971/1973, p. 150).

Esgotamento de recursos naturais, problemas de saneamento, superpopulação, guerras, fome, miséria: todas essas são áreas para as quais têm sido desenvolvidas estratégias tecnológicas capazes de as remediar, extinguir ou pelo menos mitigar. Apesar disso, não são infrequentes os equívocos acarretados por tecnologias que se pretendem solucionadoras de problemas: “a situação caminha decididamente para pior, e é desanimador constatar o aumento dos erros da própria tecnologia” (Skinner, 1971/1973, p. 9). Tecnologias militares poderiam ajudar em algum sentido, mas um desastre nuclear só seria evitado se as condições que fazem com que nações entrem em guerra fossem modificadas, tanto quanto a destruição do ambiente jamais poderia ser resolvida enquanto inúmeras práticas não forem abandonadas

e modificadas. Esforços serão em vão até que a natureza de problemas como esses seja efetivamente compreendida (Skinner, 1971/1973).

O principal motivo dos reiterados fracassos de tecnologias usualmente dedicadas a tratar de problemas como os supracitados seria a inabilidade em notar a natureza comportamental de tais problemas. Ainda que da física e da biologia se possam extrair técnicas potentes e efetivas, dificilmente essas seriam técnicas úteis e eficazes caso não seja levada em conta a maneira pela qual as pessoas se comportam quando produzem os problemas a serem solucionados. Por esse motivo, para além de tecnologias físicas e biológicas, uma tecnologia do comportamento se presume necessária (Skinner, 1971/1973).

Como a tecnologia é por vezes compreendida simplesmente em termos da aplicação prática do conhecimento científico, a “tecnologia do comportamento” poderia ser entendida como qualquer tecnologia – advinda de ciências como a física, a química, a biologia ou demais ciências – voltada ao tratamento de questões humanas. Skinner (1971/1973), contudo, reivindica um sentido mais específico para a expressão. Não se trata, pois, da aplicação de ciências físicas ou biológicas sobre assuntos humanos; trata-se, em vez disso, de uma forma autônoma de tecnologia, que caminha em paralelo com aquelas próprias de ciências físicas e biológicas, e que parte da suposição de que o comportamento humano é assunto passível de ser assimilado por uma tecnologia própria e independente:

Não basta “usar a tecnologia com uma compreensão mais profunda dos problemas humanos” nem “aplicar a tecnologia às necessidades espirituais do homem” e tampouco “estimular os tecnólogos a olhar para os problemas humanos”. Tais expressões sugerem que onde começa o comportamento humano, termina a tecnologia, e que devemos prosseguir, como no passado, com o que aprendemos a partir de experiências pessoais ou da reunião de experiências pessoais chamada história, ou do conjunto de experiências encontradas na sabedoria popular, nas regras práticas dos costumes. Tudo isso esteve à nossa disposição durante séculos, e tudo o que temos para oferecer é o estado do mundo atual. (p. 10)

O descontentamento do autor com o então presente estado de coisas parece ser o de alguém que, ao mesmo tempo em que percebe a gravidade dos desafios com os quais a humanidade se vê às voltas, nota o quanto o conhecimento desenvolvido em sua área tem potencial para fomentar soluções efetivas para tais problemas. Uma certa frustração, se não indignação, permeia os escritos de Skinner (1971/1973): trata-se de uma indignação frente à

negligência ao potencial da ciência e da tecnologia para a resolução de problemas humanos complexos. Ciência e tecnologia deveriam assumir um papel de protagonismo nesse contexto: por isso o autor considera importante que a ciência deveria *substituir* modos alternativos de pensar. Também por isso não se trata apenas de garantir e expandir o emprego de tecnologias pré-existentes, mas de pensar científica e tecnologicamente questões que até então têm sido tratadas de modo não-científico que, exatamente por esse motivo, seguem irresolutas: “[uma tecnologia do comportamento] não resolverá nossos problemas até que substitua os pontos de vista pré-científicos tradicionais, e estes estão fortemente entrenchados” (p. 30).

Skinner (1971/1973) nota que a maior parte daqueles familiarizados com o estudo de problemas humanos – sejam sociólogos, políticos, economistas – ainda os abordam de uma perspectiva “pré-científica”. Tal perspectiva se identifica, de acordo com o autor, com um modelo explicativo que recorre à causalidade internalista. Assim, em suas propostas de análise e intervenção sobre problemas humanos concretos, cientistas e tecnólogos ainda tendem a recorrer a hipóteses e noções vagas, como traços de personalidade, temperamento, caráter, instinto, todas essas noções que não facilitam em nada um tratamento tecnológico da questão. De acordo com Skinner (1971/1973), “não há nada do gênero na física moderna ou na biologia, fato este que explica bem o porquê de uma ciência e uma tecnologia do comportamento terem sido por tanto tempo proteladas” (p. 14).

Recorrer a explicações internalistas, e particularmente àquelas que apelam para uma suposta “vida mental”, acarreta, pelo menos, dois problemas básicos. O primeiro deles diz respeito ao plano da investigação: “O mundo mental rouba o espetáculo. O comportamento não é reconhecido como objeto de estudo por si próprio . . . A explicação mental põe fim à curiosidade” (Skinner, 1971/1973, pp. 17-18). O outro diz respeito ao plano da intervenção: situando as “causas” do comportamento humano para além do alcance de uma análise científica, o pensamento internalista dificulta, quando não impede, um tratamento tecnológico de problemas humanos. A maneira científica de pensar o comportamento humano seria a única que garantiria um tratamento tecnológico desse mesmo objeto: por isso a observação de Skinner sobre ciência e tecnologia como pertencentes ao “campo do poder”. O poder das tecnologias comportamentais figura, assim, como uma justificativa da superioridade do pensamento científico na ótica skinneriana.

A alternativa oferecida por Skinner (1971/1973) implica uma mudança radical em ambos os domínios. No domínio da investigação, seria preciso substituir a tradicional “busca de causas” pela investigação de variáveis ambientais das quais o comportamento é função. O efeito do ambiente sobre o comportamento tende a ser “imperceptível”, dado que o ambiente

possui uma função *seletiva*. A preocupação com a “busca de causas” tende a desviar a atenção da função seletiva do ambiente. Direcionando atenção às consequências do comportamento, uma análise de contingências tende a resgatar esse foco, divisando relações de dependência entre o comportamento e os efeitos por eles produzidos no ambiente.

Uma vez que se tenha garantido um domínio de investigação que faz das interações entre organismo e ambiente seu foco de análise, o domínio da intervenção se veria facilitado, dado que as variáveis em questão seriam passíveis de uma abordagem tecnológica. Dessa forma, parece se verificar em Skinner (1971/1973) uma espécie de justificativa tecnológica para seu sistema científico: um dos motivos pelos quais a ciência do comportamento deve operar por meio do escrutínio de interações entre variáveis tangíveis, passíveis de descrição objetiva e manejo experimental, é que tal *modus operandi* permite a manipulação do ambiente e, conseqüentemente e ao menos em princípio, do comportamento. Não é como se a natureza metodológica da análise do comportamento favorecesse uma tecnologia desenvolvida *a posteriori*: o apelo à busca por relações funcionais já reflete um *a priori* tecnológico.

Em vias de esclarecer alguns dos desdobramentos de uma abordagem que reconhece o papel seletivo do ambiente, Skinner (1971/1973) declara:

Há dois resultados importantes. O primeiro se refere à análise básica. O comportamento que opera sobre o ambiente para produzir consequências (comportamento “operante”) pode ser estudado por meio de “arranjos” ambientais a que consequências específicas estejam condicionadas. As contingências investigadas têm se tornado cada vez mais complexas, e uma a uma vão assumindo as funções explicativas anteriormente atribuídas a personalidades, estados de espírito, sentimentos, traços de caráter, propósitos e intenções. O segundo resultado é de ordem prática: o ambiente pode ser manipulado. É verdade que a herança genética do homem só pode se modificar muito lentamente, mas as mudanças no ambiente do indivíduo têm efeitos rápidos e dramáticos. A tecnologia do comportamento operante já se encontra bem adiantada, como poderemos constatar, e talvez possa se revelar ser adequada aos nossos problemas. (p. 20)

Essa separação operada por Skinner (1971/1973), sobre consequências implicadas pelo modo científico de pensar, sugere uma independência entre os dois domínios mencionados. Haveria um domínio “básico” – a ciência interessada unicamente na busca pela explicação de processos comportamentais – e outro de aplicação, esse comprometido e preocupado com a

intervenção sobre problemas humanos. Mas recorrendo ao próprio Skinner (1953/2005), seria conveniente questionar: faria sentido uma separação estrita entre esses dois domínios? Como previamente explorado, a visão skinneriana de ciência parece mais próxima de um ideal moderno do que clássico: ciência tem a ver com poder sobre o mundo, e não com contemplação.

Ademais, comparando o ponto de vista científico com outras formas de pensamento, Skinner (1953/2005) observou que “os tipos de atividades intelectuais exemplificadas por juízos de valor, pela intuição ou interpretação nunca foram estabelecidos com clareza, *nem mostraram qualquer capacidade de operar uma mudança em nossa situação atual*” (p. 8). Se as possibilidades de “operar mudanças” – possibilidades tecnológicas – são vistas como justificativas para a superioridade do conhecimento científico, constata-se na visão skinneriana precisamente aquilo que Mariconda (2006) indica como característica de um ideário moderno de ciência: a tecnologia não é mero desdobramento das descobertas tecnológicas, ela *orienta* a produção de conhecimento.

Mas se, por um lado, uma tecnologia do comportamento, derivada de uma proposta científica sobre o mesmo objeto, parece representar uma possibilidade promissora no trato com problemas humanos que seguem irresolutos, por outro lado, tal tecnologia encontra considerável resistência. De acordo com Skinner (1971/1973), o surgimento da tecnologia comportamental implicou, a um só tempo, esperança e rejeição: “A mesma mudança que trouxe uma certa esperança de solução é responsável pela crescente oposição ao tipo de solução proposta” (p. 22) – a “tensão” observada por ocasião da emergência da tecnologia comportamental mimetiza àquela descrita por Martins (1997) entre prometeicos e fáusticos num contexto científico mais amplo. A oposição decorreria de variados motivos, dentre os quais são salientados três: a ameaça à liberdade, a ameaça à dignidade, e a controvérsia relativa aos valores e finalidades daquele que aplicaria a tecnologia em questão.

Com relação à ameaça à liberdade, o argumento em que se baseia é semelhante àquele relativo à rejeição da possibilidade de uma ciência do comportamento. Uma tecnologia do comportamento, tanto quanto a ciência da qual deriva, deve rejeitar a noção de “homem autônomo”. A ideia de homem autônomo descrita por Skinner (1971/1973) refere-se a uma concepção segundo a qual “seu comportamento não tem causa” (p. 20). Orientada para a modificação do comportamento, uma tecnologia do comportamento não poderia se pautar em uma concepção como essa: a tradicional “busca de causas”, conquanto substituída pela investigação de relações de dependência entre variáveis dependentes e independentes, é um passo preliminar imprescindível à manipulação do comportamento.

Além disso, Skinner (1971/1973) ressalta que a tecnologia tem, em grande parte, se sobressaído como uma aliada na luta pela liberdade: a tecnologia possuiria uma função emancipatória, como descrito pela narrativa prometeica (Martins, 1997). Tecnologias físicas e biológicas auxiliam a evitar, tanto quanto possível, o contato com aspectos aversivos do ambiente. Isso, contudo, não deveria ser confundido, como frequentemente é, com uma absoluta libertação do controle exercido pelo ambiente: “Ainda que a tecnologia tenha livrado o homem de certas características aversivas do ambiente, não o livrou do ambiente. Aceitamos o fato de que dependemos do mundo à nossa volta, e simplesmente mudamos a natureza da dependência” (p. 46).

Assumindo de antemão a inescapável dependência do ser humano do ambiente, uma tecnologia do comportamento parece especialmente interessante à luta pela liberdade, intervindo sobre situações tradicionalmente negligenciadas por outras abordagens tecnológicas. Uma dessas situações é representada por aquilo a que Skinner (1971/1973) nomeia como “escravo feliz”. Se, por um lado, Skinner admite que a literatura da liberdade inegavelmente contribuiu para a denúncia e desmantelamento do controle “escravizante” em suas faces mais conspícuas, por outro lado, aponta que essa literatura falhou ao não contemplar situações em que tal controle opera de modo sutil, nas quais as consequências aversivas são remotas, e obliteradas por consequências reforçadoras positivas imediatas.

Esse é um importante aspecto da proposta skinneriana por uma tecnologia comportamental: reconhecendo a ubiquidade e a inevitabilidade do controle ambiental, a intervenção tecnológica seria mais completa e efetiva, ao passo que a potência da intervenção tecnológica, por sua vez, justifica a maneira científica de pensar defendida por Skinner. Por isso, às vezes, parece difícil traçar uma linha divisória entre as justificativas para uma ciência e para uma tecnologia do comportamento: ambas parecem orientadas pelo ideal de transformação do mundo, ambas pertencentes a um “campo de poder”. Uma perspectiva comportamentalista favoreceria que indivíduos entrevissem formas de controle comumente negligenciadas pela literatura da liberdade, que apesar de denunciar eficazmente formas mais óbvias de cerceamento à expressão individual, falharia por não captar formas mais sutis e menos evidentes de controle ambiental. Daí decorre a ilação do autor de que o ser humano não deveria se ocupar de destruir ou fugir do ambiente, mas, isto sim, remodelá-lo, o que constitui uma tarefa fundamentalmente tecnológica.

A dignidade humana também parece ser colocada em risco por uma abordagem tecnológica sobre o comportamento, de acordo a “literatura da dignidade”. O que Skinner (1971/1973) nomeia como “literatura da dignidade” consiste em uma visão enaltecida de

ser humano, na qual suas virtudes são reconhecidas e celebradas como produtos inerentes à sua própria natureza. Uma vez que sejam desconhecidas a história ambiental e as variáveis presentes responsáveis pelas qualidades e realizações de determinada pessoa, é comum atribuí-las à própria pessoa como agente autônomo, de modo a negligenciar o papel do ambiente na constituição de suas qualidades e de suas realizações.

Para Skinner (1971/1973), nós “reverenciamos o inexplicável”: na atribuição de crédito a outrem, pesa muito o quanto se conhece acerca de sua história pessoal e das variáveis que o moldaram a ser como é e a agir conforme age. No caso de feitos considerados “heroicos”, quanto menos se conhece acerca das “causas” do comportamento do sujeito a quem tais feitos são atribuídos, maior tenderá a ser a admiração por ele, e a disposição em lhe atribuir a virtude do heroísmo. Essa é uma diferença fundamental entre uma tecnologia do comportamento e demais tecnologias: é distintivo da tecnologia do comportamento, tendo em vista a ênfase sobre o ambiente a ela subjacente e a função operativa e manipulativa a ela inerente, que seja especialmente ameaçadora à visão tradicional sobre a dignidade humana. Diz Skinner (1971/1973) que “a tecnologia comportamento não escapa tão facilmente [a críticas] quanto tecnologias físicas e biológicas porque ela ameaça muitas qualidades ocultas” (p. 60).

Curiosamente, há um aspecto em que a “literatura da dignidade” contrasta com a denominada “literatura da liberdade”: se, por um lado, a última preocupa-se especialmente com a eliminação e/ou mitigação de situações aversivas, a literatura da dignidade, por outro lado, enaltece o martírio e o suplício. Para Skinner (1971/1973), a comiseração por pessoas que demonstram superação ante circunstâncias árduas é fomentada pela literatura da dignidade: quanto maior a habilidade do desafortunado em sobrepujar um mundo hostil, tanto maior será o crédito lhe outorgado. É devido a isso que, frequentemente, as condições das quais um comportamento dito “digno” é função são deliberadamente obliteradas, a fim de se preservar a impressão de que a dignidade é desinteressada, “possuída” pelo indivíduo como algo de sua própria “natureza”, em vez de fruto de condições ambientais. Nas palavras do autor:

Reconhecemos a dignidade ou o valor de alguém quando o valorizamos pelo que fez. O grau dessa valorização é inversamente proporcional à evidência das causas de seu comportamento. Se não sabemos porque uma pessoa age de determinada forma, atribuímos então o comportamento à própria pessoa. Tentamos obter maior reconhecimento de nós mesmos, ocultando as razões de certos comportamentos ou

alegando razões menos poderosas para agir. Evitamos passar por cima dos méritos alheios, controlando as pessoas sutilmente. Admiramos as pessoas até onde não somos capazes de explicar o que fazem. (Skinner, 1971/1973, p. 62)

Esse aspecto da literatura da dignidade também conflita com a proposta de uma tecnologia comportamental porque tal tecnologia deve supor que ditas habilidades como resiliência e pertinácia não são “traços de caráter”, mas repertórios complexos construídos ao longo da história de vida. Interessada na manipulação de condições ambientais capazes de alterar o comportamento, a tecnologia comportamental deve supor que qualidades usualmente arroladas como constitutivas da noção de dignidade podem ser construídas e aperfeiçoadas mediante a manipulação do ambiente.

A crítica skinneriana à literatura da dignidade, assim, encontra uma fundamentação prática: somente prescindindo da liturgia tradicional sobre a dignidade é que a humanidade seria capaz de intervir sobre questões a ela relativas (como questões envolvendo educação moral, justiça e imputabilidade) de forma efetiva. Em suma, se, por um lado, as suposições basilares de uma tecnologia do comportamento acabam por reduzir as chances de que o ser humano seja admirado, por outro lado, são capazes de instrumentalizar aqueles interessados em um tratamento tecnológico de problemas relativos à dignidade humana. Aí repousaria uma grande potência emancipatória da análise do comportamento, e uma vocação prometeica: fornecer aos controlados as condições que lhes permitam compreender, e eventualmente reagir a, formas de controle a que seriam submetidos.

À parte as dificuldades impostas pela literatura da liberdade e pela literatura da dignidade, uma dificuldade suplementar que envolve a proposta de uma tecnologia do comportamento é representada pelos seguintes questionamentos: quem controlará? Que valores orientam a ação daquele que aplica tecnologias derivadas de uma ciência do comportamento? A que fim servirão as tecnologias comportamentais? Questões como essas, que inquiram sobre os professados fins humanitários do conhecimento aplicado à transformação do mundo, são questões de inspiração fáustica. Cumpre apurar que respostas são oferecidas na obra skinneriana, especialmente dados os objetivos deste trabalho.

Skinner (1971/1973) declarou que a ciência por ele proposta poderia ser compreendida como uma “ciência dos valores”, e que a tecnologia comportamental seria neutra do ponto de vista ético. Na próxima seção, será discutido como declarações do gênero poderiam, se é que poderiam, esclarecer as questões supracitadas.

1.4) Problemas envolvidos no controle científico e tecnológico do comportamento

Até aqui, foram descritas algumas das qualidades inerentes às concepções de ciência e tecnologia em Skinner e, mais especificamente, as características distintivas de uma ciência e tecnologia do comportamento. De uma ciência básica, apresentada inicialmente em um tratado sobre os processos elementares que subjazem o comportamento dos organismos (Skinner, 1938), a análise do comportamento teve seu escopo ampliado a questões relativas ao comportamento humano, e daí para o comportamento de indivíduos em grupo (Skinner, 1953/2005). As tecnologias comportamentais resultantes foram apresentadas como potentes para interferir sobre questões sociais amplas, a ponto de constituir uma ferramenta para o planejamento da cultura. Assim, mais do que descrever formalmente como ciência e tecnologia operam no campo do comportamento humano, Skinner (1971/1973) foi além, prescrevendo que o deliberado controle científico e tecnológico do comportamento seria não apenas desejável, mas vital para que determinados problemas humanos pudessem ser tratados de modo efetivo.

Preliminarmente, contudo, cabe aqui um comentário acerca da polissemia do termo “controle”. Em primeiro lugar, Skinner (1953/2005, 1971/1973) utiliza o termo em alusão a uma relação de interdependência: o comportamento é controlado no sentido de que sempre se apresenta em relação de interdependência com eventos do mundo. Destarte, o comportamento não é “livre” no sentido de ser “espontâneo”: as variáveis das quais é função devem ser encontradas no ambiente. Em segundo lugar, cabe notar que a natureza dessa relação de controle é probabilística. Essa é uma ressalva relevante, porque algumas das mais severas críticas à perspectiva skinneriana têm como alvo precisamente a visão de Skinner acerca do controle do comportamento (ver Newman, 1993). Em resposta a alguns de seus críticos, Skinner (1973) declarou:

o comportamento humano é controlado . . . ao mudar as condições ambientais das quais é uma função. O controle é probabilístico. O organismo não é forçado a se comportar de uma dada maneira; simplesmente aumenta-se a probabilidade de ele fazer algo. (p. 259)

Apesar de o termo controle ser por vezes empregado para designar a dependência do comportamento em relação a eventos ambientais, outro uso pode ser verificado na obra de Skinner: trata-se da manipulação deliberada do ambiente a fim de produzir resultados

específicos. Controle, nesse sentido, não alude a uma “propriedade” fundamental do comportamento; trata-se, em vez disso, da designação para uma forma de ação deliberada. É curioso notar como Skinner (1955/1961b) por vezes emprega o termo com ambos os significados em uma mesma sentença: “Não podemos tomar decisões sábias se continuarmos a fingir que o comportamento humano não é controlado, ou nos recusarmos a nos engajar no controle quando resultados valiosos podem ser iminentes” (p. 11).

Para uma discussão sobre problemas envolvidos no controle deliberado do comportamento, convém esclarecer aspectos da perspectiva skinneriana acerca do comportamento social, e de como grupos agem de modo a controlar o comportamento dos membros que o compõem. Skinner (1953/2005) destaca que o ambiente social tende a arranjar contingências de modo a “conformar” o comportamento dos indivíduos de acordo com o grupo: “a comunidade como um todo, frequentemente estabelece o comportamento conformista por meio de técnicas essencialmente educacionais” (p. 390). Essa forma de controle opera no sentido de garantir a coesão e a consistência do grupo e, desse modo, tendem a ser reforçados os comportamentos que ao grupo se conformam, e punidos aqueles considerados “inconformados”. Esse seria o mecanismo por meio do qual se estabelecem usos e costumes típicos em diferentes grupos, e se garante a manutenção de tais grupos: “. . . comportamento conformado contribui para o padrão com o qual o comportamento dos outros será comparado. Uma vez originado um costume, uso, ou estilo, portanto, o sistema social que o observa parece ser razoavelmente automantenedor” (p. 392).

Skinner (1953/2005) inicialmente opera uma identificação entre as noções de “cultura” e “ambiente social”, detalhando, em momento ulterior, que cultura se definiria como “contingências arranjadas por um ambiente social” (Skinner, 1989, p. 52). O autor nota, porém, que no senso comum a cultura é comumente concebida como uma espécie de “espírito” ou uma “atmosfera” própria do grupo. O esforço de Skinner (1953/2005) para a análise do controle exercido pelo ambiente social sobre os indivíduos consiste principalmente em tratar tal controle sob o domínio e os princípios de uma ciência natural. Isso significa que, seja na análise do controle pessoal exercido diretamente entre as pessoas umas pelas outras, seja na análise do poder instituído por meio de agências (tais como governo, psicoterapia ou instituições econômicas, educacionais e religiosas), a explicação do controle exercido deve estar sempre circunscrita aos limites estabelecidos pela ciência. Conquanto possam variar imensamente em termos da complexidade com a qual são arranjadas, as variáveis básicas de controle são sempre as mesmas, pois o que está em questão, ao fim e ao cabo, é o comportamento de organismos individuais.

Por conta desse viés idiográfico da análise do comportamento, uma preocupação constante de Skinner (1953/2005) é o exame do efeito exercido pela cultura sobre o comportamento. A ideia de que há uma “natureza humana” comum a todos os indivíduos é interpretada por Skinner como uma constatação de que simplesmente há processos básicos do comportamento que são compartilhados por toda a espécie. A despeito dessa “propriedade” universalmente comum, todos os demais aspectos da constituição individual tendem a diferir: “heranças genéticas diferem enormemente, e os ambientes têm probabilidade de mostrar mais diferenças que similaridades, grande número das quais pode ser atribuído a variáveis culturais. O resultado, é claro, é um alto grau de individualidade” (p. 395). Para o autor, interessa especialmente a investigação sobre o ambiente social e o seu efeito sobre o comportamento humano: uma análise ponto a ponto de tal ambiente, diz Skinner, poderia revelar sua influência sobre o comportamento individual.

Em vias de exemplificar seu ponto de vista, Skinner (1953/2005) recorre ao exemplo hipotético de um indivíduo de trinta anos, avaliando como seu comportamento poderia ser atribuído a possíveis variáveis culturais. Tais variáveis poderiam ser decisivas na determinação de seu nível de trabalho, sua motivação, suas disposições emocionais, seu repertório em sentido amplo (especialmente no que tange à capacidade de resolução de problemas), seu grau de autocontrole e de autoconhecimento, e até mesmo aspectos de seu comportamento que poderiam ser classificados como “comportamento neurótico” (pp. 395-397).

Um ambiente que proveja reforço positivo abundante, razoáveis condições de clima e fornecimento adequado de alimentos e outros recursos possivelmente afetará positivamente o nível de trabalho, tanto quanto o “interesse” e “entusiasmo” do indivíduo. Condições de privação e de saciação, responsáveis pela motivação, igualmente podem ser afetadas por fatores sociais, como o controle ético exercido pelo grupo sobre interações sexuais, padrões de alimentação, sono, e assim por diante. De maneira semelhante, as disposições emocionais do indivíduo são notadamente influenciadas pelo modo como se constitui seu ambiente social, tanto quanto o é seu repertório para a resolução de problemas práticos. O grau de autocontrole e de autoconhecimento, outrossim, é determinado em função de contingências arranjadas pelo ambiente social: reforçamento diferencial para respostas autocontroladas, concomitante à punição ou extinção de padrões excessivamente emotivos poderiam fortalecer o autocontrole, tanto quanto contingências que fomentem a autodescrição produziriam maior grau de autoconhecimento. E embora restrições e perturbações do ambiente físico talvez possam, em parte, explicar o que comumente se identifica como comportamento neurótico, a ampla

maioria das fontes de problemas do gênero possivelmente se encontram nos arranjos do ambiente social.

As maneiras pelas quais a cultura, uma vez compreendida como ambiente social, interfere sobre o comportamento individual fazem parte do escopo de uma ciência do comportamento. A preocupação em relação aos mecanismos específicos por meio dos quais se produzem os efeitos do controle sobre o comportamento dizem respeito à tecnologia do comportamento. Juntas, a ciência e a tecnologia do comportamento poderiam operar no sentido de deliberadamente controlar o comportamento dos indivíduos em direção a fins previamente definidos.

Um reiterado argumento de Skinner (1953/2005) baseia-se na constatação de que o controle deliberado do comportamento não é nenhuma novidade: a diferença é que, até então, imperam formas de controle baseadas em concepções pré-científicas. Um controle fundamentado pelos achados de uma ciência do comportamento não se apresentaria como algo exatamente “inédito”, mas viria a aprimorar uma forma de controle já existente, de modo a garantir a tal controle maior precisão e eficácia:

Há certas regras empíricas de acordo com as quais o comportamento humano vem sendo controlado há muito tempo e que constituem uma espécie de arte pré-científica. O estudo científico do comportamento alcançou o ponto em que pode proporcionar técnicas adicionais. Na medida em que os métodos da ciência continuarem a ser aplicados ao comportamento, poderemos esperar que as contribuições técnicas se multipliquem rapidamente. Se pudermos julgar a partir da aplicação da ciência em outros problemas práticos, o efeito sobre os assuntos humanos será tremendo. (pp. 408-409)

Uma preocupação suscitada por esse ponto de vista diz respeito à responsabilidade da ciência. Seria possível prevenir o mau uso do conhecimento derivado de uma ciência do comportamento? Caberia ao analista do comportamento a responsabilidade sobre os usos da tecnologia comportamental por ele proporcionada? A respeito disso, Skinner (1953/2005) escreveu que “uma ciência do comportamento não contém em si mesma quaisquer meios de controlar o uso para o qual suas contribuições serão dirigidas” (p. 409). Esse, contudo, não seria um problema próprio da ciência do comportamento, mas das ciências, de modo geral. Como exemplo, Skinner menciona tecnologias bélicas, talvez uma das mais emblemáticas

manifestações em que o uso do conhecimento científico afastou-se de seus fins humanitários, originalmente professados, para servir a interesses nefastos.

Apesar disso, a sabotagem e o abandono da ciência não são caminhos razoáveis para Skinner (1953/2005). Coexistem em Skinner (1953/2005) um otimismo com relação ao potencial do controle científico e tecnológico para solução de problemas humanos, e um reconhecimento de que o perigo envolvendo os maus usos da ciência não é irrelevante. A complexidade da obra skinneriana dificulta, assim, qualquer tentativa de circunscrevê-la à chancela de exclusivamente fáustica, ou exclusivamente prometeica – argumentos classificáveis sob ambas as vertentes poderiam ser encontrados. A questão que aqui interessa, porém, não é “enquadrar” a obra em questão sob um ou outro qualificativo. Antes disso, é avaliar a natureza e qualidade de cada grupo de teses e argumentos.

Tendo em vista a dificuldade da ciência em controlar os usos que se farão de seus frutos, Skinner (1953/2005) avança quatro possíveis soluções – teses de inclinação fáustica – para eventuais maus usos: a *negação do controle*, a *recusa do controle*, e as propostas por uma *diversificação do controle* ou pelo *controle do controle*.

A *negação do controle* é problemática porque parece insistir em uma concepção de ser humano como agente totalmente livre, o que não encontraria guarida em uma concepção científica. Skinner (1953/2005) reconhece que é compreensível a reserva em relação ao controle deliberado, dado o temor que o controle aversivo desperta, porém, as formas não-aversivas de controle tendem a ser desconsideradas. A negação do controle parece servir tão somente para protelar o problema do controle do comportamento, que finalmente terá de ser levado em conta: “todos controlamos e somos controlados. À medida que o comportamento for mais profundamente analisado, o controle virá a ser mais eficaz. Mais cedo ou mais tarde o problema deverá ser encarado” (p. 410).

A *recusa do controle*, compreendida como “rejeição deliberada da oportunidade para controlar” (p. 410), pode ser verificada em diferentes contextos. Um deles é a psicoterapia: segundo alguns modelos clínicos, o psicoterapeuta deveria interferir o mínimo o possível, adotando uma postura não-diretiva, de modo a permitir que o paciente conduza os rumos do processo. No campo do governo, a estratégia se verifica em certas filosofias políticas: “as filosofias de governo que se originam de semelhante medo do controle são representadas na forma extrema pela anarquia e mais conservadoramente pela doutrina do *laissez faire*” (p. 410). Para o autor, contudo, as premissas basilares de tais filosofias se ancoram numa constatação ordinária de que “governo que governa menos está relativamente livre dos

perigos do abuso do poder” (p. 410), mas tais sistemas não seriam “livres” em qualquer outro sentido.

Skinner (1953/2005) considera que “recusar-se a aceitar o controle é meramente deixar o controle em outras mãos” (p. 410). A recusa ao controle não raro redundaria na negligência a outras formas de controle, e isso seria verificável no campo governamental:

No governo, uma filosofia de *laissez faire* será eficiente se o cidadão estiver em contato com agências religiosas, educacionais e de outros tipos, que forneçam o controle que o governo se recusa a exercer. O programa da anarquia, que alega que o homem florescerá assim que o controle governamental for retirado, usualmente negligencia na identificação de outras forças controladoras que adaptam o homem a um sistema social estável. *Uma “sociedade livre” é aquela na qual o indivíduo é controlado por agências outras que o governo* [itálicos adicionados]. A “fé no homem comum” que torna possível uma filosofia da democracia, na realidade é uma fé em outras formas de controle. (p. 411)

Uma terceira solução aventada para o problema do controle consiste na *diversificação do controle*: “uma solução particularmente óbvia é distribuir o controle do comportamento humano entre muitas agências que tenham tão pouco em comum que não seja provável que se juntem em uma unidade despótica” (p. 411). Tal argumento é amplamente empregado em defesa do sistema democrático: uma vez que o poder se veja distribuído por diferentes agências, previne-se a possibilidade da concentração de poder em uma “superagência” que subjugué as demais, como ocorre em estados totalitários. “Até onde as forças que se opõem mantêm um certo equilíbrio, evita-se a exploração excessiva por qualquer das agências” (p. 412), assegura Skinner (1953/2005). Um argumento adicional em favor do controle diversificado se assenta na constatação de que há uma fraqueza inerente em uma ordem totalitária: “O estado totalitário é fraco porque, quando comete um erro, toda a cultura pode ser destruída. Na diversificação, podem ser testadas localmente novas técnicas de controle sem uma ameaça séria à estrutura geral” (pp. 412-413).

No caso mais específico da ciência do comportamento e seu potencial para fundamentar práticas relativas do controle do comportamento, seja em contextos singulares ou sociais, a diversificação parece uma solução especialmente relevante, sugere Skinner (1953/2005):

Para aqueles que temem o abuso de uma ciência do comportamento humano essa solução sugere um progresso óbvio. Distribuindo o saber científico o mais amplamente possível, obteremos alguma certeza de que este não será monopolizado por nenhuma agência para o seu próprio fortalecimento. (p. 413)¹⁷

Finalmente, a solução que propõe o “*controle do controle*” consiste na limitação do poder de controlar outorgado a diferentes agências. Dessa forma, por exemplo, “não se permite ao educador usar o controle à sua disposição para estabelecer certos tipos de comportamentos. Não se permite que a religião e a psicoterapia encorajem ou aceitem o comportamento ilegal” (pp. 413-414). Skinner (1953/2005) ressalta, porém, que persiste o problema relativo à concentração do poder de controlar em uma agência central, a saber, o governo. Uma preocupação, ressalte-se, que tem razão de ser, pois, como alerta o autor, “um governo que é capaz de restringir o controle exercido por uma agência particular pode coagir aquela agência a apoiar seu próprio programa de expansão” (p. 414).

Se, por um lado, todas essas estratégias propostas e discutidas por Skinner (1953/2005) revelam sua preocupação acerca dos maus usos da ciência – e possíveis medidas preventivas –, por outro lado, a maneira como se apresentam essas estratégias e propostas releva uma crença de que os problemas são sempre vistos como *externos* à ciência. Desde que o controle não caia em mãos incautas, que seja distribuído tanto quanto o possível e que haja possibilidade de “controle do controle”, a ciência estaria acima de qualquer suspeita. A responsabilização parece sempre dirigida à aplicação dos produtos da ciência, e não aos cientistas. Detentora de uma lógica autocorretiva, provendo “sua própria sabedoria”, a ciência nunca é diretamente responsabilizada. Ao contrário, seguindo o raciocínio de Skinner (1948, 1953/2005), uma vez garantido que aquele que *aplica* os produtos tecnocientíficos seja o mesmo que os *produz*, seria possível suplantando os maiores problemas envolvidos no controle científico e tecnológico do comportamento.

Além disso, todas as soluções para o problema do controle discutidas por Skinner (1953/2005), conquanto aclarem problemas relevantes, não parecem suficientes para dar conta de um problema que seria discutido de modo mais profundo pelo autor posteriormente

¹⁷ Essa solução sugerida por Skinner (1953/2005) parece negligenciar certos fatores que ele próprio apresenta em sua descrição sobre a dinâmica de funcionamento de agências controladoras. Ainda que seja provável que uma distribuição ampla do conhecimento científico possa auxiliar na prevenção do monopólio da ciência por uma agência que o empregue a seus próprios fins, persiste o fato de que, por definição, agências se caracterizam pelo poder de arranjar contingências que submetem os indivíduos do grupo sob o seu escopo. Soa como uma asserção forte demais a certeza de que a distribuição do conhecimento por si só afastaria a ameaça de um despotismo científico.

(Skinner, 1971/1973): quais valores orientam o controle deliberado do comportamento? Sobre isso, o autor afirma: “decisões sobre os usos da ciência parecem requerer uma espécie de sabedoria que, por alguma razão curiosa, não pertence aos cientistas. Se tiverem de emitir qualquer juízo de valor, dispõem apenas da sabedoria que compartilham com as demais pessoas” (p. 80). Logo em seguida, contudo, Skinner (1971/1973) faz a importante ressalva: “Se o cientista do comportamento também concordasse, estaria cometendo um equívoco” (p. 80).

Skinner (1971/1973) parece operar um esforço para dissolver a tradicional distinção estabelecida entre valores e fatos, afirmando que: “é evidente que um fato difere do sentimento que ele desperta, mas, em última instância, isso também é um fato” (p. 80). Restringindo ao mundo dos fatos todo o escopo de investigação da ciência comportamental, e de aplicação da tecnologia comportamental, Skinner (1971/1973) trata a questão dos valores como outra qualquer. A ele o que interessa é apurar de que modo se estabelece o que é reconhecido como valor, e o que uma análise científica revela é que juízos de valor diferentes são produtos de contingências de reforçamento diferentes. Dessa perspectiva, coisas consideradas boas seriam reforçadores positivos; coisas consideradas ruins, reforçadores negativos.

Uma tal abordagem acerca de valores garantiria que fossem objeto de estudo científico, e a ciência dedicada ao estudo dos valores seria precisamente a ciência do comportamento:

Quando afirmamos que um juízo de valor é questão não de um fato, mas de como alguém se sente em relação a ele, simplesmente estamos distinguindo entre um objeto e seu efeito reforçador. Os objetos em si são estudados pela física e pela biologia que, em geral, não se referem ao seu valor, porém os seus efeitos reforçadores pertencem ao campo da ciência do comportamento. Esta, na medida em que diz respeito ao reforço operante, é uma ciência dos valores. (p. 81)

Tratando valores no âmbito da ciência, Skinner (1971/1973) parece ver pouco ou nenhum sentido na clássica distinção estabelecida pela “guilhotina de Hume”, segundo a qual enunciados do tipo “deve ser” não poderiam ser derivados de enunciados do tipo “é”¹⁸. Na

¹⁸ Avaliando a posição skinneriana em relação à natureza dos valores, Staddon (2004) considera que Skinner incorre naquilo que em filosofia moral é nomeado de *falácia naturalista*. Mais, que Skinner sequer considerava

ótica skinneriana, enunciados prescritivos e valorativos não difeririam de enunciados fáticos por sua natureza: seriam simplesmente enunciados descritores de contingências. No caso mais específico de julgamentos valorativos, é comum que operem ponderações baseadas em diferentes tipos de bens. Em Skinner (1971/1973), são estabelecidos três diferentes tipos de bens: bens pessoais, bens dos outros e bens da cultura (Dittrich & Abib, 2004). Parte importante de sua proposta para o controle científico e tecnológico do comportamento perpassa a busca de um “equilíbrio ótimo” entre esses tipos de bens.

Nenhum equilíbrio razoável poderá ser alcançado enquanto os benefícios mais remotos forem negligenciados por um individualismo ou liberalismo extremos, ou enquanto o equilíbrio for arremessado tão violentamente em outra direção por um sistema de exploração. *Presume-se que haja uma condição ótima de equilíbrio onde todos sejam reforçados ao máximo. Mas, afirmar isso, implica introduzir um outro tipo de valor* [itálicos adicionados]. (p. 95)

O valor ao qual Skinner (1971/1973) se refere seria o bem da cultura, uma espécie de “bem comum”, cuja preservação deveria ser programada deliberadamente. A preservação do bem comum, ou, na trama conceitual skinneriana, do bem da cultura, deveria ser garantida por meio da implementação de tecnologias comportamentais, orientadas por um projeto denominado por Skinner (1971/1973) de “planejamento cultural”. Tal projeto figura como o auge de um processo de ampliação do escopo de aplicação da análise do comportamento e suas tecnologias, que passa de estudos com animais não-humanos, para o comportamento humano (individual) e grupos até, finalmente, culturas inteiras. Uma análise detalhada sobre as características e os compromissos envolvidos no projeto skinneriano sobre planejamento cultural será apresentada no próximo capítulo.

1.5) A ciência como uma agência controle do comportamento humano

Antes de findar este capítulo, convém notar que apesar de a visão de B. F. Skinner sobre a ciência, em geral, e sobre a análise do comportamento humano, em particular, ser resumida de modo mais ou menos ordenado nos capítulos iniciais de *Ciência e*

tal problema como um problema efetivamente, por acreditar que “a psicobiologia humana proveria um caminho objetivo para estimar o valor das ações” (p. 237).

comportamento humano, há outros momentos em sua obra dos quais é possível extrair asserções que revelam ser um pouco mais complexa, se não atravessada por incongruências, sua perspectiva sobre a ciência. Mais que isso, estudos teóricos recentes de comentadores da área dão relevo a questões controversas e pontos negligenciados pelo autor em relação ao papel da ciência no controle do comportamento (Laurenti, 2012; Lopes, 2014; Moxley, 1999; Staddon, 2004).

Iniciando pelo próprio Skinner, convém notar que apesar de seu empenho na descrição de quais seriam as características distintivas de um ponto de vista científico, e de como tais características poderiam se aplicar ao estudo do comportamento humano, os capítulos iniciais de *Ciência e comportamento humano* não esgotam seu discurso sobre a ciência. Mais que isso, comentadores indicam que a publicação data de um período de transição (Lopes, 2014; Moxley, 1999), em que se sobreponham no discurso skinneriano tendências conflitantes em si. Como comenta Lopes (2014), “o livro *Science and Human Behavior* situa-se em um período de transição em que características marcadamente pós-modernas conflitam com traços modernos na proposta skinneriana de uma ciência do comportamento” (p. 47).

Mas em que consistiriam essas tais características modernas e pós-modernas identificáveis na obra do autor? Acerca disso, diferentes comentadores indicaram pontos distintos, a exemplo da “tensão” entre inclinações deterministas e indeterministas na obra de Skinner (Laurenti, 2009; Moxley, 1999) e discussões sobre a questão da neutralidade do conhecimento científico (Laurenti, 2012; Lopes, 2014). Para esta discussão, serão destacadas duas teses que podem inspirar reflexões mais alinhadas com uma visão pós-moderna sobre a ciência, mostrando que, apesar dos aspectos modernos identificáveis em *Ciência e comportamento humano*, há em Skinner argumentos capazes de problematizar aquela visão sobre o empreendimento científico.

O primeiro deles diz respeito à compreensão da ciência como *comportamento do cientista*. Se, por um lado, Skinner (1953/2005) inicialmente se limita a uma descrição generalista de um modelo para se fazer ciência, e de como o comportamento humano seria passível de adequação a tal modelo, posteriormente, Skinner (1974) opera uma identificação do conhecimento científico com o produto da ação dos cientistas. Assim, de uma descrição genérica do “fazer ciência”, passa-se a uma compreensão de que a ciência não é uma entidade abstrata, algo que possa ser caracterizado de modo descontextualizado ou descolado daqueles que a produzem. Ao contrário, por se tratar de comportamento humano e, mais especificamente, de uma forma de comportamento verbal, a compreensão da ciência deve levar em consideração as idiosincrasias às quais tal forma de comportamento está sujeita.

Nos termos de Skinner (1974),

O conhecimento científico é comportamento verbal, embora não necessariamente linguístico. É um corpo de regras para a ação eficaz, e há um sentido especial em que poderia ser ‘verdadeiro’ se produzir a ação mais eficaz possível. Mas as regras nunca são as contingências que descrevem; permanecem sendo descrições e sofrem as limitações inerentes ao comportamento verbal. (p. 259)

Dessa declaração de Skinner (1974), dando relevo à ponderação de que toda descrição – incluídas aí aquelas empreendidas por cientistas – sofre “limitações inerentes”, e de que regras nunca “espelham” o mundo que pretendem descrever, extrai-se do discurso skinneriano uma visão sobre a ciência que se afasta de uma caracterização do conhecimento científico como conhecimento desinteressado. Uma vez que se compreenda a ciência como comportamento dos cientistas, é possível recorrer uma vez mais ao próprio Skinner para compreender os controles aos quais estaria sujeito tal comportamento. Procedendo assim, a análise de Lopes (2014) conduz a uma reflexão sobre como a empresa científica poderia, então, ser pensada como uma agência de controle do comportamento humano.

Definidas como instituições cuja função é o controle do comportamento de grupos de indivíduos, tais agências seriam responsáveis por uma relativa uniformização de dados grupos, por estabelecer contingências de reforçamento e punição comuns às quais os membros de tais grupos estariam submetidos (Skinner, 1953/2005). Religião, governo, psicoterapia, educação e economia são os exemplos explorados pelo autor em detalhe, porém a descrição do funcionamento de instituições envolvidas em cada um desses exemplos fornece uma base conceitual da qual é possível lançar mão para a compreensão de outras instituições, e de como tais instituições poderiam ser também classificadas como agências controladoras.

Ancorado nisso, e invocando autores contemporâneos que se dedicaram a discussões acerca da sociologia da ciência, Lopes (2014) avalia que

a dinâmica do campo científico – o funcionamento “interno” da ciência – é regida pela disputa por um tipo de capital simbólico: o reconhecimento dos membros da comunidade. A posse desse “capital” garante o poder de definir os rumos da ciência, como os critérios de cientificidade, os assuntos que devem ser prioritariamente pesquisados, o tipo de pesquisa que pode ser publicada, e assim por diante. Com isso, afasta-se a aura de pura objetividade invocada pela ciência moderna para qualificar os

cientistas . . . a ciência como agência de controle deve ser vista como responsável pelo que produz de bem e de mal. Isso porque, diferente da concepção moderna, o conhecimento científico não pode mais ser separado de seus resultados práticos. Em outras palavras, não faz mais sentido dizer que aquele cientista, que trabalha com pesquisa básica, em seu laboratório, está completamente isento de preocupações com os usos de seus resultados; que a produção de conhecimento não tem relação direta com os usos que se fazem dele; que o cientista descobre e os políticos e empresários usam o que foi descoberto. Mesmo a escolha por uma ou outra área de pesquisa não é controlada apenas pela curiosidade, pelo “conhecer por conhecer”, mas também por fatores políticos, econômicos, e de reconhecimento social, que influenciam na dinâmica do campo científico como um todo. (pp. 55-56)

Considerando essa discussão empreendida por Lopes (2014), seria possível afirmar que, a despeito de Skinner (1953/2005) não considerar a ciência como uma agência de controle, a trama conceitual por ele fornecida permite uma discussão que problematiza o papel da ciência, se aproximando de discussões contemporâneas sobre o tema. Com efeito, embora não originalmente empreendida por Skinner (1953/2005), essa leitura mais recente mostra a potencialidade da análise do comportamento para participar de debates contemporâneos sobre o papel social da ciência. Invocando Foucault, Lopes (2014) pontua como na modernidade a ciência passa a ocupar o lugar outrora ocupado pela religião, e como essa tendência moderna tem ressonâncias em leituras bastante apregoadas sobre a análise do comportamento.

Outro comentador contemporâneo da obra de Skinner chama a atenção para ponto semelhante: a teoria skinneriana desposaria uma forma de imperialismo científico (Staddon, 2004). A expressão empregada por Staddon faz referência à suposição de que a ciência é, ao menos em princípio, capaz de esgotar dissensos, de colocar um ponto final a questões irresolutas de diferentes áreas, a exemplo da ética e da política: “imperialismo científico – a ideia de que todas as decisões, em princípio, poderiam ser feitas cientificamente – se tornou a religião dos intelectuais” (p. 231). À semelhança da análise de Lopes (2014), que introduz a ideia da ciência como uma agência de controle de comportamento, Staddon (2004) compara a visão da ciência como a resposta final de todos os questionamentos com uma agência de controle bem descrita por Skinner: a religião.

Não obstante identificar em Skinner a tendência a um imperialismo científico, Staddon (2004) nota que há aspectos em sua perspectiva sobre a ciência que conflitariam com essa

postura. Mais especificamente, o autor se refere à ideia de uma “epistemologia evolucionária”, uma visão sobre o conhecimento que encontra raízes na filosofia pragmatista¹⁹. Em comum com a filosofia pragmatista, o comportamentalismo skinneriano sustentaria uma visão evolucionária e consequencialista sobre o conhecimento, o que significa que a verdade de um enunciado estaria condicionada tanto à história evolutiva, quanto à evolução presente – ou seja, o conhecimento está, ele próprio, sujeito aos mecanismos evolutivos de variação e de seleção: “A verdade não é absoluta. Tudo que aparentamos saber é o resultado de milhões de anos de seleção natural e milhares de anos de evolução cultural” (p. 235).

Para Staddon (2004), o caráter evolucionário da epistemologia skinneriana conflita com seu imperialismo científico. Se, por um lado, verifica-se em Skinner (1971/1973) uma tentativa (fracassada, na ótica de Staddon) de superar a falácia naturalista e fazer da ciência uma espécie de oráculo capaz de esgotar dilemas – a exemplo de dilemas éticos – por outro lado, sua epistemologia evolucionária interdita essa pretensão, pois implica que um conhecimento acurado sobre como o mundo futuro será, e quais práticas vingarão, é impossível. Desse modo, o imperialismo científico assevera que

o que *deveria ser* pode ser derivado de *o que é* (a ética [derivada] da ciência), mas a evolução é inerentemente imprevisível. Algumas práticas cujos benefícios não poderiam ser provados poderiam, apesar disso, se tornarem boas para a sobrevivência da cultura ou da raça. Outras que parecem ser boas podem se tornar ruins. Consequentemente, o argumento evolucionário implica que uma cultura de sucesso irá crer que algumas coisas não podem ser provadas. Ele também nos diz que não podemos antecipar que coisas serão essas. (p. 241)

As contribuições de autores como Lopes (2014) e Staddon (2004) são interessantes porque demonstram que apesar das limitações inerentes à visão skinneriana sobre a ciência e sobre a análise do comportamento – seja ao negligenciar o papel da ciência como agência de controle, seja ao subscrever a uma forma de imperialismo científico – tal visão provê subsídios para a correção de tais limitações. Aplicada à empresa científica, a análise de Skinner (1953/2005) sobre agências controladoras do comportamento poderia lançar luz sobre fatores (culturais, econômicos, éticos, ideológicos) que comumente passam despercebidos no

¹⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre a noção de verdade no pragmatismo e suas relações com a análise do comportamento, ver Leão, Rocha e Laurenti (2016).

contexto da produção de conhecimento científico. A par disso, a epistemologia evolucionária à qual Skinner subscreve interditará algumas de suas pretensões em direção a um imperialismo científico, que suporia caber à ciência a resposta final e definitiva para todas as perguntas.

1.6) Considerações finais

Tendo em vista o breve panorama até aqui reunido sobre ciência, tecnologia e o controle do comportamento, é possível esboçar algumas impressões acerca do lugar do pensamento skinneriano no contexto das tendências fáustica e prometéica (Martins, 1997), conforme descritas na introdução deste trabalho. Trata-se, assim, de avaliar o discurso de Skinner no contexto de tendências entusiastas e críticas sobre o papel da ciência e tecnologia para a promoção do progresso, e do alcance de fins humanitários por meio do domínio da natureza. Se, por um lado, talvez fosse apressado classificar o otimismo skinneriano como uma forma de prometeísmo, por outro lado, talvez a preocupação expressada no tocante aos maus usos da ciência não sejam suficientes para “enquadrar” a perspectiva do autor como plenamente fáustica. Uma “tensão”, resultante de alternadas inclinações a cada uma dessas narrativas, parece atravessar o pensamento do autor.

Em diversas de suas observações sobre características próprias da ciência, Skinner (1953/2005) se aproxima, em vários pontos, de um modelo moderno de ciência (Mariconda, 2006), a exemplo da prioridade do método experimental, da rejeição a argumentos de autoridade e do compromisso com os fatos, e da visão de que a ciência encerra um caráter fundamentalmente operativo. A teoria do comportamento e a visão de ciência por ele descrita parece de antemão pautada por uma lógica experimental, como expresso na recomendação pela investigação do comportamento em termos de variáveis dependentes e independentes, foco na relação entre organismo e ambiente, priorização dos fatos coletados sob condições controladas e eliminação dos vieses tanto quanto o possível, manipulação direta do ambiente, coleta de dados suficientemente robusta para evitar conclusões premeditadas etc.

Ademais, Skinner defende explicitamente uma reforma da sociedade orientada segundo um ponto de vista científico, e se valendo dos mecanismos de uma tecnologia do comportamento. Mais que isso, assevera que uma série de problemas humanos só seriam passíveis de solução mediante o deliberado controle científico e tecnológico do comportamento. A sugestão de que esse seria o mais adequado caminho à produção de um

sistema social ideal é um aspecto coincidente entre o discurso de Skinner e aquilo que se identifica com uma perspectiva prometeica (Martins, 1997), que vê no domínio da natureza, e seu potencial para a regulação da vida em sociedade, a melhor esperança para a produção de um mundo melhor. Tal qual o fogo divino que permite a prosperidade humana, no mito de Prometeu, a ciência na perspectiva skinneriana parece concebida como o fator crítico para a emancipação da humanidade, vital para a resolução dos principais problemas sociais correntes.

Por outro lado, há algumas ressalvas levantadas por Skinner (1953/2005, 1971/1973) que poderiam soar mais próximas de uma visão fáustica sobre a ciência e a tecnologia. Dentre elas, merecem destaque o reconhecimento de que os maus usos do conhecimento tecnocientífico constituem um problema relevante, e que sua aplicação no contexto social deve ser acompanhada de estratégias para a prevenção de eventuais abusos. Dessas estratégias, ressalte-se a importância da diversificação do controle e a distribuição do conhecimento científico tanto quanto o possível. Se o ceticismo fáustico se caracteriza pela desconfiança em relação ao potencial humanitário do emprego da ciência e da tecnologia para o domínio da natureza, esses seriam relevantes aspectos fáusticos a serem destacados no discurso skinneriano.

Para além disso, o autor chega a notar que o controle científico e tecnológico do comportamento deveria ser orientado segundo valores que conflitam diretamente com alguns dos valores mais comumente acalentados na cultura ocidental. Seria esse um dos motivos pelos quais a proposta de planejamento encontra tanta resistência. A contribuição de comentadores como Lopes (2014) e Staddon (2004), indo além das ponderações originais de Skinner sobre o controle científico e tecnológico do comportamento, mostram como, ainda partindo de formulações analítico-comportamentais – inclusive formuladas pelo próprio Skinner –, é possível derivar uma perspectiva crítica e diversa do entusiasmo prometeísta.

Alternativamente à visão da análise do comportamento como uma ciência que forneceria os subsídios para a regulação da vida em sociedade, uma compreensão comportamental sobre o funcionamento de instituições (i.e. agências controladoras) e sobre o caráter evolucionário do conhecimento científico possibilita uma concepção diversa, que vê na análise do comportamento uma fonte de crítica ao poder instituído – incluída aí a instituição científica – e da pretensão em conceber a ciência como um farol que iluminaria o caminho para um futuro necessariamente melhor.

CAPÍTULO 2 – Planejamento cultural: engenharia comportamental aplicada à transformação do mundo

“A questão é esta: sob quais condições aqueles que têm o poder de controlar o comportamento humano o usarão de maneiras que garantam um futuro melhor?”

(Skinner, 1989, p. 119)

O objetivo deste capítulo é apresentar a proposta de Skinner pelo planejamento deliberado da cultura, seus objetivos, obstáculos e alguns dos problemas envolvidos na sua formulação e implementação. Dada a centralidade de tal proposta para esta pesquisa, convém iniciar com uma breve revisão sobre alguns dos usos da expressão na obra selecionada do autor. *Cultural design, the design of a culture* e expressões correlatas são o equivalente em inglês para o que ao longo desse trabalho é traduzido para o português como “planejamento cultural”. Para abordar esse tema, é preciso um esclarecimento preliminar: em que consiste a *cultura* na perspectiva skinneriana?

2.1) Do planejamento experimental ao planejamento cultural

Já em *Ciência e comportamento humano*, Skinner (1953/2005) descreve a ideia de planejamento cultural como um empreendimento possibilitado pela compreensão científica acerca do comportamento social. Uma vez ocupada em operar sobre o mundo, em vez de meramente contemplá-lo, a análise do comportamento, quando aplicada à análise do ambiente social em que se constitui uma cultura, volta-se também para a possibilidade de modificação dessa cultura:

Um ambiente social é usualmente referido como a “cultura” de um grupo [itálicos adicionados]. Muitas vezes se supõe que o termo se refira a um espírito ou atmosfera com dimensões igualmente não-físicas. Nossa análise do ambiente social, contudo, provê uma explicação de aspectos essenciais da cultura no quadro de uma ciência natural. Isso nos permite não apenas compreender o efeito da cultura, mas também, como veremos, alterar o planejamento da cultura [itálicos adicionados]. (p. 419)

Ainda conforme o autor, “no sentido mais amplo possível, a cultura na qual nasce um indivíduo é composta por todas as variáveis que o afetam que são arranjadas por outras pessoas” (Skinner, 1953/2005, p. 419). Compreendida como a totalidade das variáveis dispostas em um dado ambiente social por seus membros, a cultura, na ótica skinneriana, abarcaria toda a variedade de modos de vida e costumes estabelecidos por meio de condições especialmente arranjadas por um grupo de pessoas.²⁰

Essas primeiras definições advindas de Skinner (1953/2005) poderiam incitar confusão entre as noções de *cultura* e *ambiente social*, ou mesmo sugerir que uma coisa se identificaria com a outra. Posteriormente (e.g., Skinner, 1989), contudo, o autor é mais específico, e estabelece uma diferenciação clara, assinalando que a cultura não se identificaria simplesmente com o ambiente social de modo genérico, mas com as *contingências de reforçamento arranjadas pelo grupo* nesse ambiente:

Uma cultura pode ser definida de forma mais útil como as contingências de reforçamento mantidas por um grupo. As contingências modelam o comportamento dos membros do grupo e são transmitidas quando novos membros se juntam na modelagem de outros. Se o grupo é confinado a uma parte do mundo em particular, algumas contingências características podem ser físicas, mas a maior parte será social. (Skinner, 1989, p. 52)

Pensar uma cultura como produto do ambiente social viabiliza que essa seja objeto de planejamento deliberado, ao lançar luz sobre as variáveis relevantes em interação. Combinando essa última definição com o argumento presente em *Ciência e comportamento humano*, é a concepção da cultura como um conjunto de contingências de reforçamento o que viabiliza o planejamento cultural. Como no caso da concepção skinneriana de ciência em geral, e da ciência do comportamento, em particular, a maneira como se compreende o fenômeno de interesse surge já orientada pelas possibilidades tecnológicas implicadas. Fazendo parte do “quadro de uma ciência natural”, a visão de cultura pela análise do comportamento reflete tendências do ideário moderno de ciência de tal modo que o compromisso com o planejamento da cultura parece ser visto como uma consequência natural, quase óbvia.

²⁰ Tal definição parece consonante com outra proposta recente de definição da área, elaborada por Fernandes, Carrara e Zilio (2017), e segundo a qual “Cultura é um termo que remete a conjunto de contingências sociais, isto é, contingências de reforçamento e punição mantidas pelos membros de um grupo em contextos específicos” (p. 276).

Um aspecto da visão skinneriana que merece destaque nesta análise diz respeito à metáfora estabelecida entre o planejamento da cultura e o planejamento experimental de contingências em laboratório. O foco de Skinner (1971/1973) sobre a prioridade da análise de contingências o leva a propor tal metáfora. “Uma cultura assemelha-se ao espaço experimental usado na análise do comportamento. Ambos são conjuntos de contingências de reforçamento . . . planejar uma cultura é como planejar um experimento: contingências são arranjadas e efeitos notados” (p. 150). Uma diferença pontual residiria no fato de que, no caso de experimentos em laboratório, o interesse seria sobre “o que acontece”, enquanto no caso do planejamento da cultura, o interesse é em relação “ao que funciona”. Conforme o autor, (1971/1973), essa seria a distinção entre ciência e tecnologia.

No caso do planejamento experimental, Skinner (1956) insiste que seu modo de proceder no laboratório nunca demandou, como asseverava a metodologia científica mais tradicional à época, a construção de modelos e testagem de hipóteses. Em vez disso, o autor reiteradamente descreve o trabalho de laboratório como composto da observação factual em busca de ordem e regularidade entre tipos de eventos, seguida pela tentativa de elaboração de leis que descrevam tal regularidade e, finalmente, o agrupamento dessas em sistemas de leis científicas (Skinner, 1953/2005).

Desse modo, verifica-se em Skinner (1953/2005) uma recomendação de que, no caso do planejamento experimental, o cientista deveria evitar ao máximo antecipações sobre seu objeto de estudo. Uma atitude verdadeiramente empírica, nessa ótica, implicaria o cuidado em não atacar um dado problema de pesquisa já munido de pressuposições sobre ele. O pesquisador ideal, assim, seria aquele que pudesse evitar ao máximo teorizações prévias à observação direta: a influência baconiana em tal perspectiva sobre o método científico é proeminente. Tomar como ponto de partida a observação do mundo em busca de regularidades é um dos aspectos marcantes da metodologia indutivista que caracterizaria a abordagem de Skinner (1956), ao menos conforme a descreve o próprio: “Eu nunca enfrentei um problema que não o eterno problema de encontrar ordem. Eu nunca ataquei um problema construindo uma hipótese. Eu nunca deduzi teoremas e os submeti à checagem experimental” (p. 227).

Considerando isso, se a noção de planejamento, quando aplicada a um contexto experimental, não designa a formulação de hipóteses, um plano a ser seguido ou a descrição detalhada de passos a serem executados, o que exatamente ela designaria? A isso, Skinner (1961c) responde que o objetivo do planejamento deve ser o de amplificar um dado fenômeno, diferenciá-lo de outros e permitir a obtenção de dados quantificados. Mais que

isso, respondendo ao questionamento de que aquilo que ocorre num ambiente simplificado e supercontrolado, como é o contexto laboratorial, não seria passível de extrapolação para ambientes mais complexos, Skinner (1961c) defende que tal extrapolação seria tanto possível quanto exequível. Dando-lhe a palavra:

No laboratório nós escolhemos uma resposta arbitrária, mantemos o ambiente tão constante quanto possível, e assim por diante. Podem os nossos resultados se aplicar a comportamento de variedade muito maior, e emitido em condições que estão em constante mudança? Se um dado planejamento experimental é necessário para observar uma frequência, podemos aplicar os resultados para uma situação em que a frequência não pode ser determinada? A resposta aqui é a resposta que deve ser dada por qualquer ciência experimental. A experimentação laboratorial foi concebida para tornar um processo tão evidente quanto possível, para separar um processo do outro, e para obter medidas quantitativas. *Isto é o coração de uma ciência experimental* [itálicos adicionados]. A história da ciência mostra que os resultados podem ser eficazmente estendidos para o mundo em geral. Por exemplo, podemos determinar a forma da curva de arrefecimento com o auxílio da física de laboratório. Temos pouca dúvida de que o mesmo processo está acontecendo quando nosso café-da-manhã esfria, mas não temos nenhuma evidência para isso, e provavelmente não poderíamos provar isso nas condições próprias de uma mesa de café-da-manhã. O que transferimos de nossas experiências para um mundo casual, em que a quantificação satisfatória é impossível, é o conhecimento de que existem certos processos básicos, que são ordenados, e que provavelmente dão conta dos fatos desagradavelmente caóticos com os quais somos confrontados. (p. 75)

Skinner (1956) admite que em sua prática de laboratório ele chegou a “selecionar” alguns fatos observados em detrimento de outros, porém nega que isso caracterizaria a prática como a típica testagem do método hipotético-dedutivo. Assim, o planejamento experimental, como concebido por Skinner, não parece implicar uma tentativa de antever algo a ser posteriormente testado sob condições experimentais controladas, mas, antes disso, um esforço ulterior a um processo de observação sistemática, que organiza regularidades observadas de modo a verificar novos processos, ou um mesmo processo sob novas condições.

Planejar, no caso do experimento, significaria principalmente arranjar as condições para amplificar ou reproduzir um fenômeno previamente aferido pela observação.

Descrevendo alguns dos primeiros aparatos experimentais por ele construídos, o autor destaca que foram planejados no sentido de garantir observação e registro adequados, porém que não seriam “planejados” em nenhum outro sentido, como se arquitetados para produzir um fim especificamente antevisto. A finalidade do primeiro desses aparatos, descrito como uma caixa operada por ar comprimido, seria tão somente “eliminar as perturbações” que poderiam interferir no experimento. Outro aparato mencionado é o registrador cumulativo, uma descoberta que teria se dado por “sorte”, posto que viabilizada pelo formato de uma peça adquirida casualmente por Skinner para a construção de aparatos de laboratório (Skinner, 1956).

Da descrição de uma série de episódios pessoais que vivenciou em sua rotina de laboratório, Skinner (1956) derivou cinco “princípios” que caracterizariam a prática do cientista básico. São eles: 1) quando encontrar algo de interessante, deixe tudo mais e estude aquilo, 2) alguns modos de pesquisar são mais fáceis que outros, 3) algumas pessoas têm sorte, 4) a aparelhagem às vezes quebra, e 5) serendipidade, ou seja, ao procurar uma coisa, às vezes encontra-se outra. Trata-se de uma forma descontraída por meio da qual é ironizada a ideia de que o planejamento experimental obedeceria à risca às rígidas padronizações impostas pela metodologia científica formalista, representada especialmente pelo método hipotético-dedutivo.

A forma pela qual Skinner (1956) descreveu sua experiência de laboratório pode ser interpretada de maneiras diferentes. Por um lado, é possível considerar que há algo de subversivo em sua visão sobre o planejamento experimental. Nas palavras de Dutra (2004), “Skinner está claramente tentando subverter a ordem que os teóricos da metodologia científica queriam impor à pesquisa experimental . . . não há regras nem padrões metodológicos impostos de fora e concebidos previamente ao próprio desenvolvimento contingencial da pesquisa científica” (p. 181). Por outro lado, a obstinação em rejeitar qualquer teorização prévia à observação direta revela o que parece ser uma crença na possibilidade de um sujeito epistemológico esvaziado de crenças: o planejamento experimental ideal, para Skinner, seria um no qual o experimentador se despe completamente de quaisquer vieses, para assim garantir a soberania do dado empírico – o que não parece muito subversivo, mas sim o reflexo de um dogma moderno.

É curioso notar, entretanto, que em meio à descrição de seus cinco princípios, Skinner (1956) também declara: “Uma vez que eu não desejo depreciar o método hipotético-dedutivo, tenho o prazer de testemunhar aqui a sua utilidade” (p. 226). Tal declaração refere-se à formulação de hipótese a que Skinner teria recorrido no episódio em que, pela primeira

vez, programou um esquema de reforçamento intermitente²¹. Não se trata, certamente, de um procedimento exatamente análogo à formulação de hipóteses nulas e alternativas a serem testadas experimentalmente, como é próprio do método hipotético, porém é evidência de que o indutivismo de Skinner não exclui completamente as suposições do campo do planejamento experimental. Ou seja, na própria exposição feita pelo autor sobre a prática experimental é possível identificar inconsonâncias que colocam em dúvida sua professada convicção em um empirismo puro, que elimine quaisquer antecipações sobre o objeto em estudo.

Essa visão de Skinner (1956) acerca do método científico e do planejamento experimental, relativamente subversiva se contrastada com o *mainstream* da psicologia científica de seu tempo, incita reflexões acerca de o que o termo “planejamento” pode significar no contexto da pesquisa experimental. Se é verdade que “a ciência não progride por meio de passos cuidadosamente planejados chamados ‘experimentos’, cada qual com começo e fim bem definidos . . . é um processo contínuo, e frequentemente desordenado e acidental” (p. 232), a função do planejamento *não* deveria ser a de fornecer um caminho certo – um *plano* – a ser seguido passo a passo a fim de se obter resultados, igualmente antevistos, a corroborar ou refutar uma hipótese nula ou uma hipótese alternativa. Mais que isso, a narrativa sobre a descoberta científica nos episódios listados por Skinner (1956) dá relevo precisamente aos fatores não-planejados, e como tais fatores parecem decisivos no contexto da atividade científica.

Considerando essa acepção de planejamento quando em menção à ideia de planejamento experimental, é possível mais facilmente apurar a analogia estabelecida com a noção de *planejamento cultural*. Comentando a analogia e fornecendo alguns exemplos possíveis, Skinner (1955/1961b) escreveu:

Planejar um novo padrão cultural é, em muitos aspectos, como planejar um experimento. Na elaboração de uma nova constituição, definição de um novo programa educacional, modificação de uma doutrina religiosa, ou criação de uma nova política fiscal, muitas afirmações devem ser bastante experimentais. *Não podemos ter certeza de que as práticas que especificam terão as consequências que prevemos, ou que as consequências irão premiar os nossos esforços. Esta é a*

²¹ O caso se refere a um episódio no qual o autor relata se ver diante de uma situação em que não teria alimento suficiente para fornecer consequências contínuas ao sujeito durante o curso de um experimento. Foi quanto se perguntou o que ocorreria caso as consequências fossem apresentadas de forma intermitente, e assim planejou para que apenas algumas das respostas fossem consequenciadas. Conforme o relato (Skinner, 1956), foi a casualidade desse evento que o levou à descoberta dos padrões característicos dos diferentes esquemas de reforçamento.

natureza de tais propostas. Eles não são juízos de valor, são suposições [itálicos adicionados]. Confundir e atrasar a melhoria de práticas culturais por tergiversações sobre a palavra melhoria, por si, não é uma prática útil. Vamos concordar, para começar, que saúde é melhor do que doença, sabedoria melhor do que ignorância, amor melhor do que ódio, e energia produtiva melhor do que preguiça neurótica. (p. 6)²²

Desse excerto é possível extrair algumas ilações relevantes. A primeira diz respeito ao caráter experimental dos procedimentos no âmbito do planejamento cultural. Seja no campo governamental, educacional ou religioso, são todos procedimentos cujo efeito não se pode antecipar acuradamente. São procedimentos experimentais justamente no sentido de que são tentativas a serem testadas, mas que não fornecem qualquer garantia de efetividade para além daquelas a serem atestadas pelas consequências práticas que produzirem. Esse experimentalismo, nos termos do autor, está “na natureza” das propostas de planejamento: elas não encerrariam qualquer garantia de efetividade, posto que devem ser orientadas em função das consequências. Esse é um ponto importante de ser frisado, porque contrasta com o *modus operandi* tradicional no campo do planejamento de práticas culturais: o planejador não deveria se orientar em função de princípios, sejam eles quais forem, mas sim das consequências efetivamente alcançadas.

A segunda ilação, indissociável da primeira, diz respeito ao caráter especulativo desses procedimentos: diferentemente do planejamento experimental skinneriano, o planejamento cultural parece reservar um papel proeminente às *suposições*, as quais dizem respeito a procedimentos que supostamente instituíram determinadas práticas. O planejador da cultura não deixa de supor, porém o conjunto de suas suposições não deve ser concebido como um conjunto de princípios a serem obedecidos invariavelmente, com valor intrínseco: em vez disso, esse conjunto deve constantemente ter seu valor posto à prova, empiricamente. É nesse sentido que Skinner (1955/1961b) diferencia as suposições próprias do planejamento cultural do que comumente se identifica como “juízos de valor”. Essa constituiria uma terceira ilação possível a ser notada: o planejamento não deve ser guiado por “valores” no sentido tradicional, em que um princípio determina aquilo que deve ser feito – em vez disso, o

²² Posicionamentos como esse, que expressam recusa a qualquer compromisso explícito com qualquer descrição menos genérica sobre como seria o ambiente social ideal, e menos ainda com qualquer filosofia política em específico, fizeram de Skinner alvo de críticas segundo as quais seus litígios por mudança social soassem vazios, ou mesmo fiados (ainda que disfarçadamente) por uma filosofia conservadora (ver Prilleltensky, 1994).

planejamento deveria se pautar em função das consequências a que seus procedimentos conduziriam.

Destarte, a preservação de suposições no caso do planejamento cultural é condicionada à procedência de tais suposições. Embora ressalve que há um lugar para suposições no planejamento, Skinner (1953/2005) não professa a manutenção de qualquer forma de suposição, mas daquelas amparadas pela ciência. Suposições baseadas meramente em juízos valorativos, em princípios que se pretendam morais, mas que não se tenham provado capazes de produzir consequências efetivas, deveriam ser abandonadas. O planejamento, dessa forma, deve ser guiado em função de consequências, e não de princípios: supor faz parte do processo, mas não se está falando de qualquer forma de suposição. As consequências, no campo do planejamento cultural, não devem ser confundidas com consequências abstratas, antevistas por algum exercício preditivo meramente racional, mas, isso sim, consequências concretas, aferidas empiricamente:

A ciência nos ajuda a decidir entre os cursos alternativos de ação, fazendo das consequências passadas eficazes na determinação da conduta futura. Embora nenhum curso de ação possa ser ditado exclusivamente pela experiência científica, a existência de qualquer paralelo científico, não importa o quão impreciso, irá tornar mais provável que o mais produtivo entre dois cursos de ação seja tomado. Para aqueles que estão acostumados a avaliar uma cultura em termos de princípios absolutos, isto pode parecer inadequado. Mas parece ser o melhor que podemos fazer. *A experiência formalizada da ciência, somado à experiência prática do indivíduo, em um complexo conjunto de circunstâncias, oferece a melhor base para uma ação eficaz* [itálicos adicionados]. O que é abandonado não é o reino do juízo de valor; é o reino da suposição. Quando não sabemos, supomos. A ciência não elimina a suposição, mas pelo estreitamento do campo de cursos alternativos de ação, nos ajuda a supor de forma mais eficaz. (p. 436)

Na ótica skinneriana, portanto, a ciência tem um papel decisivo para o planejamento cultural: cabe a ela “estretar” as alternativas, de modo a permitir melhores suposições ao planejador. Pensando o planejamento da cultural como uma metáfora do planejamento experimental, nota-se que, à semelhança do contexto laboratorial, no campo da cultura o planejador também lança mão de suposições. Tais suposições, afirma Skinner (1953/2005, 1961), baseiam-se nas consequências produzidas em experiências passadas, estando aí

incluídas as experiências pessoais do experimentador. É nesse sentido que Skinner (1978b) sugere que analistas do comportamento poderiam (e deveriam) se beneficiar do conhecimento produzido pela ciência comportamental. A experiência científica formal, estreitando o campo de possibilidades para o cientista, o auxilia na previsão sobre os processos comportamentais que estuda em laboratório, e estreitando o campo de possibilidades para as suposições do planejador cultural, torna mais eficaz sua previsão sobre o funcionamento e o efeito de dadas práticas culturais.

Mas a “experiência científica formal” representa apenas parte da história, pois conforme Skinner (1953/2005), a “experiência prática do indivíduo” também participa do processo. Esse é um detalhe importante na descrição que o autor faz acerca do empreendimento do planejamento cultural. Se, no caso do planejamento experimental de laboratório, há ênfase sobre a prioridade da indução e da observação direta em contraposição à formulação de hipóteses, no caso do planejamento da cultura, Skinner (1953/2005, 1955/1961b) não apenas não elimina as suposições, como assinala a influência que essas suposições sofrem da experiência idiossincrática do experimentador. Considerando isso, seria conveniente indagar como aspectos relativos ao planejamento cultural que Skinner (1955/1961b) considera incontestados talvez sejam assim tratados por parecerem incontestados *para ele*²³.

Sugestões como de que “saúde é melhor que doença” e “amor é melhor que ódio” revelam aspectos relativos à história pessoal do autor. Com efeito, Skinner (1971/1973) admite que qualquer planejador estará invariavelmente sujeito à cultura na qual foi socializado, e, por isso, sua idealização de uma cultura a ser planejada será também invariavelmente afetada:

Uma ruptura completa com o passado é impossível. O planejador de uma nova cultura estará sempre ligado à sua cultura, dado que ele não poderá libertar-se inteiramente das predisposições que têm sido geradas pelo ambiente social no qual

²³ Essa não é a única ocasião na qual Skinner minimiza o caráter controverso sobre algumas de suas proposições. Para um livro organizado por Modgil e Modgil (1987), que reúne ensaios de comentadores com perspectivas díspares acerca de temas polêmicos na obra skinneriana, Skinner (1987) escreveu um prefácio intitulado “Controvérsia?”, onde lê-se: “Em que sentido meu trabalho é controverso? . . . Eu não vejo nada de controverso. Ou meus resultados foram confirmados, ou não foram” (p. 15). O autor, assim, demonstra pouca disposição em reconhecer que dados problemas podem conduzir a conclusões diferentes, ou mesmo antagônicas. Uma vez esclarecido seu raciocínio, não haveria motivo para levantar controvérsia sobre suas proposições. Essa maneira de reagir à crítica ou à problematização pode ajudar a compreender o porquê de Skinner conceber a proposta de planejamento como algo “natural”, uma consequência da compreensão científica do mundo que lhe parecia praticamente óbvia.

tem vivido. Em alguma medida, ele vai, necessariamente, planejar um mundo do qual ele gosta. (p. 164)

Muito especialmente, convém atentar às declarações do autor de que tergiversar sobre o significado de “melhoria” de uma cultura seria uma atitude contraproducente, e de que “energia produtiva” é preferível à “preguiça neurótica”: o que se quer dizer com isso? Dado o contexto em que se inserem essas declarações (proposição e defesa do planejamento da cultura), a fala do autor soa como um protesto à problematização de sua proposta: a indisposição em se engajar na empreitada seria sinal de preguiça ou neurose daqueles que desnecessariamente implicariam com questões supostamente frívolas, como o significado de “melhoria” de uma cultura. É como se, para Skinner, a suspeição diante da proposta de planejamento *per se* representasse um obstáculo ao progresso, a uma consequência natural do desenvolvimento científico.

Outro importante aspecto do discurso skinneriano refere-se ao caráter metafórico da comparação entre planejamento cultural e planejamento experimental. Considerando que toda metáfora implica limites entre as figuras em comparação, convém dar relevo a tais limites no caso das duas formas de planejamento aqui abordadas. Uma diferença importante, já mencionada, mas que merece reiteração, é comentada por Skinner (1961c): “o que transferimos de nossas experiências para um mundo casual, em que a quantificação satisfatória é impossível, é o conhecimento de que existem certos processos básicos” (p. 75).

Quando enfrenta problemas no mundo para além das fronteiras do laboratório, o que o analista do comportamento leva consigo é o conhecimento sobre o funcionamento do comportamento humano derivado da experimentação, e é desse conhecimento que derivam as especulações a serem testadas no campo cultural, cuja efetividade se poderá aferir pelas consequências a que conduzir. Essa parece ser uma delimitação relevante quanto à analogia entre planejamento experimental e cultural: como o cientista de laboratório, o planejador cultural observa regularidades, manipula variáveis e busca, na medida do possível, avaliar seus efeitos, partindo do suposto de que o comportamento humano obedece certos processos básicos, e de que para modificá-lo faz-se necessária a modificação das contingências vigentes.

Cabe salientar, contudo, que perder de vista os limites próprios de uma metáfora pode resultar em tentativas de forçar a compreensão de um dado fenômeno como rigorosa e pontualmente equivalente ao fenômeno de comparação. No caso da metáfora do planejamento cultural, equivaleria a conceber a vasta complexidade de um ambiente cultural como passível de previsão, controle, manipulação, redução e quantificação na exata mesma medida em que

estão os assuntos tratados em laboratório. Diferentemente do cientista de laboratório, o planejador elabora suposições e estabelece tarefas em termos de comportamentos a serem produzidos ou modificados (Skinner, 1971/1973, p. 147). A analogia entre planejamento experimental e cultural deve ter em vista, portanto, as fronteiras que apartam ciência e tecnologia. Perder de vista os limites da metáfora em questão equivaleria a tentar fazer da cultura um grande laboratório.

Assim sendo, conforme aqui compreendido, o planejamento cultural pode ser genericamente definido como *o arranjo deliberado de conjuntos de contingências a que estariam submetidos os indivíduos de um dado grupo*. Suposições não necessariamente estão excluídas nesse processo, porém cabe ao planejador valer-se do conhecimento produzido pela ciência do comportamento para estreitar, tanto quanto o possível, o rol de suposições, bem como observar os efeitos produzidos pelo novo arranjo.

Mas o que justificaria esse tipo de esforço? Quais seriam as justificativas para o planejamento?

2.2) Por que planejar?

Após apresentar sua proposta para a intervenção sobre práticas culturais como um empreendimento análogo ao planejamento experimental, Skinner (1971/1973) passa a enumerar alguns argumentos em defesa do planejamento da cultura. Parte dos argumentos levantados em favor do planejamento cultural se fundam na constatação de que, frequentemente, as condições arranjadas pelo ambiente social se dispõem de modo acidental. Esse aspecto casual, que caracteriza em grande medida a constituição de práticas culturais, não necessariamente afetaria a consistência de uma dada prática, pois “uma prática cultural não é menos eficiente em determinar o comportamento característico de um grupo por suas origens acidentais” (p. 426). Apesar disso, Skinner (1953/2005) questiona: “Por que deveria o planejamento da cultura ser legado tanto ao acaso? Não será possível mudar o ambiente social deliberadamente, de modo que o produto humano atenda a especificações mais aceitáveis?” (pp. 426-427).

Dada a ubíqua e inescapável influência exercida pelo ambiente social sobre o comportamento individual, e dadas as possibilidades tecnológicas trazidas por uma perspectiva comportamental sobre a cultura, a viabilidade do planejamento cultural estaria, ao menos em princípio, assegurada. Skinner (1953/2005) descreve vários exemplos que ilustram

como grupos instituem procedimentos a fim de modificar práticas específicas. No caso de práticas relativas à religião, livros sagrados têm participação importante para a construção intencional do ambiente social. A promulgação de leis e a constituição exerceriam função praticamente análoga no caso do controle governamental, tanto quanto livros didáticos e currículos experimentais exercem em instituições educacionais. Todas seriam formas possíveis de interferir sobre a cultura, planejando condições para a emergência e manutenção de práticas diversas.

Mas a questão que interessa é: por que planejar? O que justificaria uma ação deliberada de interferir na maneira pela qual se dispõem as condições de planejamento, em vez de permitir que emergjam e se mantenham casualmente? A resposta de Skinner (1971/1973) para perguntas desse gênero encontra fulcro na noção de sobrevivência da cultura. Nos termos do autor, “uma cultura terá uma especial medida de valor de sobrevivência se encorajar seus membros a examinar suas práticas e a experimentar práticas novas” (p. 150). O exercício do planejamento cultural, implicando o constante reexame e experimentação sobre práticas culturais, garantiria à cultura maior chance de ver perpetuadas as práticas que institui. Garantir a sobrevivência da cultura, portanto, seria uma das justificativas arroladas para o planejamento deliberado.

Aqui há que se considerar os diferentes sentidos possíveis da expressão “sobrevivência da cultura”. No raciocínio apresentado por Skinner (1971/1973) parece haver uma certa circularidade: é preciso planejar para que a cultura sobreviva, mas a cultura a ser planejada é aquela que deve sobreviver. A superação dessa circularidade só parece possível se considerarmos que Skinner referira-se à sobrevivência da cultura como sobrevivência de práticas que favoreçam sobrevivência biológica dos indivíduos membros da cultura, como apontado por diferentes comentadores de sua obra (Brunkow, 2014; Castro, 2013; Zilio & Carrara, 2009). Conforme assinalado por Zilio e Carrara (2009), “o que possivelmente norteará a eliminação ou construção de novas práticas culturais será a sobrevivência dos indivíduos e não a sobrevivência da cultura em si” (p. 8).

A recomendação da sobrevivência da cultura como um objetivo para o planejamento cultural conduz a outra relevante questão a que Skinner (1953/2005) se dirige, que diz respeito aos juízos de valor envolvidos no planejamento de uma cultura. Preliminarmente, o problema abordado remete à relação entre os domínios dos juízos de fato e dos juízos de valor. Uma ciência do comportamento, diz Skinner (1953/2005), auxiliaria a vislumbrar práticas que conduziriam a um dado resultado. Não obstante, poderia essa ciência instruir sobre qual deveria ser o resultado em questão? Comumente, atribui-se cada um desses

problemas a domínios de conhecimento distintos, sendo o primeiro relativo a fatos, e o segundo relativo a valores.

A partir desse raciocínio, portanto, a ciência seria útil para instrumentalizar o cientista a operar sobre o mundo, permitindo que planeje práticas culturais que poderiam levar a um dado resultado esperado: prever e controlar condições que garantam tal façanha seria uma tarefa naturalmente científica (e tecnológica), uma vez que ocupada com os fatos. A par disso, o mesmo raciocínio conduziria a uma conclusão relativa aos limites da ciência como guia para o planejador cultural. Estando a ciência circunscrita ao domínio dos fatos, uma vez que se adentre ao campo dos valores envolvidos no planejamento (como o tipo de resultado a ser alcançado pelo planejamento), a ciência nada mais teria a dizer de relevante.

Na perspectiva de Skinner (1953/2005), contudo, essa seria uma conclusão equivocada, pois baseada num raciocínio equivocado. O erro em questão residiria na suposição de uma independência epistêmica entre juízos de fato e juízos valorativos. Para Skinner (1953/2005), “uma sentença que comece por ‘você deve’ é frequentemente uma previsão de consequências reforçadoras” (p. 429). Compreendidos como descrições de fatos em termos de seus efeitos reforçadores, juízos de valor estariam no escopo de uma ciência do comportamento, e é nesse sentido que Skinner (1953/2005) defende que não há porque o cientista se valer de algum conhecimento alheio à ciência em seus juízos de valor. Mais: uma vez que cabe precisamente à análise do comportamento a identificação de eventos em termos de suas funções reforçadoras, Skinner (1971/1973) chega ao ponto de defender que tal ciência seja compreendida como uma “ciência dos valores”.

Há, porém, algo de problemático no modo pelo qual Skinner concebe a relação entre juízos sobre fatos e valores, especialmente considerando que a sobrevivência da cultura é apontada como justificativa para o planejamento. Avaliando tal justificativa, Castro (2013) esclarece:

Skinner parte da sobrevivência enquanto fato da evolução, enquanto critério de juízo a posteriori da própria história de evolução, pois as práticas serão julgadas pela história de acordo com seu valor de sobrevivência. Ele passa da descrição desse fato para a prescrição de um valor derivado desse fato; nesse sentido, ele o transforma em critério de julgamento a ser utilizado a priori no planejamento da cultura . . . Skinner, sem sucesso, busca justificar essa escolha a partir de fatos. (p. 109)

Ou seja, à pergunta “por que planejar?”, Skinner responde que o planejamento é imprescindível a culturas que pretendam sobreviver, e que as práticas a serem planejadas tenham a sobrevivência como norte. Porém, o autor não parece reconhecer a sobrevivência como um juízo de valor *dele*, e sim uma derivação natural de seu sistema científico. Ressalte-se que problema a ser notado aqui não é o comprometimento de Skinner com um dado valor – no caso, a sobrevivência da cultura –, mas o não reconhecimento de tal compromisso, o que poderia sugerir que Skinner incorre em uma falácia naturalista. Zilio e Carrara (2009), porém, avaliam que não é esse o caso, pois a teoria moral de Skinner deveria ser pensada como *contingente* a seu sistema científico, porém não uma derivação necessária deste. Em análise consonante com essa avaliação, Zuriff (1987) sintetizou: “o sistema ético skinneriano, com sua ênfase no critério de sobrevivência, é tanto uma previsão sobre o futuro quanto uma recomendação de Skinner, e não uma dedução naturalista de uma ciência comportamental” (p. 313).

Outro relevante problema para a justificação do planejamento diria respeito à possibilidade de antecipar as consequências de interesse. Há situações de planejamento pouco controversas, diz Skinner (1953/2015), em que as consequências relevantes podem ser mais facilmente aferidas, mas que isso nem sempre é a regra. “Às vezes as consequências implicadas são menos óbvias, como quando um estudo de comportamento leva alguém a propor que ‘devemos’ lidar com criminosos de uma certa maneira, ou que ‘devemos’ evitar o controle aversivo na educação” (p. 430). A dificuldade em divisar as consequências efetivas para os problemas a serem resolvidos constitui, portanto, um dos obstáculos importantes a serem considerados pelo planejador.

Em *The design of cultures*, Skinner (1961c) uma vez mais chama a atenção para o fato de que a própria prática de mudar a cultura precisa ser tratada como uma questão comportamental. Em suas palavras:

Mudar uma cultura é, em si, uma prática cultural, e precisamos saber tanto o quanto é possível sobre isso se quisermos questioná-la de forma inteligente. Em que circunstâncias os homens redesenam ou, para usar um termo desacreditado, reformam seu modo de vida? Qual é a natureza do seu comportamento em fazê-lo? É a manipulação deliberada de uma cultura uma ameaça para a própria essência do homem ou, em um outro extremo, uma fonte insondável de força para a cultura que a incentivar? (p. 36.02)

Skinner (1961c) destaca que a análise deve sempre ter no horizonte que seu foco é o comportamento individual, mesmo em ocasiões em que o interesse é tratar de temas como a cultura e o comportamento social. Enfatize-se que, no tocante à transmissão de formas específicas de comportamento, a ontogênese exerce função capital. Se, por um lado, a evolução filogenética legou ao humano um aparato biológico dotado de mutabilidade e sensibilidade às consequências próximas, por outro lado, é no processo de condicionamento operante, próprio da ontogênese, que se estabelece a maior parte do repertório comportamental individual: “De longe, a maior parte do comportamento se desenvolve no indivíduo por meio de processos de condicionamento, dada uma dotação biológica normal. O homem se torna criatura social só porque outros homens são partes importantes de seu meio ambiente” (p. 36.05).

Feita essa ressalva, Skinner (1961c) passa a tratar de um aspecto característico da ontogênese que tem especial relevância para a constituição e sobrevivência de uma cultura: trata-se do conflito entre consequências imediatas e remotas do comportamento. Se, por um lado, a evolução legou aos humanos um aparato biológico sensível a consequências imediatas, por outro lado, o mesmo processo implicou um legado de vulnerabilidade do ponto de vista da sustentabilidade da cultura. Há ocasiões em que os indivíduos de um dado grupo se comportam em função de consequências reforçadoras imediatas, cuja produção pode conflitar com consequências postergadas que seriam cruciais para a sobrevivência da cultura.

Quando isso ocorre, a cultura se coloca em risco de colapso, e por isso Skinner (1961c) adverte que antever consequências longínquas e inesperadas é tarefa importante para uma cultura que pretenda sobreviver: “Uma cultura que levanta a questão de efeitos colaterais ou protelados é mais propensa a descobrir e adotar práticas que vão sobreviver ou, conforme mudem as condições, levar a modificações que por sua vez irão sobreviver” (36.07).

A compreensão do conflito entre consequências individuais e consequências remotas, relevantes para a sobrevivência da cultura, é mais um desafio inerente ao planejamento cultural. Não obstante, não é tarefa fácil, dada a natural limitação e dificuldade em antecipar com precisão consequências distantes: “este é um passo importante no planejamento cultural, mas não é facilmente efetuado. Consequências de longo prazo geralmente não são óbvias, e há pouco incentivo para prestar atenção a elas” (36.07). Eis, portanto, um dilema para o planejador: como planejar uma cultura de modo que os ganhos imediatos não colidam com consequências remotas, considerando a dificuldade em antever tais consequências?

Skinner (1961c) descreve como o processo pode ocorrer no caso de um governo preocupado com um planejamento voltado para o futuro. É comum que em tais circunstâncias,

a cultura seja permeada por uma “filosofia” que professe a relação de condicionalidade entre medidas presentes e consequências proteladas. A política de um governo que estabeleça culturalmente a relação entre ações individuais presentes e acontecimentos remotos, para que vingue, deve operar via o fortalecimento do comportamento individual cujo produto conjunto conflua em direção à consequência remota relevante. “Assim como um efeito genético final não pode ser alcançado se os efeitos imediatos não são benéficos, assim também devemos olhar para as consequências imediatas de comportamento para [produzir] modificações em um padrão cultural” (p. 36.12).

Uma vez que tal mecanismo seja estabelecido, ocorre uma espécie de circuito de retroalimentação entre aquele que estabelece o planejamento e os indivíduos por ele afetados. Um exemplo é mencionado em vias de aclarar a questão: os cidadãos de um governo que obteve sucesso em induzi-los a trabalhar em função da sobrevivência da cultura terão fortalecido esse padrão comportamental; obtendo sucesso em planejar a cultura de modo a induzir os cidadãos a se comportar em conformidade, o governo, por sua vez, deverá ver igualmente fortalecida sua tendência a preocupar-se com os efeitos remotos, bem como com o próprio planejamento:

Uma cultura que se tornou sensível às consequências a longo prazo de suas medidas é geralmente apoiada por uma literatura ou filosofia que inclui um conjunto de declarações que expressam relações entre medidas e consequências. *Para o planejador cultural, essas demonstrações funcionam como prescrições para uma ação eficaz* [itálicos adicionados]; para os membros do grupo, eles são variáveis importantes que promovam auto-gestão eficaz . . . Assim, um governo pode induzir os cidadãos a se submeter ao sofrimento e à tragédia da guerra retratando um futuro em que o mundo é feito seguro pela democracia, ou livre do comunismo, ou a um programa de austeridade, apontando para mudanças econômicas que acabarão por levar a uma abundância de coisas boas para todos. Ao fazê-lo, fortalece certo comportamento por parte dos seus cidadãos que é essencial para os seus propósitos, e o ganho de poder resultante reforça a própria preocupação do governo com efeitos protelados e seus esforços para formulá-los. (Skinner, 1961c, p. 36.08)

Assim, em Skinner (1961c) verifica-se a constatação de um paradoxo: se, por um lado, a sobrevivência de uma cultura pode ser dependente de um planejamento que opere uma coordenação entre consequências imediatas e remotas, por outro lado, tal planejamento parece

constituir um esforço especialmente vulnerável, dada a imprecisão com a qual se podem antever consequências remotas, o que pode colocar sob suspeita os professados benefícios do planejamento deliberado. Referindo-se às dificuldades enfrentadas pelo planejador, Skinner (1961c) ressalta que “ele tem enfrentado uma dificuldade especial no fato de que é mais fácil demonstrar o caminho certo para construir uma ponte do que o caminho certo para tratar os semelhantes (diferença reduzida à urgência [immediacy] e à clareza dos resultados)” (36.10).

Ao vincular a fragilidade do planejamento à clareza de seus resultados, e ao quão imediatos poderiam ser tais resultados, Skinner (1961c) alerta para que um dos obstáculos importantes ao planejamento se trata de um obstáculo tecnológico. Uma vez que a ciência e a tecnologia comportamental avançassem de modo a poder prever acuradamente como determinadas medidas levariam a um fim antevisto, o planejamento não mais enfrentaria grande resistência. Mais especificamente, Skinner (1961c) sugere que as controvérsias relativas aos juízos de valor (em sua ótica, redutíveis a juízos factuais sobre propriedades reforçadoras de dados eventos) seriam finalmente superadas com o avanço tecnocientífico: “Quando pudermos projetar pequenas interações sociais e, possivelmente, culturas inteiras com a confiança que temos na tecnologia física, a questão dos valores não será levantada” (p. 36.11).

O avanço da ciência, na ótica skinneriana, asseguraria que a preocupação relativa aos valores envolvidos no planejamento cultural se torne obsoleta. Aclaradas as relações de condicionalidade entre medidas a serem tomadas no planejamento e os produtos almejados (consequências remotas), em um mesmo grau de confiabilidade que aquele atingido pela tecnologia física, não mais haveria motivo para controvérsia acerca das aplicações do planejamento. Essa parece ser uma consequência importante da suposição de Skinner (1953/2005) segundo a qual “a ciência fornece sua própria sabedoria”. Isto é, aquele se vale da ciência para a transformação do mundo não precisa recorrer a qualquer outra forma de conhecimento que o informe sobre, por exemplo, valores a guiar a aplicação do conhecimento, pois tais valores – sempre positivos, voltados à emancipação da humanidade, conforme a narrativa prometética – seriam já providos pela própria ciência.

Apesar disso, Skinner (1971/1973) posteriormente admite que a complexidade dos problemas típicos do planejamento possivelmente não permitiria um consenso definitivo sobre medidas a serem tomadas. Por um lado, “ninguém sabe qual é a melhor maneira de educar crianças, pagar trabalhadores, manter a lei e a ordem, ensinar ou tornar as pessoas criativas” (p. 143). Por outro lado, seria “possível propor caminhos melhores do que os que

temos até então, e corroborá-los, prevendo e, finalmente, demonstrando resultados reforçadores” (p. 143).

Coordenando essas duas posições de Skinner (1961c, 1971/1973) acerca do problema envolvido na precisão dos resultados do planejamento cultural, é possível compreender o argumento skinneriano a favor da ideia como uma defesa de que a ciência, embora não permita determinar cursos ação de modo inequívoco, seria o caminho indicado para melhorar medidas dedicadas a solucionar problemas humanos. Parece ser esse o sentido da resposta de Skinner às críticas de que o planejamento sempre envolveria um problema intransponível relativo aos juízos de valor: na ótica do autor, tais juízos não estão excluídos dos domínios do planejamento, mas se tornam, eles próprios, alvos de uma análise de contingências. Em contraste a uma cultura ordenada pelo acaso, os benefícios possibilitados pelo planejamento (a exemplo da constante análise e experimentação sobre práticas culturais, o que incidiria positivamente sobre o potencial adaptativo da cultura) se justificariam, principalmente, pelas maiores chances de sobrevivência proporcionadas à cultura que planeja.

2.3) Como planejar e quem planejará?

A expressão “planejamento cultural” pode se referir tanto à programação de práticas muito específicas, circunscritas a ambientes sociais bem delimitados, como também ao projeto de uma cultura em sentido mais amplo, o que comumente alude ao tipo de planejamento próprio de utopias: “O planejamento da estrutura de uma grande indústria ou agência governamental é uma experiência em planejamento cultural. São exemplos de manipulação de pequenas partes do ambiente social; o que é chamado de pensamento ‘utópico’ engloba o planejamento de uma cultura como um todo” (p. 427). Independentemente do caso específico de planejamento em questão, aqui interessa apurar quais seriam as *medidas por meio das quais se implementa o planejamento cultural*, bem como *quais seriam os atores envolvidos nesse processo*.

Um princípio geral levantado por Skinner (1971/1973) diz respeito ao arranjo das contingências das quais o comportamento que se pretende produzir ou alterar é função. Por mais distintas que possam ser as inúmeras formas de modificação comportamental, esse seria um aspecto comum:

Conforme passamos a compreender as relações entre comportamento e ambiente, descobrimos novas maneiras de alterar o comportamento. Os contornos de uma

tecnologia já estão claros. *Uma tarefa é estabelecida como comportamento a ser produzido ou modificado, e as contingências relevantes são então arranjadas* [itálicos adicionados]. Pode ser necessária uma sequência programada de contingências. A tecnologia tem sido bem-sucedida onde o comportamento pode ser bem facilmente especificado, e onde contingências apropriadas podem ser construídas – por exemplo, no cuidado da criança, escolas e gestão dos retardados e psicóticos institucionalizados. Os mesmos princípios são aplicados, no entanto, na preparação de materiais de ensino em todos os níveis de ensino, em psicoterapia, na reabilitação, na gestão industrial, no planejamento urbano, e em muitos outros campos do comportamento humano. *Existem muitas variedades de ‘modificação de comportamento’ e muitas formulações diferentes, mas todas concordam sobre este ponto essencial: o comportamento pode ser alterado mudando as condições das quais é função* [itálicos adicionados]. (pp. 147-148)

Em outras palavras, iniciativas para a modificação de comportamento, seja qual for o contexto, recorrem à análise funcional e ao arranjo deliberado de contingências como método. Diferentes processos comportamentais são mencionados por Skinner (1971/1973) em sua avaliação sobre as técnicas comuns na organização da vida em sociedade. Nessa avaliação, encontra-se uma crítica reiterada ao emprego de procedimentos aversivos, e muito especialmente da punição como método para o controle do comportamento no caso do planejamento cultural. Além dos diversos efeitos colaterais deletérios da punição, Skinner (1971/1973) destaca sua ineficácia como método dedicado a produzir mudanças plenas, dada sua tendência em incitar fuga e esquiva: “Uma pessoa que tenha sido punida não está simplesmente menos inclinada a se comportar de uma dada maneira; no máximo, aprende a evitar a punição” (p. 83).

A alternativa defendida por Skinner (1971/1973) é o controle por reforçamento positivo. O mundo planejado segundo o ideal skinneriano seria um mundo no qual as pessoas não se comportassem para evitar determinados eventos, como é próprio de contingências de reforçamento negativo, e em que tampouco fossem tolhidas por eventos punitivos contingentes à conduta indesejada. Na ótica de Skinner (1971/1973), essas técnicas não seriam imprescindíveis para a organização da vida em sociedade. Mais que isso, atesta-se a possibilidade de uma forma de planejamento absolutamente livre de qualquer forma de controle aversivo: “O que é negligenciado é o controle que não tem consequências aversivas em momento algum” (p. 45).

Mas como poderia ser, se é que poderia haver, uma forma de controle que “em momento algum” implicasse aversividade? Considerando os desdobramentos de pesquisas conceituais e empíricas acerca do controle aversivo, essa possibilidade parece pouco provável. Parte dessas pesquisas se refere ao problema da distinção entre reforços positivos e negativos, questionada por Michael (1975), e reiteradas por outros em anos seguintes (ver Baron & Galizio, 2015). Avaliando estudos nesse sentido, Hunziker (2011) concluiu que “não há um critério objetivo para que determinada relação operante seja classificada como aversiva” (p. 14). A falta de objetividade na definição de controle aversivo, assim, pode colocar sob suspeita o emprego de procedimentos de controle deliberado meramente por serem declarados como “não-aversivos”. Nesse contexto, a ponderação de Perone (2003) acerca da ubiquidade do controle aversivo soa providencial:

Dentro e fora do laboratório, o controle aversivo é onipresente. Na verdade, parece ser inevitável . . . As decisões sobre métodos de controle “bons” e “maus” devem ser decididas independentemente de questões de se tais métodos atendem às especificações técnicas de “reforço positivo” ou controle “aversivo”. (pp. 11-13)

Além disso, o próprio Skinner (1987) posteriormente relativiza a crítica ao emprego do controle aversivo no contexto da cultura ao ponderar acerca de efeitos colaterais da luta do homem pela liberdade. Na ótica do autor, a cultura contemporânea – e muito especialmente estadunidense –, ao privilegiar excessivamente o controle por reforçamento positivo acabou por produzir uma intolerância a quaisquer formas de enfrentamento de adversidades: “Fugimos não só de extremos dolorosos de temperatura e trabalho exaustivo, mas também dos mais brandos desconfortos e incômodos. Como resultado, restou muito pouco do que fugir ou evitar. As consequências fortalecedoras do reforçamento negativo, que nós desfrutamos como alívio, se perderam” (p. 21). À condição resultante desse processo, Skinner (1987) chamou de *libertas nervosa*.

À parte a problemática relativa mais propriamente aos métodos envolvidos no planejamento da cultura, Skinner (1971/1973) descreve alguns fatores que seriam importantes de se levar em conta na *implementação* de tais métodos, a exemplo do que denomina *diversificação planejada*. Uma crítica comum ao emprego de técnicas de condicionamento para intervenções com indivíduos parece encontrar paralelo no caso de contextos sociais. No caso individual, é comum a (equivocada) suposição de que o emprego deliberado do condicionamento poderia ser efetivo para a produção de padrões específicos no repertório

comportamental do sujeito, contudo, produziria como efeito colateral a rigidez e a fixidez, falhando em prover e fomentar a variabilidade comportamental. Segundo essa crítica, a despeito de sua utilidade pontual, o condicionamento produziria estereotípias, negligenciando a importância da variabilidade²⁴.

Semelhantemente, no caso da cultura, uma crítica comum é de que o planejamento deliberado implicaria como resultado um ambiente social que tenderia à uniformização, e no qual a variedade seria negligenciada. Em resposta a essa crítica, Skinner (1971/1973) adverte que muitas culturas não-planejadas resultaram precisamente nesse quadro. Um planejamento que produzisse igual resultado seria um mau planejamento, considera Skinner (1971/1973), pois uma relevante função do planejamento seria justamente a de oportunizar a emergência de acidentes, produzindo variações a serem selecionadas, e assim contribuindo para a evolução da cultura:

Se uma cultura planejada necessariamente significasse uniformidade ou arregimentação, ela poderia, de fato, obstruir uma maior evolução. Se os homens forem muito parecidos, seriam menos propensos a arriscar ou projetar novas práticas, e uma cultura que fez das pessoas tão parecidas quanto o possível pode escorregar em um padrão a partir do qual não haveria escapatória. Isso seria um planejamento ruim, mas se estamos buscando a variedade, não devemos recuar em direção ao acidente. *Muitas culturas acidentais foram marcadas por uniformidade e arregimentação* [itálicos adicionados]. As exigências da administração dos sistemas governamentais, religiosos e econômicos criam uniformidade, porque isso simplifica o problema do controle. Estabelecimentos de ensino tradicionais especificam o que o aluno aprende, e com que idade, e administram testes para se certificar de que as especificações sejam atendidas. Os códigos dos governos e religiões são geralmente bastante explícitos, e permitem pouco espaço para a diversidade ou para a mudança. A única esperança é a diversificação planejada, em que a importância da variedade é reconhecida . . . planejar não previne os acidentes úteis . . . Acidentes ainda ocorrem, e, na verdade, são promovidos por aqueles investigando novas possibilidades. Pode-se dizer que a ciência maximiza acidentes. O físico não se limita às temperaturas que ocorrem acidentalmente no mundo em geral: ele produz uma série contínua de

²⁴ Advertidos de tais críticas, analistas do comportamento têm produzido pesquisas básicas e aplicadas que demonstram empiricamente o potencial do reforçamento para a promoção da variabilidade comportamental. Para um estudo clássico sobre o assunto, consultar Page e Neuringer (1985).

temperaturas em uma gama muito ampla. O cientista comportamental não se limita aos esquemas de reforçamento que ocorrem na natureza: ele constrói uma grande variedade de esquemas, alguns dos quais nunca poderiam surgir por acaso. Não há virtude na natureza acidental de um acidente. A cultura evolui à medida que novas práticas aparecem e passam por seleção, e não podemos esperar que surjam por acaso. (pp. 159-160)

Desse modo, com relação a *como* planejar, é possível extrair como recomendações de Skinner (1971/1973): (i) o estabelecimento de tarefas como comportamentos a serem produzidos ou alterados, (ii) o foco sobre a manipulação das contingências de reforçamento a fim de produzir tais comportamentos, (iii) a priorização do controle por meio de contingências de reforçamento positivo, e (iv) uma preocupação com a diversificação de práticas, evitando, desse modo, a uniformização. Esse último ponto é especialmente importante dada uma crítica comum segundo a qual o planejamento não proveria espaço à variedade, implicando a uniformização da cultura. Em vez disso, Skinner (1971/1973) chama a atenção não apenas para a importância da diversificação, mas também que tal diversificação é tão relevante que não se deveria esperar que ocorresse por acidente. Em vez disso, o planejador poderia maximizar a ocorrência de acidentes, em vez de esperar que surjam ao acaso.

O problema da diversificação do controle ganha relevo especialmente no caso do planejamento de práticas culturais em larga escala, ou seja, àquilo a que comumente se identifica como pensamento utópico. Uma crítica comum do anti-utopismo relaciona-se às “tensões” entre indivíduo e coletividade, e sobre como um planejamento voltado ao bem comum poderia redundar na supressão da individualidade, uniformizando os sujeitos a ponto de eliminar a diversidade de um grupo social. A defesa de uma forma de planejamento que se comprometa com a diversificação parece tentar responder a esse tipo de crítica. Em comentário sobre esse aspecto da obra skinneriana, Richelle (1993/1995) destacou que “diversidade planejada, é claro, não significa programar cada indivíduo em detalhes, mas organizar condições sob as quais a variedade é favorecida . . . Na cultura, como na biologia, a diversidade é a condição da individualidade” (p. 212). Apesar disso, Skinner não esclarece detalhadamente como se daria essa diversificação, e como se compatibilizaria com outros aspectos relevantes para a execução do planejamento, como o caráter “homogêneo” das comunidades a que o planejamento se poderia aplicar.

No tocante à questão sobre *quem* planejará, um aspecto relevante da proposta skinneriana diz respeito aos seus limites e às ressalvas apresentadas pelo próprio autor à

execução do planejamento cultural. A preocupação acerca desse ponto levou o autor a propor uma espécie de “psicologia do planejador” cultural; não no sentido tradicional, obviamente, mas sinalizando para a importância de analisar o comportamento do planejador do mesmo modo como se analisam quaisquer outros comportamentos, a fim de sondar as variáveis das quais é função. Sobre como efetuar tal análise, Skinner (1953/2005) declara:

Podemos entender melhor o planejador cultural não por adivinhar seus objetivos ou pedindo-lhe para adivinhá-los para nós, mas estudando os eventos ambientais anteriores que o levaram a defender uma mudança cultural. Se ele está baseando determinada proposta sobre experimentos científicos, queremos saber o quão perto as situações experimentais e práticas correspondem. Também podemos querer examinar outras ‘razões para fazer uma mudança’ que podem ser encontradas em sua história pessoal e na história registrada daqueles que têm investigado áreas afins (p. 428).

Ao chamar a atenção para os fatores a controlar o comportamento do planejador, Skinner (1987) sinaliza que a resposta à questão “quem controlará?” deve ser impessoal. Isto é, trata-se menos de inquirir acerca da identidade (cientista, leigo, político profissional etc.) daquele que planeja, e mais de atentar às condições sob as quais o planejamento é executado. Reiterando o ponto alguns anos depois, Skinner (1989) atestou: “A questão é esta: sob quais condições aqueles que têm o poder de controlar o comportamento humano o usarão de maneiras que garantam um futuro melhor?” (p. 119).

Ademais, Skinner (1953/2005, 1971/1973, 1978, 1989) também estabeleceu algumas condições à ideia de planejamento, sendo uma delas relativa ao tipo de comunidade à qual se aplicaria. Sociedades planejadas, como descritas em muitas obras consideradas utópicas, tendem a ser circunscritas a comunidades de pequena extensão, baixa demografia, não raro isoladas de outras comunidades, e cuja composição tende a ser relativamente homogênea. Em uma crítica ao sistema democrático representativo, e mais especificamente à concentração de poder, Skinner (1978) sugere que um governo “do povo pelo povo” poderia prescindir de tal sistema, de tal forma que o poder político não precisasse ser concentrado em instituições. No lugar dessa forma de governo, seria estabelecido um modelo de controle pessoal direto, “face a face”. Essa alternativa, contudo, parece circunscrita a um determinado tipo de grupo. Passando-lhe a palavra:

Já estamos em andamento com o desenvolvimento de uma alternativa ao governo entendido como poder de obrigar a obediência . . . *O funcionamento de tal ambiente é mais óbvio em um pequeno grupo homogêneo* [itálicos adicionados], onde o comportamento prejudicial para os outros é punido, e o comportamento que favorece outros, reforçado. (Skinner, 1978, p. 8)

Considerando isso, se por um lado é possível notar a crítica e suspeição de Skinner (1978) à tradicional noção de governo como o poder para punir e “obrigar a obediência”, por outro lado, a alternativa proposta deve ser compreendida em suas particularidades. Prescindir de um sistema democrático representativo, como sugerido, pode parecer viável para grupos pequenos e homogêneos, mas restaria saber o quanto tal proposta poderia se aplicar a contextos mais amplos. Apesar dessa reconhecida limitação, Skinner (1978) é categórico em sua crítica ao poder exercido por instituições: “Quando delegamos o controle de pessoas a instituições políticas e econômicas, renunciamos ao controle face a face de um governo equitativo de pessoas por pessoas, e é um erro supor que o reconquistamos restringindo o escopo daqueles a quem delegamos o controle” (p. 9).

Para esclarecer a que se refere essa objeção, cabe inquirir sobre o que definiria o controle institucional – a fonte mais óbvia para tal definição parece ser a discussão empreendida pelo autor sobre as agências de controle do comportamento humano (Skinner, 1953/2005). Agências seriam, por definição, instâncias organizadas dentro de um grupo social em geral que deteriam poder para manipular variáveis específicas que afetam o comportamento dos indivíduos do grupo (p. 333) – desse modo, a própria definição de agência implica a existência de uma hierarquia entre controladores e controlados. Também são listadas como características de agências de controle o uso do poder para punir (p. 335), a codificação de suas práticas de controle (p. 347) e a providência de medidas que garantam a execução (*enforcement*) das práticas especificadas (p. 354).

Esses seriam aspectos gerais, em maior ou menor medida comuns aos diferentes tipos de agência mencionados pelo autor. Mas mais do que uma descrição genérica sobre procedimentos de controle, Skinner (1953/2005) também alertou que, uma vez instituídas, agências podem fazer o uso do poder para garantir vantagens pessoais ou institucionais (p. 358), bem como preparar o controlado para que aceite o controle imposto (p. 372). Trata-se de um alerta sobre a orientação que as instituições possuiriam em garantir a perpetuação de seu próprio poder: “Uma vez que determinada agência com um dado tipo de membros esteja no poder, entretanto, pode assegurar sua própria sustentação através do uso do poder para punir

em vez de apelar para a congruência de suas funções com as do grupo ético” (p. 336). Compreender a dinâmica do funcionamento de agências de controle é fundamental para uma análise comportamental da cultura em contextos nos quais o controle institucional é a norma, com óbvias consequências para o planejamento cultural.

2.4) Ressalvas e condicionalidades para o planejamento cultural

A par da discussão sobre a função das agências de controle do comportamento e do papel dos atores envolvidos no planejamento de uma cultura, há um aspecto específico sobre as *etapas* em que ocorre o processo de planejamento que merece ser assinalado. Conforme Skinner (1953/2005), o planejamento da cultura é um processo composto por diferentes partes: “*propor* uma alteração em uma prática cultural, *fazer essa mudança*, e *aceitar essa mudança* são todas partes do nosso assunto” [itálicos adicionados] (p. 428). Essa distinção sobre como ocorre o planejamento é particularmente importante porque nem sempre aqueles envolvidos com uma proposta de planejamento são aqueles responsáveis por de fato executar a mudança planejada.

De acordo com Skinner (1989), o planejamento seria

apenas o primeiro passo. Planejamentos devem ser colocados em ação, e apenas por aqueles que podem efetivamente fazê-lo. Isso significa governos, religiões e empreendimentos econômicos, que controlam a maioria das condições sob as quais vivemos. Eles, contudo, estão sob controle de consequências que afetam a sua própria sobrevivência, que são muito menos remotas e, portanto, mais poderosas do que a sobrevivência da espécie. (pp. 118-119)

Ao chamar a atenção para o problema de que aqueles que *efetuam* o que é planejado estão frequentemente comprometidos com fins diferentes daqueles que são mais caros a quem elabora o planejamento, Skinner (1989) levanta uma ressalva crucial. Ainda que se tenha o mais virtuoso planejamento elaborado, se aqueles que o executam estiverem sob controle de consequências alheias àquelas que idealmente deveriam orientar tal planejamento, o processo corre o risco de se desvirtuar. Se já na década de 1950, Skinner (1953/2005) sinalizava para o fato de que mais importante do que questionar “quem planejará?” seria questionar a respeito de o que controla o comportamento daquele que planeja agora a questão é colocada de modo

ainda mais contundente: “A questão é esta: sob quais condições aqueles que têm o poder de controlar o comportamento humano o usarão de maneiras que garantam um futuro melhor?” (Skinner, 1989, p. 119).

A pergunta mais fundamental, portanto, não deveria ser “quem controlará?”, mas, isto sim, sob controle do que aqueles que têm o poder de controlar o farão. Isso remete à reflexão acerca dos compromissos dos atores envolvidos no planejamento cultural. Skinner (1989) nota que, em anos recentes, a sociedade civil tem conseguido produzir mudanças relevantes, organizando-se de maneira a influenciar e alterar o modo como instituições que detêm o poder de controlar grandes grupos têm estabelecido suas práticas. Não obstante, a ação desses atores, que compõe o que Skinner (1989) denomina “quarto estado”, seria efetiva somente na medida em que tais atores pudessem atuar de modo independente das instituições controladoras:

Práticas governamentais, religiosas e econômicas estão, sem dúvida, começando a ser afetadas. É possível, em suma, que estejamos testemunhando a evolução de um verdadeiro “quarto estado”, composto por cientistas, “eruditos”, professores e pela mídia. Se puder permanecer livre de governos, religiões e empreendimentos econômicos, [esse “quarto estado”] será capaz de fornecer substitutos correntes para as consequências mais remotas do nosso comportamento. (p. 119)

Coordenando a defesa do planejamento cultural feita por Skinner (1953/2005, 1971/1973) com sua crítica ao controle instituído e à centralização do poder (Skinner, 1978, 1989), é possível a ilação de que o único planejamento possível seria aquele que pudesse se manter alheio às instituições. Mas por reconhecer que o controle sobre variáveis que governam o comportamento das pessoas em grupo reside em grande parte em tais instituições, a solução oferecida por Skinner (1989) é a emergência do “quarto estado”, composto de pessoas (intelectuais, professores, jornalistas) que estivessem livres de compromissos com instituições políticas, econômicas e religiosas.

Paralelamente à recomendação de que os integrantes do dito quarto estado, incluindo aí os cientistas, permanecessem desvinculados de instituições, Skinner (1987) reconhece que aqueles envolvidos com uma ciência do comportamento não seriam livres da influência da cultura sob a qual vivem. Como os demais indivíduos, seriam produtos de sua própria cultura – porém haveria uma exceção a ser notada: o analista do comportamento. Dos diferentes atores envolvidos no planejamento de uma cultura, o analista do comportamento seria aquele

capaz de se despir dos compromissos com instituições diversas, chegando ao ponto de ser, em suas palavras, “livre de ideologia”: “cientistas do comportamento são, eles próprios, produtos de suas culturas. Como se diz comumente, não são livres de ideologia. A exceção notada é a análise experimental do comportamento” (p. 9). Do ponto de vista de Skinner (1987), o analista do comportamento seria capaz de se orientar em função de uma lógica estritamente científica, compromissada com os fatos, e não com qualquer conjunto organizado de valores, como parece próprio de ideologias governamentais, econômicas ou religiosas. Apenas esse “descompromisso” garantiria uma atuação pautada verdadeiramente pelas consequências de um futuro mais remoto, em que a preocupação com a sobrevivência da cultura possa ser levada em consideração.

Aqui, faz-se necessário questionar a razoabilidade de tal posicionamento. Por um lado, Skinner não foi o único entre analistas do comportamento a rechaçar o compromisso com ideologias. Newman (1991), por exemplo, reiterou o ponto, ao sugerir que apenas o “empirismo pragmático” seria compatível com a análise do comportamento, no sentido de que o desenho de políticas deveria ser guiado pelos resultados da experiência, e não por narrativas que se propõem a antecipar o que deve ser feito. Assim, ser “descompromissado” com ideologias, para esses autores, parece significar um esforço no sentido de garantir que os cursos de ação sejam decididos, primeiramente, pelas evidências empíricas disponíveis, cabendo ao cientista somente avaliá-las tão imparcialmente quanto o possível. Colocando o discurso dos autores em contexto, a recomendação sobre permanecer “livre de ideologia” parece combinar com a sugestão de que cultura alguma deveria ser avaliada por princípios absolutos (Skinner, 1953/2005), se por ideologia compreendermos um conjunto fechado de princípios.

Por outro lado, se parece compreensível que o viés empirista da análise do comportamento conduza a essa preocupação com a experiência e seu papel no planejamento da cultura, convém indagar quão factível (ou mesmo desejável) seria uma postura puramente empírica. Em uma avaliação sobre as relações entre análise do comportamento e a teoria pragmatista, Leão, Rocha e Laurenti (2016) observaram que “a teoria pragmática da verdade propõe que as crenças científicas não são sempre fundadas unicamente em evidências empíricas” (p. 100). A análise desses autores mostra que, por uma ótica pragmatista, crenças subjetivas exercem um papel fundamental na constituição de ideias consideradas como verdadeiras. Mais: uma interpretação pragmatista da análise do comportamento não apenas não excluiria o papel das crenças do cientista, como também sugeriria que se desse relevo a tais crenças, de modo que a ideia de “objetividade científica” não mais fosse pensada como o

alcance da neutralidade, mas como um esforço em expor os fatores motivacionais envolvidos no processo. A prioridade do dado empírico, assim, precisaria ser conjugada com o papel das crenças do cientista, de tal modo que soa duvidosa a ideia de um cientista absolutamente “descompromissado” no sentido proposto por Skinner.

Outra preocupação a ser considerada no âmbito do planejamento diz respeito à relação entre controladores e controlados, e ao papel do leigo nesse contexto. Por um lado, em Skinner (1953/2005) nota-se a predileção pelo especialista (leia-se, o analista do comportamento) como aquele mais capacitado para planejar: seria um equívoco supor que estaria ele nas mesmas condições que os demais em termos de preparação para as tarefas envolvidas no planejamento cultural. Por outro lado, Skinner (1971/1973) indica que um equilíbrio entre o controle estabelecido pelo planejador e o contracontrole exercido pelos controlados é também importante, e que o sucesso de uma dada proposta de planejamento pode depender de tal equilíbrio. Uma estratégia relevante, nesse caso, seria buscar uma relação nivelada entre controladores e controlados, por exemplo, garantindo que o planejador seja membro da cultura que planeja²⁵.

Ainda ponderando sobre os atores envolvidos no planejamento, mais especificamente no tocante à composição do “quarto estado” (descrito como espécie de “elite intelectual”), além de reiterar a necessidade do não-compromisso com instituições, Skinner (1987) chega a observar que, se há nas instituições eventuais membros desse quarto poder, sua lealdade a esse grupo só perduraria na medida em que pudessem abrir mão dos compromissos próprios das respectivas instituições de que fazem parte:

Talvez seja a hora de perguntar quem “nós” somos. Uma resposta pode ser encontrada simplesmente listando aqueles que estão agora mais ativos na consideração do problema. Na maior parte, somos estudiosos, cientistas, professores e escritores da mídia. Somos os não comprometidos – com governos, religiões e capital – e somos, portanto, livres para considerar um futuro mais remoto. Mas somos livres apenas na medida em que somos, de fato, descompromissados. *Se entre nós há líderes no governo, na religião e nos negócios, eles só estão conosco na*

²⁵ Especificamente sobre a relação entre controladores e controlados, Skinner (1971/1973) escreveu: “Controle e contracontrole tendem a se tornar desarticulados [dislocated] quando o controle é tomado por agências organizadas. Contingências informais estão sujeitas a rápido ajuste conforme mudam seus efeitos, mas as contingências delegadas a especialistas podem permanecer intocadas por muitas das consequências . . . O princípio de tornar o controlador um membro do grupo que controla deve se aplicar no planejamento de uma cultura. Uma pessoa que planeja uma peça de equipamento para seu próprio uso presumivelmente leva em conta o interesse do usuário, e uma pessoa que planeja um ambiente social em que vive irá presumivelmente fazer o mesmo” (pp. 168-169).

medida em que estiverem descompromissados com suas respectivas instituições [itálicos adicionados]. (p. 8)

Em suma, a proposta skinneriana de planejamento cultural, em termos de seus métodos, implica o manejo de contingências de reforçamento que afetam o comportamento de indivíduos em grupo, buscando privilegiar contingências de reforçamento positivo, e é um processo composto por diferentes etapas. Aqueles que propõem um dado planejamento frequentemente não são os mesmos a executar o planejamento, que, em grande parte, ocorre por vias institucionais, dado que é onde se concentra o poder para manejar contingências que afetam grandes grupos. Possivelmente é por isso que, aliada à crítica à democracia representativa e às instituições, há a sugestão de que a proposta de uma forma de organização “face a face” é mais óbvia para grupos pequenos e homogêneos.

O ceticismo de Skinner com relação às instituições o leva a propor que aqueles envolvidos no planejamento de uma cultura não deveriam se comprometer com tais instituições. Em alguns de seus momentos mais dramáticos, o discurso de Skinner (1987) chega mesmo a questionar a possibilidade de qualquer mudança efetiva em sentido amplo. Seu desencanto com as então correntes ideologias governamentais, econômicas e religiosas o leva ao ponto de sugerir que o planejamento cultural talvez não seja capaz de interferir nos rumos determinados pelo poder instituído. Nesse caso, a esperança residiria em erigir uma cultura do zero: “Mesmo se mudanças fossem cuidadosamente programadas, e fossem lentamente na direção correta, seriam resistidas tão logo ficasse claro que ameaçam governos, religiões e empreendimentos econômicos . . . Construir uma nova cultura desde o início pode ser nossa única esperança” (p. 12).

Concomitantemente ao ceticismo, nos escritos de Skinner da década de 1980 é possível notar um profundo desencanto com algumas práticas hegemônicas na cultura ocidental, e um certo alarme em relação à necessidade de modificar tais práticas. Dentre as fontes do desencanto de Skinner (1987), estariam os efeitos de práticas como a divisão do trabalho (e a especialização e alienação a ela inerentes), a terceirização de funções, a primazia do controle por vias indiretas (e.g., por instruções, o que previne o contato direto com a contingências de reforçamento), e a profusão exagerada e vulgar do entretenimento barato. Na ótica de Skinner (1987), tais práticas seriam responsáveis por uma espécie de letargia, resultante da “corrosão” das contingências de reforçamento. Ao apartar a ação humana de consequências intrínsecas, ou ao prover fontes de satisfação tão abundantes que tornam prescindível a persistência necessária para a formação de repertórios complexos, as práticas

ocidentais teriam como efeito o enfraquecimento do comportamento. Esse enfraquecimento seria um dos fatores que poderia explicar a impotência da cultura ocidental para rever e reformar seus próprios vícios – nas palavras de Skinner (1987), “o Ocidente perdeu sua inclinação para agir” (p. 25).

O desencanto de Skinner com o cenário cultural ocidental redonda em preocupações aterradoras com relação ao futuro: uma de suas mais dramáticas expressões surge no desfecho do texto “Porque não estamos agindo para salvar o mundo”. Ali, Skinner (1987) desenha dois cenários possíveis, cuja antítese remete à distinção entre utopia e distopia. No cenário catastrófico – distópico – fica premente a frustração diante da impotência daqueles preocupados em promover alguma mudança efetiva:

Algumas pessoas viram o perigo e ficaram preocupadas, mas suas propostas estavam em conflito com as práticas que foram apoiadas não apenas por consequências imediatas e, portanto, mais poderosas, mas também pelos princípios morais e éticos desatualizados que foram inventados para justificá-las. Aqueles que conseguiram, continuaram a procriar à vontade, a consumir sem restrições, se preparando para se defender a qualquer custo. Finalmente, as pessoas já não se preocupavam com o futuro, porque não havia pessoas. (p. 14)

O cenário alternativo imaginado por Skinner – textualmente reconhecido como “utópico” – descreve uma falência das instituições capitais da cultura ocidental, com especial atenção aos governos, à economia e à religião. Tal falência não é vista por Skinner como algo ruim: ao contrário, pela sua descrição, a própria sobrevivência da humanidade parece depender dela:

Um final mais feliz pode correr assim: aqueles que viram o perigo começaram a fazer mais do que simplesmente falar sobre isso. Começaram a estudar o comportamento humano com métodos que evoluíram primeiramente em física e biologia. Eles passaram de observar o que as pessoas haviam feito até então para uma observação de o que as pessoas faziam sob condições cuidadosamente controladas. Uma ciência e uma tecnologia de comportamento surgiram, que estavam livres de ideologias governamentais, religiosas e econômicas. Melhores práticas culturais foram delineadas. Enquanto isso, práticas mais antigas ficaram fracas quando suas justificativas se tornaram suspeitas. Os governos já não forneciam ordem e segurança.

Religiões não conseguiam prover paz de espírito, e juntaram-se aos governos para ameaçar a paz do mundo. Suas respostas a perguntas desconcertantes renderam-se às experiências de ciência. Instituições econômicas perderam o controle quando a automação destruiu tanto a necessidade quanto a satisfação do trabalho produtivo. A educação surgiu como a força dominante na manutenção e na transmissão de práticas culturais. As espécies sobreviveram por muitos milhares de anos, e antes que visitantes do espaço exterior atingissem a Terra, foram eles visitados por uma caravana semelhante vinda da própria Terra.

Concordo, esse é um final utópico, mas em qual dos dois sentidos dessa palavra? É para ser um mundo melhor, ou mundo nenhum? (p. 14)

2.5) Considerações finais

Avaliar aspectos da proposta skinneriana de planejamento cultural foi o objetivo deste capítulo. É possível notar que Skinner lança mão de uma metáfora para apresentar a noção de planejamento cultural, ao atestar que planejar uma cultura é, em muitos aspectos, semelhante ao planejamento de experimentos em laboratório. Tal qual a lógica experimental de laboratório, em que o cientista observa regularidades e manipula diretamente variáveis a fim de produzir dados efeitos, a lógica do planejamento cultural obedece a um itinerário semelhante.

Seria possível, ao menos em princípio, intervir diretamente sobre problemas humanos diversos, manipulando condições e observando o quadro subsequente. Suposições não estariam excluídas do domínio do planejamento, mas se valendo de uma ciência do comportamento – do conhecimento sobre processos comportamentais básicos e do potencial preditivo que ela provê –, o planejador estaria em melhores condições de exercer essa função. Se a cultura é compreendida como o conjunto de contingências sociais arranjadas por um dado grupo (Skinner, 1989), o planejamento cultural seria compreendido como o arranjo deliberado de tais contingências pelo grupo.

No tocante às justificativas para o planejamento, verifica-se que a *sobrevivência da cultura* é indicada como fator a ser levado em conta, e cujas chances de efetivação seriam ampliadas pelo planejamento. Isso ocorreria porque culturas que planejam, ou seja, que avaliam suas próprias práticas e experimentam práticas novas, disporiam de melhor capacidade adaptativa. Na ótica de Skinner (1971/1973), “uma cultura deve ser razoavelmente

estável, mas ela deve também mudar, e será presumivelmente mais forte se puder evitar, por um lado, um respeito excessivo à tradição e o medo do novo e, por outro lado, as mudanças excessivamente rápidas” (pp. 152-153). O planejamento, implicando o constante reexame e experimentação no campo cultural, poderia se justificar por proporcionar esse equilíbrio entre tradição e novidade.

Apesar de sua visão entusiasta sobre as potencialidades do planejamento, Skinner esteve advertido de alguns de seus obstáculos; ao mesmo tempo em que silenciou sobre outros, e minimizou a importância de problemas que seguem irresolutos. Dentre os problemas considerados está a dificuldade em antever consequências longínquas. Outro deles seria representado pela resistência ao planejamento por aqueles que consideram que o ato de planejar invariavelmente implicaria em juízos de valor. Para o autor, contudo, juízos valorativos poderiam ser redutíveis e asserções sobre fatos (i.e., classificações de dados eventos em termos de seus efeitos reforçadores), e, conforme a ciência avance de modo a permitir previsões cada vez mais acuradas, menos seria levantada a controvérsia acerca dos valores envolvidos no planejamento.

Finalmente, com relação aos métodos envolvidos no planejamento cultural, Skinner afirma que se trata de um processo em diferentes etapas, que o ato de planejar envolve o arranjo de contingências relevantes, propõe a priorização de contingências de reforçamento positivo, e assevera que uma tarefa importante do planejador da cultura seria garantir a diversificação de práticas. Mas quem seriam os responsáveis por tal façanha?

Abordando tal questão, Skinner reconhece que, em grande parte, o poder para fazer modificações do gênero reside em instituições como governo, religião e agências econômicas, porém critica a concentração de poder nessas instituições (primariamente preocupadas com sua própria sobrevivência), sugerindo que analistas do comportamento não deveriam se comprometer com elas. Indo além, chega a expressar certo desencanto com a possibilidade de mudanças efetivas, considerando até mesmo que talvez a única esperança seria a construção de uma nova cultura desde o princípio.

Diante dessa síntese de aspectos do discurso skinneriano acerca do planejamento cultural, é possível notar algumas asserções que poderiam ser classificadas tanto como prometeicas quanto fáusticas. Aquelas que mais tendem a um certo prometeísmo podem ser identificadas, por exemplo, na metáfora estabelecida entre planejamento experimental e cultural – e a possibilidade de domínio sobre o mundo aí envolvida – e na orientação humanitária de uma ciência do comportamento. Aplicando ao campo cultural a mesma lógica operativa própria do laboratório experimental, seria possível garantir a sobrevivência da

cultura. Sob planejamento orientado pela ciência do comportamento, uma cultura estaria em melhores condições de se perpetuar, garantindo a diversidade de suas práticas e uma organização social harmônica, que prescindiria de técnicas aversivas.

Alternativamente, há também elementos fáusticos passíveis de serem identificados em Skinner. Especialmente nos textos mencionados nas décadas de 1970 e 1980, conquanto se mantenha o entusiasmo com relação às possibilidades do planejamento cultural, verificam-se também importantes ressalvas, e condicionalidades relevantes listadas como necessárias para a efetivação de um planejamento ideal. Pontuando que instituições estão primariamente comprometidas com seus próprios interesses, que frequentemente se apresentam em conflito com a sobrevivência da cultura, a análise skinneriana encoraja o ceticismo em relação ao planejamento por vias institucionais, e sugere o não-compromisso do analista do comportamento com tais instituições.

Ignorada essa importante condição para o planejamento – qual seja, o não-compromisso com o poder instituído –, os professados fins humanitários do planejamento estariam sob suspeita. A tradicional máxima “o poder corrompe” poderia, aqui, ser adaptada para algo como o poder institucionalizado corrompe, especialmente se tal poder não provê possibilidades de contracontrole. Esse seria mais um motivo para suspeitar da sugestão de que formas não-aversivas de controle seriam sempre e invariavelmente melhores, pois são precisamente essas que tendem a não produzir contracontrole.

O professado caminho para a realização de um mundo melhor, por meio do emprego do conhecimento científico e tecnológico para a reforma da sociedade, poderia ser desviado uma vez que o planejamento se efetuasse por agências que colocassem o interesse pela sua perpetuação acima do “bem comum”. Mas como seria possível um planejamento que prescindisse de vias institucionais? O próprio Skinner (1978) notou que “sem dúvida continuarão a existir agências governamentais e econômicas, porque elas têm suas funções próprias, mas não lhes deveria ser dada concessão exclusiva” (p. 66). Apesar disso, mesmo considerando essa possibilidade (de que agências não detenham o monopólio do planejamento), um problema adicional poderia ser indicado pela questão: em que medida seria possível considerar a ciência (seja a ciência, em geral, ou o caso específico da análise do comportamento) como livre de vínculos institucionais?

A assunção dessa possibilidade parece revelar uma visão um tanto quanto idealizada, se não utópica. Seria esse um projeto utópico no sentido de que seria ideal, ou talvez no sentido de que seria inalcançável? Dada a relevância de questões como essas, o capítulo seguinte será dedicado à apreciação de uma alternativa oferecida por Skinner (1948) à

organização da vida em sociedade: a comunidade descrita no romance *Walden Two* e o papel da ciência na constituição dessa nova sociedade.

CAPÍTULO 3 – *Walden Two*: um estudo de caso sobre o planejamento cultural

“... uma vez que a ciência do comportamento foi alcançada, não há alternativa alguma senão uma sociedade planejada” (Skinner, 1948/2005, p. 249)

Visões sobre modelos ideais para a organização da vida em sociedade são comuns desde a antiguidade e o planejamento deliberado de práticas culturais é um elemento recorrente em narrativas que ilustram tais visões (ver Claeys & Sargent, 1999). Descritas em romances que detalham práticas políticas, econômicas e/ou religiosas, comunidades idealizadas são uma alegoria da esperança de que o mundo poderia vir a ser um lugar melhor. “Utopia” é o termo comumente utilizado para designar tais romances. Apesar da idealização envolvida em romances utópicos, e do teor fantástico dessas narrativas ficcionais, algumas das comunidades são descritas como factíveis e exequíveis.

É esse o caso de *Walden Two*, um romance que ilustra um modelo de organização social pautado por aquilo que B. F. Skinner nomeou como “planejamento cultural”. Até então, foi explorada a noção skinneriana de ciência (e suas relações com tecnologia e o ideal de controle do comportamento), e sua proposta de planejamento cultural, conforme descrita teoricamente em textos sobre comportamento social e cultura. Neste capítulo, o que se segue é um exame de aspectos da comunidade descrita no romance, de maneira a averiguar de que modo a ideia de planejamento cultural aparece efetivada a partir de exemplos tangíveis imaginados pelo autor. Admite-se de antemão que há algo de anacrônico em tal estratégia, dado que *Walden Two* precede quase todos os textos analisados até então. Apesar de considerações relativas ao comportamento humano e ao comportamento social surgirem na obra de B. F. Skinner com maior expressão a partir da década de 1950, foi em *Walden Two*, datado de 1948, que primeiramente se detalharam práticas concretas, ilustrativas da visão skinneriana acerca desses temas.

O que posteriormente surge nominado como “planejamento cultural” em textos de natureza filosófica, no romance de 1948 aparece descrito por meio de episódios fictícios, porém tangíveis. Justamente por esse motivo *Walden Two* revela-se uma fonte importante para a compreensão da perspectiva do autor sobre uma sociedade planejada e, por isso, providencial para um estudo de caso sobre o planejamento cultural. Mais: uma análise extensiva da obra do autor, como aqui empreendida, facilita a identificação de transformações

ao logo do tempo, fundamental para um entendimento abrangente do sistema de pensamento em estudo.

Publicado no ano de 1948, *Walden Two* descreve uma sociedade na qual a ciência do comportamento seria utilizada para o planejamento dos mais diversos aspectos da vida comunitária, de questões domésticas até o ordenamento político. A funcionalidade da arquitetura, a disposição dos cômodos, o *design* de utensílios, a organização do trabalho, o escalonamento de afazeres, a educação das crianças, a criação de animais, o código de conduta: tudo obedece a um planejamento deliberado que intenta maximizar a eficiência, garantir um convívio harmonioso e a felicidade dos membros. Para isso, recomenda-se o banimento do uso de qualquer forma de controle considerada “aversiva”, seja a punição a condutas indesejadas, seja a ameaça a fontes de satisfação pessoal.

O que garante a viabilidade de *Walden Two* seria a transposição de princípios derivados de uma ciência do comportamento para a vida cotidiana. Em mais de uma ocasião, Frazier, personagem originalmente responsável pela proposição da comunidade, atesta que a construção de um mundo melhor por meio de uma tecnologia do comportamento é uma possibilidade vigente, e que *Walden Two* representaria um avanço em direção a tal mundo, mas sendo apenas o primeiro passo de um processo longo, não obstante plausível. Neste capítulo, serão apresentadas e examinadas algumas das práticas da comunidade descrita no romance, sua forma de organização, os mecanismos que garantem tal organização, o papel dos diferentes atores envolvidos no gerenciamento da comunidade, e os argumentos ali elencados no tocante ao planejamento da cultura.

3.1) O que é planejado? Um panorama das práticas de *Walden Two*

Apesar de não haver menções específicas sobre datas e localidades, é possível notar que a história se desenvolve nos Estados Unidos pós-segunda guerra mundial, fim da primeira metade do século XX. Burris é um professor universitário de meia idade e um acadêmico típico da área de psicologia. Certo dia o professor é abordado por dois de seus alunos, Roger (“Rodge”) e Steve, jovens recém-chegados do serviço militar e intrigados sobre um certo Frazier, proponente de uma comunidade intencional, sobre a qual escrevera artigo para uma revista lida por um dos alunos, professando um modo de vida alternativo.

Os dois jovens estudantes se revelam um tanto quanto desencantados com o corrente estado do mundo. Isso fica claro em um diálogo que têm com o professor, no qual mencionam

a impotência da política institucional para dar conta dos problemas sociais mais dramáticos. Mais que isso, eles se ressentem do fato de que a política impediria uma postura experimentalista: “[na política] você não pode tentar algo, primeiro de um jeito e depois de outro, como um experimento: os políticos supõem todas as respostas e gastam seu tempo persuadindo as pessoas de que estão certos” (Skinner, 1948/2005, p. 4). Esse desencanto é o que parece fomentar a curiosidade por modos de vida alternativos, a exemplo da sociedade experimental proposta por Frazier.

Burris não demora a se recordar daquele nome: trata-se de um ex-colega da época da graduação, com quem se lembrava de ter dialogado sobre utopias. Apesar de não terem sido amigos íntimos, Burris decide lhe escrever uma carta, perguntando sobre a tal comunidade. No meio tempo, antes da resposta de Frazier, Burris se encontra com um colega da universidade, Castle, professor de filosofia, e comenta sobre a empolgação de seus alunos com as ideias de Frazier e sua tal comunidade. Também demonstrando interesse pelo assunto, Castle se juntaria à caravana rumo a *Walden Two*. Ao desenrolar da trama, o filósofo representa papel relevante como antagonista de Frazier, especialmente por seu apreço pelos valores da democracia, reiteradamente relativizados, quando não diretamente rechaçados por Frazier.

Importa destacar o excerto do artigo de Frazier que é recuperado por Rodge, no qual há uma declaração de desencanto com a política tradicional: “a ação política não serviu para construir um mundo melhor, e os homens de boa vontade teriam de recorrer a outras medidas o mais rapidamente possível” (Skinner, 1948/2005, p. 10). Esse é apenas mais um dos reiterados momentos de negação da ação política: qualquer mudança realmente efetiva deveria partir de formas de ação alheias à política convencional. É precisamente por isso que a proposta de *Walden Two* parece tão auspiciosa aos ex-soldados, descontentes com o modo pelo qual se organiza a sociedade em sua cultura.

A resposta de Frazier à carta de Burris traz consigo um convite para que conheçam a comunidade. Partem, então, Burris, Castle, Steve e Rodge, e suas namoradas, Mary e Barbara, para o que estava programado para ser uma visita de três dias a *Walden Two*. Frazier os recebe atentamente e os conduz ao longo dos dias, apresentando paulatinamente o funcionamento da vida local e a particularidade de suas práticas. Trata-se de uma comunidade com aproximadamente mil habitantes, na qual todos os membros experimentam um convívio comunitário em variadas situações: os domicílios são compartilhados, como é o salão de refeições, o “viveiro” onde são criadas as crianças nos primeiros anos de vida, e assim por diante.

As jornadas de trabalho são breves, há incentivo à arte, à ciência e ao lazer, e quase tudo o que se consome é ali mesmo produzido. Um dos principais objetivos da educação seria o desenvolvimento de repertórios de autocontrole e tolerância à frustração. Dos utensílios domésticos ao projeto arquitetônico, tudo visa à otimização. Esses e demais aspectos são derivados de uma forma de engenharia social articulada com base nos princípios de uma ciência do comportamento: precisamente nisso consistiria o planejamento cultural. Cabe aqui, portanto, um olhar mais detalhado sobre algumas dessas práticas.

O modo como se organiza a vida na comunidade fundada por Frazier é descrito capítulo a capítulo, sendo que o leitor acompanha a incursão dos visitantes “estrangeiros”. Essa incursão começa já no fim do segundo capítulo, com a chegada da caravana de Burris à comunidade e as primeiras impressões acerca das instalações físicas do lugar são registradas. Um aspecto ao qual se dá relevo é à arquitetura local: os prédios são todos interconectados e projetados a fim de permitir aos indivíduos que circulem entre as instalações protegidos de eventuais intempéries climáticas. Dado o tamanho da comunidade – aproximadamente mil pessoas – “foi possível conectar todos os quartos pessoais com espaços comuns, salas de jantar, teatro e biblioteca . . . Nunca precisamos sair da porta” (p. 20).

Vive-se num sistema descrito como “cooperative housing”, com a maioria dos espaços sendo de uso comum, inclusive dormitórios – porém sempre que o indivíduo se casasse, ou quando preferisse, lhe era permitido que construísse e desfrutasse de um quarto particular. Desse modo, a intimidade estaria assegurada, como observa Frazier: “Muitos de nossos visitantes supõem que a vida em comunidade signifique sacrifício da intimidade. Pelo contrário, conseguimos que haja muito mais intimidade do que, provavelmente, se encontra no mundo exterior. Aqui pode-se estar só sempre que se queira” (p. 128). Utensílios domésticos são desenhados estrategicamente a fim de aprimorar e facilitar o uso. Copos são munidos de invólucros com alças, de modo que possam ser carregados como baldes, facilitando o transporte e prevenindo que se derrame o líquido que carregam. O formato e a transparência dos pratos permitem melhor disposição dos alimentos e facilitam a limpeza.

A criação de animais e a manutenção do terreno são planejados de maneira a otimizar e economizar o trabalho dispendido para tais tarefas. Por meio de uma cerca elétrica portátil, posteriormente substituída por uma corda simples, o rebanho de ovelhas era deslocado estrategicamente, funcionando como um gigantesco cortador de grama, mantendo adequado o nível da relva. Frazier comenta que a cerca eletrificada fora utilizada inicialmente, porém deixou de ser necessária com o tempo, conforme provieram novas gerações de ovelhas: “Tornou-se uma tradição entre a nossas ovelhas nunca se aproximar da corda. Os cordeiros

adquirem isso de seus anciãos” (p. 20) – uma espécie de aprendizagem social parece ser responsável pela transmissão de um padrão de esquiva da cerca e, posteriormente, da corda. Além da cerca e da corda, um cão especialmente treinado ajudava a manter o rebanho reunido.

Esses são todos exemplos de alternativas tecnológicas a práticas correntes que permitiriam a otimização de tais práticas, no sentido de torná-las mais ágeis ou econômicas. Mas, para além disso, as práticas descritas em *Walden Two* representam mais do que uma tentativa de “otimizar” a vida social apenas nesse sentido: elas podem ser lidas como alternativas aventadas por Skinner às práticas organizadas para o gerenciamento da vida em sociedade na cultura Ocidental, das quais era tão crítico (e.g. Skinner, 1987). Mais especificamente, o alvo de Skinner parece ser o controle exercido por *instituições*, ou, como o próprio autor as nomeará posteriormente (Skinner, 1953/2005), por *agências de controle* do comportamento humano, dentre as quais ele destaca governo, economia, religião, além de dadas práticas de educação e da psicoterapia. Ao longo da narrativa, são descritas variadas situações que exemplificam como problemas geralmente tratados pela ação dessas agências poderiam ser solucionados por outras vias.

Para a manutenção da ordem, por exemplo, são descritos mecanismos que favoreçam o controle das pessoas por elas próprias, dispensando práticas de policiamento e vigilância. Para fazer uso das salas de refeições, como para outros afazeres, é preciso que se preencha uma “agenda escalonada”, que organiza a utilização de diferentes espaços e utensílios. Segundo Frazier, trata-se de uma estratégia bastante útil tanto para evitar aglomerações, quanto para facilitar uma gestão autônoma, que não demande a rigidez típica do controle institucional, com o policiamento que implicaria. Mais: o “efeito psicológico” provido pelo uso da agenda escalonada garantiria uma atmosfera mais agradável e, por paradoxal que possa soar, mais *livre*:

. . . o resultado talvez mais valioso — Frazier fez uma pausa para ver se éramos capazes de anteciper qual — é psicológico. Estamos completamente livres da atmosfera institucional que é inevitável quando todos fazem a mesma coisa à mesma hora. Nossos dias têm uma continuidade, flexibilidade, diversidade, um fluxo. É tudo muito agradável e saudável. (p. 39)

No caso específico das práticas supracitadas, a agência governamental é o alvo, dado que a prática descrita proveria uma alternativa para a manutenção da *ordem*, função

classicamente (ainda que não exclusivamente) atribuída à essa agência. Um poder instituído nos moldes correntes seria prescindível se em seu lugar vigorassem mecanismos que proporcionassem formas de controle não-institucional. Esse é apenas um exemplo, mas quantos outros mecanismos análogos não poderiam ser empregados de modo a dispensar a necessidade de controle institucional, favorecendo o controle face-a-face, isto é, das pessoas por elas próprias? *Walden Two*, ao sinalizar essa possibilidade, parece funcionar como uma espécie de manifesto crítico às formas de poder instituído que interpõem mediações às relações interpessoais.

Algumas das práticas da comunidade podem ser lidas como alternativa ao controle exercido por mais de uma agência específica. Por exemplo, o fito de garantir a coesão e a ordem em um dado grupo social é geralmente compartilhado por agências governamentais, educacionais e religiosas. Em *Walden Two*, há práticas que visam garantir habilidades tuteladas por cada uma dessas agências. É o caso, por exemplo, das técnicas empregadas para o desenvolvimento de repertórios de autocontrole e de tolerância à frustração. Conforme Frazier, “o uso tradicional da adversidade é para selecionar o forte. Nós [diferentemente] controlamos a adversidade para construir força . . . Temos de planejar uma série de adversidades, assim a criança poderá desenvolver o maior autocontrole possível” (p. 105). Um exemplo desse tipo de planejamento se refere a um treinamento ao qual as crianças são submetidas: é entregue a elas um pirulito mergulhado em açúcar, juntamente com uma instrução “só poderão comê-lo mais tarde, e caso não o tenham tocado antes” (o açúcar facilitaria a verificação).

Inicialmente, as crianças tenderiam a deixar o pirulito longe da vista, de modo a “evitar a tentação”. Uma segunda fase do treinamento consistiria em fazer com que deixassem os pirulitos pendurados no pescoço, como escapulários. A ideia seria impedir-lhes de tirar o doce de vista – o que seria uma “solução primária”, avalia o planejador –, forçando-os a se autocontrolar em vias de evitar a consumação mesmo sob constante exposição ao estímulo apetitivo. Variações baseadas nos mesmos princípios eram experimentadas, sendo uma delas a de expor crianças famintas a uma vasilha com sopa fumegante. Mediante exercícios constantes como esses, seria possível alcançar o que Frazier nomeia como “libertação psicológica”, proporcionada pelo treinamento de autocontrole. Promovendo autonomia individual, um planejamento efetivo de práticas culturais poderia tornar prescindível a tutela por meio de agências – por isso a “atmosfera institucional” pode enfim ser abolida.

De modo semelhante ao treinamento de autocontrole, crianças, quando ainda mais jovens (bebês), seriam submetidas a um protocolo de “perturbações programadas”, com o fito

de que desenvolvessem tolerância a frustrações. Tal procedimento seria possível dado o processo de habituação, e via generalização, seria possível que o repertório de tolerância à frustração se estendesse a situações diversas. A par da tolerância à frustração, observa-se o advento e a manutenção da perseverança, uma virtude que, por meio de engenharia comportamental adequada, poderia ser desenvolvida sem que o sujeito precise experimentar sentimentos deletérios como a raiva:

Introduzimos o desânimo tão cuidadosamente quanto introduzimos qualquer outra situação emocional, iniciando ao redor dos seis meses. Alguns dos brinquedos, em nossos cubículos com ar condicionado, são projetados para criar perseverança. Um trecho de melodia de uma caixa de música, ou um padrão de luzes faiscantes, é arranjado de maneira a seguir uma resposta apropriada, digamos, apertar uma campainha. Mais tarde, a campainha deverá ser apertada duas vezes, depois três ou cinco ou dez vezes. É possível construir um comportamento fantásticamente perseverante sem encontrar frustração ou raiva. (p. 114)

Mesmo preferências estéticas estariam sujeitas a planejamento deliberado em *Walden Two*. Durante o sétimo capítulo, Burris relata certo estranhamento com a miscelânea da decoração das salas destinadas à alimentação. A explicação para isso seria que, por se alimentarem em ambientes decorados de modos variados, os sujeitos desenvolveriam afinidades estéticas também variadas: “Por meio de algum princípio de comportamento que não entendi completamente, parecia que a ingestão de alimentos tinha algo a ver com o desenvolvimento de preferências ou tolerâncias estéticas. O mesmo efeito não poderia ter sido facilmente obtido pela decoração dos *lounges* em diferentes estilos” (p. 40).

No caso, o tal princípio envolvido parece ser o de condicionamento clássico, com um emparelhamento sistemático entre estímulos incondicionados (no caso, comida) com contextos variados em termos de decoração, que, teoricamente, poderia produzir alguma preferência pela variedade estética. Essa poderia ser uma alternativa a tradicionais táticas educacionais “civilizatórias”, dirigidas ao preparo para o convívio harmônico em sociedades esteticamente heterogêneas, tanto quanto às tradicionais sanções aversivas impostas por agências como religião e governo para o caso de infrações que desestabilizem um convívio social harmônico – dado que tais agências comumente apostam na ameaça em vez do incentivo.

As interações entre os membros da comunidade são também objeto de planejamento. A agenda escalonada seria manipulada de modo a garantir que houvesse novas interações frequentes, quando da utilização de espaços comuns como as salas para alimentação – a cada refeição, pessoas diferentes interagiriam. Há ainda um código de conduta que proíbe a alcovitice sobre as vidas e relações alheias, além de incentivar o que Frazier descreve por “afeto livre”:

O fato é que simplesmente não há mais promiscuidade em *Walden Two* do que na sociedade em geral. E, provavelmente, há menos. Entre outras coisas, encorajamos a simples amizade entre sexos, enquanto que o mundo exterior não faz mais do que as proibir. E o que poderia ser uma amizade agradável, tem de se converter em algo clandestino. Aqui favorecemos a amizade. Não praticamos o “amor livre”, mas apoiamos o “afeto livre”. E este nos leva a satisfazer necessidades que, em outros lugares, conduzem à promiscuidade. Estabelecemos, com êxito, o princípio da “sedução não suposta”. Quando um homem começa a se relacionar com uma mulher, não se preocupa em fazer avanços, nem a mulher se sente magoada quando ele não tenta. Essa espécie de jogo sexual é considerada, portanto, no seu valor justo: não como símbolo de potência, mas como prova de desassossego ou instabilidade. (pp. 129-130)

Mesmo aspectos mais íntimos das relações interpessoais são alvo de planejamento na comunidade, a exemplo do casamento. Um “administrador de matrimônios” avalia se os perfis dos noivos convergem, e oferece aconselhamento: “Quando dois jovens ficam noivos, vão ao Administrador de Matrimônios. Ele examina seus interesses, seus antecedentes escolares e sua saúde. Se houver uma discrepância considerável na capacidade intelectual ou no temperamento, aconselha-os a não se casarem” (p. 125). É costume que casais durmam em quartos separados, e a estrutura familiar tradicional não se reproduz em *Walden Two*: em vez disso, as crianças são criadas e educadas de forma colaborativa, com os adultos tutelando infantes independentemente de relações consanguíneas – o que deve prevalecer é o laço comunitário: “cuidado pelo grupo é melhor do que o cuidado parental” (p. 131). Essa configuração dos costumes mais diretamente relacionados às relações íntimas e à criação de crianças pode ser interpretado como a alternativa skinneriana a controles usualmente desempenhados por agências organizadas para esses fins, como geralmente é o caso da religião e da psicoterapia.

Também às práticas tradicionalmente incumbidas à agência econômica há alternativas propostas em *Walden Two*. Uma delas seria a remuneração por meio de “créditos-trabalho”, que são, nas palavras de Frazier, “uma espécie de dinheiro” (p. 45). Tratar-se-iam de registros acumulados individualmente de acordo com a quantidade de trabalho realizado, e cujo valor seria readequado periodicamente, de tal modo que uma jornada de em média quatro horas garantiria o suficiente para o sustento de cada um. A maneira como é descrito o processo lembra bastante o que se conhece em análise aplicada do comportamento como *economia de fichas* (ver Patterson, 1996), em que estímulos reforçadores condicionados são especialmente programados como consequência à conduta desejada.

A remuneração por meio dos crédito-trabalho seria coordenada de acordo com a necessidade, identificada pelos planejadores, de tal maneira que trabalhos considerados desagradáveis fossem mais bem remunerados do que outros – limpar o esgoto, por exemplo, valeria vinte vezes mais do que trabalhar no jardim de flores. Assim, a manipulação periódica do valor do crédito-trabalho garantiria que houvesse oferta de mão de obra mesmo para os afazeres menos aprazíveis, além de garantir uma distribuição relativamente igualitária de recursos, algo a ser observado dado que a própria noção de um sistema baseado em lucros é vista com suspeição por Frazier: “O sistema de lucro é ruim, mesmo quando o próprio trabalhador obtém os lucros, porque a tensão do excesso de trabalho não é aliviada nem mesmo por grandes lucros” (p. 45). Além disso, tal sistema invariavelmente produziria competição, que é igualmente rechaçada: “para sobreviver, devemos, em última análise, não competir” (p. 281). Essa seria, na ótica skinneriana, uma alternativa possível ao sistema de preços e salários, prática comum nos modelos econômicos do Ocidente.

Esses são apenas alguns dos exemplos sobre práticas culturais planejadas que aparecem durante a narrativa. O que todas elas alegadamente guardariam em comum seria a manutenção de uma atitude experimental frente a quaisquer que fossem os problemas em questão. Isso significaria se manter sempre aberto a possibilidades, evitando o compromisso com um “modelo a ser seguido”, ou, como observou Skinner (1948), dessa vez por meio de uma fala de Burris: “Frazier . . . admitiu que tudo era experimental. Se for realmente capaz de se conservar livre para mudar as práticas — e se puder evitar agarrar-se teimosamente a uma teoria — creio que terá êxito” (p. 120).

Em falas anteriores, Frazier já havia colocado a questão de forma bastante contundente: “O ponto principal é que nós estimulamos nossa gente a olhar cada hábito e costume tendo em vista um possível aperfeiçoamento. Uma atitude constantemente experimental com relação a tudo — é disso que precisamos. Soluções para problemas de todo

o tipo se seguem quase milagrosamente” (p. 25). O entusiasmo manifesto em relação às virtudes da experimentação, ao lado do desprezo por teorias e ideologias – algo registrado de modo muito contundente em textos posteriores de Skinner (e.g. Skinner, 1987) – surge repetidas vezes nas intervenções de Frazier. Em comentário sobre o motivo do fracasso de tantas comunidades intencionais anteriores a *Walden Two*, é afirmado que tal fracasso se deveria à tentativa de implementar práticas baseando-se em princípios absolutos, e não na experimentação:

. . . não sabemos realmente o que elas [comunidades que fracassaram] fizeram, ou ainda, porque falharam. Por outro lado, sabemos porque a coisa certa deixou provavelmente de ser feita. O padrão cultural era, geralmente, considerado como verdade revelada e não questão aberta a modificações experimentais — exceto quando obviamente errado. A comunidade não era montada como um experimento real, mas antes para pôr em prática alguns princípios. (p. 145)

Essa fala de Frazier ressalta um aspecto generalista do planejamento cultural, ou seja, que deveria ser levado em consideração independentemente da prática a ser planejada: deve ser experimental – operar orientado pela experiência – e não deve operar em função de um dado conjunto fixo de princípios, como um plano a ser seguido, que pré-estabeleça um “caminho certo”. A filosofia social skinneriana, dessa forma, parece refletir um aspecto importante de sua visão sobre a ciência, qual seja, a crítica ao modelo hipotético-dedutivo: assim como na ciência não seria aconselhável operar por meio de hipóteses a serem testadas, no planejamento da cultura, aquele que planeja deveria evitar, tanto quanto o possível, antecipações teóricas sobre como dada prática deveria vir a ser. Em vez disso, o planejador operaria orientado exclusivamente em função das evidências disponíveis, de sorte a garantir que o mais efetivo dentre os cursos de ação seja tomado.

Trabalhos de comentadores que abordaram o caráter experimentalista do utopismo skinneriano ressaltam o experimentalismo como característica capital de *Walden Two*. Altus e Morris (2005), por exemplo, concluíram que o conjunto de práticas descritas no romance não deveria ser tomado como uma espécie de modelo de sociedade idealizada. Em vez disso, seriam elas apenas práticas que Skinner supôs serem efetivas naquele contexto, e cuja a efetividade só se poderia aferir por meio da experiência prática:

Encontramos *Walden Two* no gênero utópico, que aborda os meios para maximizar a justiça social e o bem-estar humano, equilibrando (a) a capacidade dos membros da comunidade de alcançar estes fins de forma consciente, proposital e livre, com (b) a habilidade da comunidade de fazer o mesmo, de modo a assegurar sua sobrevivência. Em *Walden Two*, as práticas da comunidade eram aquelas que Skinner conjecturou que beneficiariam ambos os interesses. Elas eram, porém, contingentes. Eram contingentes aos valores pessoais e científicos historicamente situados de Skinner e da cultura da pós-Segunda Guerra Mundial da América. Eram contingentes à evolução da comunidade no contexto de mudanças na cultura americana . . . *A visão utópica de Skinner, portanto, não era sobre nenhuma das práticas de Walden Two, exceto uma: a experimentação* [itálicos adicionados]. (p. 330)

Voltando, enfim, à pergunta-título desse tópico – sobre o que é planejado em *Walden Two* – o que poderia ser depreendido até aqui? O que revela esse breve panorama sobre as práticas planejadas na comunidade? A julgar pelos excertos aqui destacados, é possível notar que os exemplos fornecidos por Skinner (1948/2005) parecem todos convergir na direção de uma fórmula alternativa àquela celebrada para o gerenciamento da vida em sociedade no Ocidente, qual seja, a da organização social centralizada por instituições, isto é, por agências de controle do comportamento humano.

Descritos em seus detalhes, os costumes da comunidade parecem deliberadamente desenhados a fim de atenuar (se não abolir) o controle institucional implicado pelas convencionais táticas empregadas por agências, sejam governamentais, religiosas, econômicas, educacionais, ou mesmo pela psicoterapia. Trata-se, seria possível afirmar, de uma forma de prometeísmo: conquanto as práticas alternativas viabilizadas pela engenharia social skinneriana não emancipem as pessoas do controle pelo ambiente, seriam teoricamente capazes de emancipá-las de diferentes formas de controle institucional. Ao mesmo tempo, contudo, seria possível identificar uma crítica fáustica na suspeição skinneriana em relação à ideia de progresso como condicionada à aplicação do conhecimento científico para fundamentar o controle institucional da vida humana.

O ideal experimental que atravessa todos os aspectos da vida em *Walden Two* parece confluir com essa conclusão. Em uma de suas mais notáveis críticas a práticas de agências econômicas, religiosas e governamentais do mundo ocidental, Skinner (1987) advertiu que os analistas do comportamento, em vias de operar mudanças realmente significativas, deveriam se manter alheios ao compromisso com tais agências: “. . . somos livres apenas na medida em

que somos, de fato, descompromissados [com instituições]” (p. 8). Somente assim seriam capazes de planejar uma cultura priorizando o “bem comum” acima de qualquer outro interesse, como a sobrevivência da própria agência. Assim sendo, a atitude experimental epitomada na figura de Frazier parece refletir a conclusão que Skinner deriva de sua crítica ao gerenciamento institucional da vida social.

3.2) Por que se planeja em *Walden Two*?

Como abordado no segundo capítulo, uma vez que a cultura é compreendida por Skinner (1989) como um conjunto de contingências de reforçamento mantidas por um dado grupo, o planejamento da cultura pode ser definido como o arranjo deliberado de tais contingências. *Walden Two* é atravessado de relatos sobre arranjos de diferentes tipos e para diferentes finalidades, conforme exemplificado na seção precedente. Um exame sobre alguns desses arranjos de contingências foi proposto por Glenn (1986). Essa autora propõe que seria possível agrupar contingências de reforçamento em duas categorias principais – contingências cerimoniais e contingências tecnológicas –, sendo que essa distinção se revela útil para compreender o funcionamento de *Walden Two*.

Nas contingências tecnológicas, os reforçadores derivam seu poder a partir de sua utilidade, valor ou importância, tanto para a pessoa que se comporta, como para as outras. Contingências cerimoniais, por outro lado, envolvem comportamento que é mantido por reforçadores sociais, que derivam seu poder do *status*, posição ou autoridade do agente reforçador, independente de qualquer relação com mudanças ambientais que beneficiem direta ou indiretamente a pessoa que se comporta. (p. 3)

Estabelecidas essas definições, Glenn (1986) afirma que em *Walden Two* estariam abolidas as contingências cerimoniais, privilegiando-se o controle por contingências tecnológicas – o que seria verdade inclusive para o caso do governo local. Dado que as estratégias convencionais das quais governos historicamente lançaram mão tendem a ser baseadas no que se define como controle cerimonial (p. 11), convém examinar mais detalhadamente os procedimentos envolvidos nas práticas governamentais de *Walden Two*, para notar como se diferenciaram de procedimentos convencionais de governança, e avaliar os argumentos elencados em defesa desse modelo.

Uma característica bastante reiterada da organização da comunidade é primazia do controle por reforçamento positivo. Isso aparece em diferentes momentos na obra de Skinner, e é assim sintetizado em *Walden two revisited* (Skinner, 1976/2005), uma apreciação do próprio autor sobre o romance: “Uma cultura deve reforçar positivamente o comportamento daqueles que a apoiam e deve evitar criar reforçadores negativos dos quais seus membros fugirão por deserção” (p. xviii). As falas de Frazier refletem essa posição de Skinner (1948/2005), não apenas em relação à preferência pelo controle por reforçamento positivo, mas também em sua justificativa:

Agora que sabemos como o reforçamento positivo funciona e porque o negativo não funciona . . . podemos ser mais ponderados e ainda mais bem-sucedidos em nosso planejamento cultural. Podemos conseguir uma espécie de controle sob o qual o controlado, apesar de estar seguindo um código muito mais escrupulosamente do que jamais o teria feito no sistema antigo, mesmo assim se sinta livre. Estão fazendo o que querem, e não o que são forçados a fazer. Esta é a fonte de um tremendo poder do reforço positivo — não há repressão e não há revolta. Com um planejamento cultural cuidadoso, controlamos não o comportamento final, mas a inclinação para o comportamento — os motivos, os desejos, as vontades. (pp. 246-247)

Note-se que nessa declaração de Frazier há ao menos dois argumentos diferentes em defesa do planejamento e do uso do reforçamento positivo. Em primeiro lugar, ecoando Skinner (1976/2005), o personagem destaca que esse tipo de controle preveniria a revolta: uma vantagem do planejamento nesses moldes, portanto, seria evitar essa forma de contracontrole. Em segundo lugar, esse seria um tipo de controle por meio do qual se conseguiria uma adesão a normas de modo quase infalível, com indivíduos seguindo-as “mais escrupulosamente” do que o fariam caso o sistema a controlá-los fosse outro, e, ainda assim, sentindo-se livres.

Ou seja, o controle por reforçamento positivo no âmbito do planejamento cultural resolveria dois problemas a um só tempo: garantiria a coesão do grupo, ao mesmo tempo em que faria com que seus membros experimentassem uma sensação de liberdade não provida por outros sistemas. É importante observar, porém, que a conceituação da liberdade como um sentimento é mais tarde reavaliada criticamente por Skinner (1971/1973), que alerta para o fato de que o controle por reforçamento positivo pode subjugar o controlado tanto quanto outras formas de controle – é disso que trata sua alegoria sobre o “escravo feliz”.

Também cumpre destacar da fala de Frazier o ponto que diz respeito à prevenção da revolta, possibilitada pelo reforçamento positivo. Skinner (1971/1973) posteriormente advertirá que quando o controle é exercido por agências organizadas, controle e contracontrole se tornam desarticulados – o que seria um problema, pois dificultaria “ajustes necessários” no arranjo de contingências. O alerta para esse fato soa um tanto quanto fático: apesar de suas potencialidades, esse poderoso princípio descrito pela ciência do comportamento – reforçamento positivo – teria também um lado obscuro, dado que poderia ser empregado para fundamentar formas de controle institucional que submetem os controlados de modo ainda mais eficaz. Particularmente quando estabelecidos por agências, arranjos de contingências de reforçamento poderiam perdurar mesmo quando as contingências em questão já não produzem o efeito esperado – deixam de ser tecnológicas para serem puramente cerimoniais, para usar a trama conceitual proposta por Glenn (1986).

Combinando a posição de Skinner (1971/1973) com a declaração feita por Frazier (Skinner, 1948/2005), abeira-se um paradoxo. Por um lado, é reconhecido que a falta de uma articulação entre controle e contracontrole é nociva. Por outro lado, um dos argumentos arrolados em defesa do planejamento da sociedade – via reforçamento positivo – se baseia na prevenção à revolta (uma modalidade de contracontrole) que essa forma de controle permitiria. Ora, é ou não é importante que haja contracontrole? A ambiguidade de Skinner em relação a isso dificulta uma resposta categórica a essa questão, mas em qualquer dos casos, parece que o contracontrole nunca é concebido como algo valoroso *per se*.

Em vez disso, o valor do contracontrole parece ser sempre aferido pelo autor em termos de seu papel para a manutenção de algum nexos comunitário. Quando se celebra o potencial do reforço positivo, a justificativa é que esse não produziria revolta; quando se admite a importância da articulação entre controle e contracontrole, isso aparece justificado porque tal articulação permitia “ajustes necessários” – garantindo a ordem social. Sendo assim, esse argumento em defesa do planejamento parece repousar, basicamente, sobre sua função para a manutenção da coesão social.

Essa mesma fala de Frazier, ao inferir que a liberdade seria efeito de uma forma específica de controle, também evoca uma questão abordada pelo personagem noutro momento: a “tensão” entre *laissez-faire* e sociedade planejada. Todo o dilema e as contendas estabelecidas entre simpatizantes de um ou outro modelo orbitam a questão dos limites da autoridade estatal para regular relações interpessoais, e o conseqüente efeito disso sobre a liberdade pessoal. Cada um dos lados acusa o outro de negligenciar aspectos importantes, seja

a preservação da liberdade, seja a manutenção do grupo social coeso – e assim o conflito se estabelece.

O modelo de *Walden Two*, contudo, possibilitaria a superação desse conflito. Ao menos é o que garante Frazier, quando questionado especificamente a esse respeito por Castle:

Vocês não resolveram realmente o conflito entre uma sociedade ‘laissez-faire’ e uma planejada.

– Eu acho que resolvemos, sim. Mas vocês devem saber mais sobre o nosso sistema educacional antes que eu lhes mostre como o conseguimos. O fato é que é muito pouco provável que qualquer pessoa em *Walden Two* anseie tão firmemente por um curso de ação a ponto de ser infeliz se a possibilidade escolhida não lhe estiver aberta. Isso é verdade tanto a respeito da escolha de uma garota quanto de uma profissão. A inveja pessoal é quase desconhecida entre nós, e por uma razão muito simples: nós oferecemos uma experiência ampla e muitas alternativas atraentes. O sentimento terno de ‘primeira e única’ tem menos a ver com a constância do coração do que com a singularidade de uma oportunidade. A maior probabilidade é que o excesso de aspirantes a médicos achará outros cursos que logo provarão ser igualmente atraentes. (p. 47)

A chave para compreender como se soluciona a “tensão” entre liberdade e planificação residiria, assim, no sistema educativo da comunidade. Como previamente descrito, um dos objetivos primeiros da educação ali seria o de promover uma intensa tolerância à frustração. Arelado a isso, em *Walden Two* as contingências seriam arranjadas de modo a oferecer uma abundância de experiências, permitindo que indivíduos tenham a seu dispor um sem-número de fontes de satisfação pessoal, não se sentindo compelidos a alocar esforços para a consecução de um dado objetivo, de modo que sua felicidade dependesse disso.

Quando se afirma que a singularidade de uma oportunidade é mais premente do que a constância do coração, o que se quer dizer é que uma vez que os sujeitos não precisassem trabalhar por algo como se sua felicidade disso dependesse exclusivamente, desfrutariam de certa tranquilidade de espírito. Não mais seriam assolados pela sensação de êxito após martírio, tão valorizada em algumas culturas, porque em *Walden Two* não haveria glorificação da conquista pelo mérito: “. . . não valorizamos, e certamente não enfatizamos, o triunfo pessoal. Isso não é apenas desnecessário em uma cultura cooperativa, é perigoso” (p. 222).

Isso explica a naturalidade com que Frazier atesta, de modo um tanto quanto machista, que independente da escolha em questão (seja uma garota, seja uma profissão), o arranjo ambiental adequado garantiria a satisfação geral do povo.

Assim, o argumento pelo planejamento cultural que se ancora na superação da “tensão” entre sociedade planificada *versus laissez-faire* presume ser ilusória a contraposição entre planejamento e liberdade pessoal. Liberdade, tanto quanto a felicidade dos indivíduos, nada teria a ver com terem autonomia para arbitrar seu próprio destino, e sim com disporem de fontes de satisfação abundantes, além de uma cultura que se abstenha de exaltar o martírio e o mérito. Garantido isso, o paradoxo estaria resolvido, e apenas uma sociedade iluminada pelo conhecimento adequado (evidência do prometeísmo skinneriano), isto é, planejada por meio de engenharia comportamental adequada, permitiria tal cenário.

“Boa Vida” é a expressão utilizada por Frazier para se referir ao modo de vida de que gozam os habitantes de *Walden Two*. Confrontado por Castle ou Burris sobre conquistas da cultura ocidental e como seria possível abrir mão delas, o líder da comunidade aproveita a ocasião para delinear os aspectos positivos da vida cotidiana em *Walden Two*:

A Boa Vida também significa uma oportunidade para exercer talentos e habilidades. E nós a deixamos se tornar assim. Temos tempo para esportes, passatempos, artes e ofícios e, o mais importante de tudo, para a expressão desse interesse no mundo que é a ciência no sentido mais profundo. Pode ser um interesse casual em assuntos corriqueiros ou na literatura ou nos esforços controlados e criativos no laboratório — em qualquer caso, representa a necessária e agradável exploração seletiva da natureza . . . Por último, a Boa Vida significa relaxamento e repouso. Nós conseguimos isso em *Walden Two* quase como uma decorrência natural, e não apenas porque reduzimos nossas horas de trabalho. No mundo em geral, a classe ociosa é talvez a menos tranquila. O importante é satisfazer as nossas necessidades. Então, podemos desistir da luta cega para nos divertirmos ou obter o que queremos. Aqui, conseguimos um lazer verdadeiro. (pp. 148)

Os benefícios proporcionados pelo uso do reforçamento positivo e a garantia de uma boa vida são arrolados como argumentos favoráveis ao planejamento, mas frequentemente soam um tanto inespecíficos. O trecho supracitado é dos poucos em que Frazier descreve em termos mais tangíveis em que, de fato, consistiria na boa vida. Entretanto, como quaisquer outras práticas, deveriam ter reconhecida sua potencial provisoriedade, dado que “o que

sobrevive é uma questão experimental” (p. 128). Levado ao extremo, o experimentalismo de Skinner parece impedir qualquer possibilidade de compromisso com valores absolutos.

Ressalte-se que, diferentemente do que surgiria em momentos posteriores da obra de Skinner e também na de comentadores (ver Zuriff, 1987), em *Walden Two* não se verifica uma ênfase na *sobrevivência* como fator decisivo para avaliação de práticas culturais. Em vez disso, a *felicidade* surge apontada como critério fundamental: “A felicidade é nosso primeiro objetivo” (p. 193). Apesar disso, Frazier posteriormente congrega ao valor da felicidade um “impulso para o futuro”: mais que garantir cidadãos felizes, a cultura deveria operar de tal forma a garantir condições para a permanência da comunidade.

O experimentalismo na política, além de garantir a felicidade dos cidadãos, proporcionaria maior adaptabilidade à cultura para que sobreviva em condições futuras e, por isso, é frequentemente reiterado como o principal porquê do planejamento cultural. Felicidade, por si só, poderia produzir uma sociedade imbecilizada, e cujo modo de vida poderia ser mantido pela simples propaganda do regime vigente:

O que estamos tentando conseguir, por meio de nossos experimentos culturais em *Walden Two*, é um modo de vida que seja satisfatório sem propaganda e pelo qual, entretanto, não tenhamos que pagar o preço da estupidificação pessoal. A felicidade é o nosso primeiro objetivo, mas um impulso vivo e ativo em direção ao futuro é o segundo. Nós nos satisfaríamos com o grau de felicidade que tem sido conseguido em outras comunidades ou culturas, mas não nos satisfaremos com menos do que a mais viva e ativa inteligência grupal que já apareceu na face da Terra. (pp. 194)

Sumarizando os argumentos de Frazier até aqui examinados, é possível afirmar que a justificativa para o planejamento da cultura em *Walden Two* repousa sobre argumentos de que ele permitiria a manutenção do nexu comunitário, evitando tensões típicas na cultura (a exemplo de *laissez-faire versus* planificação), e, mais importante, garantindo a boa vida aos cidadãos. Priorizando a felicidade como valor capital, o romance apresenta sua alternativa para o alcance de tal valor: um modo de vida tranquilo e criativo, no qual o planejamento permite que as potencialidades pessoais encontrem caminho fértil para florescer sem necessidade de coação institucional. Os mecanismos por meios dos quais se alcançaria tal cenário, isto é, as práticas de governo de *Walden Two*, serão o próximo alvo de análise.

3.3) Como se institui o planejamento e quem são os planejadores em *Walden Two*?

Considerados o breve panorama sobre práticas de planejamento, bem como os argumentos arrolados em defesa do planejamento da cultura em *Walden Two*, cabe agora analisar as medidas por meio das quais o planejamento é posto em prática. O romance fornece pistas importantes sobre como Skinner idealizava a gestão da vida em sociedade, sobre quem deveria estar à frente das iniciativas de governança, e sobre como deveriam operar os governantes. Essa é uma análise importante porque permite avaliar se a maneira pela qual os métodos e os atores idealizados como os mais pertinentes para a execução do planejamento cultural refletem a maneira pela qual são descritas e justificadas as práticas da comunidade. Trata-se, assim, de avaliar a congruência entre as concebidas práticas de planejamento (e suas justificativas) e os modos e atores envolvidos com a implementação dessas práticas.

Uma leitura orientada de *Walden Two*, com o fito de esclarecer a pergunta-título deste tópico, permitiu sumarizar alguns pontos-chave para a compreensão sobre como se estabelece, efetivamente, o planejamento cultural. São eles: 1) a negação da política, 2) a negação da história, 3) a rejeição aos sistemas tradicionais de governo, 4) a centralização do poder, 5) o modelo tecnocrático, 6) a criação de um “novo homem”, e 7) o imperialismo inerente a *Walden Two*.

O que aqui se chama de *negação da política* é um traço tão contundente quanto controverso do livro. Contundente porque as considerações de Frazier em relação à política – que parecem ter como alvo especialmente a política institucional, centralizada em agências – são todas muito enfáticas, com admoestações e recorrentes expressões de descontentamento. É controverso porque, por um lado, partes significativas do romance são dedicadas à explicação de como funcionariam as práticas de governo na comunidade, mas, por outro lado, a natureza política dessas práticas nunca é reconhecida. A negação da ação política surge acompanhada pela preceituação de um modelo alternativo – pretensamente *apolítico* – que viria para substituir os mecanismos de governança então vigentes: um jeito de fazer política governamental evitando os vícios da política institucional.

Presente desde as primeiras páginas do livro, talvez a mais exemplar declaração antipolítica surja na resposta de Frazier a uma indagação de Castle sobre a alternativa de *Walden Two* aos problemas triviais do governo e da política:

Governo e política! Não há problema nenhum de governo e política. Este é o primeiro ponto na plataforma de *Walden Two*. Você não pode progredir em direção à Boa Vida

pela ação política! Sob nenhuma forma corrente de governo. Você deve operar sobre um nível inteiramente distinto. O que você precisa é de uma espécie de Comitê de Ação Apolítica: mantenha-se fora da política e longe do governo, exceto para fins práticos e temporários. Não é lugar para homens de boa vontade ou visão. (p. 180)

É bem expressivo que Frazier classifique como “primeiro ponto” de sua plataforma a recusa a práticas de política e governo, adjetivando o caminho a ser seguido como “inteiramente distinto”. Tal caminho se apresenta como representante de algo excepcional, sem páreo fora dali e, por isso, sequer classificável como mais uma forma de se pensar a política e o governo. O julgamento valorativo expresso pelo personagem é enfaticamente negativo: governo e política não são lugares para gente de bem – ou de “boa vontade e visão”, para ser fiel ao texto original.

Posteriormente, faz-se um esclarecimento: “. . . não estou argumentando a favor de não haver governo, mas somente por nenhuma das formas existentes. Queremos um governo baseado na ciência do comportamento humano” (p. 182). A ressalva aborda algo já assinalado antes, e que elucida o significado da negação da política por Frazier: as propostas e “formas existentes” de governo é que devem ser rechaçadas, mas isso não significa apologia a que não haja governo algum. A declaração, aliás, vem em resposta a um comentário de outro personagem, sobre como o modelo de *Walden Two* mimetizaria tendências do programa anarquista. A isso, Frazier responde: “de jeito nenhum”, ao que se segue o trecho supracitado²⁶.

Apartando completamente a ciência da política, as incursões de Frazier expõem tendências modernas do projeto skinneriano. Como em Bacon (1624/1984), a ciência surge como um substituto à política institucional, como um antídoto aos seus vícios, e como o caminho para a utopia – preservando a atitude científica, soluções para diferentes problemas emergiriam “quase milagrosamente”. Se o embaraço fundamental da política consiste

²⁶ Vale notar que, contemporaneamente, há intérpretes da análise do comportamento que vão na contramão desse posicionamento de Skinner, expressado por Frazier, buscando pontos de contato do pensamento skinneriano com o anarquismo. Abib (2015), por exemplo, apesar de reconhecer que *Walden Two* não poderia ser pensada como uma comunidade completamente anárquica, destaca que a crítica de Skinner às maneiras pelas quais as relações são mediadas no modelo moderno de democracia reflete tendências anarquistas – uma impressão já havia sido registrada por Dittrich (2004): “A rejeição ao Estado e à política institucional é o mais forte vínculo entre o anarquismo e o behaviorismo radical” (p. 451), e é também ratificada por Hamilton (2012). Isso mostra que, a despeito dos posicionamentos pessoais de Skinner em rejeição à filosofia anarquista – que surgem em sua narrativa por meio de um alter-ego –, isso não impede possibilidades de interpretações de seu sistema de pensamento que demonstram afinidades com o anarquismo. Com efeito, o mesmo deve valer para quaisquer outras correntes éticas ou políticas, pois as posições pessoais do prógono de uma dada filosofia não esgotam, sequer limitam, teorizações possíveis sobre essa filosofia, nem mesmo aquelas que vão na contramão das proposições originais desse autor.

meramente em que é mais difícil antever o resultado prático de uma intervenção em nível social do que como construir uma ponte (e.g. Skinner, 1961c), uma ciência e uma tecnologia do comportamento humano seriam remédios providenciais.

A política, nessa ótica, perde a habitual função de equilibrar vindicações de agentes com valores e interesses conflitantes. Perde, aliás, qualquer função, dado que aquilo que é chamado a ocupar sua posição sequer é reconhecido como político. Apolítica, a ciência não viria para colocar problemas em questão, mas para solucioná-los. Desse modo, a negação da política em *Walden Two* se revela como um de seus vieses prometeicos mais salientes. Uma vez suficientemente esclarecidos – como devem ser os planejadores da cultura: não por acaso a junta é formada por especialistas –, aqueles que decidem os rumos da sociedade o fariam de modo superior a qualquer sistema de governança de que se tem notícia.

Essa demasiada fé no potencial da ciência para remediar a gestão da sociedade no lugar da política ajuda a explicar a segunda característica peculiar da plataforma de *Walden Two*: **a negação da história**. Munidos de uma ciência do comportamento potente, os planejadores não teriam porque recorrer ao conhecimento histórico: dados fornecidos pela experimentação proveriam informação suficiente para os processos de tomada de decisão. Nas palavras de Frazier: “. . . não prestamos muita atenção ao aparente sucesso de um princípio no curso da história. A História é prestigiada em *Walden Two* apenas como entretenimento; não é levada a sério como material para reflexão” (p. 106).

A história – ou pelo menos a história *oficial*, não raro narrada por aqueles que detêm alguma posição de privilégio na sociedade – teria pouco ou nada a dizer, e além de não ajudar, atrapalharia por desviar as atenções do que mais interessa: os resultados alcançados pela experimentação no momento presente. Trata-se de uma completa rejeição a alertas como aquele expresso no famoso adágio de Santayana (1905): “aqueles que não podem se lembrar do passado estão condenados a repeti-lo” (p. 172). Para o autor de *Walden Two*, adversamente, a história mais aprisionaria do que informaria positivamente: manter-se apegado a registros de experiências passadas preveniria o avanço em direção a propostas mais ousadas para a organização da vida em sociedade – faria esmorecer o entusiasmo daqueles que procuram alternativas ao ordenamento social presente, em que instituições detêm a primazia de práticas de controle social.

Mas a razão crucial para a negação da história refere-se ao *método* de que a disciplina dispõe. Não sendo experimental, o conhecimento histórico teria pouco a ensinar, avalia Frazier, pois “uma cultura conveniente só pode ser descoberta por experimentação” (p. 182). Adicionalmente, ele acrescenta que

Mesmo que tivéssemos informações confiáveis sobre o passado, não conseguiríamos encontrar um caso semelhante o suficiente para justificar inferências sobre o futuro presente ou imediato. Não podemos fazer uso real da história como um guia atual. Nós frequentemente fazemos um uso falso – um uso emotivo. (p. 224)

A recusa ao conhecimento histórico em função de seu caráter não-experimental se reflete especialmente nas considerações sobre práticas de governança: se não houve experimentação, o registro histórico sobre tais práticas não é suficientemente rigoroso a ponto de ser relevante. Daí a conclusão de que, àquele que se dedica à reforma social, pouco importa o registro histórico:

Em ciência, os experimentos são planejados, verificados, alterados, repetidos — mas não em política. Daí o nosso extraordinariamente lento progresso na ciência de governar. Não temos conhecimento cumulativo real. A História não nos diz nada. Esta é a tragédia do reformador político. Não tem nada com que trabalhar, além de uma espúria ciência da história. Não tem fatos reais — leis reais. Uma figura patética! (p. 181)

Considerando que em *Walden Two* valor algum teriam a política institucional e a história, não chega a ser surpreendente que, aliado a isso, advenha uma **rejeição aos sistemas tradicionais de governo**. Há um ataque especialmente ávido aos valores democráticos – e, em particular, à democracia representativa –, possivelmente em função de ter sido esse, e continuar sendo, o modelo mais popular dentre as maiores potências ocidentais. Conforme escreveu Dittrich (2004) acerca da crítica skinneriana sobre os sistemas políticos, “sua preocupação principal será sempre apontar as imperfeições das democracias liberais. Provavelmente, isso se deve ao fato de Skinner considerá-las suas principais ‘concorrentes’ no campo da filosofia política” (p. 313).

Apesar disso, um ponto para o qual importa chamar a atenção aqui é que, considerando a comunidade de *Walden Two* e as declarações de seu líder, a democracia é concebida como um sistema precário *per se*. Esclarecendo: no ajuizamento de Skinner (1948), diferente do de autores contemporâneos como Abib (2015) e Lopes (2015), o problema central da democracia *não* se circunscreve simplesmente ao modelo liberal-representativo, no qual instituições cumprem o papel de mediar relações sociais. Mais que uma divergência

formal sobre como o sistema democrático é implementado, a posição de Skinner parece enraizada numa convicção de que a visão de ser humano em que se basearia o modelo democrático seria inadmissível, porque cientificamente infundada. Na ótica skinneriana manifesta nas páginas de *Walden Two*, a democracia sempre carregaria em seu cerne falhas insolúveis:

. . . o triunfo da democracia não significa que seja o melhor governo. Era meramente o melhor num confronto com um notoriamente ruim. Não paremos na democracia. *Não é, e não pode ser, a melhor forma de governo porque está baseada numa concepção cientificamente falsa de homem* [itálicos adicionados]. Falha ao considerar o fato de que, a longo prazo, o homem é determinado pelo Estado. Uma filosofia laissez-faire que confie na bondade inerente e sabedoria do homem comum é incompatível com o fato observado de que os homens se tornam bons ou maus e sábios ou tolos, segundo o ambiente no qual crescem. (p. 257)

Destaca-se a justificativa de Frazier para chamar a atenção para seu fundamento: a concepção de ser humano característica da democracia seria falsa, por não considerar o impacto dos fatores ambientais na constituição da identidade humana. A fala induz, a um só tempo, a duas conclusões distintas, ambas impugnáveis: primeiro, que há *uma* concepção que seria *a verdadeira* concepção de ser humano de um ponto de vista científico (nesse caso, obviamente representada pela concepção da análise do comportamento) e, em segundo lugar – e essa é a conclusão mais insidiosa –, que uma verdadeira concepção científica acerca do ser humano constrangeria aqueles que a desposam a um posicionamento político particular.

Diz-se que são ambas as suposições impugnáveis porque não parece razoável sustentar que uma concepção científica de ser humano é, ou deveria ser, unívoca: como brevemente comentado no início deste trabalho, sequer há uma definição consensual para a ciência – que dirá uma única concepção sobre o ser humano que a fundamente. Esse aspecto da argumentação de Skinner talvez resulte de um entusiasmo irrequieto pelo estabelecimento uma ciência do comportamento. A lógica parece ser a seguinte: há *um modelo* sobre como se faz ciência, e a análise do comportamento atenda às exigências de tal modelo, logo, é ciência. Ainda que hoje isso soe anacrônico, levando-se em conta o contexto em que Skinner iniciou seus escritos, no qual coube aos positivistas lógicos determinar o que era ou não científico – rechaçando todo o conhecimento de qualquer outro tipo como destituído de significado –, faz sentido que a análise do comportamento se tenha afirmado dessa maneira.

Com relação à ideia de que uma dada visão científica de ser humano *implicaria* uma posição política (ou sua negação), nem mesmo internamente ao behaviorismo isso se sustenta. Skinner recorre à sua noção sobre a determinação do comportamento para supor que o *laissez-faire* democrático não se justificaria – o mesmo fundamento permeia sua visão (crítica e descrente) sobre o conceito de responsabilidade pessoal e sobre a punição (e.g. Skinner, 1971/1973). Porém já isso não é consensual na análise do comportamento, e não apenas por inclinações pessoais dos dissidentes, mas por motivos relativos à própria lógica das suposições skinnerianas. Staddon (2014), por exemplo, partilhando da mesma premissa determinista, conclui pelo oposto: o determinismo seria justamente o fundamento da responsabilidade pessoal e do uso da punição, pois

Se o comportamento fosse imprevisível e não-afetado por contingências – se fosse não-causado, como na caricatura de Skinner do homem autônomo – não haveria absolutamente nenhum argumento a favor da punição (ou qualquer outra forma de controle comportamental), porque isso não teria efeito previsível. Logo, a ideia de responsabilidade pessoal não pode ser dispensada porque o comportamento é determinado. (p. 222)

Os motivos que levaram Skinner à rejeição da democracia liberal parecem semelhantes aos que o levaram a criticar o anarquismo: “O problema no programa do anarquismo é que colocava demasiada fé na natureza humana” (p. 182). Em trecho no qual Frazier dá seu parecer sobre o porquê de tantas comunidades intencionais anteriores à sua terem fracassado, ele afirma: “geralmente o plano era se livrar do governo e permitir que a virtude natural do homem se afirmasse por si própria” (p. 145). Assim, se o *laissez-faire* da democracia incorreria no equívoco de negligenciar a implacabilidade de fatores ambientais (não reconhecendo que o humano seria, como Skinner escreveu, “determinado pelo Estado”), o protesto anarquista pela completa abolição do Estado incorreria no equívoco de supor que indivíduos seriam naturalmente virtuosos, a ponto de prescindirem de qualquer Estado, governo ou poder instituído para o convívio em sociedade.

Castle, o personagem do filósofo retratado como afetado e petulante, acerca Frazier com um paradoxo – o indivíduo cria a sociedade ou a sociedade o indivíduo? –, perguntando-lhe por onde seria mais prudente “começar” (muda-se o homem ou o mundo primeiro?), ao que Frazier se esquivava e protesta que a questão relevante não é essa, mas o que fazer do presente em diante. Em resposta, Castle então questiona qual seria a saída, dado que para seu

antagonista a democracia não poderia transformar-se ela própria: seria o caso de uma revolução? Frazier retruca: “Revolução? O Sr. não é um aluno muito brilhante, Sr. Castle. A mudança não virá por meio de poder político nenhum. Acontecerá num outro nível, inteiramente” (p. 257)²⁷.

O rumo da discussão conduz a outra corrente política que, como a democracia liberal e o anarquismo, é rechaçada por Frazier: o socialismo revolucionário. Ele se volta à experiência da Rússia como exemplo, apontando quatro principais falhas no modelo, apesar de considerar que fora “uma boa tentativa” (p. 258). A primeira delas se refere ao abandono da postura experimental, isto é, do compromisso em seguir testando alternativas sem se comprometer com um plano pré-estabelecido – como frequente em experiências revolucionárias. Pelas palavras do alter-ego, Skinner atesta que “um governo no poder não pode experimentar. Precisa conhecer as respostas ou, pelo menos, fingir que as conhece” (p. 258), e nisso embala sua crítica ao segundo problema: a propaganda massiva em que se amparava o regime soviético. Nos termos de Skinner (1948), “Isso é um defeito grave, pois tornou impossível avaliar seu sucesso. Não sabemos quanto do atual vigor do comunismo russo é devido a um modo de vida forte e satisfatório, e quanto ao doutrinamento” (p. 259).

O terceiro problema residiria na veneração a heróis políticos, e como isso acabaria por tornar o governo uma espécie de ato “artístico”, no qual a governabilidade depende do prestígio do artista. Finalmente, o quarto e “mais importante de todos” os problemas envolvendo a experiência socialista diria respeito a que essa se baseou em poder. Uma vez comprometidos com o poder, aqueles que o detêm passariam a apelar a métodos para a manutenção do próprio poder que frequentemente conflitam com métodos recomendáveis pela ciência do comportamento – não por acaso se tornaram frequentes o uso e o abuso da punição e de ameaças no referido regime. De acordo com Skinner (1948), “você pode argumentar que a captura do poder também foi um expediente temporário, uma vez que as pessoas que o mantinham eram intolerantes e opressivas. Mas você dificilmente pode defender o uso contínuo do poder dessa maneira” (p. 259).

Assim sendo, democracia liberal, anarquismo e socialismo revolucionário seriam todas proposições descartáveis, porque baseados em suposições contrárias àquilo que Skinner predicava como *a* visão científica de ser humano, ou porque apelariam a métodos que não

²⁷ Vargas (1996), discutindo o projeto utópico de Skinner, enfatiza o ponto, chamando a atenção para que a única “revolução” ali envolvida seria uma “revolução cultural”: “Em última análise, sugere Skinner, a mudança mundial pode ocorrer, *não através da ação política, mas através de uma revolução cultural que surge no nível local* [itálicos adicionados]. A revolução que Skinner recomenda é o planejamento de uma cultura baseada na compreensão do comportamento humano” (p. 276).

aqueles que o autor supunha serem os métodos recomendáveis segundo uma ciência do comportamento. Prescindindo de todos os mais tradicionais modelos tratados pela filosofia política, o que Skinner propõe como alternativa? Seria assim tão original e inovador o sistema de governo em *Walden Two*, a ponto de não encontrar paralelo algum na história das ideias políticas?

Para compreender o que significaria essa proposta de governo, que sequer se reconhece como política, cumpre apurar a estrutura organizacional do comitê de planejamento em *Walden Two*, e os argumentos arrolados em favor da **centralização do poder** por esse comitê:

Nosso único governo é uma Junta de Planejadores . . . Há seis planejadores, geralmente três homens e três mulheres. Os sexos estão em termos tão iguais aqui que ninguém discute igualdade de sexos. Tais planejadores podem servir por dez anos, mas não mais. Três de nós que têm estado na Junta desde o começo, retiram-se este ano. Os Planejadores são encarregados do sucesso da comunidade. Eles estabelecem a política, revisam o trabalho dos Administradores, estão atentos ao estado da nação em geral . . . [administradores são] especialistas cuidando das divisões e serviços de Walden Two. Há Administradores de Alimentação, Saúde, Jogos, Artes, Odontologia, Leiteria, Indústrias variadas, Abastecimento, Trabalho, Escola-Creche, Educação Adiantada e dezenas de outros. Eles programam o trabalho a ser realizado e sua tarefa é gerenciar, o que continuam fazendo depois de terem planejado tanto quanto possível o trabalho dos outros. São os mais trabalhadores entre nós. É uma pessoa excepcional aquele que procura e encontra um lugar como Administrador. Ele deve ter habilidade e uma preocupação pelo bem-estar da comunidade. (p. 48)

Não fica claro no romance como os planejadores e administradores chegam aos postos que ocupam, à exceção da observação de que não é pelo voto popular, e de que seriam pessoas que demonstram preocupação com o bem-estar da população. No caso da atual junta de planejadores, é revelado que os que lá estavam iniciaram junto com a fundação da comunidade, e deveriam sair em breve. Quanto aos administradores, Frazier afirma: “Você trabalha para ser um Administrador através de posições intermediárias que carregam uma grande responsabilidade e proporcionam o aprendizado necessário” (p. 48). Assim, insinua-se que a administração da comunidade acaba sendo uma espécie de trabalho voluntário prestado

pelos especialistas de diferentes áreas, dado que os demais membros de *Walden Two* não se interessariam por política.

Fica evidente, portanto, a centralização do poder em *Walden Two*. Com o planejamento circunscrito ao grupo de planejadores e implementado pelos administradores, sobra pouco ou nenhum espaço para a participação popular. Isso fica mais notório considerando a legislação de *Walden Two*, apesar de o autor detalhar pouco seu funcionamento. Fala-se da existência de uma constituição e de um código de conduta, sendo que a constituição só poderia ser alterada por dois terços dos votos dos administradores e unanimidade entre e os planejadores (p. 270). Com relação a discordâncias sobre alguma regra presente no código, qualquer membro poderia examinar a experiência que a embasa e, a partir disso, “pode argumentar contra a sua inclusão e pode apresentar as suas próprias provas. Se os Administradores recusam mudar a regra, pode apelar aos Planejadores, mas, em nenhum caso, deve discutir sobre o Código com os demais membros. Há uma regra contra isso” (p. 152) – não há especificações sobre se haveria, e até onde iriam, direitos de associação, de manifestação e de livre-expressão.

A palavra final cabe sempre aos planejadores. Esse é um trecho importante porque evidencia como a tal “atitude experimental”, tão celebrada por Frazier, não é suficiente para explicar a organização social de *Walden Two*. Qualquer um pode avaliar os dados da experiência, porém quem os ratifica são os planejadores: ainda que eventualmente haja uma montanha de dados que corrobore um dado ponto, a anuência dos planejadores é imperiosa. A justificativa é que os planejadores seriam aqueles que, dadas as suas habilidades, melhor levariam em conta o bem comum e a prosperidade da comunidade. É feita uma ressalva, quando Frazier admite que para alguns “assuntos práticos” – como o método para a cobrança de impostos – seria possível recorrer a uma consulta democrática. Não obstante, isso não descartaria a centralização, enfim reconhecida como despótica: “. . . *ainda que eu reconheça que esta é uma forma de despotismo* [itálicos adicionados], devemos usá-la temporariamente para obter o melhor governo para todos” (p. 217).

Ora, se até então muitas das práticas descritas, das suas justificativas, e mesmo algumas das formas de implementação do planejamento (e.g. negação da política institucional), indicavam que *Walden Two* representaria uma alternativa ao gerenciamento da vida social por meio de agências controladoras, o apelo pela centralização do poder e suas implicações parecem sinalizar em sentido oposto. Características como a assimetria de poder entre controladores e controlados, a existência de autoridades constituídas e de codificação de

práticas, e a preocupação em coibir o contracontrole, conforme descritas por Frazier, são todas comuns ao poder exercido por agências controladoras (Skinner, 1953/2005).

Nesse ponto, a incursão por *Walden Two* começa a revelar certas incongruências entre parte do que é defendido por Frazier e a posterior crítica skinneriana ao controle institucional (Skinner, 1978, 1987). É como se em *Walden Two* a veia prometeica do pensamento skinneriano fosse levada ao extremo (o que não chega a ser surpreendente, tratando-se de uma obra pretensamente utópica), sem todas as ponderações e ressalvas (de inspiração fáustica) que surgiriam posteriormente na obra do autor. É justamente por isso que, ao realizar essa análise anacronicamente (com o exame do romance sendo feito após o de textos posteriores de Skinner), tais incongruências soam tão salientes. Pois ainda que as alternativas ao poder instituído, que atravessam o romance do começo ao fim, possam ser lidas como uma forma de crítica fáustica às agências de controle, elas não previnem que o prometeísmo igualmente premente na obra redunde em incongruências no discurso de Frazier, como se seguirá analisando.

As altercações entre Castle e Frazier vão se acalorando progressivamente, beirando a animosidade no ponto em que Castle declara: “Um Maquiavel moderno, mecanizado e gerencial [managerial] – essa é minha avaliação final de você, Sr. Frazier”, ao que Frazier replica: “Já que estamos lidando com ‘M’s,’ porque não resumir isso tudo e dizer ‘Mefistofélico?’” (p. 237). Faz sentido a referência a Mefistófeles, demônio a quem Fausto vende a alma em troca de uma potência sobrenatural (Goethe, 1808/2006). O cerne da crítica de Castle é precisamente este: Frazier, como o mais pioneiro dos demônios, via a si próprio como uma divindade, estaria a brincar de ser Deus. Destaque-se que cabe a Castle a crítica fáustica, personagem frequentemente antagonizado pelo alter-ego de Skinner, e cujas proposições nem sempre soam muito sofisticadas. Não poderia ser essa uma estratégia de Skinner para desmerecer argumentos fáusticos, e diminuí-los frente ao enaltecido prometeísmo de Frazier?

Com efeito, Frazier chega a se comparar a Deus a certa altura (p. 179), admitindo que sua posição na comunidade implica um exercício de poder, o que o satisfaz: “Claro que eu não sou indiferente ao poder . . . E eu gosto de bancar Deus! Quem não gostaria, dadas as circunstâncias? Afinal, homem, até Jesus Cristo pensou que era Deus!” (pp. 281-282). São raros os momentos em que Frazier demonstra cautela ou autocrítica análogas ao que na filosofia e na sociologia da ciência contemporâneas se identificaria como uma tendência fáustica (Martins, 1997). O importante para ele é melhorar o mundo, dispensando rodeios

acerca de o que significa “um mundo melhor”, que só serviriam para atrasar o processo de mudança.

Frazier exprime um prometeísmo sedimentado, altivo e certo de si, ao passo que praticamente todos os questionamentos, as dúvidas e os alertas acerca dos maus uso da ciência e da tecnologia para uma engenharia social focada no progresso humano são feitos por Castle, de maneira às vezes caricata, e com argumentos frequentemente pouco sofisticados. A escolha de Skinner por encarnar os dois conjuntos de argumentos em personagens tão distintas – com o cientista-planejador emparelhado à tenacidade, à diligência e ao entusiasmo em mudar o mundo, e o filósofo à petulância e ao alarmismo – revela aspectos da sua própria psicologia, e de como ela influi na proposta de planejamento cultural.

Outro aspecto curioso do discurso de Frazier é que, apesar de rechaçar as propostas mais tradicionais na filosofia política, ele próprio não classifica como originais os alicerces das práticas de *Walden Two*. Trata-se apenas de uma ordenação e implementação de técnicas já conhecidas pela ciência – o grande diferencial teria sido a iniciativa em instituí-las como práticas de governo:

Absolutamente nada de original. Esse é o ponto. A sociedade já possui as técnicas psicológicas para obter a observância universal de um código — um código que garantiria o sucesso de uma comunidade ou Estado. A dificuldade está em que essas técnicas estão nas mãos de pessoas erradas — ou melhor, não existem as pessoas certas. Nosso governo não quer aceitar a responsabilidade de construir o tipo de comportamento necessário para um Estado feliz. *Em Walden Two, apenas criamos uma agência que fizesse isso* [itálicos adicionados]. (p. 153)

Uma vez mais, partindo das próprias palavras de Frazier é possível interpelar suas declarações prévias. Assim como ora critica modelos políticos baseados em poder, ora admite sua posição de poder em *Walden Two*, ele ora nega a natureza “política” do planejamento cultural, ora admite que o ordenamento social da comunidade é mantido por uma agência organizada que faz as vezes de governo – por que isso é pensado como apolítico?

Entra em cena aqui o elogio ao **modelo tecnocrático**, que atravessa as páginas do romance. Trata-se da apologia a um governo de técnicos, comprometida com uma visão idealizada dos cientistas como aqueles mais capazes de se guiar em função do dado empírico, a despeito de seus vieses e preconceitos, sendo assim os mais aptos a levar em consideração os problemas de gerenciamento da vida comunitária.

Identificar o aspecto tecnocrático de *Walden Two* ajuda a compreender demais características da obra, como a negação da política e rejeição às tradicionais formas de governo, que coexistem com a admissão de que a junta de planejadores constitui em si uma agência controladora, pois é justamente por se comportar como um tecnocrata que Frazier não enxerga a incoerência patente²⁸. A tecnocracia é uma proposição política tanto quanto qualquer outra, sendo que, como pontua Lopes (2015), “a única especificidade da tecnocracia é tentar substituir a agência governamental, representada por políticos profissionais, pela agência científica, representada por especialistas” (p. 7).

A centralização do poder em *Walden Two* tem suas particularidades: trata-se de poder discricionário (afinal, a palavra final sobre a constituição e o código de conduta cabe à junta), de natureza política (conquanto não reconhecida como tal) e, mais importante, com especialistas no comando. Trata-se, portanto, de uma agência de controle. A veia tecnocrática – cujo movimento formalizado nos Estados Unidos levantou bandeiras abertamente antidemocráticas (ver Rutherford, 2017) – fica ainda mais evidente quando de um questionamento de Castle sobre o porquê de não haver eleições em *Walden Two*. Eis a resposta de Frazier:

O povo não está em condição de avaliar especialistas. E os especialistas eleitos nunca podem agir como acham melhor. Não podem experimentar. O leigo não calcula a necessidade de experimentação. Exige que o especialista saiba. E é totalmente incapaz de aguentar o período de dúvida durante o qual um experimento se desenvolve. *Os especialistas devem ou disfarçar seus experimentos e fingir que sabem o resultado antecipadamente ou parar de experimentar inteiramente e lutar para manter o status quo* [itálicos adicionados]. (Skinner, 1948, p. 251)

Buscando o máximo possível de caridade hermenêutica para interpretar tão extravagante declaração, seria ainda possível ponderar que Frazier talvez estivesse se referindo genericamente a quaisquer arranjos de governança, e não recomendando que isso ocorresse em *Walden Two* – estaria sendo descritivo, porém não prescritivo. Ainda assim, colocando a declaração em contexto – veio em resposta a uma indagação sobre o motivo de não haver eleições na comunidade –, fica difícil abrandar o tom do que é dito ou mesmo

²⁸ Importa destacar que o que caracteriza a tecnocracia não é simplesmente a participação da ciência em processos decisórios, mas o monopólio da ciência sobre tais processos. Convém conferir Castro (2013), que provê uma interpretação comportamental sobre como é possível a participação da ciência em tais processos sem que redundem em tecnocracia.

sugerir que se referiria a uma declaração generalista sobre percalços da política. Além disso, persiste insuspeito o traço tecnocrático no juízo de que o leigo seria um incapaz que demanda gerenciamento.

E mesmo que se alegasse que se trata de uma avaliação genérica sobre governos e não uma referência direta ao que acontece na comunidade, restaria indagar: que salvaguarda haveria à população de que os planejadores não estariam meramente dissimulando conhecer os resultados dos experimentos e usando a retórica científica para manter-se na condução do sistema de controle social? Com o poder concentrado na associação de planejadores, o que previne o despotismo?²⁹

Frazier nunca fornece respostas satisfatórias a questões como essas – apesar de ponderações surgirem em trabalhos posteriores de Skinner (1953/2005, 1971/1973). Em vez disso, Frazier opta pela inversão do argumento: “Eu também não gosto do despotismo. Não gosto do despotismo da ignorância. Não gosto do despotismo da negligência, da irresponsabilidade, e nem mesmo do despotismo do acaso. E não gosto do despotismo da democracia!” (p. 252). O compromisso da ciência com o domínio da natureza, para o personagem, não apenas não surge como ameaça de despotismo, mas como a melhor esperança de evitá-lo. A negligência em assumir o controle do que é controlável, e um gerenciamento adstrito do que se concebe como fortuito, seriam problemas incorrigíveis da democracia.

A conclusão de Frazier é de que aí residiria o despotismo: a permissividade do *laissez-faire* democrático abriria brechas para relações iníquas de controle, logo, tomar o poder e engenhá-lo em nome do bem coletivo seria imperativo. Planejamento cultural apropriado garantiria um modo de vida em que fossem equalizadas as relações a ponto de não mais haver desequilíbrio capaz de permitir injustiça e opressão – adicionalmente, a sobrevivência da espécie estaria resguardada. Mais: esse projeto sequer precisaria contrastar com a liberdade individual, pois, segundo o planejador, com engenharia comportamental adequada seria possível domesticar os ânimos a ponto de fazer com que todos se sintam tão livres quanto o possível, além de evitar insurreições e garantir a coesão comunitária.

A centralização do poder por um grupo de técnicos é algo que atravessa diferentes expressões do pensamento tecnocrático (e.g. Bacon, 1624/1984; Loeb, 1933/1996), e *Walden Two* não é exceção. Porém cada um desses exemplos carrega suas próprias idiossincrasias –

²⁹ Apesar da explícita afirmação de Frazier sobre como em *Walden Two* a junta de planejadores adquire o papel de uma agência controladora, há leituras da obra de Skinner que reivindicam que as circunstâncias às quais estariam sujeitos os controladores, naquele contexto, preveniriam quaisquer formas de despotismo (e.g. Richelle, 1993/2014).

no caso do romance skinneriano, a principal peculiaridade é que a ciência em questão é uma ciência do comportamento. Com isso, o alvo são contingências de reforçamento que mantêm indivíduos num dado sistema social – pois conquanto possa lidar com dificuldades sociais diversas, a unidade de análise dessa ciência circunscreve a conduta de organismos individuais.

Assim sendo, uma engenharia comportamental derivada da análise do comportamento, quando concentrada nas mãos de especialistas dispostos a aplicá-la para fins de progresso social, conduz antes de mais à transformação deliberada dos indivíduos: trata-se da *criação de um “novo homem”*. Dispor de poder e organização suficientes para manipular as variáveis críticas que afetam indivíduos em grupo é característica básica de qualquer agência controladora – os argumentos de Frazier pela centralização do poder e pelo governo de técnicos lhe possibilitam criação de novos indivíduos em larga escala. O ímpeto de Frazier em levar a cabo essa iniciativa, a par de seu exasperado prometeísmo, o leva a considerações como esta: “. . . aqui podemos começar a entender e construir o Superorganismo. Podemos construir grupos de artistas e cientistas que agirão tão harmoniosa e eficientemente quanto um time campeão de futebol” (pp. 274-275)³⁰.

O problema envolvido com a criação de um “novo homem” aparece reafirmado no último ponto para o qual se quer chamar a atenção na plataforma da comunidade: o *imperialismo* a ela inerente. Frazier menciona que já existem outras comunidades “Walden” – Walden três, quatro e cinco –, que compartilham o mesmo modelo de organização, e afirma seu intento de expansão: “Nos expandiremos tão rapidamente quanto pudermos assimilar novos membros e construir novas comunidades . . . Em trinta anos . . . poderemos absorver o país todo” (p. 214).

A relação entre o impulso imperialista – que reflete a dinâmica do funcionamento de agências de controle quando primariamente comprometidas com a própria perpetuação – e as dificuldades envolvidas na criação de um novo ser humano ficam bastante evidentes quando Frazier detalha algumas das estratégias das quais lançariam mão para expansão territorial, finalizando com uma observação tétrica sobre como lidariam com aqueles que resistissem à transformação, os que recusassem se adaptar à “nova ordem”:

³⁰ Em discussão sobre a ideia de superorganismo, Moxley (1999) aponta para algumas semelhanças entre a obra de Skinner com a de H. G. Wells, salientando a perspectiva de ambos sobre o indivíduo como processo cuja constituição depende principalmente de fatores ambientais – daí a noção skinneriana sobre a múltiplos *selves* poderem habitar um mesmo indivíduo. A ideia de superorganismo, assim, salienta como a identidade individual é vulnerável ao ambiente, e, por isso, passível de transformações tão profundas quanto se deseja, conforme preveem receituários utópicos.

Até que uma carência de terra nos ameace em qualquer localidade, estaremos em posição de exercer pressão. Se comprarmos metade das fazendas que negociam numa determinada cidade, controlaremos a cidade. Os negociantes de alimentos, as lojas de ferramentas e os vendedores de maquinaria agrícola dependem de nós. Podemos pô-los fora do negócio ou controlá-los pelo do nosso comércio. Os verdadeiros valores das propriedades na cidade podem ser manipulados à vontade e a cidade em si, gradualmente apagada. Podemos sempre usar tijolos de madeira de segunda mão. Podemos tornar a área não muito confortável para os donos de terra que não cooperarem por terem perdido seus canais de suprimento e distribuição . . . *O homem amarrou-se a uma moribunda sociedade competitiva. Tudo o que podemos fazer é tornar sua morte pessoal tão indolor quanto possível, a menos que ele seja inteligente o suficiente para se adaptar à nova ordem* [itálicos adicionados] (p. 216).

Assim, apesar das afirmações de Frazier de que os cidadãos de *Walden Two* poderiam fazer o que preferissem, “e não o que são forçados a fazer”, de que o controle pela força estaria abolido, ou mesmo de que o controle por coerção não funcionaria, quando se trata de suas estratégias imperialistas, esse raciocínio já não parece se aplicar. Especificamente sobre o uso de métodos coercitivos, é clara a sua convicção de que seriam inefetivos: “Não funciona, nem mesmo com ovelhas, como você vê”, ele [Frazier] disse. ““O que não funciona?” [pergunta Castle]. ‘Punição. Reforçamento negativo. A ameaça da dor. É um princípio primitivo de controle’” (p. 283).

Ora, a maneira como Frazier descreve as estratégias para a expansão de *Walden Two* contraria frontalmente sua professada crença na insubsistência da coerção. Poder-se-ia afirmar que as observações do planejador sobre coerção se referem especificamente à vida *dentro* de *Walden Two* – o que já seria questionável³¹ –, mas que não seriam generalizáveis. Assim, para as finalidades imperialistas, seria admissível lançar mão de métodos coercitivos: só assim seria possível alcançar a “boa vida” prometida em *Walden Two*, quando tais métodos poderiam, então, ser dispensados. Trocando em miúdos: se tomadas em conjunto, as declarações de Frazier expressam um traço comum de muitas correntes políticas que endossam métodos radicais para a transformação social: os fins justificam os meios.

³¹ O trabalho de Martins, Carvalho-Neto e Mayer (2017) explora diferentes exemplos da trama skinneriana para evidenciar que o suposto abandono de métodos coercitivos não se verifica mesmo em práticas internas de *Walden Two*.

Negação da política e da história, preterição da democracia e demais propostas tradicionais de governo, centralização do poder, tecnocracia, criação de um “novo homem” e imperialismo: esses são os mais marcantes aspectos da plataforma do planejamento cultural, conforme efetivado em *Walden Two*. Cada um deles surge embebido em argumentos prometeicos: não sendo ciências, política e história não teriam relevância, um governo tecnocrático e centralizado é preferível aos demais modelos por garantir que o comando do progresso social seja liderado pelos mais esclarecidos, e assim se torna óbvio que o passo seguinte seja estender as conquistas ali empreendidas à humanidade como um todo, por meio do imperialismo e da reconstrução do ser humano.

Dentre as teses passíveis de uma interpretação fáustica que surgem ao longo da narrativa, destacam-se aquelas relativas à sinalização de alternativas ao planejamento realizado via controle institucional. Apesar disso, há outros momentos em que práticas análogas àsquelas do poder instituído são defendidas, a exemplo dos argumentos de Frazier pela centralização do poder por um governo de técnicos, interessados na criação de “novos homens” e em expandir seu modo de vida para outros territórios. Argumentos contrários aos de Frazier, quando apresentados, mostram-se especialmente vulneráveis: um perspicaz artifício de Skinner para promover seus ideais e enfraquecer argumentos antagônicos. Apesar disso, em momentos posteriores Skinner foi forçado a enfrentar muitos questionamentos, críticas e suspeições acerca do planejamento cultural – alguns deles carregando consigo argumentos notadamente fáusticos, que serão a seguir considerados.

3.4) Pós-*Walden Two*: ratificações e retificações do projeto skinneriano

A reação a *Walden Two* pela crítica literária e por intelectuais em geral foi bastante severa (Newman, 1993; Skinner, 1983). Consequência ou não disso, em vários momentos posteriores se verificaram tanto reiterações quanto relativizações por parte de Skinner sobre a proposta que veio a público em 1948. Há dois textos posteriores, diretamente relacionados ao livro, que trazem elementos especialmente relevantes para a compreensão do pensamento skinneriano. São eles: *Walden Two revisited* (Skinner, 1976), uma apreciação do próprio autor vinte e oito anos após o lançamento do original, e *News from nowhere, 1984* (Skinner, 1985), um epílogo à narrativa.

Do primeiro texto, há duas manifestações que merecem menção. Uma delas se refere à reafirmação do caráter tecnocrático da plataforma de *Walden Two*: uma preocupação de que

os especialistas não simplesmente produzam conhecimento para que posteriormente seja utilizado por políticos profissionais. Skinner (1976) se ressentiu do fato de que a política ainda resistiria em delegar o protagonismo aos cientistas: na prática, o cientista não tem sido o planejador por ele idealizado, mas apenas um fornecedor de conhecimentos e técnicas das quais se valem os representantes políticos. O cientista do comportamento, dessa maneira, é reduzido a assessor dos comandantes do poder institucional:

De tempos em tempos, os políticos em altas posições foram instados a prestar mais atenção às ciências comportamentais. O Conselho Nacional de Pesquisa, braço operacional da Academia Nacional de Ciências, fez uma dessas propostas há vários anos, apontando que foram desenvolvidos “insights sobre formulação de políticas” úteis. Mas implicava que o papel principal das ciências comportamentais era coletar fatos e insistiu, possivelmente para tranquilizar os políticos que ficariam alarmados com as ambições dos cientistas, de que “o conhecimento não substitui a sabedoria ou o bom senso na tomada de decisões”. A ciência obteria os fatos, mas o Congresso ou o Presidente tomarão as decisões – com sabedoria e bom senso. (p. VII)

O que revela o incômodo de Skinner com o então corrente (e ainda atual) estado de coisas é que a priorização dos especialistas no âmbito da gestão da sociedade é um aspecto constitutivo, inextricável, de sua proposta de planejamento cultural. Como ilustrado em *Walden Two*, uma junta de especialistas é que deve concentrar o processo de tomada de decisão sobre questões de planejamento, excluindo-se a participação do leigo, o que afastaria os vícios típicos da política institucional como se dá nas democracias contemporâneas – com o voto popular e o sufrágio garantido aos leigos, o que obstruiria a consecução de uma gestão efetivamente experimental. Assim, na “revisita” de Skinner (1976) a *Walden Two*, reitera-se a convicção de que a ciência faça as vezes da política, e não apenas lhe sirva como esteio.

Esse é um trecho curioso porque pode inspirar interpretações que acenam a tendências prometeicas, mas também a tendências fáusticas. Por um lado, preserva-se a expectativa típica da modernidade de que a ciência proveria conhecimento e tecnologia insubstituíveis para a condução de assuntos humanos e para a garantia da emancipação da espécie, por isso, seria natural que desfrutasse de uma posição de privilégio no caso do planejamento da cultura. Por outro lado, ao criticar as práticas do *status quo* nas quais os cientistas prestam consultoria aos representantes políticos, Skinner faz um alerta potencialmente fáustico, acusando como o conhecimento científico se desvirtua quando aplicado por agentes políticos.

O que chama a atenção no discurso skinneriano é que ele parece implicar uma solução (ainda mais) prometéica para um diagnóstico fáustico. Por um lado, se reconhece como problemático que o poder instituído se aproprie do conhecimento científico. Por outro lado, a solução aventada não é pelo divórcio entre ciência e política, tampouco pela descentralização do planejamento, mas, isso sim, para que o cientista passe a ocupar o lugar até então ocupado pelos representantes leigos, que disporiam apenas do senso-comum e de “sabedoria” não-científica para fundamentar decisões políticas. O problema nunca estaria com a ciência, mas apenas com os maus usos que se faz dela.

A segunda consideração de Skinner a ser sublinhada se refere não a uma reiteração, mas a uma retificação (ou, pelo menos, uma relativização) de um traço do projeto que aponta para um importante limite da proposta de planejamento cultural. Trata-se uma proposta idealizada para ser testada em pequenos grupos e, por isso, tentativas apressadas de extrapolação do modelo para contextos amplos e complexos não seriam razoáveis:

Os críticos de Frazier irão protestar. O que podemos concluir a partir do sucesso de uma comunidade de mil pessoas? Tente esses princípios em Nova Iorque, ou no Departamento de Estado e veremos o que acontece. O mundo é um espaço vasto e complexo. O que funciona para um pequeno grupo ficará muito aquém do que é necessário para uma nação ou para o mundo como um todo.

Frazier poderia responder chamando *Walden Two* de um experimento piloto. As indústrias não investem em grandes projetos até que tenham tentado um novo processo em menor escala. Se queremos descobrir como as pessoas podem viver juntas sem brigas, podem produzir os bens que precisam sem trabalhar muito, ou podem criar e educar seus filhos de forma mais eficiente, comecemos com unidades de tamanho gerenciável antes de avançar para problemas maiores. (pp. VIII-IX)

A revisita de Skinner a *Walden Two* atualiza a apreciação das práticas anunciadas no livro de 1948. Em primeiro lugar, ratificam-se as recomendações expressas de Frazier para que o analista do comportamento não se envolva com a política institucional, devendo, em vez disso, fazer as vezes dos representantes políticos. Em segundo lugar, a extensão e generalidade do planejamento é relativizada: *Walden Two* representa apenas um experimento piloto, possibilitado somente pela extensão e densidade limitadas da comunidade, e não um modelo que poderia ser adotado em contextos amplos e complexos.

O que acontece hoje em termos de planejamento cultural leva em consideração essas ponderações? Em termos de independência em relação à política institucional, como se porta o analista do comportamento? Têm as iniciativas coevas de planejamento cultural levado em consideração a complexidade e heterogeneidade dos contextos em que são experimentadas? Como inspiração para questões como essas, as reflexões de Skinner (1976) podem ser úteis para avaliar iniciativas correntes do que se identifica como planejamento cultural.

Apesar disso, seria também possível reclamar que não haveria razão para levar em conta essas ponderações de Skinner: ora, são apenas opiniões e avaliações pessoais do autor, e de modo algum seriam derivações necessárias de uma ciência do comportamento ou do sistema filosófico que a subjaz. Não é porque alguém se vale de conhecimentos e técnicas originalmente formuladas por um autor que deve assentir a suas opiniões pessoais. Mais: não apenas haveria motivo para dispensar essas recomendações de Skinner, como poderia haver motivos para impugná-las: levá-las a cabo relegaria a análise do comportamento a uma posição necessariamente marginal no contexto das iniciativas para o gerenciamento da sociedade – vale a pena pagar o preço?

Ademais, a posição de Skinner por vezes parece simpática a uma forma de primitivismo³²: dadas as presentes circunstâncias da organização da vida em sociedade no ocidente, a proposta como originalmente formulada parece soar inócua, pois a única alternativa seria o isolamento em comunidades de menor escala. Isso, aliado à sua crítica a práticas da cultura ocidental – como a divisão do trabalho – que ganha relevo posteriormente (Skinner, 1986), dificulta a elaboração de propostas de planejamento cultural que sejam realmente fieis aos preceitos originais da proposição. É como se, sendo respeitadas todas as suas condicionalidades, a ideia de planejamento estivesse restrita a comunidades intencionais pequenas e pouco complexas.

Os argumentos sobre o sucesso do planejamento cultural depender de um ambiente que 1) prescindia do poder institucional, 2) opere em pequena escala, e 3) no qual a alienação provocada pela divisão do trabalho seja evitada, são novamente reiterados no epílogo de *Walden Two* (Skinner, 1985). O breve texto apresenta um Burris já muito habituado à vida na comunidade, da qual faria parte então há décadas, um Frazier afastado da posição de liderança, e um novo membro, recém-chegado, chamado Eric Blair – nome verdadeiro de George Orwell. A morte de Orwell, anunciada em 1950, não passaria de uma farsa engenhada

³² Conforme Abbagnano (1971/2007), primitivismo se define como uma “atitude ou mentalidade dos povos primitivos, especialmente no aspecto de conformação do indivíduo aos valores do ambiente”. O sentido da inclinação primitivista da visão skinneriana diz respeito ao seu desencanto com o as formas de organização da sociedade que se apresentam como hegemônicas e sinônimo de “progresso” no mundo Ocidental.

pelo próprio, que, cansado da vida cotidiana em sua cultura, escolhera *Walden Two* como local onde recomeçar.

A forma não-institucional por meio da qual se organiza a vida na comunidade é o que teria atraído Orwell até lá: “O que impressionou Blair e o trouxe a *Walden Two* foi a falta de qualquer governo institucionalizado, religião ou sistema econômico. Esse tinha sido o sonho do anarquismo oitocentista, mas deu errado” (Skinner, 1986, p. 6). Diferentemente de enfáticas declarações anteriores (Skinner, 1948, p. 182), Frazier já não parece mais tão avesso à ideia de anarquismo, guardadas as devidas proporções – seu “anarquismo” parece simplesmente se referir à preterição do poder institucional, sem qualquer compromisso com a violência desatinada que engoliu o movimento anarquista: “Anarquistas pioneiros quiseram uma mudança pacífica . . . Mas então os terroristas tomaram conta. Destruir o governo corrente tendo ou não algo para colocar no lugar. Anarquia não mais significava ausência de governo; significava desordem, caos” (p. 6).

Prescindir de um governo impõe restrições a uma dada comunidade. Como seriam reguladas as relações de trabalho sem instituições que disso cuidam nas democracias liberais? E como dar conta de um grande contingente de pessoas sem agências organizadas para estabelecer a ordem? Esses são pontos pouco detalhados em *Walden Two*, porém a convicção de que seriam factíveis persiste. No tocante às relações de trabalho, Frazier (Skinner, 1985) pontua que

Em *Walden Two*, nos comportamos sob contingências de reforçamento positivo relativamente pouco exigentes, e nos sentimos livres.

E também ganhamos crédito. As contingências podem ser mantidas pela comunidade, e um engenheiro do comportamento as poderia planejar e alterar de tempos em tempos à luz da experiência, não obstante, as consequências são diretamente reforçadoras. Não há intermediário alienante; logo, desfrutamos de um forte sentimento de valor, ou dignidade pessoal. (p. 8)

Quanto à extensão da escala restrita, afirma-se que comunidades seriam “estados em *miniatura*. Se experimentais, devem ser pequenas . . . O truque é *permanecer* pequeno. *Walden Two* funciona porque é pequena” (p. 11). Comunidades sem uma forma instituída de governo, sem divisão do trabalho e que sejam pequenas: agrupadas essas três características, parece ser difícil negar uma tendência primitivista no pensamento skinneriano. Com efeito, a maneira pela qual o autor se refere aos aglomerados de pessoas em centros urbanos parece

revelar que é exatamente disso que trata a proposta: uma negação de que as formas correntes de organização sejam vistas como sinônimo de progresso, e como o melhor que se poderia alcançar no campo da organização da vida em sociedade.

3.5) Considerações finais

Como um romance proposto a ilustrar um modo de vida em que a ciência do comportamento poderia ser empregada para o planejamento da cultura, *Walden Two* apresenta a visão skinneriana sobre alternativas a práticas da cultura ocidental voltadas a este fim. Em substituição ao controle institucional, isto é, centralizado por agências controladoras do comportamento, Skinner (1948) propõe possibilidades outras, todas elas baseadas na ciência do comportamento por ele desenvolvida, e nas tecnologias comportamentais derivadas de tal ciência. Encarnados na personagem de Frazier, os argumentos do autor são paulatinamente apresentados e contrastados com argumentos antagônicos (por meio das incursões de Castle), representantes de tradições que Skinner buscava combater.

Dentre as práticas da comunidade que são descritas como alternativas a costumes tradicionais, é possível listar mecanismos tecnológicos que permitiriam a auto-gestão (das pessoas por elas próprias) sem necessidade de policiamento, um modelo para a criação das crianças que prioriza o laço comunitário em vez das relações familiares habituais, práticas educacionais que prescindiriam de controle coercitivo (focando no desenvolvimento de repertórios de autocontrole e tolerância), uma economia que preveria a abolição do sistema de preços e salários, dentre outras. Com isso, seria possível eliminar a “atmosfera institucional” e permitir uma forma de organização das pessoas pelas pessoas, sem a mediação de agências organizadas. Mas a justificativa capital estaria em que abolir, ou restringir tanto quanto o possível, o controle por meio de contingências cerimoniais seria fundamental para garantir a “boa vida” e a felicidade dos membros da comunidade.

Apesar disso, as maneiras pelas quais efetivamente se institui o planejamento em *Walden Two*, quando analisadas em detalhe, revelam algumas incongruências com este raciocínio. Com efeito, a centralização de poder pela junta de especialistas não eleitos, a codificação de práticas, a prerrogativa para determinar tal codificação, o ímpeto imperialista e de criação de pessoas alinhadas aos valores de interesse são todas práticas que se assemelham às práticas de agências de controle, conforme descritas por Skinner (1953/2005). Apresentada como aquilo que permitiria arranjar alternativas ao poder instituído, a ciência do

comportamento, ela própria, patrocina a formação de uma nova agência em *Walden Two* – o que chega a ser textualmente reconhecido por Frazier.

Textos posteriores a *Walden Two*, mas que fazem referência ao romance, assinalam algumas condicionalidades e ressalvas ao planejamento cultural. A (pretensa) ausência de um governo institucional, a preservação de uma escala pequena e abolição de práticas econômicas tradicionais são listadas (Skinner, 1986) como traços fundamentais. A conclusão que se pode derivar a partir disso é de que a proposta skinneriana de planejamento cultural, para que seja bem-sucedida, deveria atender a essas condicionalidades. Isto é, em *Walden Two* e textos posteriores que lhe fazem referência, o que se observa é uma ilustração daquilo que posteriormente surgiria diretamente assinalado em textos não-ficcionais de Skinner sobre sua filosofia social: o planejamento da cultura deveria ser efetuado por meios alheios ao controle institucional. Mais: planejar uma cultura deveria ser uma estratégia para o desenho de modos alternativos ao controle exercido por agências de controle.

A essa altura, parece se atingir um paradoxo. Por um lado, o planejamento cultural se apresenta como uma via para a busca de alternativas ao papel desempenhado por agências controladoras. Por outro, a execução do planejamento cultural conforme descrita em *Walden Two* demonstra o quanto a ciência pode, ela própria, reproduzir cada uma das práticas mais características de agências controladoras. Se o problema estaria no controle instituído *per se*, que diferença faria se a ciência operasse tal qual uma agência? O exacerbado prometeísmo expresso por Frazier em *Walden Two* acaba por sobrepujar as eventuais críticas fáusticas: a alternativa skinneriana aos modos de vida tão criticados por ele próprio não se mostra suficiente para superar os vícios que resultam da aliança entre ciência do comportamento e poder instituído.

A utopia skinneriana parece descrever um mundo em que não se dependeria mais agências controladoras para o convívio em sociedade – porém parece ignorar como a alternativa proposta poderia implicar práticas análogas àquelas que se propõe a suplantar. A descrição das formas pelas quais se efetiva o planejamento cultural em *Walden Two* não reflete apenas traços comuns em romances utópicos – muitas das práticas se assemelham ao contexto descrito em *distopias*. Assim, talvez *Walden Two* seja mais um exemplo do contrassenso identificado por teóricos contemporâneos do pensamento utópico, qual seja, o de que toda utopia carregaria em seu cerne uma distopia (Berlin, 1988/1990) – um problema no horizonte do próximo capítulo.

Capítulo 4 – Para além dos sonhos utópicos e pesadelos distópicos – a complexidade do projeto imaginado por B. F. Skinner

“... o sonho deve ser levado a sério. Utopias são ficção científica, e aprendemos que a ficção científica tem uma maneira de se tornar realidade” (Skinner, 1969, p. 30)

Um exame detalhado sobre a gênese e o desenvolvimento das ideias utópicas poderia remontar à antiguidade clássica, atravessando o pensamento medieval e culminando nas modernas utopias tecnológicas. No caso das distopias, ao menos como um gênero literário bem definido, o exame se limitaria à contemporaneidade. Ainda assim, se não restrito adequadamente, o escopo de tal exame se poderia estender indefinidamente, dada a amplitude do tema e o volume de material disponível. Assim sendo, e considerando a especificidade dos objetivos deste trabalho, optou-se por uma abordagem bastante circunscrita, à guisa de extrair das obras que tratam dos dois conceitos que intitulam este capítulo seus elementos mais relevantes à análise em curso.

O exame que se segue inicia com uma breve contextualização histórica sobre o conceito de utopia, suas principais características e alguns exemplos icônicos. Logo em seguida, são exploradas críticas à utopia – particularmente, aquelas oriundas de uma perspectiva pluralista – e é esboçada uma caracterização de sua contraparte, a distopia. Compreender o que caracteriza tais noções e seus embaraços particulares é fundamental para responder ao objetivo do presente trabalho, especialmente tendo em vista que se prioriza a busca de paralelos possíveis com a noção de distopia. O que se espera compreender é se procede a comum atribuição a *Walden Two* do *status* de utopia, bem como se há elementos que justificariam sua proximidade com cenários típicos de distopias.

4.1) Breve histórico sobre o pensamento utópico

Referência a qual outros trabalhos a tratar de questões teóricas no behaviorismo radical já recorreram (e.g. Dittrich, 2004; Moxley, 1999), Isaiah Berlin (1909-1997) foi um dos maiores expoentes no contexto da filosofia política do século passado a escrever sobre a questão das utopias. Em sua abordagem sobre história das ideias são apresentadas reflexões sobre características e embaraços típicos do que se reconhece como pensamento utópico. Mais especificamente, Berlin (1978/1990) dedicou-se a investigar os motivos envolvidos no

declínio das ideias utópicas no Ocidente, e o que o registro histórico teria a ensinar sobre esse assunto. Desse modo, sua obra desponta como referência fundamental para uma apreciação sobre história e filosofia do pensamento utópico, bem como de sua contraparte – o pensamento distópico.

Como ponto de partida, é preciso estabelecer quais seriam os elementos-chave do que se considera como utopia, que aqui é compreendida como um exercício de “fantasia social” alimentado pela “imaginação poética” de seus idealizadores (Berlin, 1978/1990). Trata-se do sonho de uma sociedade perfeita, geralmente idealizada como um mundo no qual fosse possível superar os principais vícios e imperfeições da situação presente, ou então como uma forma de sátira àqueles que se encontram em posição de poder no arranjo social corrente. A despeito de traços particulares que refletem o momento histórico em que se encontram, todas as utopias tenderiam a conter algumas características comuns. A respeito disso, Berlin (1978/1990) observa que

de modo geral, as utopias ocidentais tendem a conter os mesmos elementos: uma sociedade vive em estado de pura harmonia, no qual todos os membros vivem em paz, amam uns aos outros, encontram-se livres de perigo físico, de carências de qualquer tipo, de frustração, desconhecem a violência ou a injustiça, vivem sob uma luz perpétua e uniforme, em um clima temperado, em meio a uma natureza infinitamente generosa. A principal característica da maioria das utopias (ou talvez de todas) é o fato de serem estáticas. Nada se altera nelas, pois alcançaram a perfeição: não há nenhuma necessidade de novidade ou mudança; ninguém pode desejar alterar uma condição em que todos os desejos humanos naturais são realizados. (p. 20)

A estabilidade da sociedade perfeita descrita pelos romances utópicos depende de uma suposição basilar comum a todo utopismo: a de que os seres humanos perseguiriam ideais essencialmente comuns dada uma natureza humana também comum, somente satisfeita por completo na sociedade utópica. O utopismo, portanto, implica supor a possibilidade de uma ordem social na qual a natureza humana seja de tal modo satisfeita que inexistiriam conflitos interpessoais relevantes. Eis porque a política tradicional, se compreendida como um foro capital para a resolução de conflitos, é frequentemente desfavorecida ou mesmo descartada em cenários utópicos.

Descrições sobre sociedades que atingiram um horizonte utópico e conseguiram manter uma ordem social estática e ideal são observadas desde a antiguidade, atravessando a

era medieval e atingindo a modernidade. As narrativas utópicas mais típicas de cada um desses momentos têm cada qual as suas próprias idiosincrasias historicamente situadas. Da antiguidade, muitas narrativas de inclinação utópica trouxeram em seu bojo uma fascinação nostálgica pelo passado, um momento de outrora no qual todos os problemas coevos não se verificariam. O discurso utópico, nesses casos, se volta para uma “idade de ouro” como momento de paroxismo da boa vida.

Na Grécia antiga, tal tendência surge em vários dos diálogos registrados na obra de Platão, por exemplo, quando se aborda o mito do ser humano como primordialmente uma unidade esférica perfeita (posteriormente cindido e condenado à busca da metade perdida), bem como nos relatos sobre *Atlântida*, um paraíso esvanecido em função de desastres naturais. Ainda de origem grega, poemas épicos, outrossim, registram uma orientação nostálgica semelhante, como no caso da *Teogonia* de Hesíodo, mito cosmogônico no qual se descreve como a humanidade imperfeita derivou de uma condição celestial perfeita. Também as antigas escrituras sagradas registraram a nostalgia por um período áureo, como no harmônico Jardim do Éden da bíblia hebraica.

Alternativamente ao pensamento utópico saudoso de um paraíso perdido, há aquele que projeta para o futuro, num tempo definido ou indefinido, o alcance de uma realidade social irretocável. Berlin (1978/1990) menciona como exemplo o discurso de São Paulo, que profetiza um mundo no qual todos viveriam harmonicamente sob a graça divina, sem quaisquer das distinções tipicamente responsáveis pelos conflitos humanos. Idealizando passado ou futuro, “o que há de comum a todos esses mundos, sejam concebidos como paraísos terrenos ou como algo do além-túmulo, é que representam uma perfeição estática, na qual a natureza humana finalmente é realizada por completo, e tudo é imóvel, imutável e eterno” (p. 20).

De toda a antiguidade, porém, foi possivelmente a *República* platônica a introduzir alguns dos mais antológicos elementos que seriam assimilados e reeditados em utopias e distopias ulteriores. Um deles diz respeito ao ordenamento político necessário a uma sociedade terrena ideal, na qual a justiça – preocupação capital desse diálogo platônico – pudesse ser efetivamente concretizada. Na ótica platônica, este ordenamento pressuporia que o gerenciamento da sociedade fosse encaminhado pela filosofia:

Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que atualmente seguem um destes

caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o gênero humano . . . (p. 251)

Durante a era medieval, observa Berlin (1978/1990), notou-se um arrefecimento da tradição utópica, “talvez porque, de acordo com a fé cristã, o homem não pode alcançar a perfeição por meio de seus próprios esforços; somente a graça divina pode salvá-lo – e a salvação não pode vir até ele enquanto está nesta terra, uma criatura nascida no pecado” (p. 22). No Ocidente, a prioridade da filosofia como se conhecia até então seria suplantada pela autoridade religiosa, sendo o conhecimento balizado por providência divina – marca distintiva da escolástica medieval. No lugar de romances integralmente dedicados a narrativas sobre sociedades aperfeiçoadas, o utopismo medieval surge principalmente em aspectos de obras com temas religiosos – de *A cidade de Deus* de Santo Agostinho (426 d.C.) a *A divina comédia* de Dante Alighieri (1304-1321), ambas projetando o mundo perfeito num plano sobrenatural.

Em análise centrada sobre a imaginação utópica medieval, Franco (1992) aponta que, à parte as obras de temática cristã – das mais significativas do gênero para a época –, a mitologia e o folclore desempenharam papel análogo ao de utopias típicas de outros momentos históricos, com narrativas e personagens representativas das aflições comuns da época. Descontentamentos com condições sociais e políticas, em vez de registrados em diálogos filosóficos ou poemas épicos como os de outrora, personificaram-se em personagens lendárias como Robin Hood, o ladrão que tirava da nobreza para dar aos pobres, e Guilherme Tell, o arqueiro insubordinado que é punido por não se curvar diante de um símbolo de autoridade – ícones heroicos que expressavam a indignação popular diante da desigualdade material e do despotismo. Assim, apesar de rarefeito em obras teológicas e na mitologia, o pensamento utópico não deixou de subsistir na Idade Média.

O fim do período medieval é geralmente apontado como coincidente à emergência de movimentos políticos, culturais e artísticos que passam a eclipsar o teocentrismo da idade das trevas. Com o *Renascimento*, há um abrandamento do misticismo e do dogmatismo religioso, e é nesse contexto que surge a narrativa que estabelece o mais canônico modelo de romance utópico – e que cunharia o termo-chave a immortalizar o gênero. Em *Utopia*, Thomas More (1516/2004) se dedica a descrever uma sociedade harmônica e igualitária – a “sábua e boa constituição dos utopianos, dentre os quais todas as coisas são tão bem governadas e com tão

poucas leis, onde a virtude tem a devida recompensa, e, ainda, onde vige igualdade tal que todo homem vive em abundância” (p. 48).

A história se desenvolve a partir de uma conversa entre um More-narrador e o personagem de Rafael Hitlodeu, viajante que relata ao autor sua visita à ilha. Situando-a historicamente, é possível conceber a utopia de More como crítica à realidade europeia, e muito especialmente à condição da Inglaterra no início do século XVI. Não haveria intolerância religiosa, como não haveria propriedade privada – condição descrita por More (1516/2004) como imprescindível a uma sociedade igualitária. Em contraste às principais obras medievais do gênero, o que se observa a partir de então é um utopismo cada vez menos determinado pela religião cristã, garantido à humanidade possibilidades de emancipação que dela própria dependessem – o paraíso de *Utopia* é um paraíso terreno.

Uma clivagem mais nítida com a religiosidade medieval adviria com a emergência do *Iluminismo*, a “era das luzes”, em contraposição a tudo que se passou a considerar como o “obscurantismo” do período precedente. Verifica-se na história da filosofia um florescimento progressivo de escolas racionalistas (e.g., Descartes, 1641/1973) e empiristas (e.g., Locke, 1690/2010), e, como visto na introdução deste trabalho, o evento por muitos considerado como marco inaugural da modernidade, isto é, a revolução científica. Subsequentemente ao desenvolvimento das ciências e ao acúmulo de conhecimento sobre o funcionamento do mundo físico, adveio a noção moderna de progresso social e o ideal de domínio sobre natureza (o que Rossi (1995/1996) identificou como “mito oitocentista”), e como um efeito dessas novas formas de pensar sobre o ser humano e o mundo, observou-se uma intensa secularização das esperanças utópicas³³.

Esse efeito é marcadamente sentido na filosofia positivista de Comte (1865/2009), por exemplo, que registrou que “. . . todas as características do Positivismo são sumarizadas em seu *motto*, *Ordem e Progresso*” (p. 110), e que “. . . o único grande objetivo da vida, pessoal ou social, é tornar-se mais perfeito em todos os sentidos; em nossa condição externa primeiro, mas também, e mais especialmente, em nossa própria natureza” (p. 112). É exatamente essa a tendência ecoada pela narrativa prometeica no campo sociológico, conforme descrita por Martins (1997).

³³ Ressalta-se que aqui se procede um panorama baseado em correntes de pensamento majoritárias de cada momento histórico – o que não exclui a existência de perspectivas marginais distintas, ou mesmo antagônicas, naquele mesmo momento. Concomitante e alternativamente ao entusiasmo dos utópicos modernos houve, por exemplo, a circunscrição conservadora de Pascal (1670/1999), para quem “. . . a infelicidade do homem brota de apenas uma coisa, sua incapacidade de permanecer quieto em um quarto” (p. 44).

Nesse contexto, enfatiza Berlin (1978/1990), instala-se uma relação estreita entre a pretensão por aperfeiçoamento e as realizações da revolução científica, abrindo caminho para o que se tornariam as utopias e distopias tecnológicas dos tempos contemporâneos. As descobertas científicas modernas trouxeram consigo mais do que o conhecimento sobre a natureza, implicando uma filosofia social própria, cuja visão mais emblemática pode ser expressa no aforismo *conhecimento é o poder*. O controle sobre a natureza viabilizado pelo conhecimento científico e seus subprodutos logo foi concebido como o principal aliado do ideal positivista de catalisar o progresso humano. Com a “iluminação” propiciada pela ciência, seria mais fácil percorrer o caminho em direção à utopia. Nas palavras de Berlin (1978/1990),

Como resultado das descobertas revolucionárias de Galileu e Newton e do trabalho de outros matemáticos e físicos e biólogos geniais, o mundo externo foi visto como um cosmo único, de modo que, para aproveitar o exemplo mais conhecido, pela aplicação de relativamente poucas leis, o movimento e a posição de cada partícula da matéria podem ser determinados com precisão. Pela primeira vez, tornou-se possível organizar uma massa caótica de dados observacionais em um sistema único, coerente e perfeitamente organizado. Por que os mesmos métodos não deveriam ser aplicados aos assuntos humanos, à moral, à política, à organização da sociedade, com igual sucesso? Por que se supõe que os homens pertençam a alguma ordem fora do sistema da natureza? . . . Por que não se pode criar uma ciência, ou ciências, do homem e aqui também fornecer soluções tão claras e certas quanto aquelas obtidas nas ciências do mundo externo? (p. 33)

Essas perguntas listadas por Berlin (1978/1990) são as mesmas feitas por grandes pensadores modernos, cujos trabalhos experimentais e elucubrações filosóficas fomentaram a imaginação utópica. A resposta mais paradigmática em forma de obra ficcional – antecipando muito do que viria a ser reformulado ou refinado em teorias filosóficas e sociológicas – foi provavelmente aquela oferecida por Bacon (1624/1984), que registrou em sua *Nova Atlântida* a imagem da sociedade aperfeiçoada pela ciência: “A finalidade da nossa fundação [em referência à *Casa de Salomão*, que reunia os especialistas a gerir a comunidade] é o conhecimento das causas e movimentos secretos das coisas; e a ampliação dos limites do império humano, ao efeito de todas as coisas possíveis” (p. 51).

É possível identificar a obra de Bacon (1624/1984) como um marco crítico no gênero porque, apesar de o utopismo moderno e contemporâneo se ter ramificado em manifestações muito diversas na literatura e na filosofia política, *Nova Atlântida* é o arquétipo da utopia que a este trabalho mais interessa – a utopia científica. A correção e a integração ideal distintivas de uma dada situação social, características de todas as utopias – o que justifica a definição de Abbagnano (1971/2007) mencionada na Introdução – são providas e mantidas pela aplicação do método científico.

Da modernidade em diante se verificariam tantas outras obras dedicadas a fantasiar sobre sociedades perfeitas, como em *Erehwon*, sátira de Samuel Butler (1872) à Inglaterra vitoriana, ou em *News from nowhere* de William Morris (1890), centralmente preocupado em ilustrar a factibilidade de um programa socialista. Não obstante, em nenhuma delas a ciência adquiriria papel tão central como o que tinha na utopia baconiana – pelo menos não até o século XX. Com a gênese do movimento tecnocrático americano entre as décadas de 1920 e 1930 (ver Rutherford, 2017) compôs-se um contexto cultural propício ao surgimento de obras em apologia à ciência como motor do desenvolvimento humano, como é o caso de *Walden Two* (Skinner, 1948/2005). O romance skinneriano pode, assim, ser concebido como uma atualização do prometeísmo baconiano, a ele assimilando seu entusiasmo com as descobertas acerca do comportamento dos organismos. O sonho de Bacon (1624/1984) sobre um mundo aperfeiçoado pela ciência é reeditado em Skinner: é preciso um mundo aperfeiçoado pela ciência do comportamento.

4.2) Do problema com as utopias à gênese das distopias

Se, por um lado, foram movimentos modernos como o da revolução científica e o do Iluminismo responsáveis por fomentar as esperanças utópicas – originando um utopismo cientificamente orientado, uma de suas variantes mais ilustres e paradigmáticas –, da modernidade também se originou um movimento que implicaria importantes reveses aos utópicos. Trata-se, conforme Berlin (1978/199), da tradição do *Romantismo*: a partir do final do século XVIII, numerosos pensadores de diferentes origens vieram a estabelecer um amplo movimento artístico e filosófico, cujas bases se opunham diretamente àquelas do Iluminismo. Um subjetivismo intenso e um foco sobre o indivíduo, em vez de sobre a natureza (tão exaltada pelos racionalistas) são traços-chave da cosmovisão romântica. Seu desenvolvimento

levou também a abordagens céticas e pessimistas, que se posicionavam em óbvio conflito com o otimismo utópico.

Aspectos desse movimento foram imortalizados na célebre poesia do britânico Lord Byron (1788-1824), bem como na pintura do francês Eugène Delacroix (1798-1863). Mas vieram da Alemanha algumas das mais dramáticas manifestações românticas em oposição à imaginação utópica, como se verifica no pessimismo filosófico do romantismo tardio (e.g., Schopenhauer, 1851/2001) e, no caso da literatura, na angústia e desesperança típicas dos escritos de Goethe (1749-1832). São precisamente essas as manifestações assimiladas pelo que Martins (1997) identificou como narrativa fáustica acerca do domínio da natureza. Sumariando a reação romântica ao Iluminismo, Berlin (1978/1990) escreveu:

A noção de que existe uma esfera celestial e cristalina, não afetada pelo mundo da mudança e da aparência, na qual as verdades matemáticas e os valores morais ou estéticos formam uma harmonia perfeita, garantida por elos lógicos indestrutíveis, agora é abandonada ou, na melhor das hipóteses, é ignorada. Isso é o coração do movimento romântico, cuja expressão extrema é a auto-afirmação da personalidade criativa individual como o criador de seu próprio universo; estamos no mundo dos rebeldes contra a convenção, dos artistas livres, dos criminosos satânicos, dos marginais Byronianos . . . a noção de uma solução harmoniosa dos problemas da humanidade, mesmo em princípio e, portanto, do próprio conceito de Utopia, é incompatível com a interpretação do mundo humano como uma batalha de desejos perpetuamente novos e incessantemente conflitantes, individuais ou coletivos. (pp. 43-44)

Destarte, instala-se a partir do romantismo um cisma que até os tempos presentes segue irresoluto: em contraponto ao anseio positivista por ordem e progresso, e pelo aperfeiçoamento do potencial moral da humanidade em direção à sociedade ideal, o argumento romântico resiste ao priorizar a individualidade e a subjetividade como indomesticáveis para fins de engenharia social de inspiração utópica. Para compreender plenamente o protesto romântico ao utopismo faz-se útil considerar seus desdobramentos políticos contemporâneos. É esse o expediente perseguido por Berlin (1988/1990), que oferece uma avaliação particular acerca da história das principais ideias políticas no século XX. Uma visão em retrospecto desse período revelaria, segundo o autor, dois fatores fundamentais:

. . . um é o desenvolvimento das ciências naturais e da tecnologia, certamente a maior história de sucesso do nosso tempo – para isso, prestou-se uma grande e crescente atenção de todos os lados. O outro, sem dúvida, consiste nas grandes tempestades ideológicas que alteraram a vida de praticamente toda a humanidade: a revolução russa e suas consequências – tiranias totalitárias de direita e esquerda e as explosões de nacionalismo, racismo e, em alguns lugares, de fanatismo religioso, algo que, curiosamente, nenhum dos pensadores sociais mais perspicazes do século XIX jamais havia previsto. (p. 1)

Ambos esses fatores, observa Berlin (1988/1990), deveriam ser compreendidos como movimentos que começaram como conjuntos de ideias sobre o que as relações estabelecidas entre humanos são atualmente, sobre o que foram no passado e, mais importante, sobre como *deveriam* ser. Em outras palavras, uma compreensão abrangente dos esforços humanos dedicados à transformação social deveria sempre ir além de uma mera descrição de fatos: deve levar em consideração os valores perseguidos por aqueles envolvidos em esforços que se propõem a oferecer “soluções unificadoras” para problemas sociais.

Esses tipos de soluções compreenderiam três características capitais. Em primeiro lugar, para todas as questões genuínas neste domínio haveria uma, e apenas uma, resposta verdadeira, com todas as demais respostas a cada questão genuína estando equivocadas. Segundo: deve haver uma maneira viável e confiável para alcançar as respostas verdadeiras (e.g., o método científico). Em terceiro lugar, todas as respostas verdadeiras devem concordar entre si, formando um todo único. Reunidas, essas três características definiriam a perseguição do ideal como surge nas tradições utópicas do pensamento social, com especiais consequências para o caso da moralidade: “No caso da moral, poderíamos então conceber como deve ser a vida perfeita, fundada sobre uma compreensão correta das regras que governavam o universo” (p. 6).

Para Berlin (1988/1990), a busca de um modo de vida ideal e baseado nessas regras, fomentado desde a modernidade por desenvolvimentos científicos e tecnológicos, é duvidosa e problemática. Uma vez que dado ideal utópico é estabelecido, todas as preocupações se veriam restritas a decisões relativas aos *meios* pelos quais o ideal deve ser alcançado. Concentrados os esforços sobre a decisão pelo caminho mais viável em direção ao antevisto mundo ideal, demais questões tenderiam a ser ignoradas ou consideradas frívolas, desimportantes. A busca pelo ideal utópico geralmente implica o seguimento de um *plano* que

tenha um horizonte definido: dessa forma, práticas culturais passam a ser avaliadas mais de acordo com o horizonte antevisto, e menos pelas consequências a que efetivamente conduzem. Em suma, o utopismo acaba por implicar em fins antevistos obliterando fins efetivos.

Esse distanciamento da experiência prática, ou insensibilidade a ela, seria uma das principais precariedades do raciocínio utópico: dado que existiria um plano formulado de antemão para a boa vida, obstáculos que apareçam ao longo do caminho não devem ser considerados seriamente – como indicadores que talvez o caminho escolhido não seja o melhor ou mais adequado –, mas como meras barreiras tecnológicas a serem superadas. Para Berlin (1988/1990), isso pressuporia uma espécie de conhecimento sobre o futuro que parece claramente além do alcance:

Não podemos legislar pelas consequências desconhecidas de consequências de outras consequências . . . Em uma sociedade em que os mesmos objetivos são universalmente aceitos, os problemas podem ser apenas de meios, todos solúveis por métodos tecnológicos. Essa é uma sociedade na qual a vida interior do homem, a imaginação moral, espiritual e estética, já não fala em absoluto. É para isso que homens e mulheres devem ser destruídos, ou sociedades escravizadas? Utopias têm seu valor – nada expande os horizontes imaginativos das potencialidades humanas tão maravilhosamente – mas como guias de conduta, podem ser literalmente fatais. (pp. 14-15)

Essa preocupação de origem romântica aponta para o problema do *pluralismo axiológico*, aspecto inextricável de sociedades complexas – isto é, em qualquer ambiente social grande e heterogêneo, pessoas disporiam de conjuntos de valores diferentes, frequentemente conflitantes, não raras vezes inconciliáveis. Tentativas de garantir que esses conjuntos de valores estejam alinhados em nome de um ideal político estariam destinadas ao fracasso, mas não sem antes produzir a desafortunada destruição e o sofrimento comuns às tiranias enraizadas em planos utópicos que prescreveriam soluções radicais e totalizantes.

De um ponto de vista pluralista (Berlin, 1988/1990), a convicção na possibilidade de uma solução definitiva para conflitos entre valores dos diferentes agentes de um dado ambiente social, mais do que uma ilusão, é perigosa, “pois se realmente se acredita que tal solução é possível, então certamente nenhum custo seria muito alto para obtê-la: tornar a humanidade justa e feliz, criativa e harmoniosa para sempre – o que poderia ser um preço alto

demais a se pagar por isso?” (p. 15). Eis o porquê de o discurso utópico, por nobres que sejam suas motivações, invariavelmente conduzir a uma atitude paternalista, e potencialmente imperialista – “Como conheço o único caminho verdadeiro para a solução definitiva dos problemas da sociedade, sei por qual caminho conduzir a caravana humana; e, se o objetivo há de ser alcançado, como você ignora o que sei, não pode ter liberdade de escolha, mesmo dentro dos limites mais estreitos” (p. 15).

A rebeldia e o egocentrismo românticos conflitam frontalmente com esses aspectos essenciais do utopismo – levado ao extremo, o argumento romântico interdita qualquer forma de cerceamento à expressão individual em nome de convencionalismos preocupados com o “bem comum”. A “tensão” disso resultante influenciou o desenvolvimento de filosofias políticas antagônicas ao longo do século XIX, mais ou menos simpáticas ao coletivismo ou ao individualismo – como é o caso do marxismo, das diferentes correntes de anarquismo e do liberalismo, tão criticados por Skinner (1948/2005) –, que fundamentariam as tais “tempestades ideológicas” do século XX. O ímpeto progressista (e prometeico) do Iluminismo sendo refreado pelo individualismo e ceticismo românticos (e fáusticos) é o que caracteriza o declínio das ideias utópicas no Ocidente. Conforme Berlin (1988/1990),

Essa é a herança perturbadora do movimento romântico; ela adentrou a consciência moderna, apesar de todos os esforços para eliminá-la ou circunavegá-la, ou explicá-la como mero sintoma do pessimismo da burguesia, incomodada pela consciência de, mas incapaz de enfrentar, a inevitável ruína se aproximando. Desde então, a “filosofia perene”, com suas verdades objetivas inalteráveis, fundadas na percepção de uma ordem eterna por trás do caos das aparências, foi lançada na defensiva em face dos ataques de relativistas, pluralistas, irracionalistas, pragmatistas, subjetivistas, e certos tipos de empiristas; e com seu declínio, a concepção da sociedade perfeita, que deriva dessa grande visão unitária, perde seu poder persuasivo. A partir desse momento, crentes na possibilidade da perfeição social tendem a ser acusados por seus oponentes de tentar impor uma ordem artificial sobre uma humanidade relutante, de tentar encaixar seres humanos, como tijolos, em uma estrutura preconcebida, forçá-los em leitos de Procusto, e seccionar homens vivos na busca de algum esquema nutrido fanaticamente. *Daí o protesto – e antiutopias – de Aldous Huxley, ou Orwell, ou Zamyatin (na Rússia, no início da década de 1920), que pintam a horrível imagem de uma sociedade sem atrito, em que as diferenças entre seres humanos são, na medida do possível, eliminadas, ou pelo menos reduzidas, e o padrão multicolorido da*

variedade de temperamentos, inclinações, ideais humanos – em suma, o fluxo de vida – é brutalmente reduzido à uniformidade, pressionado por uma camisa de força social e política que machuca, altera e acaba por esmagar homens em nome de uma teoria monística, um sonho de uma ordem perfeita e estática [itálicos adicionados]. Este é o coração do protesto contra o despotismo uniformizador que Tocqueville e J. S. Mill sentiram estar avançando sobre a humanidade. (pp. 44-45)

Dado este quadro acerca do declínio das ideias utópicas, como conceber contemporaneamente propostas utópicas? A consolidação da democracia liberal como o principal modelo político no Ocidente – ao que alguns chegaram a se referir como “o fim da história” (Fukuyama, 1992) –, juntamente às dificuldades enfrentadas em regimes que se propuseram a seguir um receituário utópico, parece levar à conclusão de que qualquer utopia contemporânea deveria, no mínimo, oferecer alternativas às já denunciadas e experimentadas falhas capitais do utopismo. Em suma, a viabilidade das esperanças utópicas do século XXI parece depender da superação das desconfianças românticas.

A gênese de narrativas ficcionais distópicas representa a expressão artística dessas desconfianças. Até então, o termo utopia (cuja etimologia remete à ideia de “não-lugar”, sem qualquer sentido valorativo) era usado como equivalente a *eutopia* (termo menos comum, e que etimologicamente remete à utopia positiva, isto é, a uma sociedade idealizada). Porém, a partir do início do século XX, surge uma nova forma de utopia, invertendo o sinal valorativo da eutopia. Como relata Sargent (2013), “. . . a distopia tem sido a forma dominante de utopismo desde a Primeira Guerra” (p. 10), tendo o gênero sido alavancado pelos conflitos bélicos e instabilidades políticas do Ocidente, apesar de a origem do termo ser anterior:

Quando Thomas More cunhou a palavra “utopia”, ele também usava na palavra “eutopia”, e o lugar inexistente tornou-se o bom lugar inexistente. Até onde sabemos atualmente, a palavra “distopia” ou “lugar ruim” foi cunhada em 1747 e, embora tenha sido usada de tempos em tempos, só se popularizou no início do século XX. Desde então, a utopia inclui ambos eutopia, infelizmente escrita “utopia”, e distopia. (pp. 10-11)

A utopia (e aqui se usa o termo em seu sentido primordial, sinônimo de eutopia) remete ao sonho com um mundo melhor; a distopia, ao pesadelo. Em comum, ambas implicam uma expressão de insatisfação: no caso da utopia, uma reação de esperança, e da

distopia, do receio de que o pior está por vir – eis porque Sargent (2013) se refere às utopias como “jeremiadas”, em alusão ao profeta bíblico do *Livro das Lamentações*. Resultando ambas de uma situação social sentida como insatisfatória, utopia e distopia desempenhariam papéis complementares. Na ótica de Sargent (2013), menos cética que a de Berlin (1988/1990), “precisamos da distopia para nos lembrar de que a nossa distopia pode piorar, mas precisamos da eutopia ainda mais para nos lembrar que o melhor, embora difícil, é possível” (p. 12).

4.3) O lugar do planejamento na utopia e na distopia

Tratar o problema da utopia e da distopia como uma antinomia pode, enganosamente, levar à conclusão de que distopia implicaria uma utopia às avessas, isto é, uma sociedade não apenas diferente, mas cuja estrutura organizacional fosse ponto-a-ponto diametralmente oposta àquela típica das utopias. Todavia, como pontuado por Gordin, Tilley e Prakash (2010), não é esse o caso – além de ambas serem expressões de indignação acerca de uma situação corrente, utopia e distopia têm outro aspecto comum: ambas tratam de sociedades *planejadas*. A diferença estaria em que, no caso da distopia, o planejamento se degenera, ou então funciona apenas para um dado segmento social, de tal modo que a ideia de planejamento como um meio para a emancipação humana, e especialmente “das classes mais numerosas e pobres” (Martins, 1997, p. 290), não se realiza na distopia. Ao contrário, o planejamento acaba por servir como uma ferramenta usada de acordo com os interesses de uma minoritária elite privilegiada, às expensas de muitos.

Essa interpretação, por si só, já justificaria uma investigação acerca das diferenças entre o lugar do planejamento em cada tipo de narrativa, mas há motivos adicionais. Um deles é devido à crítica pluralista ao pensamento utópico (Berlin, 1988/1990): toda utopia, por irretocável que aparente ser, invariavelmente implicaria uma distopia em potencial. Isso ocorre porque o próprio conceito de assenta numa convicção equivocada aos olhos dos pluralistas, qual seja, de que seria possível planejar um ambiente tal em que desapareceriam quaisquer conflitos de valores significativos, onde aspirações pessoais e coletivas convergiriam pacificamente, sem que fosse necessário coagir indivíduos para tal. Para o pluralista, adversamente, é irremediável que haja algum grau de conflito moral, alguma instabilidade – em contraste à condição estática da utopia –, com a qual seres humanos estão fadados a se haver para sempre. Assim, não apenas na distopia o planejamento seria

problemático, sendo preciso inquirir sobre as motivações e as consequências da ação dos planejadores também no contexto utópico.

Outro motivo que demanda a análise aqui proposta diz respeito ao papel desempenhado pela ciência e pela tecnologia. Da modernidade em diante fomentou-se a expectativa de que planejar ambientes sociais em atenção a objetivos humanitários seria enfim viabilizado com o progressivo domínio científico sobre a natureza. A vertente pós-positivista na filosofia da ciência, contudo, tem colocado em dúvida esse anseio, alertando para as ameaças envolvidas pela prevalência da ciência e, particularmente, nas relações estabelecidas entre ciência e estado (e.g., Feyerabend, 1977). Desse modo, pensar a ciência, ela própria, como um instrumento de exercício de poder deve informar a análise sobre a função do planejamento, seja na ficção utópica ou distópica.

Onde entra a análise do comportamento nisso tudo? Como explorado nos três capítulos precedentes, a noção de ciência na análise do comportamento pareceu sempre obedecer uma orientação tecnológica, expressa nos objetivos de previsão e controle. Do ambiente de laboratório, o escopo dessa ciência foi paulatinamente ampliado, até alcançar ambientes sociais e a proposta de planejamento cultural. Anteriormente à elaboração teórica dessa proposta, *Walden Two* (Skinner, 1948/2005) ilustrou a visão de Skinner sobre uma sociedade ideal – sendo uma obra controversa a ponto de causar confusão quanto à sua classificação como utopia ou distopia (Newman, 1993). A análise focada nas práticas de planejamento descritas em *Walden Two*, como realizada no capítulo precedente, indica que essa confusão não é injustificada. Os resultados da investigação sobre o planejamento cultural que conduziram a essa sumarização permitem, enfim, contemplá-lo à luz das características de planejamento próprias de utopias e distopias.

4.3.1) O planejamento na utopia

Partindo da antiguidade, na *República* platônica são estabelecidas, por meio dos diálogos entre Sócrates e Gláucon, algumas particularidades do planejamento utópico. Talvez a mais marcante delas seja a ideia do “filósofo rei”: o gerenciamento ideal da *Kallipólis* (i.e. “cidade perfeita”) deveria ser prerrogativa daqueles especialmente capazes a desempenhá-la, isto é, dos filósofos. É assim que Sócrates, pelas palavras de Platão (380 a.C./2005), argumentaria por uma identificação entre filosofia e poder político, tendo como base uma visão de natureza humana segundo a qual apenas alguns poucos seriam capazes de se orientar

de acordo com as faculdades racionais da alma. A estes, os filósofos, deveria ser encarregada a administração das cidades:

- Se descobrires uma vida melhor do que governar, para os que devem governar, podes conseguir um Estado bem administrado. Pois só nesse mandarão aqueles que são realmente ricos, não em dinheiro, mas naquilo em que deve abundar quem é feliz – uma vida boa e sensata. Se, porém, os mendigos e os esfomeados de bens pessoais entram nos negócios públicos, pensando que é daí que devem arrebatam o seu benefício, não é possível que seja bem administrado. Efetivamente, gera-se a disputa pelo poder, e uma guerra dessas, doméstica e interna, deita-os a perder, a eles e ao resto da cidade.
- Exatamente.
- Ora tu sabes de qualquer outro gênero de vida que despreze o poder político, sem ser o do verdadeiro filósofo?
- Por Zeus, que não!
- Ora a verdade é que convém que vão para o poder aqueles que não estão enamorados dele; caso contrário, os rivais entrarão em combate.
- Como não?
- Então que outras pessoas forçarás a ir para guardiões do Estado, senão àqueles que, sendo mais conhecedores dos métodos da melhor administração da cidade, usufruem de outras honras e de uma vida melhor do que a do político?
- Nenhuma outras. (p. 325)

O trecho é relevante por destacar traços da utopia platônica que encontram similitudes na utopia skinneriana, quais sejam, a necessidade de que a gestão de uma sociedade seja adequadamente informada por uma filosofia particular, e de que o poder político esteja nas mãos daqueles efetivamente aptos a desempenhá-lo – ao que subjaz uma crítica ao sistema democrático. À semelhança de Platão (380 a.C./2005), Skinner (1947/1961, 1948) insistiu que os problemas humanos mais graves só seriam efetivamente solucionados uma vez que uma perspectiva consistente sobre o comportamento fosse levada em consideração, nesse caso, uma perspectiva científica, pautada filosofia comportamentalista. Se na *República* poder político se identifica com a filosofia platônica, em *Walden Two* o poder político se identifica com a filosofia do comportamento desposada por Frazier e demais planejadores.

Adicionalmente, Skinner (1987), como Platão (380 a.C./2005), preocupou-se com a condição dos atores envolvidos com o planejamento, ainda que o alvo da preocupação de cada um difira. Ao passo que o discípulo de Sócrates alertou que o poder político deveria ser desempenhado por aqueles capazes de se orientar por suas faculdades racionais, Skinner (1987) buscou uma abordagem mais impessoal e menos essencialista, priorizando não aspectos como “traços de caráter” do planejador, mas as contingências que governariam sua ação. A preocupação do filósofo grego sobre não permitir que a administração das cidades fosse operada por aqueles “enamorado” pelo poder poderia ser transposta à ótica skinneriana como uma preocupação em garantir que as contingências a governar a ação dos planejadores sequer permitissem tal situação.

Apesar disso, as considerações platônicas acerca do administrador ideal de sua utopia lembram algumas das considerações de Skinner (1989) sobre o mesmo problema: à semelhança da utopia platônica, a utopia skinneriana presumiria um planejador idealizado. Repousando sobre agências governamentais, econômicas e religiosas, o controle do comportamento em contextos sociais operaria primariamente em benefício a tais agências, o que não raro destoa dos benefícios relativos à sobrevivência das culturas. Mais: não raras vezes bens perseguidos por cada uma dessas agências se colocam em conflito direto com benefícios vitais à sociedade como um todo.

O problema se resolveria, porém, com o sujeito certo no lugar certo, isto é, com o analista do comportamento à frente do planejamento cultural. Ele seria a exceção ao caso dos atores que operam no âmbito das agências controladoras, por ser, na ótica skinneriana, aquele capaz de se desvencilhar de compromissos com essas agências, operando exclusivamente guiado pelas evidências disponíveis. É como se, apesar dos problemas envolvidos com as contingências do poder institucional – teoricamente mais decisivas do que fatores como a “personalidade” do planejador –, tais problemas sequer devessem ser motivo de apreensão contanto que o analista do comportamento estivesse em posição de planejar.

A personagem de um planejador sábio e benevolente aparece em manifestações de pensamento utópico em variados momentos históricos. Os exemplos de utopismo medieval que se entrelaçam com a religiosidade cristã descreveram a figura de Deus um criador – mais implacável na tradição judaica e mais benevolente na cristã, mas invariavelmente uma figura central no comando do paraíso. Secularizando essa mesma tendência, More (1516/2004) e Skinner (1948/2005) encanaram nas personagens do rei Utopos e de Frazier, respectivamente, o criador ideal do mundo melhor. Assim, ainda que sujeita a isomorfismos – filósofo, Deus, rei, cientista –, a personagem do criador que estabelece um plano a ser seguido é

repetidamente reeditada nas utopias. Em More (1516/2004), por exemplo, relata-se que “. . . o plano da cidade foi traçado pela própria mão do rei Utopos, que deixou aos seus sucessores o cuidado de aperfeiçoar e embelezar sua obra, uma vez que considerava que essa obra se estenderia para muito além do tempo de uma vida” (pp. 60-61).

No caso de *Walden Two*, a Frazier se atribui a idealização da comunidade, porém o “plano” a guiar a fantasia comportamentalista reclamaria algo de muito idiossincrático: seu incessante experimentalismo. Com efeito, Skinner (1948/2005) insiste que um dos motivos capitais do fracasso de comunidades intencionais que precederam *Walden Two* seria o caso de serem geralmente erigidas a fim de levar a cabo um plano pré-concebido, sendo, por isso, pouco sensíveis à experiência: “. . . [nessas comunidades] o padrão cultural era, geralmente, considerado como verdade revelada e não questão aberta a modificações experimentais . . . A comunidade não era montada como um experimento real, mas antes para pôr em prática alguns princípios” (p. 145).

Assim, apesar de preservar, como as demais utopias, a figura de um criador genial que estabelece o plano a ser executado, o plano em si de *Walden Two* diferiria por seu predicado *experimental*, no qual um dos princípios básicos seria justamente o de não se apegar a qualquer princípio absoluto. Ao fazer esse movimento, Skinner (1948/2005) intenta resolver o impasse apontado por Berlin (1988/1990) sobre como uma das fragilidades da utopia seria a obediência cega à visão de um horizonte predefinido. Sendo experimental, não haveria nada prontamente predefinido naquele contexto (ver Altus & Morris, 2009; Rocha, 2015), – é também esse o motivo pelo qual o planejamento científico é apontado como superior à política tradicional. Quando confrontados com dado problema prático, cientistas, diferentemente de políticos, seriam capazes de se guiar pelas evidências disponíveis, escolhendo assim o caminho de ação mais razoável, de sorte a preservar o “bem-comum” e o interesse da comunidade como um todo. Esse é o cerne do prometefismo skinneriano no caso planejamento de *Walden Two*.

Não obstante, se, por um lado, Skinner (1948/2005) se julga bem-sucedido na tentativa de suplantar os embaraços do planejamento argumentando que poderiam ser dirimidos pela constante atitude experimental dos planejadores, por outro lado, incorre numa suposição que soa muito pouco factível, qual seja, a de que cientistas estariam em condição de se guiar única e exclusivamente pelo dado empírico, suspendendo crenças, preconceitos, ou o apego a quaisquer outros “princípios” que se interpusessem entre eles e o mundo sensível. Essa imagem idealizada do cientista parece herdada da tradição baconiana, uma referência declaradamente cara ao autor (e.g., Skinner, 1983).

Como a *Utopia* de More (1516/2004), a *Nova Atlântida* de Bacon (1624/1984) também contou com a benignidade de um rei-fundador, com uma diferença fundamental no segundo caso: o plano previa uma instituição especialmente dedicada, a um só tempo, à investigação da natureza e a embasar as práticas de administração da ilha. O lugar do planejamento no caso da *Nova Atlântida* é o lugar da ciência, ineditamente ilustrada com uma função análoga ao governo, desempenhada nas dependências do que Bacon (1624/1984) denominou *Casa de Salomão*:

Devereis compreender caros amigos, que entre os excelentes atos daquele rei, um acima de todos teve preeminência. Foi a fundação e instituição de uma ordem ou sociedade a que nós chamamos de Casa de Salomão, que *consideramos a mais nobre fundação que jamais houve sobre a terra, e é o farol deste reino* [itálicos adicionados]. Ela é dedicada às obras e criaturas de Deus. (p. 33)

Apesar de não operarem sob uma denominação específica, a junta de planejadores de *Walden Two* tem funções análogas às da Casa de Salomão. Destaque-se que Skinner (1948/2005), pelas palavras de Frazier, chega a se referir a tal junta como uma agência (p. 153). Mesmo com sua crítica à concentração de poder (Skinner, 1978), ao controle político exercido por meio de agências controladoras (Skinner, 1953/2005, 1989), o autor não se furtou a sugerir que, em uma sociedade ideal, o planejamento deveria ser concentrado por uma agência. Desde que composta pelos atores certos, tal agência seria imprescindível à manutenção de uma sociedade utópica, estabelecendo a “boa vida” prometida em *Walden Two* – uma consequência do não-reconhecimento da ciência como agência controladora, mas, inversamente, como o antídoto ideal aos vícios do controle institucional.

Essa fantasia skinneriana, como lembra Staddon (2014), esteve em consonância com seu *Zeitgeist*. O trabalho de Rutherford (2017) expande a compreensão sobre esse ponto, mostrando as afinidades da engenharia social defendida por Skinner e aquilo que propuseram os líderes do movimento tecnocrático americano entre as décadas de 1920 e 1940. Capitalizando sobre uma crítica às instituições-chave das democracias ocidentais, acossadas por conflitos bélicos e pela depressão econômica, o movimento tecnocrático propôs que apenas uma administração científica seria capaz de ultrapassar os vícios da política tradicional e garantir uma sociedade justa, próspera e igualitária. Com especialistas incumbidos do gerenciamento da sociedade – reunidos sob o que os tecnocratas chamaram de “tecnato” –, a cultura estaria a salvo.

Porém o sonho de alguns seria o pesadelo de muitos outros: é nesse mesmo contexto em que começam a surgir as primeiras obras que estabelecem a distopia como gênero literário autônomo. É evidente que, antes disso, o que poderia ser descrito como uma desesperança distópica já se via dispersa em outras narrativas. Este é o caso, por exemplo, das narrativas sobre Fausto, não apenas no clássico de Goethe (1808/2006), mas também em suas tantas releituras, a exemplo do célebre *Doutor Fausto* de Thomas Mann (1947). Mesmo em obras que recuperaram, ou ao menos se inspiraram, no mito de Prometeu, muitas narrativas modernas e contemporâneas enfatizaram não o heroísmo do titã, mas seu final trágico. No romance gótico de Mary Shelley (1818/2001), *Frankenstein, ou o Prometeu moderno* – apontada como a primeira obra de ficção científica –, a megalomania do Dr. Victor Frankenstein é castigada pelo destino infeliz do monstro a que dá vida.

Assim foi inicialmente semeado o pesadelo da tragédia produzida pelas consequências não intencionais de fantasias grandiloquentes, cujos frutos maduros seriam colhidos com a consolidação do gênero distópico. Para fins de fundamentação, antes que se estabeleça qualquer paralelo com a obra skinneriana, alguns exemplos merecem ser mencionados mais detalhadamente.

4.3.2) O planejamento na distopia

Nós, de Yevgeny Zamyatin (1920/1924), foi uma sátira distópica pioneira ao totalitarismo, estabelecendo o tom a ser reproduzido em obras semelhantes de décadas seguintes. Nesse romance russo, o contexto é um futuro no qual o *Estado único*, regido por uma misteriosa figura nominada *Benfeitor*, detém controle total sobre a vida dos cidadãos – inclusive por meio de fórmulas e equações matemáticas –, sendo todos identificados por letras e números em vez de nomes: consoantes e ímpares para os homens, vogais e pares para as mulheres. A história se ambienta numa nação urbana, com edificações feitas de vidro, inexistindo privacidade à exceção de duas horas diárias, em que é permitido fechar as cortinas dos aposentos individuais.

O estado programa a agenda de cada indivíduo, com horários determinados para o trabalho, refeições e até mesmo para o sexo – uma crítica à excessiva burocratização do estado soviético, mas também, possivelmente, à ascensão das teorias sobre administração científica popularizadas no capitalismo industrial. Trata-se de uma sociedade completamente atravessada pela racionalidade. O sexo, por exemplo, é encarado como mero imperativo fisiológico e, ainda assim, sendo necessária uma solicitação formal para que sua prática esteja

previamente autorizada. A imaginação e o livre-arbítrio são considerados obstáculos à manutenção da felicidade coletiva.

Sendo uma distopia, o mundo de *Nós* foi deliberadamente concebido para ser percebido como indesejável – sendo bem-sucedido em sua missão, a ponto de Zamyatin acabar no exílio e de a obra ser consagrada como pedra fundamental na literatura distópica. O protesto do livro se foca principalmente naquilo que Berlin (1988/1990) nomeou de “despotismo uniformizador”, isto é, a dissolução do indivíduo em nome da manutenção da ordem coletiva e do progresso social. Uma metáfora é usada na justificativa da anulação dos direitos individuais diante do coletivo: argumentar por tais direitos seria como supor que uma grama poderia contrabalançar uma tonelada. A saída residiria em insuflar aos indivíduos a consciência de sua função como parte de um todo grandioso: “. . . o percurso natural para se passar da nulidade à grandeza é esquecermo-nos de que somos um grama e sentirmos que somos a milionésima parte de uma tonelada” (p. 109).

A narrativa de *Nós* se desenvolve pelos registros do diário do personagem D-503, um engenheiro que trabalha no desenvolvimento da nave *Integral*, projeto dedicado à expansão do modelo do *Estado único* a outros planetas. Leal entusiasta de seu governo, D-503 exalta a superioridade da sociedade racionalmente administrada em relação àquela “selvagem” que a precedera, mas também registra inquietações mais íntimas, como a progressiva ansiedade que passa a experimentar ao conhecer I-330. Encarnando a rebeldia e insubordinação típicas dos românticos, tem hábitos excêntricos e reluta em obedecer aos desígnios impostos pelo *Estado único* (ela fuma, bebe, descumpra suas funções agendadas), integrando o projeto de um levante contra o *Benfeitor*.

Diferentemente de obras focadas em tramas sinuosas e viravoltas constantes, *Nós* prioriza o conflito psicológico entre arregimentação e individualidade sofrido por D-503. No auge de sua aflição, tentando racionalizar ao máximo os sentimentos resultantes do contato com I-330, ele julga estar adoecido, chegando a propor uma fórmula para a compreensão de si mesmo, segundo a qual o amor seria uma função da morte – $A = f(M)$. Assim, é como se a humanidade de I-330 penetrasse o bloqueio artificialmente imposto pelo *Estado único* a D-503, despertando-lhe a atenção para a sua condição servil, bem como para a possibilidade de emancipação, o que se registra em forma diálogo:

“Meu querido, você é um matemático, não é? Mais do que isso, um filósofo-matemático? Bem, então, nomeie o último número”.

“O que é... eu... não consigo entender, qual *último*?”

“O último, o mais alto, o maior”.

“Mas I-330, isso é absurdo! Como o número de números é infinito, como pode haver um último?”

“E por que então você acha que há uma última revolução[?]. . . seu número é infinito. . . A ‘última’ é uma história infantil. As crianças temem o infinito, e é necessário que as crianças não se assustem para que possam dormir durante a noite”.

“Mas qual é o ponto disso tudo? Pelo amor do Benfeitor! Qual é o ponto sendo que todos nós já estamos felizes?”

“Tudo bem! Mesmo supondo que assim seja. E então o quê?”

“Que engraçado! Uma pergunta puramente infantil. Você conta uma história para as crianças, vai até o fim, e eles sempre vão te perguntar ‘e então o quê?’ e ‘para quê?’ E então nada! Ponto . . . “I-330, perceba que nossos antepassados . . . fizeram exatamente isso!”

“Oh, eles estavam certos! Mil vezes certos! Mas eles fizeram uma coisa errada: em seguida, começaram a acreditar que eram o último número, um número que não existe na natureza”. (pp. 162-163)

O planejamento centralizado pelo *Estado único*, apesar de eficiente segundo seus próprios critérios de maximização da eficiência, não seria infalível, sendo I-330 a evidência de sua limitação. Ela representa um personagem-chave comum em demais distopias: aquele que escapa à planificação estabelecida pelo regime dominante. Há sempre algo que escapa à tentativa de uniformização, e é por meio das personagens que a ela resistem que os autores de distopias introduzem a crítica ao modelo de sociedade descrito. O questionamento de I-330 toca o coração do planejamento utópico (no caso, degenerado em distopia) ao colocar em questão a ideia de que há um fim da linha, um horizonte perfeito a ser alcançado que, uma vez estabelecido, deve ser preservado, custe o que custar – as preocupações relevantes, como alertado por Berlin (1988/1990), passam a se referir apenas aos meios, e não aos fins.

Com a publicação de *Admirável mundo novo* (Huxley, 1932/2002), muitos dos elementos embutidos no romance de Zamyatin foram reproduzidos, como a visão de uma sociedade futurística, em que a engenharia social seria aplicada à programação de toda a estrutura organizacional da sociedade, intentando a generalização da prosperidade e da felicidade. Uma novidade importante foi o detalhamento de mecanismos de controle mais sofisticados, num exercício (um tanto quanto pessimista) de predição sobre o potencial de achados científicos e tecnológicos para fins de controle social. Em Huxley (1932/2002) a

distopia assume ares inconfundíveis de crítica fáustica: o planejamento do *Estado mundial* é detalhado como aprimoramento tecnológico de diversos aspectos da vida, e usado para a manutenção de uma ordem social onde todos seriam felizes, ao menos potencialmente.

A narrativa se passa no século VIII d.F., isto é, depois de Ford – o *fordismo* é literalmente concebido como uma religião pelo povo do *Estado mundial*. A reprodução humana ocorre artificialmente, com técnicas de fertilização em laboratório que previnem a gestação ou o parto normal – vistos com repulsa, como uma obscenidade praticada apenas por selvagens. A promiscuidade é incentivada, sendo a monogamia vista com suspeição. Lançando mão de engenharia genética, indivíduos têm sua função social programada a partir da concepção, sendo divididos num sistema de castas em que os *Alfa+* ocupam o topo da pirâmide. Estratégias de condicionamento clássico e de “hipnopedia” (um artifício de sugestão, feito enquanto o indivíduo dorme) são empregadas a fim de garantir a conformidade às normas sociais. Adicionalmente, há uma droga – *soma* – que é usada por todos os cidadãos no *Estado mundial*, garantindo sua estabilidade emocional e, conseqüentemente, assegurando a estabilidade do sistema social.

O controle total estabelecido pelo *Estado mundial*, com o planejamento das condições a que cada ator do ambiente social estaria sujeito, intenta eliminar qualquer possibilidade de insurgência. Esse é o significado do *motto* “Comunidade, Identidade, Estabilidade” – para que haja estabilidade, é necessário garantir a retidão das identidades individuais em consonância com o nexos comunitário. Assim sendo, não há espaço para quaisquer noções relativas a mérito, bem como não há conflitos, dado o alinhamento de valores pessoais. Nos termos de Huxley (1932/2002),

. . . a civilização não tem absolutamente necessidade de nobreza nem de heroísmo. Essas coisas são sintomas de ineficiência política. Numa sociedade adequadamente organizada como a nossa, ninguém tem oportunidade de ser nobre ou heroico. É preciso que as condições se tornem essencialmente instáveis antes de que se apresente tal oportunidade. Onde há guerras, vassalagem, tentações às quais resistir, objetos de amor a serem conquistados ou defendidos – aí, é óbvio, a nobreza e o heroísmo fazem sentido. Mas hoje em dia não há guerra. Toma-se o maior cuidado para impedir as pessoas de amarem demasiado quem quer que seja. Não há vassalagem, as pessoas são de tal modo condicionadas que não podem deixar de fazer o que devem fazer. E seu dever é no conjunto tão agradável, seus impulsos naturais podem ser satisfeitos tão livremente, que não há tentações a que resistir. E se acontecer, por algum mau acaso,

algo desagradável, então há sempre o *soma* para ajudá-lo a fugir dos fatos. E sempre há soma para acalmar uma ira, para reconciliá-lo com os inimigos, para o tornar paciente e tolerante. (p. 102)

É relevante notar como o prazer – tanto quanto a prevenção do desprazer – funciona como uma importante ferramenta de manipulação nessa distopia. Mais: o enaltecimento do prazer é concomitante à supressão de emoções mais sofisticadas, positivas ou negativas. Com a normatização da promiscuidade, é a afeição que passa a ser censurada, vista como licenciosidade. A administração em massa do *soma* aboliria qualquer resíduo de desprazer. Trata-se de cenário muito diferente daqueles em que a manipulação se efetiva por meio de mecanismos nitidamente aflitivos, como na distopia de Burgess (1962), que em seu *Laranja Mecânica* explorou uma face violenta de procedimentos baseados em condicionamento clássico – ali nominados como *Técnica de Ludovico* – para fins de reabilitação.

O apelo à força para finalidades de planejamento foi retratado de modo particularmente dramático por George Orwell (1949) em *1984*. Assimilando aspectos já destacados em distopias precedentes, o pesadelo orwelliano maximizou a apreensão diante de um estado totalitário que avançaria uma agenda de vigilância ostensiva, bem como de manipulação por meio de propaganda, de revisionismo histórico e do estabelecimento de uma nova língua oficial – a *novilíngua*. O programa do governo chega a consignar um novo tipo de crime, o *crime de pensamento*, que se refere a quando qualquer dos cidadãos aventa ideias que não se coadunem àquelas do *Partido Interno*.

A gestão da sociedade se concentra nas mãos da elite do tal Partido Interno, liderado por um personagem identificado como *Grande Irmão* – classe dominante de menos de 2% da população, e que subjuga uma classe intermediária (o *Partido Externo*, composto por funcionários do governo – não se trata de um partido de oposição como poderia sugerir o nome) e a prole (85% da população). *Oceania* é como se designa o maior dos impérios no mundo de *1984*, também composto por dois outros impérios conhecidos como *Eurásia* e *Lestásia*; o que se observa nesse universo futuro é um eclipse da soberania dos estados nacionais, dando lugar a impérios transcontinentais, cujas pretensões de expansão fazem com que estejam em estado de guerra permanente.

Talvez uma das mais notáveis contribuições da fantasia distópica de Orwell (1949) tenha sido sua perspectiva sobre a institucionalização do planejamento para fins nefastos. O aparato repressivo erigido pelo *Partido Interno* é imponente e muito bem sistematizado, com prerrogativas específicas distribuídas por variados ministérios. Cada um deles se destina a

monitorar uma dada esfera da organização social: o Ministério da Verdade se encarrega de falsificar documentos que registrem qualquer informação capaz de erguer suspeitas sobre a infalibilidade do partido; o Ministério do Amor cuida do patrulhamento e da espionagem, indiciando e julgando e reabilitando opositores (inclusive recorrendo à tortura e à lavagem cerebral); o Ministério da Paz se responsabiliza pela guerra e por arregimentar a população; o Ministério da Fartura administra a economia, emitindo boletins falsos sobre sua real condição, e gerindo a distribuição (desigual) de recursos. Assim, o protesto fundamental de 1984 é um alerta sobre como instituições destinadas a zelar pelo bem comum podem ser instrumentalizadas pelo partido no governo a fim de fazer perpetuar seu próprio poder.

É pela trajetória dos personagens Winston e Julia que a trama de desenrola. Ele, um funcionário que trabalha reescrevendo notícias de jornais (moldando o passado de acordo com as deliberações do governo), experimenta uma desilusão crescente em relação à sua condição miserável, e encontra nela – que se passa por militante do *Partido Interno*, tramando contra ele em segredo – uma amante e uma interlocutora. Ambos acabam vitimados por uma armação de O’Brien, agente do governo que se disfarça de insurgente a fim de testar a lealdade dos cidadãos, atraindo-os para a resistência e os capturando em seguida. A certa altura, durante uma sessão de tortura a Winston, O’Brien detalha o funcionamento da estrutura de poder em *Oceania*:

O Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder. Nem na riqueza, nem no luxo, nem em longa vida de prazeres: apenas no poder, poder puro. O que significa poder puro já compreenderás, daqui a pouco. Somos diferentes de todas as oligarquias do passado, porque sabemos o que estamos fazendo. Todas as outras, até mesmo as que se assemelhavam conosco, eram covardes e hipócritas. Os nazistas alemães e os comunistas russos muito se aproximaram de nós nos métodos, mas nunca tiveram a coragem de reconhecer os próprios motivos. Fingiam, talvez até acreditassem, ter tomado o poder sem querer, e por tempo limitado, e que bastava dobrar a esquina para entrar num paraíso onde os seres humanos seriam iguais e livres. Nós não somos assim. Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvaguardar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. (p. 332)

4.4) Intersecções entre planejamento cultural e a noção de distopia

Considerando esses exemplos sobre aspectos do planejamento das sociedades descritas em algumas das mais antológicas distopias contemporâneas, em melhor condição se está para responder à questão: seria o planejamento cultural, como proposto por B. F. Skinner, consistente com a noção de distopia? Uma breve descrição das utopias de Platão, More e Bacon permitiu indicar algumas características comuns com a comunidade de *Walden Two*: seria possível um movimento análogo no caso das distopias? Convém iniciar recorrendo às manifestações de Skinner em relação à tradição distópica – ou, para usar o termo por ele empregado, *antiutópica* –, e também a seus argumentos que possam revelar reiterações ou contrapontos a críticas avançadas em distopias. De início, far-se-á referência a textos teóricos em que a questão do planejamento é direta ou indiretamente abordada; em seguida, é considerado o planejamento conforme surge *Walden Two*.

Em um texto no qual Skinner (1969) propõe uma interpretação sobre utopias segundo a qual poderiam ser concebidas como “culturas experimentais”, observa-se, em referência àquele momento histórico, que “. . . esta é também uma era anti-utópica. Os clássicos modernos *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell, descrevem formas de vida que com certeza devemos evitar” (p. 30). A crítica é especificada tomando como exemplo o lugar das sensações e seu uso na narrativa de Huxley: a construção de uma pretensa “boa vida” naqueles moldes não encontraria salvaguarda na ótica skinneriana. Com efeito, Skinner (1971/1973) alertou para o perigo do controle pelo prazer com sua alegoria acerca do “escravo feliz”, justificando que apenas uma análise de contingências, que vá além das sensações experimentadas individualmente, poderia revelar e potencialmente desatar mecanismos de manipulação às quais os indivíduos estariam subjugados.

Posteriormente, Skinner (1987) examinou como a abundância de fontes de prazer pode redundar, paradoxalmente, na infelicidade e no empobrecimento de repertórios comportamentais – o que parece aludir à artificialidade letárgica que acomete os sujeitos do futuro sombrio imaginado por Huxley. Priorizando práticas que apartam os efeitos prazerosos dos efeitos fortalecedores do reforçamento, o Ocidente, que, por um lado, logrou sucesso ao eliminar muitas formas de controle obviamente opressivas, estaria condenado a lidar com a proliferação de transtornos de ansiedade, depressão e a estupidificação pessoal como subprodutos infaustos de tais práticas. Assim sendo, Skinner se alinharia com Huxley dado

que ambos antagonizariam práticas comuns – apesar de o segundo propor uma sátira por meio da distopia, e o primeiro, um futuro possível em forma de utopia, as motivações envolvidas parecem coincidir: um desencanto com práticas correntes no Ocidente.

Em relação a Orwell, haveria convergências ainda mais óbvias. Numa publicação resultante de um debate com Carl Rogers, Skinner (1961) registrou: “me entristece ouvir que Rogers diz que ‘em um nível filosófico profundo’, *Walden Two* e o 1984, de George Orwell, ‘parecem indistinguíveis’. Não podiam ser mais diferentes, em qualquer nível” (p. 35). Dado que a denúncia da distopia de Orwell se constrói com exemplos de práticas coercitivas às quais um governo autoritário recorreria, a amiudada crítica skinneriana ao emprego do controle aversivo no planejamento cultural poderia ser vista como um fator de sintonia entre ambos os autores.

Já em relação ao protesto de Zamyatin (1920/1924), primariamente preocupado com a aniquilação da identidade individual em nome do coletivo, seria possível argumentar que Skinner (1961), ao garantir que “a singularidade do indivíduo é incontestável na visão científica”, estaria advertido desse problema, logo, não faria sentido temer sua proposta de planejamento como ameaçadora ao indivíduo. Ademais, quando Skinner (1971/1973) afiança que “. . . mesmo dentro da cultura mais regimentada, toda história pessoal é única. Nenhuma cultura intencional pode destruir essa singularidade”, reconhece-se um impedimento natural a qualquer tentativa de dissolver a singularidade individual. Em termos menos descritivos e mais prescritivos, se poderia destacar a defesa que, no mesmo livro, o autor fez sobre a importância da “diversificação planejada”, o que, em tese, se colocaria na contramão da homogeneização característica do pesadelo de Zamyatin.

Considerando isso, é possível que o entusiasta das ideias de Skinner, convencido de que o exame feito pelo próprio autor sobre o antiutopismo esgota as questões que possam ser aventadas contrariamente à sua proposta de planejamento cultural, sequer veja sentido na pergunta de pesquisa deste trabalho. A proposta do autor em nada se assemelharia às sociedades ilustradas em narrativas distópicas, e uma confusão desse tipo só se poderia dever a incompreensões, ou mesmo má-vontade, na leitura do texto skinneriano. Assim, qualquer leitura atenta seria capaz de identificar contra-argumentos satisfatórios a acusações de que a proposta de uma cultura planejada poderia redundar num cenário distópico.

O exame proposto neste trabalho, contudo, dificulta esse tipo de conclusão, por dois motivos principais. O primeiro deles se deve a que uma análise detalhada das práticas de planejamento em *Walden Two* revela elementos que contrariam princípios descritos em escritos que tratam a noção de planejamento cultural genericamente – isto é, em alguma

medida, a discurso skinneriano trai a si próprio quando, na ficção, reproduz práticas que, em teoria, garante antagonizar. O segundo motivo se refere ao silêncio do autor com relação à ciência como uma agência de controle do comportamento, isto é, na recusa em submeter a ciência por ele desenvolvida à análise crítica empreendida por ele próprio em relação a outros tipos de instituições.

Apesar de as descrições feitas por Frazier sobre as práticas de *Walden Two* sempre enaltecerem suas professadas virtudes, e de as implicâncias de Castle soarem frágeis – como se construídas para propositadamente aludir a uma mera afetação reacionária –, uma interpelação da narrativa de 1948 revela práticas difíceis de justificar, mesmo segundo critérios skinnerianos. Se, por um lado, Skinner (1971/1973, 1978, 1987) recusou o apelo à coerção no âmbito do planejamento, por outro lado, o mesmo Skinner (1948), pelas palavras de Frazier, foi bastante enfático ao tratar de estratégias agressivas para a expansão territorial da comunidade, que envolveriam o constrangimento a proprietários que resistissem à mudança – “podemos colocá-los fora do negócio, ou controlá-los através do nosso comércio” (p. 215) – e aos indivíduos, em geral, que não se submetessem à “nova ordem” – “tudo o que podemos fazer é tornar sua morte pessoal tão indolor quanto o possível” (p. 216).

Ora, esse é precisamente o tipo de prática que críticas distópicas tiveram como alvo. Um ímpeto imperialista fomentado por um plano que se pretende perfeito, e que para alcançar seus fins não hesita em constranger grupos dissidentes, usando ou não a força bruta (uma diferença básica entre Orwell e Huxley), e deliberando sobre o destino dos indivíduos mediante sua submissão à ordem estabelecida – no limite, renegando-lhes qualquer singularidade, como na ficção de Zamyatin. Ao protesto de que tais estratégias poderiam ser levadas a cabo sem necessariamente se recorrer ao que se convencionou chamar de “controle aversivo”, o próprio Skinner (1971/1973) fornece resposta ao mencionar o potencial do reforçamento positivo para fins de escravização. E, afinal, como bem ilustrado por Huxley (1932/2002), a distopia prescinde de métodos tradicionais de coerção, podendo se basear mecanismos mais sofisticados.

Além disso, apesar de alertar para os potenciais maus usos da ciência (Skinner, 1953/2005) e de criticar a concentração de poder político por uma única agência (Skinner, 1978), Skinner (1948) não se furtou a propor que o planejamento das práticas culturais em *Walden Two* fosse completamente determinado por uma junta de especialistas planejadores, com pouca ou nenhuma participação popular. Como examinado no capítulo anterior, muitas das práticas da junta – codificação de normas, mecanismos para efetivação das normas codificadas, desnível entre controladores e controlados, projeto de expansão – mimetizam o

funcionamento de agências controladoras. O próprio Frazier chega a se referir à junta de planejadores como uma agência, o que vai na contramão da condicionalidade indicada por Skinner (1989) sobre a necessidade de que os planejadores da cultura se mantivessem fora da esfera do poder instituído. Ademais, como ilustram os exemplos há pouco referidos, a execução do planejamento de práticas por uma agência centralizadora de poder é uma característica comum na ficção distópica.

A solução tecnocrática, baseada na suposição de que o cientista seria capaz de se desvencilhar da lógica de funcionamento das agências (primariamente comprometidas com sua própria perpetuação), não é suficiente se pensada pela ótica da crítica distópica. Ao contrário: a tecnocracia é tema recorrente no gênero, e embora seja também pano de fundo para utopias como a de Bacon (1624/1984), contemporaneamente, é no plano das distopias que tem sido comumente retratada. A contemporânea crítica pós-positivista na filosofia da ciência (e.g., Feyerabend, 1977) reitera a hesitação dos autores de distopias quanto ao potencial opressivo da aliança entre ciência e poder instituído. Dessa forma, ainda que projetada como utopia, *Walden Two* acaba por implicar aspectos coincidentes com cenários distópicos precisamente em termos de suas práticas de planejamento. Eis porque, em uma crítica da perspectiva skinneriana acerca da liberdade e da solução utópica explorada em *Walden Two*, Hocutt (2013) frisa esse ponto como uma negligência básica do pensamento skinneriano: “Governantes inevitavelmente têm preferências que estão em conflito com as preferências daqueles que eles governam . . . Conceder a qualquer grupo poderes ilimitados não seria, portanto, meramente desaconselhável, mas previsivelmente desastroso” (p. 273).

Apesar de, como se viu no capítulo anterior, apresentar alternativas ao controle exercido por meios institucionais (i.e. agências controladoras), a possibilidade ilustrada por Skinner (1948) não parece capaz de solapar muitos dos vícios do poder por ele próprio criticados – é como se seu prometeísmo fizesse eclipsar suas parcas inclinações a um ceticismo fáustico. Pois sob um sistema tecnocrático de governança, tradição na qual se alinha *Walden Two* (ver Rutherford, 2017), não há uma verdadeira ruptura com a lógica institucional, mas, como observou Lopes (2014), apenas uma substituição da figura do representante político profissional pelo especialista.

Na esteira da tradição tecnocrática, há em Skinner (1948/2005) uma franca preterição à democracia – outro aspecto comum com a ficção distópica. Ainda que seja possível argumentar que se trata de uma desilusão relativa apenas ao modelo representativo, e que o argumento pelo que Skinner (1978) denominou de “controle face a face” poderia ser

compatibilizado com modelos de democracia direta, a ausência de participação popular nos processos de tomada de decisão em *Walden Two* interdita essa interpretação.

A conclusão inevitável é que a proposta skinneriana de planejamento cultural pode, então, ser consistente com a noção de distopia. Não se trata aqui de ecoar as tantas críticas levianas à obra de Skinner, que sequer consideraram em detalhe seus esforços em antever os eventuais perigos do desvirtuamento do planejamento para fins lúgubres. Em vez disso, trata-se de, partindo da própria perspectiva skinneriana sobre as condicionalidades para o planejamento cultural na garantia de uma “boa vida”, elaborar uma apreciação atualizada, que possa, se não corrigir, pelo menos apontar as limitações do modelo de planejamento da cultural apresentado em *Walden Two*, compreensíveis dado o momento histórico em que o romance fora escrito.

É possível que o pessimismo do final da obra de Skinner se deva à compreensão das dificuldades envolvidas no empreendimento de iniciativas de planejamento que se mantenham completamente alheias ao contexto institucional, dado o papel das instituições na mediação dos mais diversos aspectos da vida em sociedade. A sugestão do autor de que talvez a única esperança esteja em construir uma nova cultura do zero parece derivar dessa compreensão. De fato, houve tentativas nesse sentido, como é o caso das comunidades intencionais de *Los Horcones* e *Twin Oaks*. Não obstante, é de se questionar até que ponto tais comunidades relativizaram ou reproduziram fielmente cada traço do modelo de *Walden Two* e, em caso positivo, de que modo lidaram com seus aspectos potencialmente distópicos.

À parte as práticas de planejamento de *Walden Two* que possam, em maior ou menor grau, remeter àquelas de cenários distópicos, é preciso ter clareza de que, considerando a crítica pluralista ao utopismo (Berlin, 1988/1990), por mais virtuoso que um dado cenário utópico seja ilustrado, sempre haverá espaço para uma interpretação adversa do mesmo cenário. Se conflitos de valores são, de fato, inextricáveis, qualquer tentativa de refrear terminantemente a ocorrência de tais conflitos, por belo ou harmonioso que seja o horizonte antevisto, sempre redundará no sufocamento de pelo menos parte dos indivíduos de um dado grupo. Recorrer à ciência do comportamento e a tecnologia do comportamento na tentativa de homogeneizar os valores de um dado grupo não parece alternativa razoável a qualquer projeto que se pretenda utópico.

Em comentário acerca do que nomeou como “neopsicologismo humanista”, Prado Jr. (1980) questiona até que ponto o ideal de transpor conhecimentos psicológicos à sociedade, por nobre que seja sua finalidade (e.g., produzir um ambiente social pretensamente superior porquanto mais humanitário) não se desvirtuaria a ponto de acarretar um cenário inverso.

Apesar de a reflexão de Prado Jr. (1980) fazer menção a uma transposição de princípios da psicologia clínica para o contexto social, raciocínio análogo é possível ser feito em relação aos princípios da análise do comportamento – e a proposta de planejamento cultural deles derivada:

O diagnóstico da situação histórica presente também é cândido: o materialismo impera, porque a religião entra em eclipse. Cabe ao humanismo psicológico substituir a religião exausta. Mas, sobretudo, o grande mal-entendido reside na ideia da generalização da terapia para fora da situação clínica, interpretada como autodissolução da própria clínica. Tudo se passa como se a terapia perdesse sua especificidade e sua autonomia, substituída por uma forma mais ampla e rica de sociabilidade. Mas não é exatamente o contrário o que ocorre? Não podemos dizer que esta utopia propõe algo como uma psicologização maciça da vida social? . . . Imaginem a sociedade como uma enorme família terapêutica. Não ocorre, inquietante, à lembrança a imagem do Alienista de Machado de Assis? Borges dizia detestar os espelhos porque desdobravam desnecessariamente o mundo. Será necessário psicologizar toda existência, isto é, repetir — dramatizando-a — nossa vida de todos os dias sob o olhar do terapeuta, esse espelho cada vez mais universal e inclusivo? (pp. 93-94)

Não obstante todo o exposto até aqui, convém ressaltar que a busca por um mundo totalmente reformulado não precisa necessariamente ser a única forma de pensar questões de planejamento de práticas culturais por uma ótica analítico-comportamental. Tampouco a crítica ao planejamento centralizado por agências talvez precise implicar uma recusa absoluta à participação em projetos desenvolvidos nesse âmbito. Em vez disso, pode ser que valha a pena aceitar o desafio de atuar internamente às agências na tentativa de prevenir sua deterioração numa direção distópica. Para isso, porém, seria necessário pensar o problema do planejamento fora da antinomia utopia-distopia.

4.5) Há lugar para o planejamento cultural fora da antinomia utopia-distopia?

Em sua análise sobre o legado skinneriano, Chance (2007) assinalou que o progressivo pessimismo nas últimas décadas da obra do autor se deveria, em parte, às suas conclusões

sobre como o processo evolutivo sentenciou os humanos com características que dificultam a tomada de providências que priorizem a sobrevivência da espécie. Traços herdados filogeneticamente, a exemplo da sensibilidade a consequências imediatas (e insensibilidade às remotas), conduziriam a práticas majoritariamente impulsivas, antissociais e insustentáveis. Se a análise for procedente, projetos para o planejamento da cultura se veriam severamente comprometidos, e a consciência sobre as limitações biológicas humanas justificaria o pessimismo com relação ao futuro.

Chance (2007), contudo, sem negar esses aspectos da herança genética humana, pontua que não apenas de tendências destrutivas ela é constituída. Caberia aos analistas do comportamento pós-skinnerianos provar que há também inclinações construtivas a partir das quais seria possível agir no enfrentamento a problemas humanos como a poluição, a superpopulação e o consumo desenfreado de recursos naturais. Seria o caso, segundo o autor, de provar que, mesmo de um ponto de vista evolutivo, há fundamento para o otimismo:

E assim, o desafio final é o seguinte: provar que a evolução nos deu não só impulsos que prejudicam nossa saúde; nos impelem à violência; nos transformam em trapaceiros, mentirosos e bandidos; e ameaçam tornar nosso mundo inabitável, mas também a capacidade e a propensão para superar essas falhas. Ironicamente, o desafio final para os analistas de comportamento é provar que B. F. Skinner está errado. (p. 158)

Pensando esse problema a partir da antinomia utopia-distopia, o grande desafio parece ser mostrar que, a despeito de tendências filogenéticas potencialmente destrutivas, humanos seriam capazes de agir para evitar um futuro distópico. Complementarmente, reconhecendo as dificuldades envolvidas em projetos utópicos – sejam elas relativas à constituição biológica, como apontado por Chance (2007), sejam relativas a limitações epistemológicas, como ressaltou Staddon (2004) – o desafio conduz a uma reflexão sobre como operar modificações em arranjos de contingências no mundo presente. Em vez de refundar uma nova cultura do zero, condicionando os esforços de ação social na fantasia por um mundo completamente novo, seria preciso investir numa estratégia reformista, que considerasse as mazelas da situação social presente, porém sem negá-las ou recusar-se a operar sobre elas a partir dos arranjos ora disponíveis.

Assim sendo, pensar o planejamento cultural fora da antinomia utopia-distopia significaria romper com uma leitura literal do texto skinneriano. Isso consistiria em, por um

lado, não tomar *Walden Two* como um modelo a ser seguido, mas apenas como um esforço em elucubrar sobre alternativas possíveis às práticas institucionais de planejamento que Skinner tanto criticou – sem conceber a ficção de Skinner como um mapa do tesouro, de um horizonte a ser alcançado em cada um de seus aspectos. Por outro lado, talvez convenha flexibilizar algumas das teses tardias do autor, tanto aquelas relativas à idealização do analista do comportamento como o sujeito absolutamente desvencilhado de controles institucionais e capaz de projetar o ambiente social perfeito, como também aquelas segundo as quais a única saída possível residiria numa redefinição completa do mundo como é hoje.

Seria o caso, portanto, de abstrair da proposta de Skinner apenas aquilo que tem de mais fundamental: a concepção de cultura como um conjunto de contingências de reforçamento a que um dado grupo social está submetido, e de que planejar uma dada cultura implica arranjar esses conjuntos de contingências. Pelas palavras de Rakos (1992), o principal legado skinneriano para a ação social consiste precisamente em um modelo científico para compreender e intervir sobre relações humanas, o que independe das soluções particulares por ele arquitetadas: “Na verdade, Skinner nos forneceu algo muito mais valioso do que suas próprias soluções. Ele nos ensinou uma maneira frutífera e esclarecida de interpretar e analisar o comportamento em seu contexto” (p. 1505).

Na literatura analítico-comportamental, há alguns poucos registros sobre experiências bem-sucedidas de planejamento, e propostas de intervenções em potencial, que exploram alternativas a práticas culturais tradicionais em contextos diversos, como o jurídico, o educacional e o relativo a comunidades intencionais focadas na autogestão econômica (Cortegoso, 2007; Los Horcones, 1990; Silva & Gallo, 2016). São práticas relativamente recentes, e que procuram oferecer soluções para problemas que parecem resultar das limitações do controle focado em agências. Tentativas de afrouxar a rigidez da mediação institucional são estratégias que priorizam o controle das pessoas pelas pessoas – trata-se de uma abordagem de ação mais modesta, que se orienta pela reforma de práticas correntes em vez de pela busca utópica de uma realidade completamente mudada.

Antes de passar a exemplos práticos sobre essas alternativas, é providencial que se considere um ponto fundamental da intersecção entre utopismo e planejamento cultural: o papel da experimentação. Como ressaltado por Altus e Morris (2005), a experimentação seria o aspecto mais crucial da proposta skinneriana, e o próprio autor, por meio das declarações de Frazier, corrobora o ponto – a “atitude experimental” do planejador da cultura seria aquilo que possuiria de mais distintivo. Ocorre, porém, que a relação entre experimentalismo e utopia não só não é óbvia como pode ser paradoxal: apesar de Skinner (1948) ter apresentado em

forma de utopia o seu argumento por uma sociedade na qual o planejamento de práticas culturais obedeceria uma lógica experimental, outros viram a experimentação como uma alternativa, e não uma ratificação, ao pensamento utópico.

Justamente por permitir um procedimento criterioso para a avaliação e implementação de reformas graduais e cumulativas, o método experimental se colocaria na contramão de abordagens utópicas que prescrevem um rompimento total com a realidade presente. Pensado dessa forma, um planejamento cultural efetivamente experimental preveniria a insensibilidade à experiência a que Berlin (1988/1990) se referiu, alertando para como o utopismo implica na circunscrição de todos os problemas relevantes a questões relativas apenas aos meios pelos quais o horizonte utópico antevisto haveria de ser alcançado – com todas as demais preocupações sendo rejeitadas como frívolas.

Um exame específico sobre a relação antitética entre utopismo e a aplicação do método experimental para a resolução de problemas humanos foi feito por Popper (1945/1974):

. . . o que critico sob o nome de mecânica utópica é a recomendação da reconstrução da sociedade como um todo, isto é, mudanças muito abrangentes, cujas consequências práticas são difíceis de calcular, em face de nossas experiências limitadas. Pretende ela um planejamento racional da sociedade inteira, embora não possuamos coisa alguma que se pareça ao conhecimento fatural necessário para tornar bom tão ambicioso objetivo. Não podemos possuir tal conhecimento por termos insuficiente experiência prática dessa espécie de planejamento, e o conhecimento dos fatos deve basear-se na experiência. Presentemente, o conhecimento necessário à mecânica em ampla escala simplesmente não existe.

Em vista dessa crítica, o mecânico utópico pode concordar com a necessidade de experiência prática, e de uma tecnologia social baseada em experiências práticas. Argumentará, porém, que nunca chegaremos a conhecer mais a respeito de tais assuntos se recuarmos de fazer experimentações sociais, as únicas que nos podem fornecer a experiência prática necessitada. E poderia aduzir que a mecânica utópica nada mais é do que a aplicação do método experimental à sociedade. Experiências não se podem efetuar sem envolver mudanças de amplo alcance. Devem ser em larga escala, em vista do caráter peculiar da sociedade moderna com suas grandes massas de povo . . . Tais argumentos em favor da mecânica utópica exibem um preconceito tão vastamente sustentado quanto é insustentável, a saber, o preconceito de que as

experiências sociais devem ser em ‘larga escala’, de que devem envolver a sociedade inteira, para poderem ser executadas em condições realistas. Mas as experiências sociais graduais podem ser realizadas em condições realistas, no meio da sociedade, a despeito de serem em ‘pequena escala’, isto é, sem revolucionarem a sociedade inteira. De fato, estamos realizando constantemente tais experiências. A introdução de um novo sistema de seguro de vida, de uma nova espécie de tributação, de uma nova reforma penal, tudo isso são experiências sociais que têm repercussão em toda a sociedade sem remodelar a sociedade como um todo . . . a experiência que mais pode nos ensinar é a alteração de uma instituição social em determinado tempo. Só desse modo, realmente, podemos aprender como adequar as instituições ao arcabouço das outras instituições e como ajustá-las para que trabalhem de acordo com as nossas intenções. E só desse modo poderemos cometer enganos, aprendendo com os enganos, sem arriscar repercussões de tal gravidade que possam pôr em perigo o desejo de futuras reformas. Além do mais, o método utópico deve levar a uma perigosa adesão dogmática a um projeto pelo qual se fizeram incontáveis sacrifícios. Poderosos interesses devem ligar-se ao sucesso dessa experiência. Tudo isso não contribui para a racionalidade, ou para o valor científico, da experiência. Mas *o método gradual permite experiências reiteradas e contínuos reajustamentos. De fato, pode conduzir à feliz situação em que os políticos comecem a encarar seus próprios enganos, em vez de tentar explicá-los e provar que sempre estiveram com a razão. Isto – e não o planejamento utópico nem a profecia histórica – significa a introdução do método científico na política, visto como todo o segredo do método científico é a disposição a aprender dos enganos* [itálicos adicionados]. (pp. 142-144)

É curioso notar como a descrição que Popper (1945) faz de sua alternativa ao que nomeia como “mecânica utópica” se assemelha em muitos aspectos ao discurso skinneriano. E não apenas no enaltecimento das virtudes do método experimental ambos os discursos coincidem: assim como Popper (1945) ressalta a necessidade de que experimentos sociais ocorram em escala pequena, também Skinner (1985), em seu epílogo a *Walden Two*, ressaltou que o sucesso da iniciativa se deveria ao fato de ser uma comunidade pequena. Ancorando-se na perspectiva de Popper (1945) – entusiasta de uma abordagem experimentalista na resolução de problemas humanos, apesar de cético em relação a soluções utópicas –, seria possível argumentar por uma forma moderada de prometeísmo.

Com efeito, para pensar o planejamento cultural fora da antinomia utopia-distopia talvez seja necessário também abrir mão de uma visão absolutista acerca das narrativas prometeica e fáustica sobre o domínio da natureza. A postura de equilíbrio resultante de uma relativização de cada uma dessas narrativas – nem desmedidamente entusiasta, nem extremamente pessimista – pode redundar mais produtiva do que um entusiasmo prometeico imprudente, de um lado, ou de um fatalismo fáustico, por outro. Tratar-se-ia de postura fadada a administrar uma permanente “tensão” entre inclinações fáusticas e prometeicas. Assim, talvez seja possível conceber uma proposta de planejamento que leve em consideração a crítica pluralista, reconhecendo, como na ótica de Berlin (1988/1990), que “. . . conflitos, mesmo que não possam ser evitados, podem ser suavizados. Reivindicações podem ser equilibradas, compromissos podem ser alcançados . . . Prioridades, nunca definitivas e absolutas, devem ser estabelecidas” (p. 17).

Passando, enfim, a alguns exemplos ora disponíveis sobre práticas que procuram alternativas às correntes formas de organização social, vale a pena iniciar considerando uma estratégia que tem sido desenvolvida na área jurídica. A primeira das agências controladoras analisadas por Skinner (1953/2005) é aquela que nomeia como *Governo e Lei* – possivelmente a agência que mais atenção atrai no âmbito de discussões sobre formas de organização social: “Talvez o tipo mais óbvio de agência envolvida no controle do comportamento humano seja o governo” (p. 335). Governo e lei são tratados conjuntamente pelo autor dada a conspícua relação entre ambas, considerando que a legislação é uma importante ferramenta de governo: “Um ponto importante no desenvolvimento de uma agência governamental é a codificação de suas práticas de controle” (p. 338). Desenhadas pelo poder legislativo e legitimadas pelo poder executivo, leis são efetivadas pelo poder judiciário, que se encarrega que fazer valer as contingências especificadas na norma jurídica – para uma dada classe de resposta, dados tipos de consequências devem se seguir.

O uso do poder para punir é referido por Skinner (1953/2005) como aquilo que primariamente define o modelo de governança tradicional, o que se traduz na ideia de *império da lei*: fazer justiça, nesse sentido, se identifica primariamente com responsabilizar o autor de infrações à legislação vigente. Uma alternativa que vem sendo explorada em anos recentes, e que parece campo fértil para diálogo com a análise do comportamento, propõe que essa não é a única maneira possível de se fazer justiça. Sob o nome de *justiça restaurativa*, o modelo prioriza a restituição dos danos decorrentes da infração, em vez do foco exclusivo sobre a imputação penal.

Baseadas em processos de acordo mediados, práticas restaurativas implicam um arranjo de contingências que favoreça uma interação interpessoal harmônica entre vítimas e infratores, de modo que a restauração dos danos às primeiras possa se efetivar de modo a favorecer a reinserção social dos segundos. Numa proposta de diálogo entre o modelo e a análise do comportamento, Silva e Gallo (2016) observaram que

. . . ponto que permite traçar um paralelo entre as práticas de justiça restaurativa e os fundamentos da Análise do Comportamento é a questão do controle exercido em uma prática restaurativa, que ocorre principalmente por meio do contato face a face, não sendo totalmente delegado à lei como uma agência de controle . . . quando se delega o controle das pessoas às instituições, uma oportunidade especial para se reforçar mutuamente o comportamento é perdida. Nos tornamos menos sensíveis às consequências de nossas ações, criando condições para que nos comportemos de forma a infringir o direito dos outros em situações futuras. (p. 340)

Também as práticas econômicas clássicas do Ocidente têm sido desenvolvidas alternativas de organização para as quais a ciência do comportamento mostra-se útil. Em sua crítica à agência econômica, Skinner (1953/2005) ressaltou que “o poder de exercer controle econômico naturalmente recai sobre aqueles que possuem o dinheiro e os bens necessários” (p. 400). Esse é o caso, por exemplo, de sistemas de produção baseados na acumulação de capital, economia de mercado e propriedade privada. Mas mesmo no contexto em que vigem sistemas econômicos como esse há espaço para experimentações sobre formas diferentes de produção e distribuição de bens. É o caso, por exemplo, de iniciativas reconhecidas como *cooperativismo* e *economia solidária*, frequentemente organizadas de modo descentralizado (autogestão), no qual indivíduos estabelecem redes de colaboração mútua por associação voluntária, onde a produção de bens é coletivizada, almejando vantagens comuns.

Esse tipo de organização demanda um planejamento complexo de contingências que garantam o eficaz funcionamento do sistema – e é aí que o conhecimento derivado da análise do comportamento tem potencial para colaborar. Explorando essa possibilidade, Cortegoso (2007) especifica como a atuação do analista do comportamento seria capaz de viabilizar iniciativas nessa área:

A descrição de comportamentos humanos ou organizacionais como relações entre o que faz um organismo e o ambiente em que a ação ocorre corresponde a uma

estratégia, entre outras possíveis, para a operacionalização de princípios que constituem referencial para todos os indivíduos e organizações que se comprometem com a economia solidária. Essa estratégia apresenta, como benefícios importantes, a possibilidade de construção coletiva, a objetividade que torna possível avaliar os impactos efetivamente alcançados com a apresentação dessas classes de comportamentos para os resultados pretendidos e, talvez fundamentalmente, avaliar a crescente visibilidade sobre o papel do fazer humano, individual e coletivo, para a produção das mudanças necessárias destinadas à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada . . . (p. 264)

Das agências controladoras do comportamento descritas por Skinner (1953/2005), aquelas do setor educacional são possivelmente as que mais poderiam se beneficiar dos achados da ciência comportamental. Tecnologias como a instrução programada, por exemplo, poderiam dinamizar práticas educativas no contexto institucional e encorajar experimentações no âmbito pedagógico (e.g. Los Horcones, 1990). Porém mesmo fora do contexto da agência educacional seria possível vislumbrar práticas que se poderia aprimorar com subsídios de tecnologias comportamentais. A prática do ensino domiciliar (i.e. *homeschooling*) é uma alternativa possível à educação formal. A análise aplicada do comportamento tem desenvolvido um corpo teórico e tecnológico consagrado para o ensino dedicado ao desenvolvimento atípico, o que inclui estratégias para o ensino domiciliar, especialmente no desenvolvimento de repertório de autonomia (e.g. Roane, Fischer & Carr, 2016).

O mesmo poderia ser ampliado à educação propedêutica, isto é, ao ensino de conteúdos acadêmicos, aprimorando práticas de ensino paralelas ao ensino formal tradicionalmente provido por instituições educacionais. Se, como ressaltou Vargas (1996), a grande revolução a ser empreendida pela herança skinneriana deveria, primariamente, uma revolução cultural a ser alcançada por meio da educação, práticas como o ensino doméstico (ver Rivero, 2008), que independem da instituição escolar para serem efetivadas, poderiam constituir um campo prolífico a ser explorado.

Todas essas iniciativas representam a introdução de novos arranjos de contingências, que se efetivam como medidas relativamente delimitadas, passíveis de especificação de objetivos de curto ou médio prazo (e por isso mensuráveis), cujos resultados possam ser avaliados conforme sua implementação, de modo que correções e novas tentativas possam ser postas à prova continuamente. Isto é, são propostas de alternativas a práticas institucionais convencionais que prescindem da opulência utópica, apostando numa abordagem menos

pretenciosa, mas que justamente por seu caráter móxico permitem uma abordagem verdadeiramente experimentalista³⁴. A opção por um enfoque gradualista é inspirada por um prometeísmo moderado: o entusiasmo com o potencial de iniciativas de planejamento cultural não deve ser abandonado – não se trata, pois, de um apelo à resignação –, porém contrabalançado pelo ceticismo fáustico.

Mas pensar o planejamento cultural fora da antinomia utopia-distopia não implica, necessariamente, uma recusa absoluta à atuação por meio de agências controladoras. É verdade, como se procurou evidenciar, que o planejamento centralizado por instituições é um aspecto comum na ficção distópica, e que a ideia de que o planejamento estaria a salvo desde que a administração fosse prerrogativa de cientistas também se releva bastante limitada, porquanto ignora o papel da ciência como mais uma agência controladora do comportamento. Apesar disso, mesmo com suas críticas à centralização do poder e argumentos em favor de formas menos cerimoniais de controle, Skinner (1978) também ressaltou que instituições, por terem suas funções próprias, sempre existirão – seu ponto é que não deveriam deter exclusividade para planejar.

Àqueles decididos a se aventurar em estratégias de planejamento cultural atuando internamente às agências controladoras, o desafio capital seria buscar esclarecer a função das práticas institucionais vigentes. O analista do comportamento que atue nesse contexto, uma vez que almeje uma postura crítica, teria como tarefa fundamental não apenas operar programando arranjos de contingências conforme determinações dos agentes aos quais estaria subordinado – por exemplo, elaborando o texto de legislações específicas, no caso do trabalho com políticas públicas –, mas também deveria questionar as motivações de tais agentes. Isso significaria fazer da própria agência controladora objeto de estudo a ser submetido a uma análise funcional. Elucidando essa necessidade, Dittrich (2016) enunciou a seguinte recomendação:

Tanto quanto possível, devemos tornar explícitos os compromissos de todos os atores que compõem o jogo de forças das sociedades contemporâneas, visando produzir algum equilíbrio entre interesses privados e públicos, imediatos e de longo prazo. O

³⁴ Com efeito, à exceção de tentativas muito limitadas para o estabelecimento de comunidades intencionais com sistema social integralmente modificado, os exemplos mais comuns de tecnologias comportamentais aplicadas parecem coincidir com a perspectiva aqui avançada. Melo (2008), por exemplo, em densa análise acerca da concepção skinneriana de humano e suas relação com as propostas do autor para a sociedade, descreve exemplos de intervenções factíveis (como o sistema personalizado de ensino e uma estratégia para o gerenciamento de resíduos sólidos) que parecem se coadunar com características das possibilidades aqui descritas.

esclarecimento das “motivações” que controlam o comportamento de tais atores exige a análise das contingências comportamentais das quais fazem parte. (p. 456)

Acerca da necessidade de vigilância ao poder instituído, Skinner (1989) destacou a importância do papel de profissionais como professores, jornalistas e intelectuais, constituintes daquilo que nomeou como “quarto estado”, na execução de tal tarefa. Dittrich (2016), contudo, vai além, alertando que os próprios atores constituintes do quarto estado precisam ter suas motivações questionadas. Em outras palavras, é preciso fazer com que a modulação fáustica do entusiasmo prometeico seja também direcionada àqueles que se propõem à tarefa de “desvelar” os controles do poder instituído – incluído aí o próprio analista do comportamento.

Desse modo, talvez convenha ao analista do comportamento interessado no empreendimento do planejamento cultural considerar que poderia, em vez de ocupar o lugar do “grande criador”, figura comum na ficção utópica, buscar desempenhar papel análogo àquele de personagens da ficção distópica que agem para elucidar aos controlados os mecanismos de controle que os subjugam – como as rebeldes I-330, da obra de Zamyatin (1920/1924), e Julia, do romance de Orwell (1949). O planejamento, nesse sentido, consistiria em arranjar contingências que favorecessem a autonomia e o contracontrole.

É tentador que, numa campanha como essa, o planejador suponha desempenhar o papel de um herói que, como Prometeu, traz esclarecimento àqueles incapazes de sobrepujar os grilhões que os aprisionam. De um ponto de vista pluralista, como o que aqui se procura referendar, essa seria uma visão inadequada, especialmente se ao herói se atribui, mais que a função de desvelar os mecanismos do mundo distópico, o dever de iluminar o caminho em direção à utopia. Com efeito, essa parece ter sido a tentativa de Skinner (1987a), ao sinalizar dois únicos cenários possíveis: ou um mundo idealizado, salvo pela ciência do comportamento, ou o desastre completo. O que se sugere aqui em nada se identifica com a imposição de uma escolha forçosa como essa – sugere-se, em vez disso, a dissolução da antinomia utopia-distopia.

Nesse sentido, ao planejador restaria a função de produzir interpretações sobre o mundo que encorajassem a suspeição sobre mecanismos de controle, sem antecipar de que modo os controlados deveriam se valer de tais interpretações. O planejador, dessa perspectiva, se afastaria da imagem de um timoneiro a nortear a caravana da humanidade, se assemelhando mais à figura de um cético não-resignado, a um só tempo tripulante e passageiro, que apesar de descontente com os rumos do percurso não arroga a si a prerrogativa de determinar a rota

alternativa. Talvez a melhor formulação de uma proposta desse gênero tenha sido a apresentada por Pessotti (2016):

. . . a função política positiva do analista do comportamento é a de difundir, aos quatro ventos, sem escolha de sedes ou de partidos, ou de grupos, ou de categorias de pessoas, as técnicas usadas pelos diversos detentores do controle: governo, fabricantes, comerciantes, agentes de publicidade, órgãos de informação, líderes religiosos ou ativistas políticos (behavioristas ou não). Trata-se de propiciar uma espécie de vacinação em massa contra a submissão incauta às técnicas de controle. Informar a qualquer cidadão em linguagem simples como e quanto seu comportamento é manipulado. Quase sempre em benefício de quem o manipula. Se alguma iniciativa de contracontrole resultar desse esclarecimento, deverá ser o produto de decisões dos controlados e não de qualquer projeto científico iluminado, do analista do comportamento. (pp. 102-103)

4.6) Considerações finais

Uma abordagem histórico-filosófica sobre a antinomia utopia-distopia, conforme empreendida no início deste capítulo, revela que, apesar de ser possível sondar raízes do pensamento utópico desde a antiguidade, é o conflito moderno estabelecido entre tendências iluministas e românticas o que melhor caracteriza tal antinomia. Com efeito, a utopia como gênero autônomo começa a se estabelecer no florescer da modernidade, fortemente fomentada pela revolução científica, ao passo que a distopia surge como desdobramento das tendências românticas de insurgência contra a convenção, que, de inclinações individualistas e pessimistas expressas nas artes e na filosofia, culmina, no século XXI, em narrativas ficcionais que expressam alarme e desesperança.

Mas a despeito de suas principais diferenças manifestas – otimismo e idealização do lado utópico, pessimismo e desalento do lado distópico –, o planejamento desponta como aspecto comum em ambas as categorias. No caso do planejamento típico das utopias, a figura de um grande criador é comum, sendo ele o principal responsável pelo desenho do ambiente social perfeito, no qual conflitos interpessoais perdem espaço para um estado de harmonia estática e generalizada. Já no contexto das distopias, o planejamento é geralmente o processo por meio do qual um dado segmento social submete o restante em benefício próprio. Se o

planejamento da narrativa utópica reflete o anseio pela esperança de um mundo melhor, a narrativa distópica representaria um alerta sobre as potencialidades do planejamento para a construção de uma ordem social nefasta.

Um panorama sobre a gênese das noções de utopia e distopia, bem como sobre o papel do planejamento em cada uma delas, facilita uma apreciação da visão skinneriana à luz dessas categorias. O que a análise aqui empreendida sugere é que há em *Walden Two* aspectos coincidentes tanto com a tradição utópica quanto com a tradição distópica. Apesar disso, é também possível notar que a ficção de B. F Skinner se revela um caso muito idiossincrático, a ponto de ser difícil, se não impossível, classificá-la categoricamente como utopia ou distopia. O experimentalismo de *Walden Two* o afasta do cenário tipicamente estático dos paraísos utópicos, ao passo que todos os aspectos descritos como constituintes da “boa vida” da comunidade dificultam sua classificação como distopia – a despeito de ser possível identificar traços distópicos dentre as práticas administrativas da comunidade, como a negação da política e da história, a centralização do poder, o modelo tecnocrático, a proposta de criação de um “novo homem” e o ímpeto imperialista.

É esse caráter idiossincrático do romance skinneriano que leva a supor que uma leitura literal deste livro talvez não seja a mais produtiva ou interessante. Em vez disso, uma apreciação de *Walden Two* que conceba a obra como um esforço imaginativo em crítica a modelos e organização vigentes na cultura ocidental – na qual agências controladoras concentram as funções de gerenciamento da sociedade, mediando relações interpessoais de modos diversos – parece mais profícua por permitir captar do romance sua mensagem fundamental, sem necessariamente implicar um compromisso com os vícios expressos nas diferentes práticas de planejamento descritas.

Essa possibilidade leitura de *Walden Two* também seria proveitosa considerando que o planejamento cultural pode ser pensado fora da díade utopia-distopia. As narrativas fáustica e prometeica sobre o domínio da natureza foram úteis para este trabalho por orientar a análise em busca de elementos na obra de Skinner que tendessem a uma ou outra orientação. Porém, levadas ao extremo, ambas as narrativas parecem implicar uma visão monística, na qual não há lugar para a contingência, mas apenas para o absoluto – seja a absoluta perfeição, no caso da utopia, derivada de uma espécie de prometeísmo maximizado, ou a absoluta degeneração da ordem social, própria da distopia, em que redundariam as versões mais extremadas da visão fáustica.

Assim sendo, o que se propõe no desfecho deste trabalho é que a natureza idiossincrática da proposta skinneriana parece demandar o abandono dessas dicotomias

(prometeico-fáustico, utópico-distópico) para que possa ser compreendida plenamente. À pergunta no título deste trabalho – utopia ou distopia? – a resposta mais adequada, portanto, seria: nem uma coisa, nem outra. Apenas após o repetido desgaste da chave de leitura proposta ao longo dos três primeiros capítulos, e da análise da distinção utopia-distopia neste capítulo, é possível alcançar tal ilação. O que restaria, então? Se nem utopia, nem distopia, o que a reflexão até aqui empreendida sobre o planejamento cultural permitiria concluir?

CONCLUSÃO

Recusando os extremos: uma leitura pluralista do projeto skinneriano

Este trabalho teve início com um breve percurso pela história e filosofia da ciência, evidenciando o caráter moderno da noção de ciência operativa, bem como do *a priori* tecnológico que determina a produção de conhecimento científico a partir da modernidade. Duas principais tendências identificáveis dentre as abordagens ao tema foram descritas: as narrativas prometeica e fáustica sobre o domínio da natureza, que encerram expectativas antagônicas no tocante ao caráter humanitário e emancipatório do saber tecnocientífico. Cada uma dessas narrativas, prometeica e fáustica, como aqui concebidas, parece redundar naquilo que, no gênero literário, ficou conhecido, respectivamente, como utopia e distopia.

O passo seguinte consistiu em indagar sobre como tais narrativas – já usadas em referência a desenvolvimentos de áreas como a biotecnologia, a inteligência artificial e a engenharia genética – poderiam ser úteis para uma leitura sobre a análise do comportamento. Mais especificamente, o desafio consistiria em se valer de tais narrativas como chave de leitura para uma proposta derivada de tal ciência: a ideia de planejamento cultural, que, na visão skinneriana, é compreendido como um esforço de engenharia comportamental para a transformação do mundo. Divergências patentes em textos de comentadores da obra do autor justificavam uma análise detalhada dessa proposição, que englobasse de sua concepção de ciência à proposta de planejamento em si – como discutida teoricamente, e como ilustrada na ficção. Finalmente, após tal itinerário, seria possível um exame detalhado à luz das noções de utopia e distopia.

Apesar disso, a conclusão alcançada não permite uma resposta categórica. Não seria impossível que uma leitura do texto skinneriano, que deliberadamente enfatizasse um conjunto específico de suas conjecturas, levasse a um desfecho peremptório, sugerindo que a ideia de planejamento cultural estaria irresistivelmente atrelada à noção de utopia ou à noção de distopia. Não foi o caso da leitura proposta neste trabalho, contudo. Com efeito, uma das vantagens do emprego da chave de leitura é que ela exige um exame abrangente, de tal modo que para cada inclinação identificada em um sentido faz-se premente considerar possíveis correspondentes no sentido oposto, de modo a ponderar sobre como o balanço final permitiria (ou não) uma conclusão unívoca.

A complexidade e as diferentes expressões da proposta de planejamento cultural tornam muito difícil uma resposta terminante. Quando descrito em alguns textos teóricos

(Skinner, 1961a, 1961b, 1971/1973) o planejamento cultural parece implicar aspectos que nem sempre encontram paralelo no modo como foi ilustrado na ficção a isso destinada, *Walden Two*. Há textos nos quais a ideia de uma cultura planejada é descrita e defendida como uma possibilidade de viabilizar um maior controle das pessoas por elas próprias, de promover oportunidades para o contra-controle, de descentralizar o controle comumente exercido por meio de agências, e até mesmo de garantir que não caiba à ciência a decisão exclusiva por um ou outro curso de ação (Skinner, 1953/2005, 1978). Por outro lado, em *Walden Two*, apesar das diferentes estratégias adotadas como alternativa ao controle institucional, a administração da comunidade é concentrada por uma agência composta por cientistas, que admite pouca ou nenhuma participação popular, e que mimetiza práticas de controle próprias de agências controladoras tradicionais.

Silenciando em relação ao papel da ciência como uma agência controladora, o exercício imaginativo de Skinner (1948/2005) incorre numa forte orientação prometeica, na qual a ciência é vista como o caminho para desatar controles institucionais e, mais importante, para redesenhar práticas culturais e prover a administração de uma forma de vida ideal, em que muitos dos costumes se assemelham àqueles de narrativas da tradição utópica. Apesar disso, não é injustificado que comentadores contemporâneos de sua obra destaquem traços coincidentes dessa proposta com aquelas de orientação tecnocrática (Rutherford, 2017; Staddon, 2014). Com efeito, uma análise precisamente focada em estratégias de planejamento revela práticas comumente satirizadas na ficção distópica. É o caso, por exemplo, da centralização do poder decisório e das estratégias agressivas para a expansão territorial e para garantir a conformidade às convenções da comunidade – aspectos que parecem justificar as preocupações e ressalvas próprias de narrativas fáusticas.

Se é possível encontrar na proposta de planejamento cultural elementos que reiteram ambas as narrativas mencionadas, a título de conclusão convém indagar: qual dessas versões mereceria ser propalada? Uma vez que se comprometa com a antinomia prometeico-fáustico, parece imperativo que, em última instância, a avaliação que se faça acerca da noção de planejamento cultural conduza à conclusão de que a ideia redundará naquilo que é mais característico da utopia ou da distopia. Alternativamente, porém, seria possível recusar tal compromisso, depreendendo que nenhuma das duas narrativas caracteriza a proposta examinada, e que por isso a antinomia deveria ser abandonada. Esse último caminho é o que parece mais razoável, dados os resultados alcançados neste trabalho, porém cada um deles merece ser mais detalhadamente explorado.

Em qualquer dos casos – seja pela narrativa prometeica, seja pela fáustica, ou por nenhuma delas – a escolha por um encaminhamento é inescapável. O caráter imperioso de uma escolha do gênero já havia sido sinalizado por Berlin (1978/1990) em sua reflexão sobre o pensamento utópico, quando registrou que “estamos condenados a escolher, e cada escolha traz o risco de uma perda irreparável” (p. 13). Confrontados com uma situação de escolha sobre como conceber a ideia de planejamento cultural, cabe àquele que escolhe avaliar as consequências a que cada concepção poderia conduzir.

Começando pela narrativa fáustica, convém considerar a que poderiam acarretar suas versões mais extremas. Ainda se amparando pelo exame proposto por Berlin (1978/1990), se encontrariam na tradição romântica as raízes para essa perspectiva. No campo filosófico, o pessimismo característico do romantismo tardio, consequência de um egocentrismo maximizado, resulta em visões críticas não apenas das esperanças utópicas, mas da própria ideia de convivência em sociedade. A reserva quase misantropa de Schopenhauer (1851/2001) exemplifica esse ponto de vista:

Toda sociedade envolve necessariamente, como condição básica de sua existência, a acomodação e a restrição mútuas por parte de seus membros; assim, quanto mais numerosa é, mais insípida se torna. ‘O homem só pode ser si mesmo por completo enquanto estiver sozinho’; por conseguinte, quem não ama a solidão, não ama a liberdade; pois o homem só é livre quando está sozinho. A restrição e a ânsia por liberdade são companheiras inseparáveis de toda sociedade; e os sacrifícios que exige serão tanto mais custosos quanto mais acentuada for a própria individualidade do homem. Por conseguinte, cada qual evitará, suportará ou amará a solidão na proporção exata do valor de seu próprio ser. Porque na solidão o mesquinho sente toda a sua mesquinhez, o espírito elevado toda a magnitude de sua grandeza; em suma, cada qual sente aquilo que é. Ademais, quanto mais elevada for a posição que um homem ocupa na hierarquia da natureza, mais solitário será; isso é essencial e inevitável. *Mas será benéfico a esse homem que a solidão física esteja em acordo com sua solidão intelectual; do contrário, a frequente relação com seres de natureza distinta exerce sobre ele um efeito inquietante e mesmo prejudicial, visto que roubam-no de si mesmo, e não têm nada para oferecer-lhe em troca.* [itálicos adicionados] (p. 22)

Maximizado ao ponto de caracterizar uma perspectiva antissocial como a de Schopenhauer (1851/2001), o individualismo romântico revela um caráter paralisante.

Assumindo que a própria convivência em sociedade implica o suplício, pouco importam as condições do planejamento cultural a ser efetuado, pois sequer há a possibilidade de conjecturar sobre um ambiente social harmônico quando se parte do suposto de que a vida em sociedade é *per se* tóxica para a plena expressão do indivíduo.

Essa tendência se expressa em narrativas fáusticas sobre o domínio da natureza, não apenas aquelas que redundam num efeito paralisante (i.e. planejamento algum é possível), mas também nas que alertam que, conquanto possíveis ou mesmo necessárias, práticas de planejamento facilmente se corrompem e/ou servem a fins alheios aos que professam servir. As diferentes formas de distopia acenam exatamente nessa direção, denunciando estratégias de controle em diferentes contextos, e como a potência do conhecimento científico e da técnica podem ser empregados para fins nefastos. Já no Fausto de Goethe (1808/2006) esse alerta está presente, mas na releitura de Mann (1947/1999) isso se expressa de forma ainda mais contundente, como numa das falas finais do personagem:

É bem verdade que eu tinha uma cabeça boa, bastante ágil, e dons que misericordiosamente me haviam sido conferidos de cima. Poderia tê-los utilizado com honestidade e modéstia. Mas sentia com demasiada clareza: esta é a época em que já não é possível realizar uma obra de modo piedoso, correto, com recursos decentes. A Arte deixou de ser exequível sem a ajuda do Diabo e sem fogos infernais sob a panela . . . (p. 672)

Se o que caracteriza a narrativa fáustica é o pessimismo paralisante ou o ceticismo intenso diante da possibilidade de um domínio sobre a natureza que efetivamente obedeça a objetivos humanitários, uma visão fáustica sobre o planejamento cultural deixaria pouco espaço para uma revisão e aprimoramento de práticas de planejamento. Por perfeito que aparente ser, cedo ou tarde o plano demandaria concessões – mefistofélicas, para empregar um termo usado por Skinner – que o deturpariam.

É possível, é claro, que se depreenda da crítica distópica – expressão da narrativa fáustica em forma de ficção científica – elementos para pensar em como evitar que iniciativas para o gerenciamento da vida social redundem em realidades como aquelas. A distopia, se assim concebida, não deveria ter um efeito paralisante, mas edificante de um “utopismo crítico” – um empenho imaginativo que, satirizando práticas de planejamento coevas, fomentasse modificações. Não obstante, em sua versão extremada, a perspectiva fáustica parece pouco construtiva: embora possa ser útil como crítica que fomenta reflexão sobre

problemas envolvidos no planejamento, não parece contribuir substancialmente para vislumbrar e engendrar alternativas.

No caso específico do planejamento cultural de B. F. Skinner, uma leitura estritamente fáustica tenderia a obliterar a potencialidade das tecnologias comportamentais para o melhoramento de práticas diversas, enfatizando apenas os vícios e anacronismos da proposta. A descrença e o pessimismo resultantes de uma leitura exclusivamente fáustica talvez estejam dentre as motivações envolvidas em críticas internas e externas à análise do comportamento, das que julgam que a proposta seria ingênua demais, às que consideram que se trata de uma proposta deliberadamente totalitária e cujo professado compromisso humanitário não passa de discurso de fachada. O pessimismo final da obra de Skinner (1989) poderia inspirar leituras de inclinação fáustica sobre o planejamento cultural. Considerando que uma das condicionalidades seja que o planejador opere necessariamente fora da lógica das agências controladoras, e que o modo de vida presente se estrutura numa forma de organização social na qual o poder é prioritariamente concentrado por tais agências, talvez não haja saída possível. O planejamento cultural, desse ponto de vista, ou não vingaria, ou estaria fadado a findar num pesadelo distópico.

Alternativamente, seria possível uma perspectiva tão-somente prometeica sobre a proposta skinneriana. A narrativa prometeica, rememorando, alude a uma expectativa sobretudo positiva em relação ao domínio da natureza, e muito especialmente à vocação emancipatória do conhecimento científico e seus subprodutos. A imaginação utópica, nesse caso, é tão-somente eutópica, sendo o prometeísmo a aposta na concretização de um sonho. A pioneira ficção científica de Shelley (1818/2001) atualizou a alegoria classicamente apresentada por Ésquilo, encarnando no Dr. Victor Frankenstein o entusiasmo e o otimismo com a potência da ciência para a domínio da natureza:

. . . eu desdenhava os propósitos práticos da moderna filosofia da natureza. Era muito diferente quando os mestres da ciência buscavam a imortalidade e o poder; tais objetivos, embora fúteis, eram grandiosos; agora, porém, o cenário era outro. A ambição dos pesquisadores parecia se limitar à aniquilação daqueles sonhos em que meu interesse pela ciência se baseava. Pediam-me que trocasse quimeras de uma grandiosidade sem limites por realidades de pouco valor . . . Tanto já foi feito, exclamou a alma de Frankenstein: mais, muito mais eu alcançarei; seguindo os passos que já foram dados, serei pioneiro num outro caminho, explorarei poderes desconhecidos, e revelarei ao mundo os mais profundos mistérios da criação. (p. 46)

Uma aliança entre a visão otimista acerca do desenvolvimento científico e a transformação do cenário social, modernamente tecido por Bacon (1620/1979), ressoou de modo enfático no início do século XX. Uma das expressões mais paradigmáticas dessa herança prometeica foi a emergência do movimento tecnocrático, que pregava a substituição de práticas políticas tradicionais por uma administração científica dos costumes. Em um manifesto que apresenta os alicerces do programa tecnocrático, Scott (1936), um dos líderes da principal agremiação tecnocrática nos Estados Unidos, escreveu:

Para os homens modernos e civilizados, a ciência tornou-se a corte de última instância. As explicações oferecidas em nome da ciência são aceitas sob a nova ordem do senso comum em que vivemos e fazemos nosso trabalho. . . Quando a marcha da ciência física que se aproximava chegou ao campo da química, ela encontrou o caminho bloqueado pelos alquimistas, Pedras Filosofais e adeptos do ‘flogisto’. Seu ritmo foi retardado e seu movimento controlado por não mais que um momento, e então ela passou a ocupar todo o campo outrora tão cheio de teorias e opiniões supersticiosas. Terminou com a exclusão total e completa intolerância aos métodos obsoletos de especulação filosófica nesses campos . . . E agora vêm os homens da ciência física que afirmam em termos inequívocos que o bolchevismo, o comunismo, o fascismo e a democracia são totalmente impotentes para lidar com a avançada situação tecnológica na qual nos encontramos no continente norte-americano. Nenhum desses sistemas de pensamento e ação receberá o mandato quando o sistema atual deixar de funcionar. Os norte-americanos estão agora convocando a ciência física e a tecnologia para ampliar as fronteiras de seus domínios. (p. 27)

É interessante notar como o conteúdo do manifesto pela tecnocracia em muito se assemelha ao discurso de Skinner (1953/2005) sobre a possibilidade de uma ciência do comportamento humano, e como caberia a tal ciência solapar outros sistemas explicativos. Também o entusiasmo expresso pelo personagem de Frazier em *Walden Two* se revela comprometido com esse ângulo de leitura em diferentes momentos. Para todos os eventuais questionamentos levantados, Frazier tem sempre uma resposta categórica – nunca lhe parece faltar a convicção de que uma cultura cientificamente planejada é não apenas um caminho melhor em comparação às alternativas de organização política já experimentadas até o momento, mas o único caminho razoável.

O tom é reiterado posteriormente, e em diversas ocasiões, na obra de Skinner (1953/2005, 1971/1973, 1987), nas quais a reconstrução do mundo por meio de uma ciência do comportamento chega a ser afirmada não só como possibilidade auspiciosa, mas como a única saída possível do desastre. A exacerbação do prometeísmo no caso do planejamento cultural, assim, conduz a uma visão de que o planejamento é tanto uma saída humanitária quanto é imprescindível: ou o planejamento, ou o caos. Aliada a isso, a inclinação tecnocrática do ponto de vista skinneriano é patente: a ciência não viria para “aprimorar” as práticas correntes de gerenciamento da vida em sociedade, mas para substituí-las, o que expõe o não-reconhecimento da ciência como uma agência de controle – uma fragilidade importante e que demanda resolução.

É possível que o arrojo na defesa da proposta tenha sido em parte responsável pela negligência aos problemas apontados por seus críticos, para os quais os contra-argumentos antecipados por Skinner nunca soaram convincentes. Especialmente conforme descrito em *Walden Two*, o planejamento cultural implicaria mudanças dramáticas em costumes enraizados na cultura ocidental – da rejeição à democracia como se conhece até então (nas quais o poder se concentra em instituições regidas por representantes eleitos) ao sistema econômico. As alternativas imaginadas por Skinner parecem pouco persuasivas para além do plano ficcional, e talvez uma medida relevante de sua limitação seja o impacto praticamente anódino que obtiveram fora dos círculos intelectuais de analistas do comportamento. Afora experiências muito localizadas (e.g. comunidades intencionais como *Twin Oaks* e *Los Horcones*), não se tem notícia de iniciativas declaradamente inspiradas na utopia comportamentalista.

Assim sendo, ambas as leituras, prometeica e fáustica, parecem encontrar elementos na proposta de Skinner que sirvam às suas expectativas em relação ao desenvolvimento tecnocientífico. Por conseguinte, ambas são concepções sobre a proposta de planejamento cultural que poderiam redundar em cenários utópicos ou distópicos, com cada concepção encerrando limitações próprias, e nenhuma delas sendo capaz de caracterizar justamente a proposta skinneriana. Se, por um lado, a análise da proposta de planejamento cultural por essa chave de leitura conduz a uma conclusão que impossibilita qualquer classificação categórica, ela se revela importante por dar relevo à complexidade da formulação.

Talvez o fato de persistir refratária a leituras que busquem categorizá-la de forma inequívoca sob um ou outro qualificativo – utópica ou distópica – demonstre não uma fraqueza, mas uma virtude da ideia de planejamento cultural. O caso de *Walden Two* já é suficientemente controverso a ponto de ter sido alvo de apreciações bastante díspares

advindas da crítica literária (Newman, 1993), mas também a descrição teórica posterior da ideia de planejamento cultural encontrou recepção igualmente polêmica, atraindo críticas de diferentes procedências.

Como comenta Staddon (2003), em menção a resenhas de *Para além da liberdade e da dignidade* (Skinner, 1971/1973) escritas por Ayn Rand e Noam Chomsky – personagens muito influentes no debate público estadunidense e provenientes de tradições antagônicas –, “Para além da liberdade e da dignidade foi igualmente ofensivo à direita e à esquerda no espectro político” (p. 143). É preciso ressaltar que, como o mesmo Staddon (2003) observa, “seria um erro, no entanto, pensar que a capacidade de Skinner de ofender os extremos o coloca no meio-termo – ou o torna correto”, porém é tentador conjecturar sobre o potencial da visão skinneriana como alternativa aos extremos comuns em abordagens dicotômicas de pensamento social.

O próprio Skinner (1974) registrou uma avaliação pessoal positiva em relação às críticas com as quais se viu às voltas, a ponto de sugerir que fossem um índice do sucesso de suas ideias:

Talvez a melhor prova de que uma ciência do comportamento tem algo novo a oferecer é o êxito de suas aplicações tecnológicas; não devemos, contudo, fazer vista grossa à prova representada pela violência com que comumente se ataca essa posição. Duvido que tanta munição viesse a ser desperdiçada com algo que fosse obviamente uma trivialidade ingênua e ultrapassada. (p. 197)

Esses apontamentos de Staddon (2003) e de Skinner (1974), que dão relevo ao tipo de receptividade que encontraram as proposições skinnerianas, podem, em certo sentido, guardar alguma semelhança com a conclusão deste trabalho. Bem como Staddon (2003) salienta como as ideias de Skinner provocaram reações hostis, oriundas de representantes de extremos e opostos no contexto do debate político, a conclusão deste trabalho evidencia como e porque a proposta de planejamento cultural resiste a leituras totalizantes e à tentativa de uma classificação que a situe em termos dicotômicos (iluminista-romântico, utopia-distopia, prometeico-fáustico etc.).

Semelhantemente, assim como Skinner (1974) concebe a ferocidade dos ataques à sua proposta como um índice de seu êxito – a despeito de isso poder ser interpretado como intransigência em relação a críticas razoáveis e que mereceriam resposta –, a conclusão deste trabalho indica que uma leitura mais interessante que se possa fazer da proposta de

planejamento cultural seja precisamente aquela que despertaria críticas de diferentes procedências, precisamente por recusar o compromisso com o dogmatismo típicos de posições radicalizadas. Em que, enfim, consistiria essa leitura?

Por um lado, seria uma leitura que preservaria aspectos importantes da proposta originalmente introduzida por Skinner. O experimentalismo de *Walden Two*, a busca por alternativas ao controle institucional conforme tradicionalmente estabelecido (como uma prerrogativa de agências controladoras), os esforços por mitigar os riscos da corrupção das práticas administrativas, a priorização de arranjos de contingências que favoreçam o controle das pessoas pelas pessoas e a preocupação com a sobrevivência física e com a felicidade dos indivíduos são todos aspectos que mereceriam ser preservados. Apesar disso, há limitações na proposta skinneriana que merecem retificação.

Como adiantado no fim do capítulo anterior, é possível pensar a proposta de planejamento cultural fora da díade utopia-distopia. Tratar-se-ia de proceder uma leitura não-litera da obra skinneriana, relativizando alguns de seus argumentos, de modo a acomodá-los a uma concepção mais modesta e menos abrangente sobre o planejamento cultural. Tratar-se-ia, portanto, de abrir mão de projetos utópicos, de amplitude colossal, bem como da apatia que poderia ser fomentada por uma visão dogmaticamente pessimista sobre a proposta, sem com isso descartar a ideia completamente. A fim de evitar os extremos mencionados, seria necessária uma abordagem mais parcimoniosa, que trate de problemas caso a caso – uma abordagem que fosse, a um só tempo, contextualista e pluralista.

Contextualista porque seria uma abordagem que admitiria que problemas sobre o gerenciamento da vida social devem sempre ser examinados e reexaminados em suas particularidades, o que implica uma recusa em avaliá-los por aferição a qualquer modelo pré-estabelecido. Que haja parâmetros, métricas, valores a orientar o processo, mas de modo algum um plano previamente fixado a ser executado. Com efeito, o experimentalismo de *Walden Two* e da noção de planejamento cultural revela-se avesso a projetos pré-concebidos e ao caráter estático de cenários utópicos. Mas abrir mão desses aspectos não necessariamente implica abrir mão da formulação *per se*: seria possível redescrevê-la, dando relevo a seu aspecto contextualista ao mesmo tempo em que abandonando alguns de seus vícios e feitiços anacrônicos, como sua face tecnocrática.

Seria também uma abordagem pluralista, por não se comprometer com narrativas monistas às quais poderiam conduzir as versões mais extremas dos pontos de vista prometeico e fáustico. Frente às possibilidades proporcionadas pela ciência e pela tecnologia comportamental, nem o entusiasmo desmedido, nem o pessimismo intransigente: uma leitura

pluralista vai de encontro a respostas absolutas. O pluralismo remeteria a uma visão de mundo que admite uma espécie de instabilidade permanente, resultante da “tensão” estabelecida entre perspectivas irremediavelmente antagônicas, cujo conflito pode ser mitigado em nome de um equilíbrio relativo – imprescindível à convivência pacífica em sociedade –, porém jamais absoluto, para o qual seria necessário o sufocamento de dissensões em nome de uma integração social perfeita.

Uma abordagem pluralista sobre o planejamento cultural poderia ainda ampliar o escopo das análises funcionais a domínios até então pouco explorados, ou mesmo negligenciados. Mais do que uma preocupação meramente operacional, a análise comportamental da cultura poderia atentar para fatores menos formais, a exemplo de interesses institucionais envolvidos em práticas administrativas. Tendo em vista a crescente tendência do emprego de tecnologias comportamentais para regulação da vida em sociedade – vide a popularidade, por exemplo, das propostas derivadas da economia comportamental para o desenho de políticas públicas (Thaler, 2017), bem como do desenvolvimento de programas governamentais de monitoramento ostensivo, como o recente sistema chinês de “crédito social” (ver Johnson, 2018) –, a consideração dos interesses institucionais envolvidos em práticas de planejamento é imprescindível a uma análise comportamental da cultura que se pretenda crítica e compreensiva.

Também no tocante à fundamentação e aos atores envolvidos no planejamento da cultura uma abordagem pluralista implicaria peculiaridades importantes. Os aspectos que permitem classificar a visão skinneriana como tecnocrática (Rutherford, 2017) foram bem ilustrados em *Walden Two*, onde a ciência do comportamento é o alicerce único e os especialistas monopolizam os processos decisórios. Um pluralismo ampliado ao contexto das práticas administrativas implicaria uma revisão desse modelo, inserindo formas de participação popular, diretas ou indiretas, na deliberação sobre os fins e os meios para o gerenciamento da comunidade. Tratar-se-ia de se valer da análise do comportamento não como um foro a definir o caminho para o planejamento da cultura, mas como uma forma de conhecimento que permita multiplicar as vozes a serem ouvidas no contexto do planejamento. Isso não significaria uma exclusão do conhecimento científico: em vez disso, trata-se de valer-se da própria ciência para arranjar contingências que fomentem a inclusão e a avaliação de propostas que possam advir de outras formas de conhecimento, e de fazer com que aqueles frequentemente tidos como objetos no processo de planejamento possam, em alguma medida, integrar tal processo como sujeitos.

Ademais, uma abordagem pluralista poderia lançar luz sobre a heterogeneidade dos contextos culturais de maneira mais complexa. Para além da genérica “diversificação de práticas”, cuja importância já fora assinalada por Skinner (1971/1973), caberia ressaltar a relevância da diversidade em sentidos mais específicos, como, por exemplo, aqueles relativos a pautas identitárias – sejam elas relativas a etnia, gênero, religião, classe social, orientação sexual ou inclinação ideológica – dos sujeitos de ambientes sociais sob planejamento. Célebres exemplares da literatura distópica das últimas décadas têm ilustrado inquietações desse tipo, da obra Atwood (1985/1998), *O conto de Aia*, que problematiza criticamente a sociedade patriarcal e a subjugação das mulheres, à ficção de Houellebecq (2005), *Submissão*, que aborda o drama da intolerância religiosa e a ameaça de uma tirania teocrática. Uma apreciação pluralista e atualizada sobre o planejamento cultural, para que se apresente como relevante aos litígios do século XXI, deveria ser capaz de se pronunciar sobre temáticas como essas – bem como de experimentar potenciais arranjos de contingências orientados a administrar a instabilidade resultante dos conflitos entre interesses antagônicos que inevitavelmente emergirão.

Em resumo, se concebido de forma modesta e pragmática, como um esforço em pôr à prova arranjos alternativos de contingências de maneira gradual e paulatina, o planejamento cultural poderia acomodar razoavelmente vindicações contextualistas e pluralistas. A procura por formas de organização social que privilegiem o controle das pessoas por elas próprias – respeitando prioridades estabelecidas contextualmente, em pequena escala, sem negar o valor do controle institucional, porém reclamando que instituições não detenham o monopólio do controle – pode ser um caminho fecundo para testar práticas culturais que, embora não desafiem radicalmente o atual estado de coisas, podem eventualmente redundar em transformações em maior escala. Seria o caso, como sugere Vargas (1996), de apostar primariamente em transformações que operam em nível local. A sobrevivência e a felicidade dos indivíduos poderiam, e deveriam, ser preservadas no horizonte, porém seu caráter genérico não obriga um ou outro curso de ação especificamente – o que deve, tanto quanto o possível, ser decidido experimentalmente.

Partindo de uma concepção de planejamento cultural parcimoniosa como essa seria possível sondar paralelos com perspectivas filosóficas contemporâneas de estirpes diversas, que avançaram proposições moderadas e críticas do dogmatismo utópico – uma tarefa relevante, que mereceria ser efetuada em estudos ulteriores. Como mencionado no quarto capítulo, Popper (1945/1974) propõe uma alternativa reformista ao que nomeia como mecânica utópica, sendo que sua descrição sobre a aplicação do método experimental para a

resolução de problemas humanos guarda semelhanças significativas com o projeto skinneriano.

Alternativamente, na tradição pragmatista – que Berlin (1988/1990) aponta em contraponto à racionalista (de que Popper é herdeiro) – também seria possível encontrar paralelos relevantes. Estudos recentes indicam como o pensamento skinneriano guarda muitos fatores comuns com tal tradição (ver Lattal & Laipple, 2003; Leão, Rocha & Laurenti, 2017; Lopes, Laurenti & Abib, 2018). A leitura sobre o planejamento cultural aqui avançada poderia propiciar uma ampliação da gama de paralelos possíveis entre as visões comportamentalista radical e pragmatista ao campo político. Semelhantemente ao experimentalismo skinneriano, o pragmatismo concebe o desafio da política como uma questão empírica, impossível de ser solucionado racionalmente por um exercício de presciência teórica: “Uma sociedade aperfeiçoada não cumprirá um padrão preexistente, mas será uma conquista artística, produzida pelo mesmo processo longo e difícil de tentativa e erro exigido por qualquer outro esforço criativo” (Rorty, 1999, p. 270).

Mais especificamente no tocante aos *meios* para a mudança social, a tradição pragmatista, historicamente crítica ao utopismo, tende a um reformismo gradualista, não negando a possibilidade de modificações estruturais em ampla escala, porém focando os esforços em possibilidades de intervenções mais pontuais, tangíveis e exequíveis no cenário presente. Como elucidado por Rorty (1988),

Algum dia, talvez, reformas graduais e cumulativas farão surgir mudanças revolucionárias. Tais reformas podem, algum dia, produzir uma – hoje inimaginável – economia sem mercado, e os poderes de tomada de decisão podem vir a ser distribuídos de maneira muito mais ampla . . . *Mas enquanto isso, não devemos deixar o excelso abstratamente descrito tornar-se inimigo do melhor* [itálicos adicionados]. Não devemos deixar que a especulação sobre um sistema totalmente mudado, e um modo totalmente diferente de pensar sobre a vida humana e sobre os assuntos humanos, substitua a reforma gradual do sistema no qual vivemos hoje. (p. 141)

A conclusão com a qual finda este trabalho resulta de uma escolha – o que invariavelmente, diria Berlin (1988/1990), implica prescindir de outros percursos. A escolha pela contingência em vez da generalidade, pelo local em vez do global e pela reforma gradual em vez da transformação radical. Trata-se da escolha por abrir mão de narrativas monistas em nome de uma alternativa que busque acomodar dissensões, ainda que a custo de uma

instabilidade relativa. Trata-se da escolha por priorizar, tanto quanto o possível, formas de controle em que as pessoas possam atuar tão diretamente entre si quanto o possível, sem com isso negar dogmáticamente os casos para os quais instituições exercem papel imprescindível. Trata-se também da escolha por uma abordagem parcimoniosa, que não descarte completamente as ideias derivadas da fantasia social skinneriana, porém que as relativize à luz de objeções contextualistas e pluralistas. É, enfim, uma escolha que amplia o leque de possibilidades para conceber a proposta de planejamento cultural, vindicando a legitimidade de uma releitura contemporânea, moderada e não-literal.

No desfecho de seu ensaio sobre tecnologia, modernidade e política, do qual deriva a chave de leitura que orientou a presente análise, Martins (1997) avaliou que “. . . serão necessárias a imaginação moral e a coragem civil de superior ordem para resistir à tirania das possibilidades tecnológicas” (p. 319). Ratificando tal ponto, a expectativa experimentada por ocasião desse desfecho é de que a aventura imaginativa de Skinner (1948/2005), bem como suas reflexões teóricas subsequentes sobre planejamento cultural (uma vez relativizadas), seja capaz de encorajar reflexões edificantes sobre práticas culturais correntes e de inspirar intervenções factíveis. Prescindindo de prescrever um modo de vida particular, a proposta de planejamento cultural serviria, assim, não para estabelecer uma paisagem utópica, mas para experimentar arranjos de contingências alternativos, e fomentar o estranhamento ante outros já estabelecidos.

Referências

- Abib, J. A. D. (2005). O que é comportamentalismo? Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, I. K. Ingberman, V. L. M. da Silva, & S. M. Oliani (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 13. Contingências e metacontingências: Contextos socioverbais e o comportamento do terapeuta* (pp. 52-61). Santo André: ESETEC.
- Abib, J. A. D. (2015). Skinner, democracia e anarquia. Em C. Laurenti, & Lopes, C. E. (Orgs.), *Cultura, democracia e ética: reflexões comportamentalistas* (pp. 75-95). Maringá: EDUEM.
- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia*. (5ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1971).
- Aristóteles, & Barnes, J. (1984). *The complete works of Aristotle: The revised Oxford translation*. Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Altus, D. E., & Morris, E. K. (2009). *B. F. Skinner's utopian vision: behind and beyond Walden Two*. *The Behavior Analyst*, 32, 319–335.
- Atwood, M. (1998). *The handmaid's tale*. New York: Anchor Books. (Trabalho original publicado em 1985).
- Bacon, F. (1979). *Novum organum* (J. A. R. de Andrade, Trad.). Em V. Civita (Ed.), *Coleção Os Pensadores – Bacon* (pp. 05-231). São Paulo: Abril Cultural (Trabalho original publicado em 1620).
- Bacon, F. (1984). *Nova Atlântida*. (J. A. R. de Andrade, Trad.). Em V. Civita (Ed.), *Coleção Os Pensadores – Bacon* (pp. 233-272). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1627).
- Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1987). Some still-current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 18(2), 111-126.

- Berlin, I. (1990). The decline of utopian ideas in the West. Em I. Berlin, *The crooked timber of humanity: chapters in the history of ideas* (pp. 20-48). London: John Murray. (Trabalho original publicado em 1988)
- Berlin, I. (1990). The pursuit of the ideal. Em I. Berlin, *The crooked timber of humanity: chapters in the history of ideas* (pp. 1-1978). London: John Murray.
- Berlin, I. (1998). *The proper study of mankind. An anthology of essays*. London: Pimlico. (Trabalho original publicado em 1976).
- Biglan, A. (2015). *The nurture effect: How the science of human behavior can improve our lives and our world*. Oakland: New Harbinger Publications, Inc.
- Burgess, A. (1962). *A clockwork orange*. New York: Ballantine Books.
- Castro, Marina S. L. B. (2013). O naturalismo ético no behaviorismo radical de B. F. Skinner. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Chance, P. (2007). The Ultimate Challenge: Prove B. F. Skinner Wrong. *The Behavior Analyst*, 30(2), 153–160.
- Claeys, G., & Sargent, L. T. (1999). *The utopia reader*. New York: New York University Press.
- Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência, afinal?* (R. Fiker, Trad.). (1ª. ed.). São Paulo, Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1976).
- Comte, A. (2009). *A general view of positivism*. Cambridge: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1865).
- Cortegoso, A. L. (2007). Identificação e descrição de relações comportamentais na economia solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(2), 246-265.

- Cruz, R. N. (2011). Percalços na história da ciência: B. F. Skinner e a aceitação inicial da Análise Experimental do comportamento entre as décadas de 1930 e 1940. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 545-554.
- Descartes, R. (1973). *Meditações*. (J. Guinsburg & B. Prado Júnior, Trad.) São Paulo: Abril Cultural (Originalmente publicado em 1641).
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social, vol. 1*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos.
- Dittrich, A. (2016). Ecologia e economia: problemas éticos contemporâneos a partir de um ponto de vista behaviorista radical. *Psicologia USP*, 27 (3), 450-458.
- Ésquilo. (2005). *Prometeu acorrentado*. eBooks Brasil. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/prometeu.pdf>> Acesso em 20 fev. 2016. (Trabalho publicado por volta de 415 a.C).
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 25 (2), 265-280.
- Feyerabend, P. K. (1993). *Against method*. London: Verso. (Trabalho original publicado em 1975).
- Franco Jr., H. (1992). *As utopias medievais*. Sao Paulo: Brasiliense.
- Goethe, W. (2006). *Fausto*. Domínio Público. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000011.pdf>> Acesso em 20 fev. 2016. (Trabalho original publicado em 1808).
- Gordin, M. D., Tilley, H., & Prakash, G. (Eds.). (2010). *Utopia/dystopia: Conditions of historical possibility*. Princeton University Press.

- Hamilton, L. F. T. (2012). *Os usos do termo “liberdade” no anarquismo de Bakunin e no behaviorismo radical de Skinner* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hocutt, M. (2013). The fruits and fallacies of Fred Skinner on freedom. *The Independent Review*, 18(2), 263–278.
- Houllebecq, M. (2015), *Submission* (Lorin Stein, Trad.). London: William Heinemann.
- Huxley, A. (2002). *Brave new world*. Springfield: Spark Publishing Group. (Trabalho original publicado em 1932).
- Johnson, S. (2018). *How China's ‘social credit score’ will punish and reward citizens*. Big Think. Recuperado em 13 de Junho, 2018, de <http://bigthink.com/stephen-johnson/a-look-at-chinas-orwellian-plan-to-give-every-citizen-a-social-credit-score>.
- Koyré, A. (1986). *Galileu e Platão*. (J. T. Santos, Trad.). Lisboa: Gradiva. (Trabalho original publicado em 1934).
- Kuhn, T. S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (B. V. Boeira & N. Boeira, Trans.). 3. ed. São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1962).
- Lattal, K. A. (2003). Some dimensions of behavioral technology. *Estudo: Vida e Saúde*, 30(5), 941-958.
- Lattal, K. A., & Laipple, J. S. (2003). Pragmatism and behavior analysis. In K. A. Lattal & P. N. Chase (Orgs.), *Behavior Theory and Philosophy* (pp. 41-61). New York: Kluwer Academic.
- Leão, M. F. F. C., Rocha, C. A. A., & Laurenti, C. (2016). A reassessment of pragmatismo in behavior analysis I: The theory of truth. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 42, 1, 87-104.

- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 367–376.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no Behaviorismo radical: identidade ou dicotomia?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 129-136.
- Locke, J. (2010). *Ensaio sobre o entendimento humano* (E. A. de Soveral, Trad.). 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 1690).
- Lopes, C. E. (2014) Uma discussão sobre a concepção de ciência no livro *Science and Human Behavior*. Em V. B. Haydu, S. A. Fornazari e C. R. Estanislau (Orgs.), *Psicologia e análise do comportamento: conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica* (pp . Londrina: EDUEL.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical*. Curitiba: CRV.
- Los Horcones (1990). Personocracia: una forma de gobierno basada en la ciencia del analisis de la conducta. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 22(1), 111-130.
- Losee, J. (2001). *A historical introduction to the philosophy of science*. (4^a ed.). New York: Oxford University Science Press. (Trabalho original publicado em 1972).
- Mann, T. (1999). *Doctor Faustus: The life of the german composer Adrian Leverkuhn as told by a friend*. (J. E. Woods, Trans.). New York: Vintage Books/Random House Inc. (Trabalho original publicado em 1947).
- Mariconda, P. R. (2006). O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. *Scientiae Studia*, 4, 453-472.
- Martins, H. (1997). Tecnologia, modernidade e política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 40, 279-322.

- Melo, C. M. (2008). *A concepção de homem no behaviorismo radical e suas implicações para a tecnologia do comportamento*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Modgil, S., & Modgil, C. (1987). *B. F. Skinner: Consensus and controversy*. Philadelphia: The Falmer Press.
- More, T. (2004). *Utopia*. Coradella Collegiate Bookshelf Editions. (Trabalho original publicado em 1516).
- Moxley, R. A. (1999). H. G. Wells and B. F. Skinner on the superorganism. *The Behavior Analyst*, 22, 2, 131-148.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Moxley, R. A. (2006). B. F. Skinner's other positivistic book: Walden II. *Behavior and Philosophy*, 34, 19-37
- Newman, B. (1991). Only empiricism is compatible with behavior analysis: A response to the socialism and behaviorism debate. *Behavior and social issues*, 1 (2), 57-70.
- Newman, B. (1993). Discriminating utopian from dystopian literature: Why is Walden Two considered a dystopia? *The Behavior Analyst*, 16, 167-175.
- Orwell, G. (1949). *Nineteen Eighty-Four*., London: Seeker & Warburg.
- Page, S. & Neuringer, A. (1985). Variability is an operant. *Journal of Experimental Psychology: Animal behavior Processes*, 11, 429-452.
- Pascal, B. (1999). *Pensées and other writings*. New York: Oxford University Press. (Trabalho original publicado em 1670).

- Pessotti, I. (2016). Análise do comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental em Cognitiva*, 28, 95-103.
- Prado Jr., B. (1980). O neopsicologismo humanista. *Discurso*, 13, 87-94.
- Popper, K. R. (1972). *A lógica da pesquisa científica*. (L. Hegenberg, & O. S. da Mota, Trans.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1959).
- Popper, K. R. (1974). *A sociedade aberta e seus inimigos*. (M. Amado, Trad.). São Paulo: Edusp. (Trabalho original publicado em 1945).
- Prilleltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4, 125-137.
- Rachlin, H. (2015). Choice architecture: A review of why nudge: The politics of libertarian paternalism. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 104, 2, 198-203.
- Rakos, R. F. (1992). Achieving the just society in the 21st century: What can Skinner contribute? *American Psychologist*, 47, 1499-1506.
- Richelle, M. N. (2014). *B. F. Skinner: Uma perspectiva europeia*. (M. S. L. B. Castro, Trad.), São Carlos: EDUFSCar. (Trabalho original publicado em 1993).
- Rivero, L. (2008). *The homeschooling option*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Roane, H. S., Fisher, W. W., Carr, J. E. (2016). Applied behavior analysis as treatment for autism spectrum disorder. *The Journal of Pediatrics*, 175, 27-32.
- Rocha, C. A. A. (2015). Some preliminar notes on utopianism, postmodernism and behaviour analysis. *European Journal of Behavior Analysis*, 16, 2, 163-177.
- Rorty, R. (1998) *Achieving our Country: Leftist thought in twentieth-century America*, Cambridge: Harvard University Press.

- Rorty, R. (1999). *Philosophy and social hope*. New York: Penguin.
- Rossi, P. (1996). *Naufrágios sem espectador – A ideia de progresso*. (A. Lorencini, Trad.). São Paulo: Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1995).
- Rutherford, A. (2003). B. F. Skinner's technology of behavior in American life: From consumer culture to counterculture. *J. Hist. Behav. Sci.*, 39: 1-23.
- Rutherford, A. (2017). B. F. Skinner and technology's nation: Technocracy, social engineering, and the good life in 20th-century America. *History of Psychology*, 20 (3), 290–312.
- Santayana, G. (1905). *The life of reason*. New York: Scribner's.
- Sargent, L. T. (2006). In defense of utopia. *Diogenes*, 53(1), 11–17.
- Sargent, L. T. (2013). Do dystopias matter?. Em F. Vieira, *Dystopia(n) matters: On the page, on screen, on stage* (pp. 10-13). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Schopenhauer, A. (2001). *Parerga and paralipomena: Short philosophical essays*. (E. F. J. Payne, Trad.). (Trabalho original publicado em 1851).
- Scott, H. (1936). *Introduction to technocracy*. New York: Technocracy Inc.
- Shelley, M. W. (2001). *Frankenstein, or the modern Prometheus*. New York: Hungry Minds. (Trabalho original publicado em 1818).
- Silva, L. F., & Gallo, A. E. (2016). Uma proposta de diálogo entre a justiça restaurativa e a análise do comportamento. *Publicatio UEPG Applied Social Sciences*, 24, (3), 333-343.
- Skinner, B. F. (2005). *Walden two*. New York, NY: Macmillan. (Trabalho original publicado em 1948).

- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *Psychological Review*, 57, 193–216.
- Skinner, B. F. (2005). *Science and human behavior*. B. F. Skinner Foundation. Acesso em 5 Fev 2016, a partir de: <<http://www.bfskinner.org/newtestsite/wp-content/uploads/2014/02/ScienceHumanBehavior.pdf>> (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1956). A case history in scientific method *American psychologist*, 11, 221-233.
- Skinner, B. F. (1961). Current trends in experimental psychology. . Em B. F. Skinner, *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 223-241). New York, NY: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1947) .
- Skinner, B. F. (1961a) The control of human behavior. Em B. F. Skinner, *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 18-23). New York, NY: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (1961b). Freedom and the control of men. Em B. F. Skinner, *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 3-18). New York, NY: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (1961c). The design of cultures. Em B. F. Skinner, *Cumulative Record* (1ª ed., pp. 36.01-36.12). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1973). *Beyond freedom and dignity*. Harmondsworth, Middlesex: Pelican Books. (Trabalho original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). Human behavior and democracy. Em B. F. Skinner (Org.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 3-15). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner, *Upon further reflection* (pp. 1-14). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). A new preface to *Beyond Freedom and Dignity*. Em B. F. Skinner (Ed.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 121-135). Columbus, OH: Merrill.
- Skinner, B. F. (1985). News from nowhere, 1984. *The Behavior Analyst*, 8(1), 5–14.
- Staddon J. E. R. (2003). Humanism and Skinner's radical behaviorism. Em: Lattal K.A., Chase P.N. (Eds.) *Behavior theory and philosophy*. Springer, Boston.
- Staddon, J. E. R. (2004). Scientific imperialism and behaviorist epistemology. *Behavior and Philosophy*, 32, 231-242.
- Staddon, J. E. R. (2014). *The new behaviorism* (2^a ed.). Philadelphia: Taylor & Francis.
- Thaler, R. H. (2017). *From cashews to nudges: The evolution of behavioral economics*. Nobel prize lecture. Recuperado em 13 de Maio, 2018, de https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/2017/thaler-lecture.html.
- Vargas, J. S. (1996) From Aircrib to Walden Two. Em: Cautela J. R., Ishaq W. (Eds.) *Contemporary Issues in Behavior Therapy. Applied Clinical Psychology*. Springer, Boston, MA
- Watson, J. B. (1913). Psychology as a behaviorist views it. *Psychological Record*, 20, 158-177.
- Zamyatin, Y. (1924). *We*. (G. Zilboorg, Trad.). New York: E. P. Dutton. (Trabalho original publicado em 1920).
- Zilio, D., & Carrara, K. (2009). B. F. Skinner: teórico da ciência e teórico da moral?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(2), 1-11.

Zuriff, G. (1987). Naturalist ethics. Em: S. Modgil e C. Modgil (Eds.). *B. F. Skinner: Consensus and controversy* (309-318). Philadelphia: The Falmer Press.